CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 473, DE 2018
(Do Poder Executivo)
MSC 791/2018
AV 711/2018
PLS 331/1989

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7066, de 16 de janeiro de 2018, que autoriza a Associação Comunitária Integral a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Londrina, Estado do Paraná.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 Portaria nº 56, de 21 de fevereiro de 2014 − Associação de Radiodifusão
 Comunitária Jaraguari, no município de Jaraguari − MS;
- 2 Portaria nº 57, de 21 de fevereiro de 2014 Associação de Desenvolvimento Cultural da Rádio Difusão de Mataraca, no município de Mataraca PB;
- 3 Portaria nº 365, de 25 de abril de 2014 Associação Rádio Comunitária Porto Grande FM, no município de Porto Grande AP;
- 4 Portaria nº 3.088, de 27 de novembro de 2014 Associação Comunidade Nova Tufilândia, no município de Tufilândia MA;
- 5 Portaria nº 1.581, de 10 de maio de 2016 Associação Comunitária de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer de Santa Fé do Araguaia, no município de Santa Fé do Araguaia TO;
- 6 Portaria nº 3.683, de 28 de setembro de 2017 Associação Comunitária de Radiodifusão de Batalha, no município de Batalha PI;
- 7 Portaria nº 3.685, de 28 de setembro de 2017 Associação Comunitária de Comunicação e Cultural de Nossa Senhora do Ó, no município de Ipojuca PE;
- 8 Portaria nº 4.043, de 28 de setembro de 2017 Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultural dos Assentamentos da Puba, no município de Batalha PI;
- 9 Portaria nº 5.674, de 20 de dezembro de 2017 Associação Beneficente e Cultural de Cacimba Funda, no município de Aracati CE;
- 10 Portaria n^{o} 5.865, de 20 de dezembro de 2017 Associação de Difusão Comunitária do P Sul Adicops, na localidade de Ceilândia DF;
- 11 Portaria nº 1.357, de 14 de março de 2018 Associação Comunitária de Radiodifusão de São João da Serra, no município de São João da Serra PI;
- 12 Portaria nº 4.192, de 28 de setembro de 2018 Associação de Radiodifusão Comunitária de Estiva, no município de São Luís MA; e
- 13 Portaria nº 7.066, de 16 de janeiro de 2018, Associação Comunitária Integral, no município de Londrina PR;

Brasília, 27 de dezembro de 2018.

W (en

7066/18

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Secretoria de Governo Subchefia de Assuetos Parlamentares

DOCUMENTO ASSIMADO ELETRÓRICAMENTE CONFERE COM O ORIGINAL Edmar Alves de Jesus

Prasile 27 /42 /48 H //: 00

EM nº 00141/2018 MCTIC

Brasília, 12 de Dezembro de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

- 1. Encaminho a Vossa Excelência a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Integral, explore o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Londrina / PR, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
- 2. A entidade requereu ao então Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
- 3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
- 4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.072167/2013-61 que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
- 5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3° do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

PORTARIA Nº 7066/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.072167/2013-61, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Integral, com sede à Avenida Duque de Caxias - Sala 213 Nº 3010 - B. Jardim Londrilar, na localidade de Londrina / PR, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87.90 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, **Ministro de Estado da Ciência**, **Tecnologia**, **Inovações e Comunicações**, em 16/01/2018, às 19:33, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **2446884** e o código CRC **F754E195**.

Referência: Processo nº 53000.072167/2013-61

SEI nº 2446884

PRIMEIRA SECRE	TARIA
SECEDIDO Mosta Sec	retaria
Em 281 121 18 às	16.55 horas
tous lawor	4.766
Nome legivel	Ponto

Aviso nº 711 - C. Civil.

Em ²⁷ de dezembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor Deputado GIACOBO Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que autorizam a execução de serviços de radiodifusão comunitária constantes das Portarias n^{os} 56, 57, 365 e 3.088, de 2014; 1.581, de 2016; 3.683, 3.685, 4.043, 5.674 e 5.865, de 2017; 1.357, 4.192 e 7.066, de 2018.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

da Presidência da República

PRIMEIRA-SECRETARIA

De ordem, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, para as devidas providências.

Sandra Costa Chefe de Gabinete

Anexo: 01 CD.

INFORME PROCESSUAL

N° Processo:	53000.072167/2013-61
1 100030.	00000.07210772010 01
Interessado:	Associação Comunitária Integral
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
CNPJ:	15.423.194/0001-05
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	PR
Localidade:	Londrina
Tipo:	Autorização - Rádio Comunitária
Num_Tipo:	417



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming**, **Economista**, em 02/04/2018, às 16:37, conforme art. 3° , III, "b", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **2823848** e o código CRC **948C0CF5**.

Referência: Processo nº 53000.072167/2013-61

SEI nº 2823848



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: 53000.072167/2013-61

- 1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
- 2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 26 de agosto de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Diego Armando Araujo Guimaraes**, **Técnico de Nível Superior**, em 26/08/2014, às 18:19, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **0104308** e o código CRC **3E3DC1BC**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Assunto: Atendimento ao Aviso de Habilitação nº 12 /2013

Protocolo no:

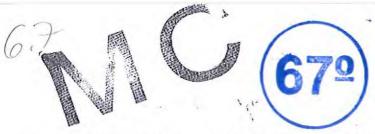
Frente à apresentação da documentação anexa encaminhada pela 1. , na localidade ; onde solicita autorização para execução do serviço de Radiodifusão de Comunitária, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo.

Brasília, 21de janeiro de 2014.

Lauro Alberto Fernandes Oliveira

Lauro Alberto Fernandes de Oliveira
Mat. Sapo 1312080

Serviço de Expedição de Radiodifusão Coordenação Geral de Radiodifusão Comercial - CGRC V Ministério das Comunicações

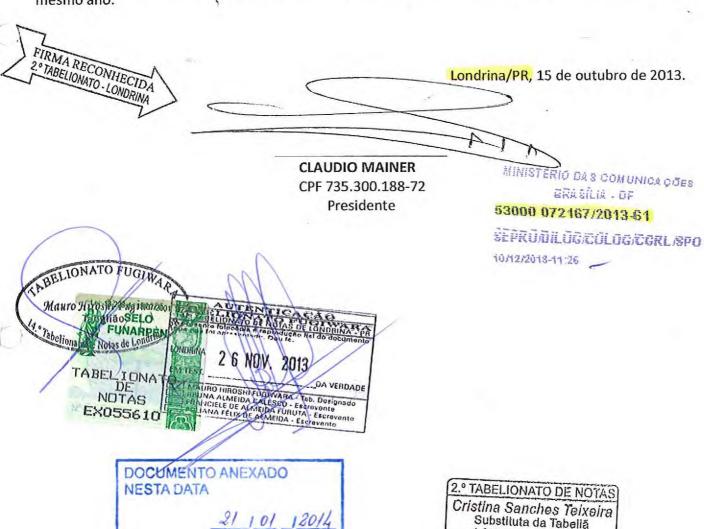




REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, inscrita no CNPJ sob o nº 15.423.194/0001-05, com sede à Av. Duque de Caxias, 3010 Sala 213 Jardim Londrilar CEP 86010-190, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, respeitosamente à presença de Va. Exª., em atendimento ao Aviso n° 12/2013, apresentar a documentação de que trata o item 8 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº462, de 14 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União no dia 18 de outubro do mesmo ano.



Substituta da Tabeliã LONDRINA - PARANÁ

CARTÓRIO SIMONI - 2º Tabelionato de Notas Ebe Ferraz Simoni - Tabeliã Selo deXoc.9mApe.lm4Ka-kKhTY.NcoD Valide esse selo em http://funarpen.com.br Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de CLAUDIO MAINER. *0021* FMT0iRYJ-43588F-10*. Dou fé. Londrina-Paraná, 01 de novembro de 2013 - 16:29:18h.

Em Testo Cum da Verdade (www Cristina Sanches Teixeira - Substituta da Tabelia

Av. São Paylo, 272 - Centro - Londrina - PR Fone: (43) 3305-3399



I – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS APRESENTADOS

 1 - Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF. 	Sim	Não
 2 - Estatuto Social e Ata de Constituição da entidade devidamente registrados no Livro 'A" do Registro de Pessoas Jurídicas. 	Sim	Não
3 - Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Sim/	Não
4 - Relação contendo o nome de todas as associadas pessoas naturais, com o número do CPF, número do documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ, número de registro no órgão competente e endereço da sede.		Não
5 - Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados.	Sim	Não
6 - Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade para a qual pretendem executar o serviço acompanhado do comprovante de residência, conforme Parágrafo único do Art. 7 da Lei 9612 de 19 de fevereiro de 1998.		Não
7 - Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço.	Sim	Não
8 - Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão por assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.	V	Não
9 - Declaração, assinada pelo representante legal, constando a denominação de fantasia da emissora, se houver.	Sim	Não
10 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade, especificando o	Sim	Não

endereço completo do sistema irradiante, bem como as coordenadas geográficas do mesmo. As coordenadas geográficas deverão ser apresentadas na padronização GPS WGS84, na forma GGº MM' SS", com apenas 02 (dois) dígitos inteiros, em que tanto os segundos (SS") da latitude quanto os da longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59", bem como o endereço proposto para instalação do mesmo.	V	CE-M
11 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade, especificando o endereço completo da sede da entidade, a qual deverá estar situada na área de execução do serviço, bem como as coordenadas geográficas da mesma. As coordenadas geográficas deverão ser apresentadas na padronização GPS WGS84, na forma GGº MM' SS", com apenas 02 (dois) dígitos inteiros, em que tanto os segundos (SS") da latitude quanto os da longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59".	V	Não
12 - Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade apresentará Projeto Técnico, de acordo com as disposições desta Norma, e com os dados indicados em seu requerimento, caso lhe seja solicitado.	-	Não
13 - Comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas de cadastramento; e	Sim	Não
14 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade atestando que a Associação não mantém vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.		Não
II – MANIFESTAÇÕES DE APOIO		
1 - Manifestação de apoio individual contendo o nome, o número da identidade ou CPF, o endereço do domicílio necessariamente localizado na área pretendida para execução do serviço e a assinatura do declarante;	-	Não
- Soma das manifestações individuais apresentadas.	34	
2 - Manifestação de apoio apresentada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas a menos de 2 (dois) e sediadas na área pretendida para a execução do Serviço, contendo a denominação da entidade apoiadora, o endereço da sede e assinatura do representante legal, acompanhadas de cópia do comprovante de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas e da cópia autenticada da ata de eleição ou do termo de posse do declarante.		Não
2.1 — Soma das manifestações de apoio das entidades associativas e comunitárias apresentadas	12	



3 - Manifestação de apoio apresentada por entidades associativas e comunitárias,	Sim	Não
legalmente constituídas a mais de 2 (dois) e sediadas na área pretendida para a execução do Serviço, contendo a denominação da entidade apoiadora, o endereço da sede e assinatura do representante legal, acompanhadas de cópia do comprovante de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas e da copia autenticada da ata de eleição ou do termo de posse do declarante.	V.	
3.1 — Soma das manifestações de apoio das entidades associativas e comunitárias apresentadas	1	2

III - ACORDO PARA ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES

Caso	exista	mais	de	uma	entidade	concorrente	na	mesma	área	de	serviço,	a	Sim	Não
reque	erente c	leclara	que	conc	orda em a:	ssociarem-se	às d	emais en	tidade	s.				V

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo relativo à solicitação de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o item 8 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, bem como as afirmações feitas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

FIRMA RECONHECIDA 2.º TABELIONATO - LONDRINA

CLAUDIO MAINER CPF 735.300.188-72 Presidente

Endereço para correspondência. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL Rua Jose Nogueira Franco 600, Parque Residencial Alcântara. CEP 86047-420 Londrina Pr



2.º TABELIONATO DE NOTAS

Cristina Sanches Teixeira

Substituta da Tabeliã

LONDRINA - PARANÁ

CARTÓRIO SIMONI - 2º Tabelionato de Notas

Ebe Ferraz Simoni - Tabeliã

Selo 5eXoc.9m8pe.bqrKa-krFTY.NcoD

Valide esse selo em http://funarpen.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de CLAUDIO

MAINER.*0021* F7Ni2H0L0-43584E-91*. Dou fé. 4

Londrina-Paraná, 01 de novembro de 2013 - 16:30:10h.

Em Testo dan da Verdade

Cristina Sanches Teixeira - Substituta da Tabeliã

Av. São Paulo,/272 - Centro - Londrina - PR

Fone: (43) 3305-3399





Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

www.coo.co				DATA DE ABERTURA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 15.423.194/0001-05 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMU	NITARIA INTEGRAL					
TÍTULO DO ESTABELECIME	NTO (NOME DE FANTASIA)					
	ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL es de associações de defesa de dir	eltos sociais				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS	ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS					
94.99-5-00 - Atividade	s de organizações associativas lig s associativas não especificadas		arte			
94.99-5-00 - Atividade CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA I	is de organizações associativas lig is associativas não especificadas : NATUREZA JURÍDICA		arte			
94.99-5-00 - Atividade CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA I 399-9 - ASSOCIACAC LOGRADOURO	s de organizações associativas lig s associativas não especificadas a NATUREZA JURÍDICA PRIVADA		COMPLEMEN SALA 213			
94.99-5-00 - Atividade CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA I 399-9 - ASSOCIACAC LOGRADOURO AV DUQUE DE CAXIA CEP	s de organizações associativas lig s associativas não especificadas a NATUREZA JURÍDICA PRIVADA	anteriormente NÚMERO	COMPLEMEN SALA 213			
	s de organizações associativas ligs associativas não especificadas a NATUREZA JURÍDICA PRIVADA BAIRRO/DISTRITO	NÚMERO 3010 MUNICÍPIO	COMPLEMEN SALA 213	UF		
94.99-5-00 - Atividade CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA I 399-9 - ASSOCIACAC LOGRADOURO AV DUQUE DE CAXIA CEP 86.010-190 SITUAÇÃO CADASTRAL	s de organizações associativas ligs associativas não especificadas a NATUREZA JURÍDICA PRIVADA AS BAIRRO/DISTRITO JARDIM LONDRILAR	NÚMERO 3010 MUNICÍPIO	COMPLEMEN SALA 213	UF PR DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 15/10/2013 às 09:32:51 (data e hora de Brasília).

Voltar

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 15/10/2013



REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS 2º OFICIO

AV. HIGIENÓPOLIS, 210 - 19 ANDAR - SALA 104 CEP: 86020-080 - LONDRINA - PARANÁ FONE: (43) 3322-0220 - FAX: (43) 3322-3845 DANIELLE MARIA BARCIK LUCAS DE OLIVEIRA REGISTRADORA - CPF 642.739.389-87



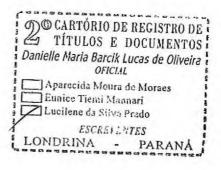
CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, nesta data, foi inscrito, neste 2º Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob nº 0008950 (oito mil e novecentos e cinquenta), do livro "A-049", de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, o ESTATUTO SOCIAL de "ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA INTEGRAL", com sede e foro à Av. Duque de Caxias, nº 3010, Sala 213, Jardim Londrilar, nesta cidade. Certifico, ainda, que ficaram arquivados neste 2º Ofício de Registro todos os documentos exigidos pelos artigos 120 e 121 da Lei nº 6.015, de 31/12/1973 (LRP).

> O referido é verdade e dou fé. Londrina, 03/04/2012.

> > Lucilene





ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL

Av. Duque de Caxias, 3010, Sala 213 Jardim Londrilar, CEP 86010-190 Londrina – PR

ESTATUTO SOCIAL

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, é uma entidade de direito privado, sem fins econômicos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, com sede e foro da Comarca de Londrina, Estado do Paraná, sita, à Av. Duque de Caxias, 3010, Sala 213 Jardim, Londrilar, CEP 86010-190, fundada em cinco de março de dois mil e doze (05/03/2012).

Parágrafo Único – A Entidade reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2°- A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

- I beneficiar a comunidade com vistas a:
- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.
- II respeitar e atender aos seguintes princípios:
- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção políticoideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados:

1

Corroro 8795 (

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.4º- A receita da Entidade será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Art. 6º - A Entidade será composta pelas seguintes categorias de associados:

a) Fundadores, formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.

 b) Contribuintes ou Efetivos, os que se inscreveram após o encerramento do livro de fundação e mantenham suas contribuições e participações em dia; e,

c) Honorários, cidadãos que prestaram ou ainda prestam relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao município e ao estado.

§1º - O quadro de pessoal será constituído de, ao menos, dois terços de trabalhadores brasileiros.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Art. 8º - São direitos dos associados:

,t ,. .

- a) O direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 13;
- b) Utilizar-se de todos os serviços da associação e participar de suas atividades e promoções;
- c) Propor por escrito ou verbalmente à Diretoria, quaisquer medidas de provento para a Associação;

d) Recorrer dos atos da diretoria, quando os julgar prejudiciais aos seus direitos; e,

e) Requerer informações sobre os assuntos que lhe digam respeito e solicitar esclarecimento sobre as atividades da Associação.

Art. 9º - São deveres dos associados:

- a) Acatar os atos da Assembléia Geral e da diretoria;
- b) Obedecer ao estatuto da entidade;

2

8 950

c) Participar e colaborar nas iniciativas da entidade;

d) Desenvolver o espírito de cooperação e unidade no seio da Associação;

e) Reembolsar a Associação dos prejuízos causados aos seus pertences patrimoniais;

- f) Comparecer em reuniões, quando convidado pela diretoria e Assembléias convocadas, acatando suas determinações, quando das mesmas forem aprovadas pela maioria absoluta dos associados presentes;
- g) Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembléia Geral;

h) Desenvolver qualquer tipo de trabalho comunitário, de forma voluntária; e,

i) Colaborar com fins de angariar fundos para a Associação.

Art. 10° - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

Parágrafo único - O Associado que manifestar interesse em demitir-se ou excluir-se de algum dos cargos que ocupa, ou mesmo da qualidade Associado, este deve formalizar por escrito a sua solicitação dirigida a diretoria da Entidade.

III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 11º - A Associação exercerá suas funções através dos seguintes órgãos:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria; e,
- c) Conselho Comunitário
- Art. 12º A ASSEMBLÉIA GERAL, órgão máximo de deliberação da Associação será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no último sábado do mês de novembro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 4 anos para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.
- § 1º A ASSEMBLÉIA GERAL poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.
- §2º A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da Associação e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.



- §3º A ASSEMBLÉIA GERAL deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos apos com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições do §1º, Att. 12º.
- §4º A ASSEMBLÉIA GERAL convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições do §1º, Art. 12°.
- §5º As decisões da ASSEMBLÉIA GERAL obrigam todos os Associados, mesmo os discordantes ou ausentes.
- Art. 13º A Diretoria da Associação, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, um Secretário, e um Tesoureiro, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de 4 anos, permitida a reeleição.
- §1º A Diretoria da Associação poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições do §1º, Art. 12°.
- §2º A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 14º - São atribuições:

1) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- c) Representar a Associação em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da Associação.
- e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades:
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade:
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

II) De cada dirigente:

a) Compete ao Presidente: Administrar e representar ativa ou passivamente, Judicialmente ou extrajudicialmente a Associação; Movimentar conta bancária conjunta da entidade, assinar juntamente com o Tesoureiro as obrigações financeiras, cheques, balanços, contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação; Convocar e Presidir reuniões ordinárias e extraordinárias da diretoria e Assembléia Geral; Contratar e demitir funcionários, após, parecer e aprovação da Diretoria; Realizar todos os atos atinentes ao seu cargo e ao fiel cumprimento dos objetivos da Associação; Cumprir e divulgar todos os objetivos da Associação; Votar e deter o voto



de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; Praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; e, Participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário.

- b) Compete ao Secretário: Realizar todos os serviços atinentes ao funcionamento da secretaria, organizando fichários, cadastramento de associados, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos à secretaria; e, Organizar relatório anual das atividades e encaminhar toda a correspondência da entidade e associados.
- c) Compete ao Tesoureiro: Assinar, juntamente com o Presidente, as obrigações mercantis, cheques, balanços e documentos que importem em responsabilidade financeira ou patrimonial da associação; Promover a arrecadação e contabilização das contribuições dos associados e demais receitas; e, Controlar os recursos, receitas e despesas da Associação, prestando contas das atividades financeiras na Assembléia Geral Anual.
- Art. 15° O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.
- §1º O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.
- §2º O Conselho Comunitário será constituído somente após a outorga dada pelo Ministério das Comunicações para exploração do serviço de radiodifusão comunitária.

IV - DAS ELEIÇÕES

- Art. 16º As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros bem como do referendum de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.
- §1º É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.
- §2º A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da ASSEMBLÉIA GERAL.

V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 17º - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões

m leis. Também será

obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 18º - O Patrimônio e Receita da Associação será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

§1º - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

§2º - A prestação de contas deverá obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência. Adotará práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório, dando-se publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, apresentação do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, sendo levados, ao término da gestão, à Assembléia Geral para aprovação.

§3º - A data de fechamento do exercício fiscal se dá no dia trinta e um do mês de dezembro de cada ano (31/12).

VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

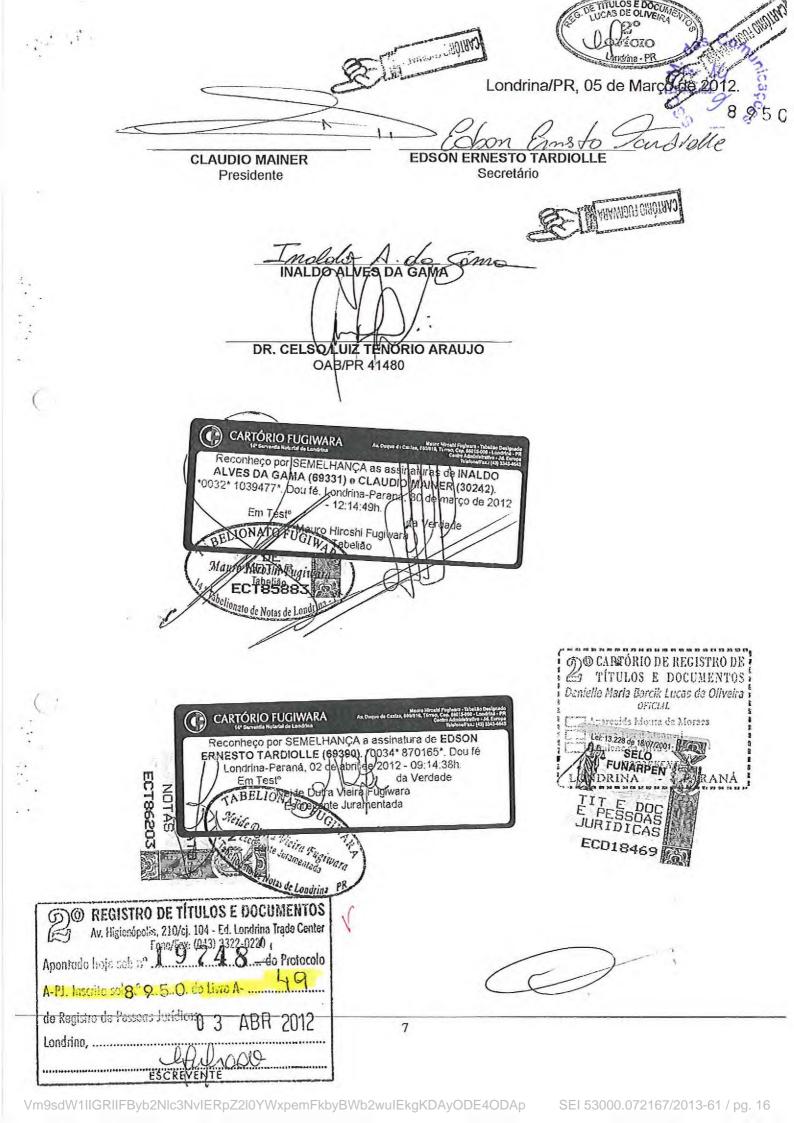
Art. 19º - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 20° - A disssolução da Associação ocorrerá segundo decisão da Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia, obedecendo à votação os mesmos critérios estabelecidos no artigo anterior.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21º - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a ASSEMBLÉIA GERAL, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 22º - O presente estatuto foi aprovado na ASSEMBLÉIA GERAL de 05/03/2012 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.



TITULOS E DOCUMEN IGAS DE OLIVEIRA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA, REALIZADA EM CINCO DE MARÇO DE DOIS MIL E DOZE. Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil 6 doze (05/03/2012) por volta das nove horas e trinta minutos neste, Município de Londrina Estado do Paraná, reuniram-se em assembléia geral as seguintes pessoas: CLAUDIO MAINER, brasileiro, casado, autônomo, residente e domiciliado à Rua José Nogueira Franco, n. 600, Bairro Parque Residencial Alcântara, CEP 86047-420, Município de Londrina, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade, RG n.3.140.725-7 SSP/PR e do CPF n. 735.300.188-72; INALDO ALVES DA GAMA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado à Rua Roma, 485, Parque Residencial João Piza, CEP 86041-100, Município de Londrina, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade, RG n. 6.558.620-7 SSP/PR e do CPF n. 979.550.519-04; EDSON ERNESTO TARDIOLLE, brasileiro, casado, nutricionista, residente e domiciliado à Rua Sergipe, 135, Centro, CEP 86010-380, Município de Londrina, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade, RG n. 4.058.488-9 SSP/PR e do CPF n. 548.443.399-15. Com o propósito de constituição de uma Associação Comunitária. Assumiu a presidência da Assembléia por aclamação de todos o Sr. CLAUDIO MAINER, que convidou a mim, EDSON ERNESTO TARDIOLLE, para secretariá-lo, o que aceitei. Dando início aos trabalhos, o senhor Presidente explicou que os motivos desta Assembléia é a constituição de uma associação, a ser designada de ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, a qual será uma entidade sem fins econômicos e exclusivamente educativos, cultural e artístico, com o objetivo de propagar os valores da nossa comunidade. Após a explanação do Sr. Presidente, ele propôs que, quem quisesse fazer parte da associação poderia fazê-lo. Logo em seguida foi distribuída aos presentes uma cópia do estatuto, que se encontrava previamente pronto, que foi lido artigo por artigo, pausadamente, e após exaustivos debates foi aprovada, por unanimidade, a constituição da associação e o seu referido Estatuto. O Estatuto Social anexo é parte integrante da ATA. Em seguida o Senhor Presidente falou sobre a importância de estar elegendo um corpo diretivo para a entidade, sendo que a única chapa inscrita foi eleita por unanimidade, ficando o referido órgão constituído da seguinte maneira: Presidente: CLAUDIO MAINER; Secretário: EDSON ERNESTO TARDIOLLE; Tesoureiro: INALDO ALVES DA GAMA. Após a eleição da diretoria os mesmos foram empossados, tendo início imediato o seu mandato, ficando assim constituída a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL. Ato contínuo o Senhor Presidente franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Ninguém se manifestando, deu por encerrada esta assembléia. E para constar. Eu, EDSON ERNESTO TARDIOLLE, Secretário da assembléia, lavrei esta ata, que após lida em voz alta irá assinada por mim e por todos os presentes.



EDSON ERNESTO TARDIOLLE Secretário da Assembléia

INACRO ALVES DA GAMA

DR. CELSO LUIZ TENÓRIO ARAUJO





REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS 2º OFÍCIO

AV. HIGIENÓPOLIS, 210 - 1º ANDAR - SALA 104 CEP: 86020-080 - LONDRINA - PARANÁ FONE: (43) 3322-0220 - FAX: (43) 3322-3845

DANIELLE MARIA BARCIK LUCAS DE OLIVEIRA REGISTRADORA - CPF 642.739.389-87



CERTIDÃO EM BREVE RELATO

Certifico e dou fé, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e demais papéis deste 2º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas, encontrei, registrado sob nº 8.950, em data de 03/04/2012, do Livro A-049, um documento a seguir caracterizado, em BREVE RELATO: ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL, ELEIÇÃO E POSSE, da personalidade juridica denominada ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, inscrita no CNPJ sob nº 15.423.194/0001-05, reunião realizada em 05/03/2012. Sede: Av. Duque de Caxias, nº 3010, Sala 213, Jardim Londrilar, Londrina-Pr. A Associação exercerá suas funções através dos seguintes órgãos: a) Assembleia Geral; b) Diretoria; e, c) Conselho Comunitário. Diretoria: CLÁUDIO MAINER, RG nº 3.140.725-7/PR, CPF nº 735.300.188-72; EDSON ERNESTO TARDIOLLE, RG nº 4.058.488-9/PR, CPF nº 548.443.399-15; INALDO ALVES DA GAMA, RG nº 6.558.620-7/PR, CPF nº 979.550.519-04. Averbado sob nº 8950/1, em data de 04/11/2013, ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, realizada aos 31/10/2013. para eleger e dar posse ao novo membro da Diretoria para conclusão do atual mandato que irá expirar em 05/03/2016. Após a aceitação do nome, este foi eleito e empossado, assumindo o cargo de secretário, ficando a diretoria assim constituída: Presidente: CLÁUDIO MAINER, RG nº 3.140.725-7/PR, CPF nº 735.300.188-72; Secretário: GABRIEL VARGAS MARQUES, RG nº 1.868.926/PR, CPF nº 327.135.179-15; Tesoureiro: INALDO documento, do qual extraí a presente certidão em breve relato. Dou fé. Eu, (Lucilene da Silva Prado), Escrevente, que a fiz digitar, conferi, subscrevo e assino.

> O referido é verdade e dou fé. Londrina, 05/11/2013.

> > Lucilene da Silva Prado Escrevente

2.º TABELIONATO DE NOTAS

Cristina Sanches Teixeira
Substituta da Tabelia
LONDRINA - PARANA



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ALTERAÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, INSCRITA NO CNPJ 15.423.194/0001-05, REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2013 (31/10/2013)

8 9 50 / 1

1.DATA HORA E LOCAL DA ASSEMBLÉIA: Aos trinta e um dias do mês outubro de dois mil e treze, às 08h30min, em segunda convocação, na sede da entidade, Município e Comarca de Londrina, Estado do Paraná, sita à Av. Duque de Caxias, 3010 Sala 213 Jardim Londrilar CEP 86010-190. 2. CONVOCAÇÃO PRÉVIA: A convocação da presente Assembleia Geral Extraordinária foi realizada conforme determina o §2 do Artigo 12º do Estatuto Social, através de edital afixado na sede da Associação. 3. QUORUM DE INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO: Compareceram a Assembléia Geral Extraordinária da Entidade, as pessoas e que assinaram a competente lista de presenca. 4. MESA DIRETORA DOS TRABALHOS: Presidente: CLAUDIO MAINER; Secretário - EDSON ERNESTO TARDIOLLE. 5. ORDEM DO DIA: Assembléia Geral Extraordinária: Item I - Eleger e dar posse ao novo membro da Diretoria para conclusão do atual mandato que irá expirar em 05/03/2016; Item II - Outros Assuntos de Interesse da Associação. 6. DELIBERAÇÕES: Item I - O Sr. EDSON ERNESTO TARDIOLLE, por motivos pessoais, manifestou sua intenção de deixar o exercício de secretário da diretoria antes do término de seu mandato. Para tanto, encaminhou sua renúncia ao cargo, com efeitos a partir de 30 de setembro de 2013, permanecendo, portanto, no exercício de suas funções até 31 de outubro de 2013. Sendo assim foi achada conforme e acatada pela diretoria e demais membros da entidade e na eminência da vacância do cargo foi proposto que aqueles que tivessem interesse em assumilo se pronunciassem. O que ocorreu, e após a aceitação do nome este foi eleito e empossado, assumindo assim imediatamente o respectivo cargo até o termino do mandato atual da diretoria, que com o novo integrante ficou assim constituída: DIRETORIA: Presidente: CLAUDIO MAINER, brasileiro, casado, autônomo, residente e domiciliado à Rua José Nogueira Franco, n. 600, Bairro Parque Residencial Alcântara, CEP 86047-420, Município de Londrina, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade, RG n.3.140.725-7 SSP/PR e do CPF n.735.300.188-72; Secretário: GABRIEL VARGAS MARQUES, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Av Juscelino Kubitscheck, 1441, centro, CEP 86020-001, Município de Londrina, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade, RG n. 1.868.926 SSP/PR e do CPF n.327.135.179-15; Tesoureiro: INALDO ALVES DA GAMA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado à Rua Roma, 485, Parque Residencial João Piza, CEP 86041-100, Município de Londrina, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade, RG n. 6.558.620-7 SSP/PR e do CPF n,979,550,519-04; . Item II - Não foram apresentados outros assuntos de interesse da Associação. 7. QUORUM DAS <u>DELIBERAÇÕES</u>: Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade dos Associados presentes. <u>8. FRANQUEAMENTO DA PALAVRA</u>: Ato contínuo Senhora Presidente franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Ninguém se manifestando, deu por encorrada esta assembléia. E para constar. Eu, EDSON ERNESTO TARDIOLLE, secretário da assembleia, lavrei esta atá, que após lida em voz alta irá assinada por mim e por todos os

TARDIOLLE, secretário da assembleia, lavrei esta alás que após lida em voz alta irá assinada por mim e por presentes.

CLAUDIO MAINER
Presidente da Assembleia

Presidente da Assembleia

EDSON ERNESTO FARDIOLLE
Secretário da Assembleia

CABRIEL VARGAS MARQUES

DR. CARLOS KITA OAB 6665/PR

C RECONHECIMENTO DE,

2.º TABELIONATO DE NOTAS
Cristina Sanches Teixeira
Substituta da Tabeliã

LONDRINA - PARANÁ

CARTÓRIO SIMONI - 2º Tabelionato de Notas

PRIF 2000 WAY DE KINDER WAS A WAY DE 40DAD

82 Tagana 339 13-61 / pg. 1

19

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL

Av. Duque de Caxias, 3010 Sala 213 Jardim Londrilar CEP 86010-190 Londrina – PR



RELAÇÃO DE ASSOCIADOS DA ENTIDADE

CLAUDIO MAINER, brasileiro, casado, autônomo, residente e domiciliado à Rua José Nogueira Franco, n. 600, Bairro Parque Residencial Alcântara, CEP 86047-420, Município de Londrina, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade, RG n.3.140.725-7 SSP/PR e do CPF n.735.300.188-72;

EDSON ERNESTO TARDIOLLE, brasileiro, casado, nutricionista, residente e domiciliado à Rua Sergipe, 135, Centro, CEP 86010-380, Município de Londrina, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade, RG n. 4.058.488-9 SSP/PR e do CPF n.548.443.399-15.

INALDO ALVES DA GAMA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado à Rua Roma, 485, Parque Residencial João Piza, CEP 86041-100, Município de Londrina, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade, RG n. 6.558.620-7 SSP/PR e do CPF n.979.550.519-04;

ISRAEL SILVA GARBOSSI, brasileiro, casado, metalúrgico, residente e domiciliado à Rua Ida Postale Vitorele, 566, Cafezal I, CEP 86049060, Município de Londrina, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade RG n. 36.479.582 SSP/PR e do CPF 365.626.709-00;

ANTÔNIO CARLOS SILVA MOURA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado à Rua Brasil, n.649, Apto 1203, CEP: 86010-200, Município de Londrina, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade RG n. 10060353-5 SSP/PR e do CPF: 020746578-97;

RUBENS FAGUNDES JÁCOME, brasileiro, casado, técnico de saúde pública, residente e domiciliado à Rua Roberto Conceição, 212, Conjunto São Lourenço, CEP 86043-230, Município de Londrina, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade RG n. 34.415.822-6 SSP/SP e do CPF: 2917251689-5;

ANDRÉIA PEREIRA REIS TEIXEIRA, brasileira, casada, pedagoga, residente e domiciliada à Rua José Nogueira Franco, 600, Parque. Residencial Alcântara, CEP 86047-420, Município de Londrina, Estado do Paraná, portadora da cédula de identidade RG n. 13.410.291-8 SSP PR e do CPF: 074877937-02;

SÉRGIO LUIS DUTRA MADRUGA, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado à Rua Paraguaçu 102, Jardim Palmares, s/n, CEP 86025-350, Município de Londrina, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade RG n. 1.947.459-3 SSP/PR e do CPF: 556509619-72;

ANASTASSIOS PAPADOPOULOS PAPAZOGLOU, brasileiro, casado, pastor jubilado, residente e domiciliado à Av. Pandia Calogeras, 348, Bairro Shangrilá A CEP 86070-510, Município de Londrina, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade RG n. 7.159.999-0 SSP/SP e do CPF: 074775468-34;

JOÃO MARTINS DE SOUZA, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado à Rua Avinhado, 29, Bairro Violim, CEP. 86084-800 Município de Londrina, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade RG n. 1.591.897 SSP/PR e do CPF: 211.243.109-91;

WAGNER GOMES DE BARROS, brasileiro, casado, autônomo, residente e domiciliado à Rua Palermo, 80 Jardim. Piza, s/n, CEP 86041-240, Município de Londrina, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade RG: 5.818.627-9 SSP/PR e do CPF: 935187819-87; e,

NORBERTO ALVES FILHO, brasileiro, casado, servidor público, residente e domiciliado à Rua Eurípedes Barsanulfo, 196, Jardim San Fernando, CEP 86040-290, Município de Londrina, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade RG n. 5.122.560-0 SSP/PR e do CPF: 828.747.869-34.

Londrina/PR, 15 de outubro de 2013.

VISTO

CLAUDIO MAINER CPF 735.300.188-72 Presidente

CARTÓRIO SIMONI - 2º Tabelionato de Notas Ebe Ferraz Simoni - Tabeliã

Selo TeXoc. 9mdpe. VkLKa-kvnTY. NcoD Valide esse selo em http://funarpen.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de CLAUDIO MAINER. *0021* FMT0iRY9-435885-10*. Dou fé.

Londrina-Paraná, 01 de novembro de 2013 - 16:26:27h. Curifu Verdade Em Testo

Cristina Sanches Teixeira - Substituta da Tabela Av. São Paulo, 272 - Centro - Londrina - PR Fone: (43) 3305-3399

2.º TABELIONATO DE NOTAS Cristina Sanches Teixeira Substituta da Tabelia LONDRINA - PARANÁ





autentico a presente cópia fotostática que confere com adiginal Dou lé Curu Cury

istina Sanches Teixeira - Substituta da Tabeliá





ARTÓRIO SIMONI Ebe Ferraz Simoni 2.ª TABELIÁ - LONDRINA / PR AUTENTICAÇÃO

Londina / PR 08 NOV 2013

Autentico a presente cópia lotostática que confere com o griginal Dou fé Curu Cury

Cristina Sanches Teixeira - Substituta da Tabelia



A VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

NASCIMENTO

07.04.49

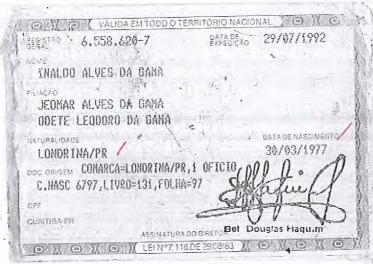


DECLARAÇÃO

	Companhia de Saneamento do Paraná Internet: www.sanep	01.80080-64	
Eu, CLAUI		FONE SANEPAR: 115	e domiciliado
à Rua José	NOME DO CLIENTE CLAUDIO MAINER ENDERECO NÚMERO	1902.2994	cântara, CEP
86047-420,	R JOSE NOGUEIRA FRANCO 600 Q05 D07 PQ RES ALCANTARA		da Cédula de
Identidade,	B6.047-420 LONDRINA ROTEIRO DE LEITURA HIDRÔMETRO CAT - RE	ES - COM - IND - UTP - POP —	0.188-72, na
qualidade i	153-12-03-035-17800 3-07N647880-4-1		INTEGRAL,
inscrita no	QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA Turbidez Cor Cloro F Nº Minimo da Amostras Exigidas	1úor Coll. Totals 80 0 22 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	v. Duque de
Caxias, 30	Nº Amostras Realizadas Nº Amostras qua Atenderam à Legislação	Defin	a cidade de
Londrina, E	Conclusão HISTÓRICO DE PAGAMENTOS - CONDICIONADO AS OBSERVAÇÕES CONSTANTES NO V	uspen	
	Ano Jan Fey Mar Abr Mal Jun Jul Ago	Set Out Nov Dez	
- Cou	COMUNICADO ATE A PRESENTE DATA NAO CONSTA EM NOSSOS REGIST	TROS O PAGAMENTO	na área da
Sou	DA CONTA ABAIXO:		ila alca ua
com		VENCIMENTO 10/10/2013	o eletivo que
me :		10/10/2013	decorra foro
1110	PARA LUITAR O DEBITO UTILIZE A CONTA ORIGINAL O	QUE	
espe	ENCONTRA-SE EM SEU PODER OU ESTE REAVISO.	7	o; bem como
não	EVITE PAGAMENTOS EM DUPLICIDADE PAGUE SOMENTE NOS ESTABELECIMENTOS AUTORIZADOS.		diretores da
entid			
• DI	CONFORME DECRETO FEDERAL 7217 DE 21/06/2010,AR	117, PHRHGRAFU 1.	ninistrativas e
crimi	HISTORICO DE CONSUMONIO	1 1 1	rei não porte
100		ONSUMO ma — REFERÊNCIA —	ici nao porte
estril			
	MOTIVO DA AUSÉNCIA DE LEITURA MEDIA DE CONSUMO/m3 ULTIMOS 5 MESES	10/10/2013	
	PREVISÃO PRÓXIMA LEITURA AGUA ESGOTO SERVIÇOS	162,89	
- (-	160,87 2,02	2 102,03	tubro de 2013.
	CASO TENHA EFETUADO O PAGAMENTO DESCONSID	ERE ESTE REAVISO	tubio de 2015.
	E SEMPRE QUE POSSIVEL COMUNIQUE A SANEPAR PARA E	2.º TABELIONATO - LONDRINA	
	AUTENTICAÇÃO NO VERSO OBSERVAÇÕES NO VERSO	COMPROVANTE CLIENTE	FIRMA RECONHECIDA
		7	1

CLAUDIO MAINER CPF 735.300.188-72 Presidente

> O RECONHECIMENTO DE FIRMAS ESTÁ NO VERSO















INALDO ALVES DA GAMA

R ROMA, 00484 CASA PARQUE RESIDENCIAL JOAO PIZA **LONDRINA PR**

Código NET 996/371466515

CPF/CNPJ 97955051904 Vencimento 10/11/2013

Forma de Pagamento: DÉBITO AŬTOMÁTICO STR

PARA 2a VIA DA FATURA, DÉBITO AUTOMÁTICO E DÚVIDAS, ACESSE WWW.NETCOMBO.COM.ER

(mportante:

Mantenha seu e-mail e telefones sempre atualizados. Acesse www.netcombo.com.br, opções Minha NET > Minha Assinatura

Atenção: o cancelamento de seus serviços NET, durante o período de permanência mínima, estará sujeito à cobrança de multa contratual.

Minha NET:

CBO NET FACIL DIG CONF FID

COMBO VIRTUA 10 MEGA FIDELIDADE

NETFONE FALE LIGHT

descrição

total

001/003

NET TV

44,04 64,87

NET Fone

NET Virtua

17,80

valor total 126,71

(NET TV

'idade NET TV

A 31/10/13 MENSALIDADE TV PRINCIPAL SELEÇÃO CBO NET FACIL DIG CONF FID Sub-Total Mensalidade NET TV 44.84 **Total NET TV** 44,04

(@) NET Virtua

Mensalidade NET VIRTUA

01/10/13 A 31/10/13 MENSALIDADE VIRTUA COMBO VIRTUA 10 MEGA FIDELIDADE 64,87 Sub-Total Mensalidade NET VIRTUA 64,87 **Total NET VIRTUA** 64,87

NET Fone

DURAÇÃO SERVIÇO LIGAÇÕES LOCAIS 0h57m18s 13,65 COMPLEMENTO DA FRANQUIA 4,15 **Total NET FONE** 17,80

-Para atendimento presencial consulte os enderegos no site

-rara atendimento presencial consulte os enderegos no site www.netcombo com br - Evite o desligamento de seu sinal efetuando o pagamento afé a data do vencimento. NET tilhada ao Serasa/SCFC - Para pagamentos agós o vencimento serão cobrados juros diános de 0,033% e multa de 2%.

- Caso existam serviços prestados e não cobrados, essea serão inclusos nas suas próximas faturas

Deficiente Auditivo e de Fala lique 09(0) 721 7707 - É preciso realizar a ligação com um teletone adáptado com dispositivo TDD (Dispositivo de Telecomunicações para surdos). Lique 4004-7777 para atendimento técnico, financeiro e compra de serviços (custo de ligação local). Ligue 10621 para informações, reciamações ou cancelamentos (ligação gratuita)

Autenticação Mecânica

Últimos Registros de Alendimento 996130663384957, 996130641196176, 996130604332149.996130567203378 996130567203378

EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA DÉBITO AUTORIZADO NO BANCO DO BRASIL

ATENÇÃO! ESTE EXTRATO É APENAS INFORMATIVO. CASO NÃO OCORRA O DEBITO EM SUA CONTA CORRENTE, DIRIJA-SE A UM DOS BANCOS CONVENIADOS ABAIXO OU ACESSE WWW.NETCOMBO.COM.BR - MINHA NET-FATURA-FATURA NET PARA EFETUAR O PAGAMENTO

Atenção efetue seus pagamentos nos bancos conveniados a seguir: BANCO BRADESCO S A , BANCO COOPERATIVO DO BRASIL SA, BANCO COOPERATIVO SICREDI S/A, BANCO DE BRASILIA SA , BANCO DO BRASIL S.A., BANCO ITAU S.A., BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A., BANCO SAFRA S/A, BANCO SANTANDER, BANRISUL, CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CITIBANK, CIFL, HSBC BANK BRASIL S.A., LEMON BANK BANCO MULTIPLO S.A.

INALDO ALVES DA GAMA

Identificação para Débito NET SERVICOS 9963714665155 Mês Referência Outubro/2013

Vencimento 10/11/2013 Valor 126,71





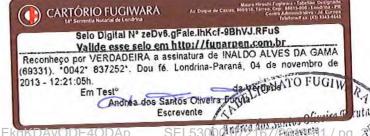
DECLARAÇÃO

Eu, INALDO ALVES DA GAMA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado à Rua Roma, 485, Parque Residencial João Piza, CEP 86041-100, Município de Londrina, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade, RG n. 6.558.620-7 SSP/PR e do CPF n.979.550.519-04, na qualidade de TESOUREIRO da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, inscrita no CNPJ sob o n. 15.423.194/0001-05, com sede à Av. Duque de Caxias, 3010 Sala 213 Jardim Londrilar CEP 86010-190, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, declaro para os devidos fins que:

- Sou brasileiro nato; minha residência está situada na área da comunidade atendida; Não estou no exercício de mandato eletivo que me assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial; e ainda, não sou filiado a nenhum partido político; bem como não tenho nenhum grau de parentesco com os demais diretores da entidade.
- DECLARO ainda ser conhecedor das sanções civis, administrativas e criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

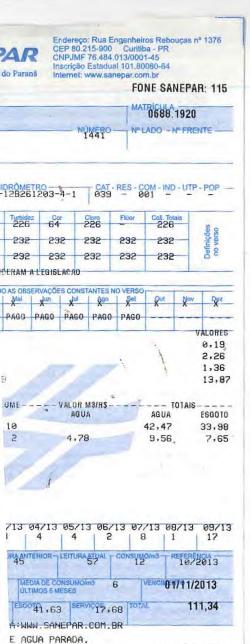
Londrina (PR), 15 de Outubro de 2013.

INALDO ALVES DA GAMA CPF 979.550.519-04 Tesoureiro











ARTÓRIO SIMONI Ebe Ferraz Simoni .ª TABELIÃ - LONDRINA / PR

AUTENTICAÇÃO

Londrina / PR 08 NOV 2013

Autentico a presente cópia fotostática que confere com o original Dou fé

augary

Cistina Sanches Teixeira - Substituta da Tabelià





CARTORIO SIMONI Ebe Ferraz Simoni 2.ª TABELIA - LONDRINA / PR

AUTENTICAÇÃO

Londrina I PR

08 NOV 2013

Autentico a presente cópia fotostática que confere com o original Dou fé augeny'

Cristina Sanches Teixeira Substituta da Tabelia









DECLARAÇÃO

EuGABRIEL VARGAS MARQUES, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Av Juscelino Kubitscheck, 1441, centro, CEP 86020-001, Município de Londrina, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade, RG n. 1.868.926 SSP/PR e do CPF n.327.135.179-15, na qualidade de SECRETÁRIOda ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, inscrita no CNPJ sob o n. 15.423.194/0001-05, com sede à Av. Duque de Caxias, 3010 Sala 213 Jardim Londrilar CEP 86010-190, na cidade de Londrina, Estado doParaná, declaro para os devidos fins que:

- Sou brasileiro nato; minha residência está situada na área da comunidade atendida; Não estou no exercício de mandato eletivo que me assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial; e ainda, não sou filiado a nenhum partido político; bem como não tenho nenhum grau de parentesco com os demais diretores da entidade.
- DECLARO ainda ser conhecedor das sanções civis, administrativas e criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Londrina (PR), 15 de Outubro de 2013.

GABRIEL VARGAS MARQUÉS

CPF 327.135.179-15

Secretário

CARTÓRIO GONÇALVES - 10º Serviço Notarial Oscar Gonçalves Sobrinho - Notário Rua Ibipora 762 - CEP 86060-510 - Londrina - PR Fone: (43) 3347-4377

Selo Número: vKCJc . 96RQg . 2XAX3 - Controle: PhJJE. yYyS

To 15:35:06h. Dorato Consulte o selo em www.funarpen.com.br********* Dou fé. Londrina, 12 de Novembro de 2013 / 15:35:06h.

Em Testº



Eu, CLAUDIO MAINER, representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, com sede à Av. Duque de Caxias, 3010 Sala 213 Jardim Londrilar CEP 86010-190, cidade de Londrina, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ nº 15.423.194/0001-05, declaro para os devidos fins que:

- O endereço completo da sede da entidade é Av. Duque de Caxias, 3010 Sala 213 Jardim Londrilar, cujas coordenadas geográficas, na padronização GPS— WGS 84 são: 23 °S 18' 51" de latitude e 51 °W 09' 16 " de longitude;
- Todos os dirigentes da entidade residem na área de execução do serviço.
- A entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados;
- O nome fantasia da entidade ou da emissora, se este for utilizado, será
 "RADIO ADVENTO LONDE INA FM";
- O endereço proposto para instalação do sistema irradiante é Rua Mato Grosso, s/n, Centro, cujas coordenadas geográficas, na padronização GPS- WGS 84 são: 23ºS18'58" de latitude e 51ºW09'23" de longitude;
- A entidade apresentará Projeto Técnico de acordo com as disposições da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, e com os dados indicados em seu requerimento, caso lhe seja solicitado;
- A entidade requerente e seus dirigentes não possuem qualquer vínculo de subordinação ou outro que sujeite a entidade à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, seja de ordem financeira, religiosa, familiar, político-partidária ou comercial, em respeito ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 fevereiro de 1998; e
- A entidade requerente, se contemplada com uma outorga, não veiculará publicidade comercial, podendo veicular apenas apoio cultural nos termos da regulamentação.

FIRMA RECONHECIDA 2.º TABELIONATO - LONDRINA

Londrina/PR, 15 de Outubro de 2013.

CLAUDIO MAINER CPF 735,300.188-72

Presidente

Endereço para correspondência. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL Rua Jose Nogueira Franco 600, Parque Residencial Alcântara. CEP 86047-420 Londrina Pr

> O RECONHECIMENTO DE FIRMAS ESTÁ NO VERSO

DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Nós, na qualidade de dirigentes da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, com sede à Av. Duque de Caxias, 3010 Sala 213 Jardim Londrilar CEP 86010-190, devidamente inscrita no CNPJ sob n° 15.423.194/0001-05, DECLARAMOS, PARA OS DEVIDOS FINS, QUE NOS COMPROMETEMOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA LEI N° 9.612/98 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998, DO REGULAMENTO E DAS NORMAS ESTABELECIDAS PARA O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

Londrina/PR, 15 de outubro de 2013.

CLAUDIO MAINER CPF 735.300.188-72 Presidente GABRIEL/VARGAS MARQUES

CPF 327.135.179

Secretário

INALDO ALVES DA GAMA

CPF 979.550.519-04

Tesoureiro

Endereço para correspondência.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL

Rua Jose Nogueira Franco 600, Parque Residencial Alcântara.

CEP 86047-420

Londrina Pr

2.º TABELIONATO DE NOTAS

Cristina Sanches Teixeira
Substituta da Tabelia
LONDRINA - PARANA



PODERÁ SER LIQUIDADA COM CHEQUE	2.asp SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO I	simples_parte		Gera
18822-0	Código de Recolhimento		95/11/2013 - BANCO DO BRASIL - 15:36:25 935115057 0287	
410003	Número de Referência	CIONAL	200 200	beth.
	Competência	GRU		1
	Vencimento	3KU	Convento GRU-GUTA RECULATA, ORTAGO 20000001010-6	
15.423.194/0001-05	CNPJ ou CPF do Contribuinte		95523021882-7 20491822044-6 Data do pagamento 05/11/2013	Nome A
410003 / 00001	UG / Gestão	os	NRO de Referencia 410003 CNPJ 15423194/0001-05	Nome C
20,00	(=) Valor do Principal	abilidade	Valor em Dinheiro 20,00 Valor em Cheque 0,00	A:
	(-) Desconto/Abatimento		d(-
	(-) Outras deduções		NR.AUTENTICACAO F.14D.11D.369.10C.4C4	a
	(+) Mora / Multa			
	(+) Juros / Encargos		202 (14) (14)	
	(+) Outros Acréscimos		GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A.	
20,00	(=) Valor Total		[STN456B8D707E99B32E688F425E1CF730B7]	

89830000000-8 20000001010-6 95523021882-7 20491822044-6







DECLARAÇÃO DE INTERESSE EM SE ASSOCIAR OU NÃO A ENTIDADES CONCORRENTES

Eu, CLAUDIO MAINER, representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, com sede à Av. Duque de Caxias, 3010 Sala 213 Jardim Londrilar CEP 86010-190, Município de Londrina, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob n° 15.423.194/0001-05, declaro para os devidos fins que:

- Caso haja mais de uma entidade interessada em executar o serviço na mesma área de interesse, <u>SIM</u>, concordo em receber proposta de acordo para associação com as demais interessadas.
- (X) Caso haja mais de uma entidade interessada em executar o serviço na mesma área de interesse, <u>NÃO</u> concordo em receber proposta de acordo para associação com as demais interessadas

Londrina/PR, 15 de outubro de 2013.

CLAUDIO MAINER CPF 735.300.188-72 Presidente

Endereço para correspondência. **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL** Rua Jose Nogueira Franco 600, Parque Residencial Alcântara. CEP 86047-420 Londrina Pr

FIRMA RECONHECIDA 2.º TABELIONATO - LONDRINA

> O RECONHECIMENTO DE FIRMAS ESTÁ NO VERSO



MANIFESTAÇÕES DE APOIO



Eu, Elaine Ciristina Perisa
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
6.582412-4 , residente à Av. Pars. Abraham Lincoln
Bairro cont. cotesal I , CEP 86049-090 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
Rendeina , 10 de nevembro de 2013. (local e data)
Elaine C. Pereina
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio
Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:





Eu, Maria Souza de Mello Cordeiro
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
1882662.3 , residente à Rug Dn: Mario Campos 211
Bairro Parigot de Souya II , CEP 86082360 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
Loandrina PR., 04 de 11 de 2013

Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:

· RG; 1882 662.3

CARTÓRIO SIMONI - 2º Tabelionato de Notas Ebe Ferraz Simoni - Tabeliã

Selo 8eXoc.9FBIe.a6UAG-Ot5hD.hDuS

Valide esse selo em http://funarpen.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de MARIA LUIZA DE MELLO CORDERIO. *0020* F38PCB3Z5-532250-78*. Dou

Londrina-Paraná, 04 de novembro de 2013 - 14:20:36h. Em Testº Lucy da Verdade

> Cristina Sanches Teixeira - Substituta da Tabelia Av. São Paulo, 272 - Centro - Londrina - PR

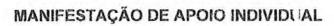
Fone: (43) 3305-3399

2.º TABELIONATO DE NOTAS

Cristina Sanches Teixeira
Substituta da Tabelia
LONDRINA - PARANÁ

1







Eu, Odete Leodoro da Gama
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
1417.964 , residente à R. Antônio P. Franco Nº130
Bairro CAFEZAL 1 , CEP 86049-140 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de l'011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGIAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
Londrina , 5 de Novembro de 2013. (local e data)
- Odete Leodoro da Gama
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio
Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentes: • RG;







CORTIERA - PR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE EXPEDICAS 20/04/1998

DOS COMME

DOS COMOS

PROCESOS 20/04/1998

PROCESOS

TABELIONATO ROCHA
Certifico que a autenticação da presente fotocópia encontra-se no verso da mesma.



Eu, Magner Games de Barres
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
5818627-5 Ph., residente à P. PALERMO, 80
Bairro RIZA , CEP 86041-240 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
LOUDRINA , 28 de OUTUBRO de 2013. (local e data)
Wogner G. de Barres
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio
Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:

1

· RG;





Eu, Jeaman Alber des Gama
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
1207-210 , residente à Ru Santonio P. Franco. 130
Bairro Cafeza A , CEP \$10048 140 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.

Gendrina, 5 de Nobentra de 2013.

(local e data)

Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:
• RG;

Rua Maranhao no. 161, CEP 86.010-410

Let 13.228 de 1807/2001 Competo a(s) firma(s) de:

TABELLEDNATO

TABELLEDNATO

SELO

THABMOI-JEOMAR ALVES DA GAMA.

SEMELHARDA.

NOVAS

A testemunha

Londrina, Da de Novembro de 213

003-JOSE CETARIO DA ROCHA

SUBSTITUTO DO TABELIAO

JCDR







1º OFICIO DE NOTAS - LONDRINA-PR TABELIONATO ROCHA Certifico que a autenticação da presente fotocópia encontra-se no verso da mesma.



Eu, Mara Priduma de Mello Cordino dos Sontos
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
7.336.018-8, residente à Ruo: Dr Monie Compos, 211
Bairro Rouget 2, , CEP 86082-360 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
4

(local e data)
, 23 de Movembre de 2013.

Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:
• RG;

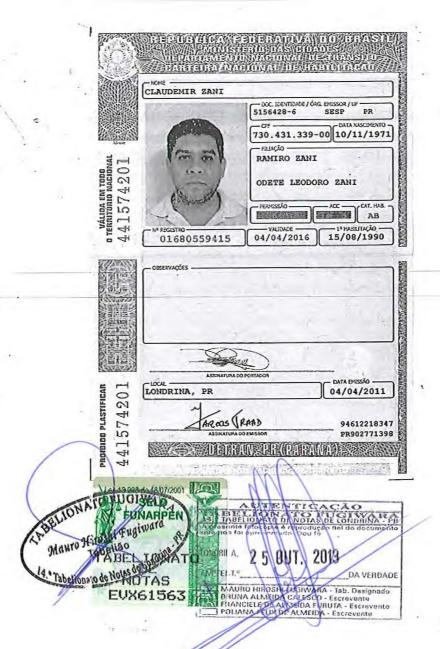






Eu, CLAUDEMIR ZANI
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
5156 428-6 PR, residente à R CLISA DE CLIVETRA BIRTING
Bairro Do VALE VERDE, CEP BOVYOCHO na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
LONDRINA, 25 de OUTUBRO de 2013.
(local e data)
ONO TUGIMAN TO SALATION WY
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio
Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos: • RG;









Eu, Julene Rereire
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
7594-580-9, residente à Ruo Roberto Concigad Nº 3
Bairro São Bounesse , CEP 86043-230 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGEAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
Bondrina, 18 de marem bro de 2013. (local e data)
Lilene Pereira
/ Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio
Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos: • RG;



01 (1)
Eu, lubers pagundes Jacone
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
34 415 822, 6, residente à Kua Kolorto Conceição, 212
Bairro Coryento São Jourenço, CEP 86043 230 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de l'011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
Jonohina , 17 de hovembro de 2013 (local e data)
fully L
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio
Atenção: Anexar uma cónia autenticada de um dos seguintes documentos:

RG;







EU, MIRIAN REGINA ANGELO TEODORO
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
4.146-132-2, residente à RUA MINGRVINO Souis Olivena
Bairro CAFEZAL # 6. 521, CEP 860 45 480na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do Serviço.
LOUDRINA, 07 de hovembro de 2013. (local e data)
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:

· RG;











Eu, Judith FADRI MACHADO
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
6.633,192,0 , residente à CHEFE NELTON QUIMBRAES
Bairro Rup DDS MECANICOS, CEP 860.826-70 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
Senduna - Parema, 20 de octubro de 2013. (local e data)
Harrachasto.
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

2.º TABELIONATO DE NOTAS

Cristina Sanches Teixeira
Substituta da Tabella
LONDRINA - PARANÁ

41



Sas Comunicaçãos

MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL

Eu, Marieta des Sontes Perina
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
3.230.842-2, residente à Au. Pous Abraham huncoln nº 139
Bairro calegal I , CEP 86049-090 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
Lendruna, lo de novembre de 2013. (local e data)
Mariuta dos Santa Periera Assinatura da pessoa que manifesta o seu apolo

1

Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:

· RG;











Eu, CUSO BERMO
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade
3,393,523-4 , residente à IDA POSTALLI VICTORCALIZE
Bairro CAFEZAC-1 , CEP 86049-060 na cidade de Londrin
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu to
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interes
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
LONDRINA , 07 de NOVEMBRO de 2013 (local e data)
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio
/ touristand an people que marineota e dea apele
Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos: • RG;

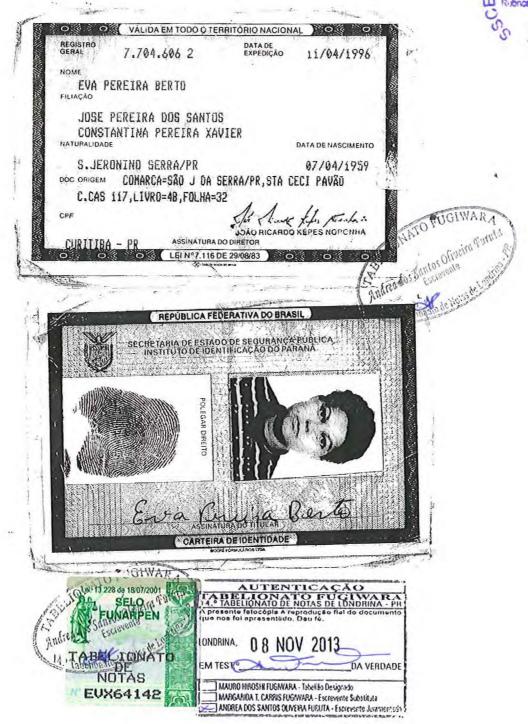






Eu, CVA PERCIRA BERTO
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade no
7.704.606-2 , residente à Rua IDA POSTALCI VICTORCILI 286
Bairro CAFGZAC - 1 , CEP 86069-060 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
(local e data) , og de <u>Novambro</u> de <u>2013</u> . Eva <u>Pereira Berto</u> Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio
Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos: • RG;

Winds Conumicas





Eu, Elizen geeching des sontes
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
3.494.955-7 , residente à Rua Roma 484
Bairro 9 041-los na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.

(local e data)

Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:

• RG;













EU, JOSE ADEONDAS BATISTA
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
3260 284-3, residente à AMALUA TONON MINATTI 128
Bairro Acapulco , CEP 86045 210 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de l'011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
(local e data) ,22 de novembro de 2013
in A
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio
Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos: • RG;

Nos Comunicaco





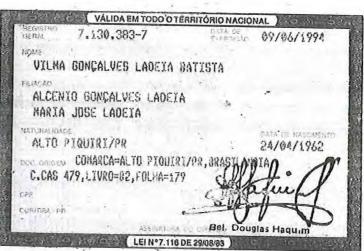




Eu, Vilna gorealves Ladein Batista
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
7-130-383-7, residente à AMALIA TONON MINATTI 128
Bairro Acapula , CEP 86045210 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 1/011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGIAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
(local a data)
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio
Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos: • RG;







1 Pas Conjunica So



Eu, Wiz Arex dos Santos
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
100.964.177-81, residente à Rua Doufor 194210 CAMPOS NUZIA
Bairro Parisot de Souza Z , CEP 86082-360 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
(local e data) , 22 de Marentono de 2013.
Luiz Alex dos Saxos.
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos: · RG;







Eu, alice Bernardo da Eug
Eu, alle Bernardo da ling
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
6.695.984_8, residente à Rua Sumembes nº467
Bairro Vila Cas one, CEP 36.026410na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
Landina, 26 de entubro de 2013.
(lòcal e data)

Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:
• RG;







Eu, Sandra Regina Pervira
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
5,220.621-9, residente à Av. Pous. Abraham lincoln no
Bairro cofegol I , CEP 86049-090 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
(local e data) , 10 de novembro de 2013.
Sandra R. Perina
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio
Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos: • RG;







Nos Comunicasos Pinks 75

MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL

Eu, Jone Deltrão dos santes
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
4.362 873-9, residente à Rua Sebastião H. Marimento 113
Bairro Profa Moelda mandarino, CEP 46080-310 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
Jondrina , 25 de Outubra de 2013.
(local e data)
La Bosentel: - Fore Josephena
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:

· RG;





Eu, Jason Beltrão dos mites
Eu, Jazon Belbrão dos Montes
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade n
Mar Marine residente à R. Sebastica H nasiments 113
Bairro Rafa Helda mandarino, CEP 86086-310 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma n
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu tota
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do Serviço.

(local e data)

, 25 de Outubro de 30/3

Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:
• RG;



Bes Comunicações 78 Ini Rubitas 9 co



SERVIÇO NOTARIAL SANTOS

JEJFAX: 3328-3334 - LONDRINA - PR

A Sente fotocópla confere com

o pris al Dou fé.

Lordina 2 DUT. 2013

Celso Santos de Oliveira Júnior

screventa / Substituto







Eu, Courtide Pereira
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
3.037.5440 , residente à Av. Pous Abraham Lincoln no 1
Bairro cofegal I , CEP 86049090 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do Serviço.
fendrina , 10 de nevembre de 2013. (local e data)
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio
Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos: • RG;



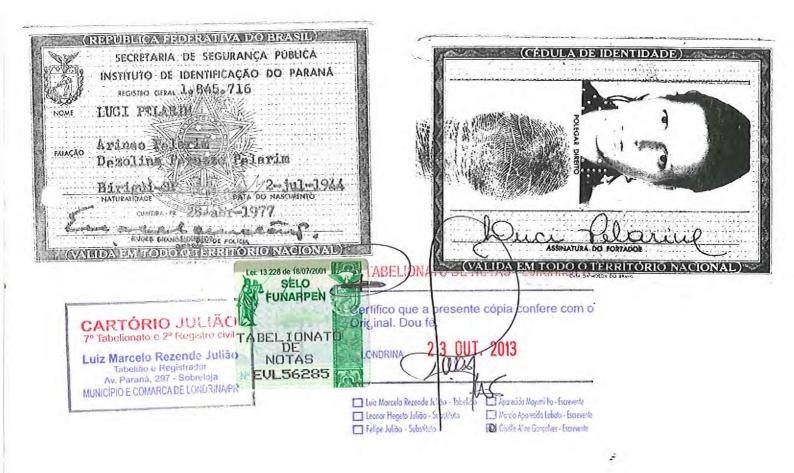






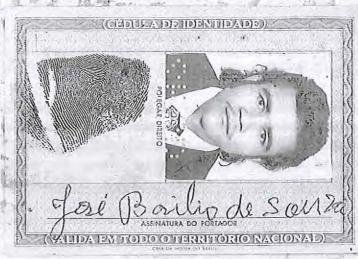
Eu, Duci Pelaum
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
1.845. \$16 , residente à R. Santa Verezinha 1846
1.845.\$16, residente à R. Santa Verezinha 1846 Bairro Vila Sta Verezinha, CEP 860\$\$610 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
Aondrina , Lo de Outubro de 2013. (local e data)
Duci Relaime
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio
Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:





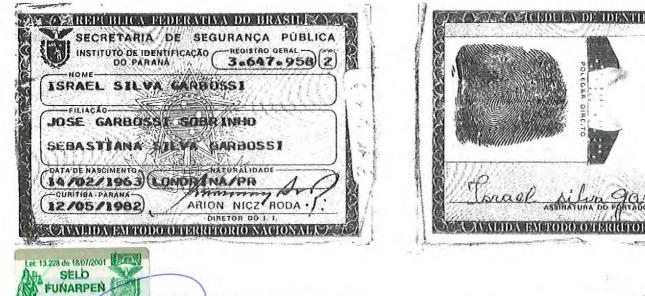


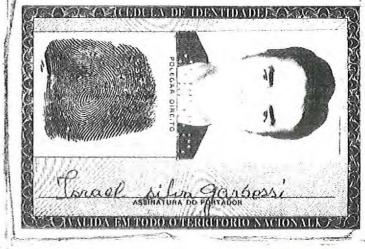






EU, ISRAEL SILVA GARBOSSI
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº 3.647.958.2., residente à RUA: LDA POSTALLÍ MOTORELLÍ.
Bairro CAFEZAL I , CEP 86049060na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
(local e data) Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio
Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos: • RG;









EM BRANCO



Eu, Biloro Viloriano des Sontes
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
3.711.849-4 , residente à R. FLORENCA W. 251 P/Z
Bairro youlin Pigo, CEP 86.041.190 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.

Jondaina , 05 de novembro de 2013 (local e data)

Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio



Saw migkiiFByb2Nlc3Nviekpzzio / wxpemFkbyBvvbzwuiekgKDAyODE4ODAp SEI-53000:072167/2013-61 / pg. 92



EU. Toula Monteira de Arongo
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
3.619-309-3 , residente à R. Adrione Morino Joules vog
Bairro Monte Belo , CEP 86041-540 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
Sondrina Pr., 26 de Outubro de 2013.
(local e data)

Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:

• RG;



Eu, JOSE JOSEINIO BISRO
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
Nº 12710.883-8, residente à Rua Micho, 722
Bairro Piza , CEP 86041180 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

(local e data)

Serviço.

Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do

Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:

• RG;











Eu, Hilia da Silva Tiropelle
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
169-717-858/PR , residente à RUP! DER Agnaldo P. Lima
Bairro Monte Belo , CEP 8604310 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
LONDO INA , O 7 de MOVEMBRO de 2013 (local e data)
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio
<i>V</i>
Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:

1

RG;

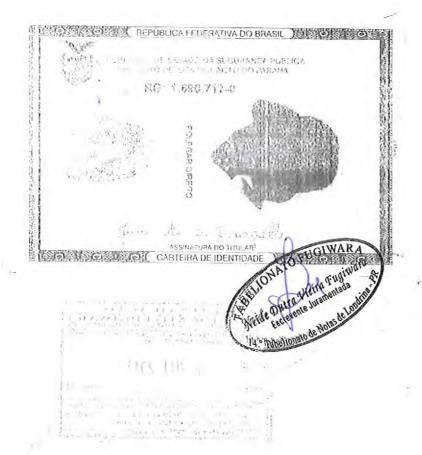














(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade no
5.907.776-7, residente à Roma 484
Bairro, CEP & oll - ona cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
handre de 201

(local e data)

Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:

• RG;



CARTÓRIO PIRES - 6° OFICIO DE NOTAS

R. PIO XII, 65 - CEP 86020-380 - Londrina-PR - F. (43) 3323-7743

Reconhego a(s) filma(s) de Contoni a Zani

Les 13228 de 1801/2001 Por semelhança

De SELO Londrina-PR, 0 6 NOV. 2013 da verdade.

TABEL IDNATO

DE NOTAS

ENZO0006

LONGRINA

PAPANA

PAPANA

PAPANA

PAPANA



MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL

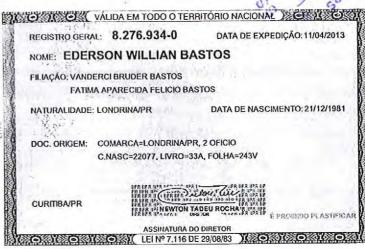


Eu, Edirson William Boston
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade no 8216 934 o, residente à TRV. Turiquis
Bairro <u>Utila Casorii</u> , CEP <u>86.02658</u> 0na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu tota
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
Londrina , 27 de Autilia de 2013 (local e data)
BUBI.
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio
Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos: • RG;

1







1º OFÍCIO DE NOTAS - LONDRINA-PR TABELIONATO ROCHA Certifico que a autenticação da presente fotocópia encontra-se no verso da mesma.

1º Oficio de Notas de Londrina-PR
TABELIONATO ROCHA
Commos presente folecópia
ce: 13 xeukemzmia de original, de que dou fé.
Le: 13 xeukemzmia de original, de que dou fé.
Le: 14 xeukemzmia de verdade.

ocha Jr. - 1º Tabellao da l'ocha - Subst. do Tabellao da Rocha - Subst. do Tabellao Gergietra Lima - Escr. Autorizada da S.iva Cruz - Escr. Autorizada

14.451.531-6

5001308104

14,451,531-6

MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL



Eu, Daviela barter hire	
(nome da pessoa que está manifestando apoio),	portador da carteira de identidade nº
:41.757496 6 , residente à fua	Justinaline (nº 35
Bairro gl. Idval , CEP / 86	ω 6 −2 γ na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos d	
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de C	outubro de 2011, demonstrar o meu tota
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRI	A INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.	
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área	pretendida para a execução do
Serviço.	5
	× 5-0
Cordino	27 de outubro de 2013.
(local e data)	
Due	7
Assinatura da pessoa que mani	ifesta o seu apoio
	74
Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguinte • RG;	es documentos:

1

1º OFÍCIO DE NOTAS - LONDRINA-PR TABELIONATO ROCHA Certifico que a autenticação da presente fotocópia encontra-se no verso da mesma.



Nies: 98 Winds

O MODILI MALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL DO MODI DANTELA SANTOS SILVA HUAÇÃO FRANCISCO ROSARIO DA SILVA MARIA INES DOS SANTOS SILVA S.PAULO -SP Ø1/DEZ/1983 DUC ORIGEM SÃO PAULO-SP BELA VISTA CN:LV.A1ØØ/FLS.Ø54V/N.Ø6Ø212

_da verdade. Reservito da Rocha Jr. - 1º Tabellão Partir de da Rocha - Subst. do Tabellão Jose Oki. rio da Rocha - Subst. do Tabellão Citene Ocistina Gerqueira Lima - Escr. Autorizada Jostane Rocha da Silva Cruz - Escr. Autorizada

MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL



EU, SANSAO RIBERO SILVA	
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira	de identidade nº
CRC PR 023323-0/8 , residente à RVA BELO HORIZONTE,	129 APTO. 104
Bairro, CEP	de de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem	8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demo	nstrar o meu tota
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que te	em por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.	
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a exe	cução do
Serviço.	
(local e data), 15 de MOVEMBRO	de <u>2013</u>
(local e data)	
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio	
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio	
Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:	

1

· RG;



MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL

	Salva Inviterio Silva
,	la pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
40	188067-4, residente à R. Belo Houzoute 1129-Ap
Bairro _	Centro , CEP 86020 069na cidade de Londrina
Estado d	do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, 8	aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à	iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar	o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo a	inda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.	
	Ladrina , 15 de novembro de 2013
	(local e data)
	Laci Tuppi
	Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio





5001222125

Nos Comunications of the state of the state

14-254,50 -9

14.254.545-8



MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS HÁ MENOS DE DOIS (02) ANOS

A onestização mo covernamentas Vizinio Sou zono
(denominação da entidade), inscrita no CNPJ sob o nº 17 376 º146 / 000 4 ⁻55,
com sede à rus costro acres , n. 261 Bairro SAAMENI - MA
CEP 8600, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, entidade sem fins lucrativos,
legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, nos termos de
que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de
Outubro de 2011, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
INTEGRAL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Afirmo,
ainda, que a sede desta entidade se situa na área pretendida para a execução do Serviço.
21 1 1 2 2 2
(local e data)
assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio
Nome do representante legal: Common week Contrains to Fortroura
CPF: 017 312 379-Jo
 Atenção: Anexar uma cópia autenticada dos seguintes documentos: Ata de eleição ou termo de posse do declarante (representante legal), e, Cópia do CNPJ.





Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

	REPÚBLICA FED	ERATIVA DO	BRASIL	i.			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA							
número de inscrição 17.376.946/0001-50 MATRIZ				DATA DE ABERTURA 07/01/2013			
NOME EMPRESARIAL DRGANIZACAO NAO G	OVERNAMENTAL VIZINHO SOLI	DARIO			-		
ÍTULO DO ESTABELECIMENT /IZINHO SOLIDARIO	O (NOME DE FANTASIA)						
ÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATI 4.99-5-00 - Atividades	VIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL associativas não especificadas a	anteriormente					
ódigo e descrição das a Vão informada	TIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS						
ódigo e descrição da na 199-9 - ASSOCIACAO P					-		
OGRADOURO R CASTRO ALVES		NÚMERO 261	COMPLEMENTO		100		
GEP 36.070-670	BAIRRO/DISTRITO JD SHANGRI-LA A	MUNICÍPIO LONDRINA			UF PR		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				A DA SITUAÇÃO CADA 01/2013	STRAL		
	TRAL '						
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAS		1,5	5°.				

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 23/01/2013 às 11:35:30 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 23/01/2013



Nitia: 105 Proposed P

LONDRINA



EST. DO PARANÁ

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS PESSOAS JURÍDICAS

1.º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Luiza Losi Coulinho Mendes
OFICIAL

Giovani Losi Coulinho Mondes
(ESCREVENTE SUBSTITUTO)

Ana Maria Losi Marques de Jesus
(ESCREVENTE AUTORIZADA)

RUA PIAUÍ, 399 - 3.º ANDAR - SALA 304 CENTRO - FONE/FAX: (43) 3322-1900

NOME....: ORGANIZACAO NAO GOVERNAMENTAL VIZINHO

SOLIDARIO

DOCUMENTO: ATA DE FUNDACAG/ESTATUTO/ELEICAG NUM. REG.: 7666 LIVRO: A DATA: 07/01/2013



1.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURIQUES

RUA PIAUÍ, 399 - 3.º ANDAR - SALA 304 - FONE/FAX: (43) 3322-1900

Luiza Losi Coutinho Mendes

Giovani Losi Coutinho Mendes
(ESCREVENTE SUBSTITUTO)

Ana Maria Losi Marques de Jesus

Legistro de Titulos e

Samira Nara Souza Sampaio (ESCREVENTES AUTORIZADAS)

CERTIDÃO

Certifico, a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo o Livro "A", do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, consta existir a Inscrição sob o nº 7.666, de 07/01/2013, do Estatuto Social da(o) "ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL VIZINHO SOLIDÁRIO", com sede e foro em Londrina, Estado do Paraná, Apontada sob nº 19.627, do Protocolo "P.J.", em 07/01/2013.

Certifico ainda que, estão devidamente arquivados neste Ofício, os documentos exigidos pela Lei Federal nº 6.015, artigos nº 120 e 121 de 31/12/73.

1º OFICIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Rua Piaul, 399 - 3º Andar Sala 304 Luiza Losi Coutinho Mendes OFICIAL

Giovani Losi Coutinho Mendes ESCREVENTE SUBSTITUTO Ana Mana Losi Marques de Jesus Samira Nare Souza Sampaio Arthur Douglas Antico ESCREVENTES AUTORIZADOS O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. LONDRINA, 07 DE JANEIRO DE 2013.

duisa de mendo LUIZA LOSI COUTINHO MENDES OFICIAL



1º Oficio de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas

ONDRINA PARANA

ATA DE FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DE ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL DA ONG "VIZINHO SOLIDÁRIO". Às vinte horas do dia 11 de dezembro de 2012, no endereço sito à Rua Castro Alves, 261, Jardim Shangri-lá "A", da cidade e Comarca de Londrina, Paraná, conforme assinaturas constantes deste Livro de Atas, foi oficialmente aberta a Assembléia Geral da "ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL VIZINHO SOLIDÁRIO", a qual é uma pessoa jurídica sem fins lucrativos, com prazo de duração ilimitado e com sede e foro provisários na cidade e Comarca de Londrina, Paraná, na Rua Castro Alves, 261, Jardim Shangri-lá "A". Assumiu a presidência da mesa da assembléia a Senhora Gabriela Luzzi Carneiro da Fontoura, brasileira, divorciada, nutricionista, portadora do RG nº 5334102/0-PR e do CPF nº 017312379/10, residente e domiciliada na Rua Castro Alves, 261, Jd. Shangri-lá"A", Londrina, PR, a qual chamou a mim, Augusto César Carvalho Machado para ser o secretário dos trabalhos constantes da pauta, assim como o responsável pela tomada das assinaturas ao final firmadas. Deste modo eu, scretário, li em voz alta a Ordem do Dia, composta dos seguintes assuntos: 1) - a fundação desta organização; 2) - a eleição do corpo administrativo desta organização; 3) - aprovação do logo e do Estatuto Social. Assim, anunciei em voz alta tanto o nome da organização, como o inteiro teor do seu Estatuto Social, mostrei seu logo e, em seguida, passei a palavra à presidente da mesa, a qual, ato contíguo, pôs em votação, tanto o nome, quanto o logo e o teor do estatuto, sendo que, ao final, tudo restou aprovado por unanimidade pelos membros presentes. Deste modo, o logo(em anexo) e o estatuto abaixo aprovados em assembléia geral são os seguintes:

ESTATUTO SOCIAL DA

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL VIZINHO SOLIDÁRIO

CAPÍTULO I

I. DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO E SEDE II. DAS FINALIDADES

I. DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO E SEDE

Art. 1º - A Organização Não Governamental VIZINHO SOLIDÁRIO, constituída em 11 de dezembro de 2012, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, político-partidários ou religiosos, com tempo indeterminado de duração. Tem sua sede na provisória na Rua Castro Alves, 261, Jardim Shangri-lá "A", Londrina, Paraná, e será regida pelo CEP:86070-670, é portadora do CNPJ/MF nº presente Estatuto Social e pela legislação nacional aplicável à espécie.

A ONG Vizinho Solidário também será denominada simplesmente por VIZINHO SOLIDÁRIO e poderá adotar o logo VIZINHO SOLIDÁRIO, devidamente acompanhado do logo do 5º Batalhão da Polícia Militar de Londrina e o logo do CONSEG

Londrina.









1º Oficio de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas

! ONDRINA

§ 2º - A sede da entidade será provisória e se localizará na residência da pessoa do Presidente da organização.

II. DAS FINALIDADES

Art. 2º - São objetivos da organização:

- I promover o desenvolvimento do projeto "Vizinho Solidário", no tocante à segurança, qualidade de vida, saúde, proteção e defesa dos direitos dos idosos, da mulher, da criança, dos adolescentes, dos silvícolas, do Meio Ambiente e da Natureza, dos consumidores;
- II promover o desenvolvimento da vida comunitária nos e dos bairros da Nação Brasileira:
- representar os moradores e/ou proprietários de imóveis dos bairros brasileiros em suas reivindicações junto aos poderes constituídos;
- IV promover e contribuir para o desenvolvimento do bem estar dos bairros brasileiros, em todos os seus aspectos; e
- V colaborar com o poder público e com outras entidades, como associações de bairros e líderes comunitários quando se tratar de obter soluções para o atingimento dos objetivos acima.
- §1º No desenvolvimento de suas atividades, a organização observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.
- § 2º A VIZINHO SOLIDÁRIO desenvolverá suas finalidades dentro da circunscrição do território nacional, inclusive junto às embaixadas brasileiras em território estrangeiro e poderá manter relações, acordos, convênios, parcerias e cooperações com entidades e instituições públicas, privadas ou mistas, nacionais e/ou internacionais na consecução de suas atividades e finalidades, atendendo em suas atividades a todos, isenta de quaisquer preconceitos ou discriminações relativas à nacionalidade, cor, raça, gênero, orientação sexual, credo religioso, classe social, concepção político-partidária, religiosa, filosófica, quer em suas dependências, em seu quadro social ou onde vier a atuar, ressalvando, desde já, no entanto, o direito de aplicar punições ético/administrativo/disciplinares a quaisquer membros de seu quadro de associados que vierem a incorrer em uma ou mais de uma das infrações previstas neste Estatuto Social, no Regimento Interno e no Código de Ética.

CAPÍTULO II

I - DOS ASSOCIADOS:

Da admissão de associados
 Da exclusão / renúncia de associados

II. DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

III. DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

IV - DA ASSEMBLÉIA GERAL

I - DOS ASSOCIADOS

D: W: #

e Civil de Pessoas Jurídicas

Art. 3º - Poderão se associar a esta organização, após aprovação cadastral pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal:

todo cidadão que tenha no mínimo 18 (dezoito) anos de idade;

- proprietário de imóvel(is) residencial(is) e não residencial(is), locatários, posseiros, comodatários e afins;
- III. líderes comunitários;
- associações de bairros e
- v. demais entidades nacionais ou internacionais, públicas, privadas ou mistas, cujos interesses, objetivos e/ou necessidades se irmanem aos desta organização.

1. Da admissão de associados

- Art. 4º No caso de pessoas físicas, a associação é um ato personalisssímo, vale dizer, não poderá ser efetuada via procuração. Em se tratando de pessoas jurídicas, poderá ser feita através da pessoa de seu representante legal.
- Art. 5º Poderão ser associados desta organização, após aprovação da ficha de inscrição cadastral pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal:
- todo cidadão com no mínimo 18 (dezoito) anos de idade;
- proprietário de imóvel(is) residencial(is) e não residencial(is), locatários, posseiros, comodatários e afins;
- III. líderes comunitários;
- IV. associações de bairros e
- v. demais entidades nacionais ou internacionais, públicas, privadas ou mistas, cujos interesses, objetivos e/ou necessidades se irmanem aos desta organização.
- Art. 6º Para o ingresso de pessoas físicas, o interessado deverá preencher ficha de inscrição cadastral, a qual será apreciada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:
- cédula de identidade, CPF, comprovante de residência;
- II. comprovante do número da inscrição imobiliária (IPTU) do imóvel de sua propriedade;
- cópia do contrato que demonstre a licitude da posse daquele que ocupa o imóvel na condição de posseiro, locatário, comodatário ou afins;
- IV. no caso de líderes comunitários, afora os documentos enumerados no inciso I deste artigo, deverá apresentar também cópia atualizada e registrada da ata de eleição e posse ao cargo que ocupa perante a entidade que representa;
- V. concordar expressamente com o presente Estatuto, com o Regimento Interno e o Código de Ética e expressar em sua associação na entidade e fora dela, os princípios de ética, bons costumes e moralidade;
- VI. ter idoneidade moral e reputação ilibada;
- VII. assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas. § único- Desde já fica esclarecido que:
- a) no caso de pessoas físicas, a contribuição mensal será cobrada por cabeça ou imóvel, acaso a pessoa seja proprietária de mais de um imóvel, dela podendo associar o indivíduo que manifestar vontade neste sentido.
- b) com relação às pessoas físicas entende-se por contribuição mensal a prestação pecuniária a ser efetuada diretamente à Diretoria Executiva da organização, mediante recebido e contra-fé.
 - Art. 7º O ingresso de pessoas jurídicas, públicas, privadas, mistas, nacionais ou

internacionais, cujos objetivos, propostas e/ou necessidades se identifiquem com os da organização, poderá ser efetuado através de convênios, parcerias, acordos e afins, devendo ambas as entidades firmar, de modo expresso e formal, os respectivos instrumentos que as vinculam, segundo as prescrições das leis vigentes neste País, inclusive para o competente registro.

§ único - Desde já fica esclarecido que:

 a) - no caso de pessoas jurídicas, nacionais ou estrangeiras, públicas, privadas ou mistas, as contribuições mensais poderão variar de acordo com o porte e o âmbito de atuação das mesmas e/ou a critério dos acordos pactuados entre a organização VIZINHO SOLIDÁRIO e tais empresas,

 b) - em relação às pessoas jurídicas aqui mencionadas entende-se por contribuição mensal os valores pecuniários, prestações de serviços, doações e afins que vierem a ser estabelecidos nos acordos firmados entre estas associações e a VIZINHO SOLIDÁRIO, prestados diretamente à organização, mediante recibo preparado em duas vias de idênticos teor e forma.

2. Da exclusão / renúncia de associados

- Art. 8º A perda da qualidade de associado dar-se-á via processo ético/administrativo /disciplinar arrazoado e comprovado, o qual será apreciado em primeira instância pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal e, em segunda e última instância, pela Assembléia Geral Extraordinária dos associados mediante recurso dos interessados. Serão excluídos do quadro social os associados que:
- a) pedirem expressamente seu desligamento, renunciando sua situação de associado;
- b) insistirem em desrespeitar ou violar este Estatuto;
- c) difamarem, caluniarem, injuriarem ou prejudicarem a associação, seus membros administrativos, demais associados, o patrimônio da entidade, seus símbolos, marcas ou objetos. Nesta situação, os excluídos ou renunciantes poderão ser imputados ainda às penalidades previstas na lei comum vigente no País, cabíveis ao caso;
- d) praticarem ou insistirem em praticar atividades contrárias às decisões da Assembléia Geral dos associados;
- e) portarem conduta duvidosa, praticarem atos ilícitos e/ou imorais e/ou amorais;
- f) injustificavelmente faltarem com o pagamento de três parcelas consecutivas das contribuições associativas, em que pesem as cobranças;
- g) os que, injustificavelmente, deixarem de participar por três vezes consecutivas das assembléias gerais ou reuniões administrativas agendadas na forma deste estatuto;
 - § 1º o ato de demitir-se ou ser excluído é igualmente personalíssimo, não pode ser efetuado via procuração e refere-se exclusivamente àquele que se demite ou é excluído:
 - § 2º a demissão ou desligamento do associado será efetivada, para efeitos de renúncia, após a quitação dos débitos que, por acaso, este ainda tenha para com a organização no ato da saída;
 - § 3º o associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido após a quitação de seu débito junto a tesouraria da organização e o pagamento antecipado de três contribuições mensais;
 - § 4º o associado excluído ou que pediu seu desligamento poderá ser reintegrado, mediante o preenchimento de nova ficha de inscrição, observados os procedimentos neste estatuto normalmente estabelecidos para novos ingressantes.

Art. 9º - O associado poderá solicitar a sua demissão ou renúncia temporária obdefinitiva e, para tanto, bastará comunicar o seu afastamento por meio de correspondência elaborada em duas vias de idênticos teor e forma, protocolada junto à secretaria da organização devendo, no entanto, no ato de sua retirada, saldar suas obrigações para com a tesouraria, acaso haja pendências.

Art. 10° - Na hipótese prevista no artigo anterior o associado poderá retornar ao quadro social a qualquer tempo, bastando para tanto preencher uma ficha de inscrição cadastral, observando todo o procedimento de uma inscrição nova, previsto nos artigo 9° ou 10° acima, conforme seja pessoa física ou jurídica.

II. DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

Art. 11º - São direitos dos associados:

- votar e serem votados para quaisquer cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal na forma prevista neste estatuto;
- II. participar das atividades da organização, inclusive de departamentos, comissões ou cargos, quando convidados pela Diretoria;
- participar das reuniões da Diretoria, com direito à palavra e da Assembléia Geral, com direito à voz, apresentação de propostas e voto;
- IV. solicitar à Diretoria informações sobre medidas ou atos desenvolvidos junto à comunidade da circunscrição nacional;
- v. requerer à Diretoria a convocação de Assembléia Geral Extraordinária, mediante aquiescência expressa de, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos associados quites com suas obrigações para com a associação;
- VI. recorrer à Assembléia Geral contra quaisquer atos da Diretoria e do Conselho Fiscal, contrários às finalidades deste estatuto e/ou os direitos aqui mencionados.

III. DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

- Art. 12º São deveres dos associados:
- I. cumprir e zelar pelo cumprimento das disposições estatutárias e regimentais;
- II. acatar as decisões da Assembléia Geral;
- III. zelar pelo bom nome e pelo fiel cumprimento dos objetivos da associação;
- IV. efetuar pontualmente os pagamentos referentes à contribuição social definida;
- v. comunicar aos órgãos sociais qualquer ocorrência, fato ou proposição de relevante interesse para a organização;
- VI. exercer as obrigações e nomeações que lhe forem atribuídas ou que lhe forem solicitadas, prestando contas de seus atos à Diretoria Executiva;
- VII. defender o patrimônio, as necessidades e os interesses da Associação;
- VIII. comparecer por ocasião das assembléias gerais e das eleições;
- IX. denunciar quaisquer irregularidades verificadas dentro da organização, para que a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal tomem as providências cabíveis ao caso.

Art. 13° - Os associados não respondem, nem ativa e nem passivamente, nem solidária, nem cumulativa e nem subsidiariamente, pelas obrigações sociais assumidas pela organização assim como a organização não se responsabiliza, nem mesmo



subsidiariamente, pelas obrigações pessoais de seus associados.

Art. 14° - Os sócios da organização, sejam eles membros comuns ou conselheiros ou diretores, instituidores, parceiros, benfeitores ou equivalentes, não têm direito, quer direta, quer indiretamente, a eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos. dividendos, bonificações, participações ou parcelas do patrimônio da organização, ou qualquer outro dividendo que esta vier a auferir mediante o exercício de suas atividades. sendo que estes serão aplicados integralmente na consecução do seu objetivo social. A organização não remunerará os seus associados, nem mesmo ocorrerá vínculo trabalhista e/ou previdenciário em decorrência das atividades desempenhadas dentro da organização.

IV. DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 15º - A Assembléia Geral dos associados é a instância máxima de deliberação da organização, sendo soberana as suas decisões e se compõem de todos os sócios em pleno gozo dos seus direitos e deveres estatutários. Será presidida pelo Presidente da Diretoria Executiva e, na falta deste pelo Secretário.

Art. 16º - A Assembléia Geral reunir-se-á:

- A) ORDINARIAMENTE, uma vez por ano e no 3º trimestre, cabendo a ela:
- aprovar a proposta de programação anual da organização, assim como a plurianual e respectivos orçamentos, submetida pela Diretoria Executiva, previamente apreciada pelo Conselho Fiscal;
- apreciar o relatório anual das atividades da Diretoria Executiva;
- III apreciar e homologar a prestação de contas da Diretoria Executiva, já submetidas ao parecer do Conselho Fiscal.
- IV ~ em ano de eleição, eleger e empossar os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- V. aprovar reforma neste Estatuto, não podendo, no entanto, ser objeto de mudança as finalidades da associação, ressalvadas no artigo 2°, retro;
- deliberar acerca de assuntos não previstos neste Estatuto; VI.
- manifestar-se sobre matérias que lhe sejam submetidas e executar as atribuições VII. que sejam de sua esfera de competência e atuação.
- VIII. decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens da organização.
- EXTRAORDINARIMENTE, reunir-se-á tantas vezes quantas as necessárias e sempre que convocada quer pelo Conselho Fiscal e/ou pela Diretoria Executiva, ou por 20% dos membros ativos e quites para com suas obrigações sociais, através de convocação arrazoada e para deliberar :
- sobre propostas ou projetos formulados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal em conjunto e que envolvam interesse imediato urgente desta organização;
- segunda e última III - para deliberar e julgar em instância ético/administrativo/disciplinares;
- quando, havendo urgência, relevância ou acúmulo de assuntos a deliberar que não IV puderam ser esgotados durante a Assembléia Geral, a Assembléia agenda nova data, hora e local para dar continuidade à pauta, sendo que os associados, neste mesmo ato, já ficam cientes da nova convocação;
- V mediar e conciliar nas questões que envolvam dúvidas, discórdias e pendências





e Civil de Pessoas Jurídicas

entre associados e/ou entre estes e a Diretoria Executiva e/ou o Conselho Fiscal; VI. também será acionada para novas eleições acaso ocorra o falecimento de Presidente, ou vacância definitiva no cargo de Presidente não decorrente de falecimento. Nestas hipóteses, o Secretário assumirá temporariamente a Assembléia Geral Extraordinária, respeitando as atribuições que normalmente cabem ao Presidente quanto à convocação da assembléia, previstas no artigo18°, e 18° § único deste Estatuto, fazendo assentar com clareza que a Ordem do Dia é eleição para escolha e empossamento do novo Presidente. Nesta situação:

 a) - O Secretário e o Tesoureiro permanecem nos seus cargos até final mandato, exceto se um deles for eleito presidente pela assembléia geral extraordinária. Ocorrendo isto, caberá ao novo Presidente escolher, dentre os membros ativos, aquele que mais se coadune aos objetivos da organização, assim como ao seu

plano administrativo/gestor, para ocupar o cargo vago.

b) - O novo Presidente empossado, independente de seu plano administrativo/gestor, deverá respeitar os compromissos assumidos pelo Presidente anterior, que envolvam os interesses e obrigações da organização, dando seguimento aos mesmos, desde que tais compromissos não tenham sido tema do processo ético/administrativo/disciplinar que culminou no afastamento do seu antecessor.

§ único - Aplicam-se às assembléias gerais as previsões estatutárias previstas no

artigo 20 e seus parágrafos.

Art. 17º - Somente poderão participar da Assembléia Geral os associados que, na data da realização da reunião, comprovarem estar em dia e ativos com suas obrigações sociais.

§1° - Em geral, as deliberações serão tomadas pela maioria simples dos votos

válidos dos associados ativos e quites presentes.

- §2° A Assembléia Geral se instalará apenas com a presença de, pelo menos, dois terços dos associados, em primeira convocação e, em não havendo "quorum" mínimo, será instalada, trinta minutos depois, em segunda convocação, com os associados ativos, quites e votantes presentes ao feito.
- Art. 18º A convocação da Assembléia Geral será feita pelo Presidente, com antecedência mínima de sete dias e máxima de quinze dias, por meio de edital afixado na sede da organização.

§ único - A divulgação obrigatória do edital de convocação dar-se-á por publicação no Portal VIZINHO SOLIDÁRIO que é www.vizinhosolidario.com ou na imprensa escrita local, podendo, também, ser divulgado por circulares ou outros meios de comunicação oficial e convenientes, principalmente mensagens nos e-mails dos associados, devendo conter a Ordem do Dia dos assuntos a ser discutidos, data, hora e local da reunião.

- Art. 19° As atas das reuniões da Assembléia Geral serão lavradas em livro próprio, com páginas numeradas pelo Secretário da organização, sendo assinada pelo Secretário, pelo Presidente, pelo Tesoureiro e por todos os presentes ativos e com direito a deliberar.
- Art. 20° A VIZINHO SOLIDÁRIO adotará práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes paraa coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e/ou vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios em assembléia geral.



1º Oficio de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas

CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA E DAS ATRIBUIÇÕES

I. DA DIRETORIA EXECUTIVA

II. DO CONSELHO FISCAL

Art. 21° - A "VIZINHO SOLIDÁRIO" terá a seguinte estrutura:

I – Unidade Central, foro competente para dirimir, sanar ou propor quaisquer questões, inclusive jurídicas, com sede provisória na Rua Castro Alves, 261, Jardim Shangri-lá "A", na cidade e Comarca de Londrina, Paraná, tal qual a previsão estatutária do artigo 1º e seu § 2º;

II - Unidades Regionais Direcionadas, localizadas em qualquer lugar do território nacional onde seja conveniente a consecução das finalidades da organização. São órgãos operacionais e respondem pela implementação das políticas administrativo/operacionais definidas pela unidade central da organização compatibilizando-as com as características específicas da legislação, da cultura e dos costumes de cada localidade.

III— Escritórios. São pequenas estruturas ligadas às Unidades Regionais Direcionadas, com a finalidade de facilitar o relacionamento dos intervenientes com a organização, aumentando sua capilaridade.

Art. 22º - A Organização VIZINHO SOLIDÁRIO será administrada:

- I pela Diretoria Executiva e
- II pelo Conselho Fiscal.

§ único - A administração das unidades regionais direcionadas e dos escritórios será definida pela Diretoria Executiva, à luz das legislações nacional e local.

Art. 23º - As pessoas físicas que compõem os órgãos da administração não respondem e não responderão nem ativa e nem passivamente, nem isolada, nem solidariamente, nem cumulativa e nem subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela VIZINHO SOLIDÁRIO, em decorrência de ato regular de gestão, assim como a organização não se responsabiliza, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações de seus associados.

I. DA DIREITORIA EXECUTIVA

Art. 24º - A Diretoria Executiva é o órgão de planejamento, execução e direção da organização, com mandato de 15 (quinze), anos, podendo ser renovado indeterminadamente, via eleições, para igual prazo.

§ 1º - Desde já fica esclarecido que os membros da Diretoria Executiva atuarão junto a esta organização através do sistema de voluntariado, estando disto cientes desde quando montam as chapas para eleição, bem como quando tomam posse dos cargos para os quais foram eleitos.

§ 2º - no entanto, os mesmos têm direito ao reembolso das despesas que fizerem no exercício de suas atividades para o cumprimento das finalidades desta organização.

Art. 25° - Os membros da Diretoria Executiva, limitados a três, ficam escolhidos e empossados no ato da fundação da organização, através de votação por aclamação lavrada em Ata na primeira reunião da Assembléia Geral. Assim, a Diretoria Executiva fica composta pelos seguintes membros:

a) um Presidente, que, tendo direito a veto, preside tanto a administração da



1º Oficio de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoas Jurídicas

organização, quanto a Assembléia Geral.

b) um Secretário Executivo, que, além de assessorar os trabalhos da organização, atua como secretário da assembléia geral.

c) um Tesoureiro.

- § 1° O Secretário Executivo substituirá o Presidente e assumirá a presidência semporária na representação da Diretoria Executiva e, consequentemente, da organização e da Assembléia Geral, nas faltas ou períodos de ausência justificadas deste, principalmente quando a presença do Presidente se fizer necessária e imprescindível nos casos de atendimento das finalidades e/ou necessidades da organização em outras localidades, ou por motivo de doença, ou outros previstos no artigo 16, B, VI, "a", retro assim como na lei comum vigente no país.
- § 2° O Tesoureiro substituirá o secretário, nas faltas ou períodos de ausência justificadas deste, quando a presença do Secretário se fizer necessária e imprescindível nos casos de atendimento das finalidades e/ou necessidades da organização em outras localidades, ou por motivo de doença, ou outros previstos na lei comum vigente no país.
- Art. 26° Compete aos membros da Diretoria Executiva, em conjunto ou isoladamente, conforme as atribuições e competências de cada cargo:
- I elaborar e submeter à Assembléia Geral a proposta de programação anual da "VIZINHO SOLIDÁRIO" e seu respectivo orçamento para o exercício seguinte, já apreciados pelo Conselho Fiscal, ou pela maioria dos conselheiros fiscais;
- II elaborar e submeter à Assembléia Geral a proposta de planos plurianuais e seus respectivos orçamentos, elaborados em conjunto com o Conselho Fiscal ou apreciados pela maioria dos conselheiros fiscais;
 - III executar a programação anual de atividades do "VIZINHO SOLIDÁRIO";
- IV elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual de atividades da "VIZINHO SOLIDÁRIO";
- V reunir-se com instituições públicas, semi-públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- VI contratar, demitir e, se necessário, ou conveniente, terceirizar serviços ou mão de obra;
- VII firmar junto a entidades públicas, semi-públicas, privadas, nacionais ou estrangeiras, contratados, firmar convênios, parcerias e outros ajustes afins com as finalidades da organização, assim como extingui-los, caso deixem de ser convenientes aos objetivos da organização;
- VIII regulamentar ou vetar e remeter a reexame, as Ordens Normativas do Conselho Fiscal e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da "VIZINHO SOLIDÁRIO";
- IX planejar, dirigir, acompanhar e controlar todas as atividades da "VIZINHO SOLIDÁRIO", respeitadas as disposições legais e estatutárias;
 - X autorizar a assunção de direitos e de obrigações;
 - XI deliberar sobre:
 - a) o recebimento de doações com encargos;
 - b) a alienação de bens móveis;
 - c) a cessão e transferência de direitos e outros bens móveis;
 - d) critérios para a aquisição e utilização de bens e serviços de interesse da organização;
 - e) o valor das contribuições mensais obrigatórias a todos os associados.
- XII propor plano de cargos, salários, remunerações dos diretores e dos conselheiros, funcionários ou contratados, podendo para tal contratar, distribuir, ratificar, retificar, remanejar, criar e redistribuir atribuições, funções, cargos e competências entre



1º Offclo de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas ONDRINA

os seus membros, diretores, funcionários e contratados;

XIII - manifestar-se, inclusive vetando, sobre matérias que lhe sejam submetidas e executar outras atribuições que lhe sejam conferidas pela Assembléia Geral.

XIV - expedir instruções, mediante Resoluções Internas ou Ordens Normativas para execução das decisões havidas pela Diretoria Executiva ou em Assembléia Geral;

 XV – apresentar nas assembléias gerais balanço geral e contas da administração do exercício anterior, bem como um relatório dos trabalhos do ano decorrido;

XVI - estabelecer, juntamente com o Conselho Fiscal ou com a maioria dos conselheiros, critérios ou planos para a cobertura de despesas emergenciais;

XVII - decidir acerca do projeto e do programa pedagógico dos Cursos do "VIZINHO SOLIDÁRIO" e designar os respectivos dirigentes encarregados de desenvolver e aplicar, na prática, a efetivação do projeto e do programa pedagógico;

XVIII - apreciar as propostas de novas afiliações, conjuntamente com o Conselho Fiscal ou com a maioria dos conselheiros, podendo aprová-las ou rejeitá-las com base neste Estatuto,

XIX – aplicar aos membros processados, as penas disciplinares determinadas nas Assembléias Extraordinárias Gerais iunto processos ético/disciplinares/administrativos;

XX – aplicar direta e imediatamente as medidas ético/administrativo/disciplinares cabíveis contra funcionários, contratados, alunos ou membros associados contratados para trabalhar para a organização, que tenham incorrido nas infrações tratadas no estatuto do mesmo, tudo fazendo de acordo com a forma estabelecida e prevista nestes diplomas legais;

XXI - resolver os casos omissos no Estatuto, de acordo com os princípios de ética, de moral, bons costumes e bom senso, assim como as leis locais e as vigentes no País, sempre respeitando e observando os objetivos desta organização.

Art. 27° - Compete especialmente ao Presidente:

I - representar a organização ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, assim como nas solenidades e reuniões internas e externas, onde se discutam matérias de interesse da organização, ressalvando-se aqui, no entanto, que a pessoa do presidente e seus bens particulares, não respondem nem ativa, nem passivamente, nem cumulativa e nem solidariamente ou subsidiariamente pelas obrigações da organização, nem esta responde pelas obrigações particulares da pessoa que ocupa o cargo de presidente;

II – cumprir e fazer cumprir o Estatuto desta organização;

III -- convocar e presidir as reuniões da diretoria e das assembléias, estas últimas, de acordo com o estabelecido no artigo 18 e dar execução às respectivas decisões;

IV - assinar com o secretário, todas as atas de reuniões da diretoria e das assembléias;

 V – assinar com o secretário, todas as correspondências expedidas e por si autorizadas, principalmente as de maior relevo;

VI - autorizar despesas;

VII - assinar, juntamente com o tesoureiro, todos os documentos públicos ou próprios da organização, inclusive procuração "ad negotia" e/ou "ad judicia" nos casos ou situações que envolvam as finalidades, interesses e necessidades da organização;

VIII - abrir conjunta e solidariamente com o Tesoureiro conta bancária para a

movimentação de fundos pertencentes à organização;

IX - assinar, solidária e conjuntamente com o tesoureiro, toda a movimentação bancária da organização, sendo que valores em dinheiro poderão ser aplicados em títulos de aplicação financeira, usualmente adotados e regulamentados pelo Sistema Financeiro Nacional, até sua definitiva destinação dentro das finalidades da organização e para o cumprimento das obrigações desta;



X - assinar, solidária e conjuntamente com o tesoureiro, ordens de pagamento e cheques necessários ao levantamento de valores depositados em bancos, quando a movimentação dos mesmos for destinada ao cumprimento das finalidades, das obrigações e das necessidades da organização;

XI – administrar, conjuntamente com o tesoureiro, o patrimônio da organização;

XII – elaborar, com o Secretário e o Tesoureiro, o orçamento anual da receita e despesas da organização, submetendo-o ao Conselho Fiscal, ou à maioria dos conselheiros fiscais;

XIII - delegar atribuições específicas aos membros da diretoria executiva;

XIV – agir, inclusive judicialmente, contra qualquer pessoa, física ou jurídica, nacional ou estrangeira, que desrespeite a dignidade e o prestígio da organização e/ou de seus membros.

XV - cabe ao presidente o direito de vetar medidas e decisões da Assembléia Geral ou da maioria da Diretoria Executiva que possam trazer prejuízos à organização ou à administração da mesma.

Art. 28° - Compete ao Secretário:

 I – secretariar as reuniões da diretoria, redigindo as respectivas atas em livro próprio da diretoria, ou seja, o Livro de Atas da Diretoria Executiva;

II --secretariar a mesa da Assembléia Geral, responsabilizando-se pelo Livro de Presenças, pelo Livro de Atas e pela redação das atas das reuniões, cuidando das assinaturas nas atas:

III – lavrar os termos de abertura e encerramento dos livros de presença, de atas, de registro de inscrição de membros e outros que se fizerem necessários aos trabalhos da organização;

IV – prover a organização e seus respectivos departamentos, de materiais permanentes e de consumo, tudo fazendo de conformidade com o que estabelecem os incisos V e VI, a seguir;

 V - encaminhar as requisições para a compra de materiais permanentes e de consumo da organização e de seus departamentos, à aprovação do presidente e do tesoureiro;

 VI – efetuar somente as compras aprovadas, pagando-as mediante a liberação, pelo Presidente e pelo Tesoureiro, do numerário necessário à cobertura das despesas autorizadas;

 VII – emitir e assinar certidões e declarações que lhe forem requeridas pelos associados, depois de aprovadas pela Diretoria Executiva;

VIII - receber, preparar e expedir as correspondências autorizadas pela Direitoria Executiva, arquivando-as todas, inclusive as cópias das expedidas ;

IX – arquivar toda a documentação da organização;

X - montagem e orientação de todo o trabalho de secretaria;

 XI – redigir, ler e assinar, com o Presidente e o Tesoureiro, os documentos da organização;

 XII – a preparação do expediente para a Diretoria e, de modo geral, o expediente da organização;

 XIII – compete também ao secretário manter atualizado o cadastro de todos os associados;

XIV - O Secretário Executivo, substituirá o Presidente e assumirá a presidência temporária na representação da organização, da Diretoria Executiva e, consequentemente, da Assembléia Geral, nas faltas ou períodos de ausência justificadas deste, principalmente quando a presença do Presidente se fizer necessária e imprescindível nos casos de atendimento das finalidades e/ou necessidades da organização em outras localidades, ou por motivo de doença, ou outros previstos na lei

comum vigente no país.

Art. 29° - O Tesoureiro tem sob a sua guarda e responsabilidade todos os bens e valores da organização, competindo-lhe, além das atribuições estabelecidas no Estatuto Social, aquelas que vierem a lhe ser cometidas por decisão da Presidência, no cumprimento dos interesses e finalidades da organização. Assim, compete ao Tesoureiro

I – receber e dar quitação de valores devidos à organização, aplicando àqueles que

se encontrarem em mora, juros e correção monetária legais;

II – abrir conjunta e solidariamente com o Presidente conta bancária para a

movimentação de fundos pertencentes à organização;

III - assinar, com o Presidente, cheques, ordens de pagamentos, títulos ou outros documentos de responsabilidade financeiro/administrativa da organização, inclusive procurações "ad negotia" e/ou "ad judicia", nos casos ou situações que envolvam as finalidades, os interesses e necessidades da organização;

IV – satisfazer as despesas autorizadas pelo presidente, pagando todas as contas e obrigações da organização, assinando com o Presidente os cheques ou ordens de

pagamentos para estes fins;

- V assinar todos os recibos de quotas, jóias e de quaisquer outras receitas, fiscalizar a sua cobrança e depositar em estabelecimento bancário de reconhecido crédito, junto a conta aberta solidária e conjuntamente com o Presidente, todos os fundos que não tenham imediata aplicação nas finalidades ou nas necessidades e interesses da organização;
- VI compete-lhe também manter absolutamente atualizado o inventário do patrimônio;
- VII ter sob sua guarda e responsabilidade o dinheiro, valores, livros e bens pertencentes à organização;

VIII - supervisionar os serviços de contabilidade da organização;

IX - manter a contabilidade em dia;

- X apresentar, mensalmente, para a Diretoria, balancetes e extratos de receitas e despesas;
- XI levantar balancetes quando solicitado pelo Presidente e/ou pelo Conselho Fiscal;
- XII apresentar nas assembléias gerais balanço geral e contas da administração do exercício anterior, bem como um relatório dos trabalhos do ano decorrido;
- XIII manter atualizada a relação dos associados em mora ou inadimplentes, assim como dos adimplentes;
- XIV propor à Diretoria Executiva as medidas necessárias para cobrança do que for devido à organização;
- XV substituir o secretário, nas faltas ou períodos de ausência justificadas deste, principalmente quando a presença do Secretário se fizer necessária e imprescindível nos casos de atendimento das finalidades e/ou necessidades da organização em outras localidades, ou por motivo de doença, ou outros previstos na lei comum vigente no país,
- XVI em casos imprevistos ou emergenciais, o Tesoureiro poderá realizar despesas não constantes do orçamento, desde que, destinadas a cumprir as finalidades, obrigações, ou necessidades da organização, sejam autorizadas pelo Presidente.
- Art. 30° Somente à Assembléia Geral, cabe eleger, empossar e destituir membros da Diretoria Executiva, desde que sua intervenção seja pautada de acordo com as hipóteses e os procedimentos previstos neste Estatuto Social, no Regimento Interno e no Código de Ética desta organização, assim como em processo ético/administrativo/disciplinar. Deste modo, a composição da Diretoria Executiva será alterada, ou mantida, em decisão da Assembléia Geral Ordinária, quando das eleições



normais a cada doze anos e poderá ser extraordinariamente alterada por decisão da 800 Assembléia Geral Extraordinária, desde que ocorra o falecimento do Presidente, or residente, vacância definitiva no cargo de Presidente não decorrente de falecimento. Nestas Rubicio hipóteses, o Secretário assumirá temporariamente a Assembléia Geral Extraordinária respeitando as atribuições que normalmente cabem ao Presidente, quanto à convocação da assembléia, previstas no artigo 18, fazendo assentar com clareza que a ordem do Dia é a eleição para escolha e empossamento do novo Presidente. Nesta situação:

a) - O Secretário e o Tesoureiro permanecem nos seus cargos até final mandato, exceto se um deles for eleito presidente pela assembléia geral extraordinária. Ocorrendo isto, caberá ao novo Presidente escolher, dentre os membros ativos, aquele que mais se coadune aos objetivos da organização, assim como ao seu plano administrativo/gestor.

para ocupar o cargo vago.

novo Presidente empossado, independente administrativo/gestor, deverá respeitar os compromissos assumidos pelo Presidente anterior, que envolvam os interesses e obrigações da organização, dando seguimento aos mesmos, desde que tais compromissos não tenham sido tema de processo ético/administrativo/disciplinar que culminou no afastamento de seu antecessor.

Seção II - DO CONSELHO FISCAL

- Art. 31° O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo três e no máximo nove membros ativos, eleitos pela Assembléia Geral em votação por maioria simples, ou por aclamação, com mandato de 15 anos, podendo ser renovado por igual prazo, indeterminadas vezes.
- § 1º poderá ser Conselheiro Fiscal associado que detenha a distinção de Curador ou de Mantenedor;
- § 2º em caso de vacância, assumirá o associado mais votado que não esteja ocupando qualquer outro cargo na "VIZINHO SOLIDÁRIO". Nesta situação, em caso de empate, prevalece o de maior tempo de organização, em primeiro lugar, e o de maior idade, em segundo;
- § 3º as decisões e pareceres do Conselho Fiscal serão válidas tanto se tomadas por unanimidade, quanto por majoria de votos:
- § 4º Desde já fica esclarecido que os membros do Conselho Fiscal atuarão junto a esta organização através do sistema de voluntariado, estando disto cientes desde quando montam as chapas para eleição, bem como quando tomam posse dos cargos para os quais foram eleitos.
- § 5º no entanto, os mesmos têm direito ao reembolso das despesas que fizerem no exercício de suas atividades para o cumprimento das finalidades desta organização.
- Art. 32° Somente à Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária, cabe eleger, empossar e destituir membros do Conselho Fiscal, desde que sua intervenção seja pautada nas hipóteses e nos procedimentos previstos no Regimento Interno e no Código de Ética desta organização, assim como em processo ético/administrativo/disciplinar. Deste modo, a composição do Conselho Fiscal poderá ser alterada por decisão da Assembléia Geral, desde que prévia e expressamente aprovada a inclusão da matéria na pauta da reunião por, no mínimo, um terço dos Associados ativos.

Art. 33° - São responsabilidades do Conselho Fiscal:

I – garantir a execução das deliberações da Assembléia Geral;

II – zelar pelas finalidades e pelo bom nome da "VIZINHO SOLIDÁRIO";

III - propor, conjuntamente com a Diretoria Executiva, o Regimento Interno e o

1º Oficio de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas

Código de Ética e suas alterações, desde que estas mudanças não recaiam sobre as

finalidades da organização;

IV – examinar os livros de escrituração, documentos e contas da "VIZINHO" SOLIDÁRIO", por intermédio de seus membros ou assessores técnicos, devidamente autorizados ou credenciados pelo Presidente;

 V – opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para a Presidência e para

a Assembléia Geral;

VI - remeter à Assembléia Geral seus pareceres quanto aos planos, projetos e programações anuais e plurianuais e seus respectivos orçamentos, elaborados em conjunto com a Diretoria Executiva, que envolvam as finalidades da organização;

VII – requisitar, a qualquer tempo, dos órgãos ou assessores afins, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela "VIZINHO

SOLIDÁRIO";

VIII – acompanhar o trabalho de auditores externos independentes, uma vez convocados;

IX – convocar extraordinariamente a Assembléia Geral, quando o assunto são os interesses, as finalidades e as obrigações da organização, observando os procedimentos quanto aos prazos mínimo e máximo para a convocação válida e os meios de divulgação desta, previstos no artigo 18 e 18, § único, retro;

X – apreciar, em conjunto com o Diretoria Executiva, as propostas de novas afiliações, podendo aprová-las ou rejeitá-las com base neste Estatuto Social, no

Regimento Interno e no Código de Ética da organização.

§ único – O Conselho Fiscal, reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, podendo coincidir a sua reunião com a da Diretoria Executiva, ou não, e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas as exigências do estatuto.

Art. 34° - São responsabilidades do Conselho Fiscal:

I – garantir a execução das deliberações da Assembléia Geral;

II - zelar pelas finalidades e pelo bom nome da VIZINHO SOLIDÁRIO;

III – propor, conjuntamente com a Diretoria Executiva, o Regimento Interno e o Código de Ética e suas alterações, desde que estas mudanças não recaiam sobre as finalidades da organização;

IV – examinar os livros de escrituração, documentos e contas da organização,

por intermédio de seus membros ou assessores técnicos;

 V – opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para a Presidência e para a Assembléia Geral;

VI - remeter à Assembléia Geral seus pareceres quanto aos planos, projetos e programações anuais e plurianuais e seus respectivos orçamentos, elaborados em conjunto com a Diretoria Executiva, que envolvam as finalidades da organização;

 VII – requisitar, a qualquer tempo, dos órgãos ou assessores afins, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela VIZINHO SOLIDÁRIO;

VIII -- acompanhar o trabalho de auditores externos independentes, uma vez convocados;

IX – convocar extraordinariamente a Assembléia Geral, quando o assunto são os interesses, as finalidades e as obrigações da organização, observando os procedimentos quanto aos prazos mínimo e máximo para a convocação válida e os meios de divulgação desta, previstos no artigo 18 e seu parágrafo único, retro;

X – apreciar, em conjunto com o Diretoria Executiva, as propostas de novas afiliações, podendo aprová-las ou rejeitá-las com base neste Estatuto Social, no

statuto social, no

Regimento Interno e no Código de Ética da organização.

§ único – O Conselho Fiscal, reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, o do coincidir a sua reunião com a do Assemblio. podendo coincidir a sua reunião com a da Assembléia Geral, ou não, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas as exigências deste estatuto. 👊 🕬

CAPÍTULO IV - DAS ELEIÇÕES

- Art. 35° As eleições para Diretoria Executiva e para o Conselho Fiscal, acontecem conjuntamente a cada 15 anos, durante reunião da Assembléia Geral Ordinária, a quem cabe eleger e empossar o corpo administrativo, inclusive no mesmo ato, acaso a chapa seja única e a eleição ocorra por aclamação da majoria simples dos votantes.
- § único Compete ao Presidente convocar e presidir a Assembléia Geral para a realização das eleições, convocando os associados, principalmente os votantes, de acordo com o que determina o artigo 18 e seu parágrafo único.
- Art. 36° Só poderão participar das chapas os sócios votantes e ativos, isto é, que estejam quites com suas obrigações para com a organização e que não estejam sofrendo medidas e/ou processo administrativo/ético/disciplinar, na forma estabelecida neste Estatuto, no Regimento Interno e no Código de Ética desta organização.
- Art. 37° Somente poderão participar das eleições chapas contendo o nome para Presidente, Secretário e Tesoureiro para a Diretoria Executiva, assim como chapas contendo o nome de pelo menos 03 e no máximo 09 membros para o Conselho Fiscal:
- § 1° o associado que concorrer a cargo eletivo só poderá participar de uma única chapa e para um único cargo, acaso já esteja afiliado há, pelo menos, um ano.
- § 2° em caso de empate entre duas chapas concorrentes, far-se-á um segundo turno de eleições uma semana após o primeiro turno, dando-se o prazo de seis dias para que os candidatos trabalhem em sua campanha eleitoral.
- Art. 38° Somente poderão votar e ser votados os sócios que estiverem ativos e quites com suas obrigações para com a organização.
- § único quem pretender votar ou ser votado terá o prazo de 30 dias para acertar seus débitos para com a tesouraria, acaso os tenha.
- Art. 39º À Assembléia Geral Ordinária cabe eleger e empossar membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, respeitando as disposições do Estatuto Social, do Regimento Interno e do Código de Ética, quanto às matérias específicas às hipóteses agui previstas para as épocas das eleições ou reeleições.

§ único - acaso a chapa que concorre seja única a eleição dar-se-á por aclamação e a posse dos eleitos poderá acorrer ato contíguo à apuração dos votos.

Art. 40° - A Assembléia Geral não se reunirá nestas situações:

§ 1º - ocorrendo vacância no cargo de Conselheiro Fiscal, respeitar-se-á as determinações contidas no artigo 31, § 2º, deste Estatuto Social, que determina que assumirá o associado mais votado que não esteja ocupando qualquer outro cargo na VIZINHO SOLIDÁRIO. Em caso de empate, prevalece o de maior tempo de associação.

§ 2º - acaso ocorra vacância no cargo de Secretário ou de Tesoureiro, estes serão substituídos pelo Presidente, independentemente de eleição, que indicará os substitutos daqueles através de escolha direta a ser feita dentre os associados que mantenham

afinidade de ideal e de trabalho com o mesmo e com o seu plano administrativo/gestor. Para estas deliberações não acontecerá reunião de assembléia geral, apenas reunião da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, com a presença dos membros remanescentes, sendo que a decisão tomada será lavrada no Livro de Ata da Diretoria e sua divulgação poderá acontecer ou pela imprensa local, ou por circulares internas ou comunicados enviados aos e-mails dos associados.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO, DA RECEITA, DOS RECURSOS E DAS DESPESAS

Art. 41° - O patrimônio do "VIZINHO S SOLIDÁRIO" será constituído através dos seguintes bens e recursos econômicos/financeiros:

- I. doações, rendas, usufrutos, legados, heranças, subvenções, parcerias, acordos, dotações, auxílios de qualquer natureza, bens móveis, imóveis e semoventes, veículos, ações e títulos da dívida pública, bens e direitos que vier legalmente a adquirir, quer nacionais ou estrangeiros, públicos, mistos ou privados;
- II. bens imóveis adquiridos através de recursos provenientes de celebração de termos de parceria com o Poder Público;
 - III. fundos advindos de campanhas diversas;
- IV. mensalidades de seus associados, assim como dos juros e correção monetárias decorrentes de mora;
 - v. captação de recursos públicos;
 - VI. captação de recursos para financiamento de projetos;
- VII. comercialização de consultoria, projetos e produtos desenvolvidos pelo "VIZINHO SOLIDÁRIO";
- VIII. comercialização de bens repassados para a associação através de doações ou descartes, cuja renda destina-se ao atingimento de suas finalidades, ou ao cumprimento de suas necessidades e/ou obrigações;
- IX comercialização de bens apreendidos, abandonados ou disponíveis, administrados pela Receita Federal e por ela repassados ou doados ao "VIZINHO SOLIDÁRIO", cuja renda destina-se ao cumprimento de suas finalidades, ou de suas necessidades e/ou obrigações.
- § 1º Todos os bens patrimoniais do "VIZINHO SOLIDÁRIO" só poderão ser aplicados para o cumprimento das finalidades previstas neste Estatuto, assim como para fazer frente às suas obrigações e/ou necessidades.
- § 2° Valores em dinheiro poderão ser aplicados em títulos da dívida pública, ações, aplicações financeiras, Cadernetas de Poupança ou outros títulos de aplicação e capitalização, junto a casas bancárias idôneas e seguras, até sua definitiva destinação dentro das finalidades, das necessidades e das obrigações do "VIZINHO SOLIDÁRIO", sendo que toda a movimentação de valores deverá ser feita tanto pelo Presidente quanto pelo Tesoureiro, através de conta bancária solidária e conjunta a ambos.
- § 3º Bens imóveis adquiridos através de termos de parceria com o Poder Público obrigatoriamente deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade.
- § 4º Os bens móveis e imóveis do "VIZINHO SOLIDÁRIO" somente poderão ser alienados mediante autorização da Assembléia Geral com aprovação de 2/3 (dois terços) da totalidade de seus membros no pleno gozo de seus direitos e no cumprimento de suas obrigações associativos.
- Art. 42° Os recursos econômico/financeiros da VIZINHO SOLIDÁRIO serão aplicados integralmente no fomento das atividades e iniciativas relacionadas às finalidades da organização, em qualquer parte do país, observados os critérios de-

legalidade, moralidade, viabilidade e peculiaridade das legislações nacional e locais de dos costumes da região, assim como os assentados neste Estatuto Social e no Regimento Interno.

Art. 43° - O orçamento da organização determina a receita, as despesas e a destinação do numerário, sendo que fica a cargo do Tesoureiro a sua elaboração, assim como os necessários pagamentos.

Art. 44° - Constituem receitas da organização, dentre outras, aquelas provenientes:

I - Ordinárias:

- a) das contribuições mensais dos seus associados, definidas em Assembléia Geral;
- das multas e correções decorrentes de mora;

II - Extraordinárias:

- de repasse de fundos advindos de patrocinadores, nacionais ou estrangeiros, públicos, privados ou de caráter misto;
- de termos de parcerias, convênios e outros ajustes afins, com órgãos e entidades de capital privado, de capital misto ou de capital público, nacional ou estrangeiro;
- de doações, rendas, usufrutos, legados, heranças, subvenções, dotações e auxílios de qualquer natureza que receba, especificamente destinados ou não à incorporação ao seu patrimônio;
- d) da aplicação ou exploração de outros recursos de sua propriedade ou sob sua administração;
- e) dos rendimentos de bens que vier a possuir.
- f) de rendas percebidas através de atividades econômico/lucrativas que vier a desenvolver com a finalidade de angariar fundos cuja destinação seja a manutenção da entidade e/ou o desempenho de suas atividades estatutárias, enumeradas no artigo 2º retro.
- Art. 45° Considera-se receita líquida a receita total, deduzidos os valores necessários para cobrir as despesas da organização.
- Art. 46° São consideradas despesas todas aquelas realizadas com a manutenção da organização no desenvolvimento de suas atividades estatutárias e institucionais, sendo que isto envolve o pagamento da folha de pessoal, o pagamento das remunerações dos Diretores Executivos e dos Conselheiros Fiscais, o pagamento dos contratados, o pagamento dos materiais e equipamentos permanentes, assim como os de manutenção e os de consumo, o pagamento de contas, tarifas e demais despesas que envolvam a organização e a consecução de suas finalidades.
- § único os investimentos em obras novas, a aquisição de bens e os melhoramentos só poderão ser realizados com recursos excedentes aos necessários para a realização das despesas previstas neste artigo.

CAPÍTULO VI

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 47° - A VIZINHO SOLIDÁRIO prestará contas ao público em geral, a todos os interessados e aos seus associados, no encerramento do seu exercício fiscal, ou seja, última semana do mês de dezembro de cada ano, e observará, no mínimo o seguinte





1º Offició de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas LONDRINA PARANA

os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II - a publicidade, por qualquer meio eficaz e lícito, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

 a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo do Parceria, conforome

previsto em regulamento;

IV - a prestação de contas com todos os recursos e bens de origem pública recebidos, será feita de acordo com o que determina o § único do artigo 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VII

DA EXTINÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E DA DESTINAÇÃO DO SEU PATRIMÔNIO

Art. 48° - Em caso de extinção ou dissolução da entidade, o seu respectivo patrimônio líquido será transferido a uma ou mais pessoas jurídicas qualificadas nos termos da lei como ONG e que, preferencialmente, tenham o mesmo objetivo social desta organização.

§ único – No caso especial da organização perder a qualificação de ONG, o seu respectivo acervo patrimonial disponível obtido através de recursos públicos advindos de termos de parcerias ou convênios firmados com o Poder Público, durante o período no qual perdurou a sua qualificação, será transferido a uma ou mais pessoas jurídicas qualificadas nos termos da lei como ONG e que, preferencialmente, tenham o mesmo objetivo social desta organização.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 49° O presente estatuto, assim como o Regimento Interno e o Código de Ética, poderá ser reformado, a qualquer tempo, por proposta do Conselho Fiscal e da Diretora Executiva conjuntamente e aprovação da Assembléia Geral, ressalvando-se, no entanto, o teor do artigo 2º deste Estatuto, o qual estabelece as finalidades da organização e não pode ser objeto de alterações em tempo algum.
- Art. 50° A organização será representada ativa e passivamente, em juízo, ou fora dele, pelo seu Presidente e, na ausência deste, pelo seu Vice-presidente.
- § 1° A organização poderá outorgar procuração "ad negotia" com prazo de vigência não superior a dois anos, mediante assinatura do Presidente e do Tesoureiro, em conjunto.
- § 2° As procurações "ad judicia" têm prazo de duração ilimitado, salvo se substituídas por novos mandatos, podendo prever cláusula de substabelecimento dos outorgados, com ou sem reserva de poderes destes, sendo assinadas pelo Presidente e pelo Tesoureiro em conjunto e, na ausência justificada do Presidente, pelo Vicepresidente.

Art. 51° - Caso seja necessária a elaboração de um Regimento Interno e de um Código de Ética, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal terão um prazo de 30 dias para

1º Oficio de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas ONDRINA

PARANA

elaborá-lo sendo que este somente passará a ter vigor depois da aprovação da Assembléia Geral.

Art. 52° - Desde já fica esclarecido que tanto os membros da Diretoria Executiva, quanto os do Conselho Fiscal atuarão junto a esta organização através do sistema de voluntariado, estando disto cientes desde quando montam as chapas para eleição, bem como quando tomam posse dos cargos para os quais foram eleitos.

§ único - no entanto, os mesmos têm direito ao reembolso das despesas que fizerem no exercício de suas atividades para o cumprimento das finalidades desta

organização.

Art. 53º - O presente Estatuto Social entra em vigor na data da sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária de fundação da presente organização e de eleição e posse do seu corpo administrativo, feitos que deverão ocorrer numa mesma reunião.

Londrina, PR, em 11 de dezembro de 2012.

Gabriela Luzzi Carneiro da Fontoura, Presidente.

Ivone de Castro Rühmann, OAB/PR., nº 13.434.

Assim, de acordo com o Estatuto Social ora aprovado, todos os presentes a esta Assembléia Geral são considerados membros fundadores-curadores e, portanto, membros natos da Assembléia Geral de Sócios, sendo que com isto também concordam. Com base nisto, passou-se à eleição e ao empossamento da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, que assim ficaram constituídos, em decorrência de haver se apresentado uma única chapa, a qual, por unanimidade dos membros presentes, foi aprovada em eleição por aclamação e, ato contíguo, empossada. DA DIRETORIA **EXECUTIVA: PRESIDENTE:** Gabriela Luzzi Carneiro da Fontoura, brasileira, divorciada, nutricionista, portadora do RG nº 5334102/0-PR e do CPF nº 017312379/10, residente e domiciliada na Rua Castro Alves, 261, Jd. Shangri-lá"A", Londrina, PR, CEP.86070-670, SECRETÁRIO: Augusto César Carvalho Machado, brasileiro, solteiro, analista de sistema, portador do RG nº 5439664-3 SSP/PR e do CPF/MF nº 768794539-53, residente e domiciliado na Rua Arthur Jaceguai, 200, Jd. Presidente, Londrina, Paraná, CEP.86061-25; TESOUREIRO: Ivone de Castro Rühmann, brasileira, solteira, advogada, portadora do RG 1.487.617/SSP-PR e do CPF/MF nº 014.336.759/51, residente e domiciliada na cidade e Comarca de Londrina, Paraná, na Avenida José de Alencar, 261, Jardim Shangri-lá A, CEP.: 86.070-600. DO CONSELHO FISCAL -MEMBROS; Paulo Orestes Hoffmann Carneiro da Fontoura, brasileiro, casado, representante comercial, portador do RG nº 73.475.97-0/SSP-PR e do CPF nº 001.416.230-04, residente e domiciliado na Rua Castro Alves, 261, Jardim Shangri-lá "A", Londrina, PR, CEP. 86070-670; Eunice Silva Barbosa, brasileira, divorciada, dona-decasa, portadora do RG nº 1.953.093-0/SSP-PR e do CPF/MF nº 363.640.029-00, residente e domiciliada na Rua Castro Alves, nº187, Jardim Shangri-lá "A", Londrina, PR, CEP. 86070-670; Carlos Lhamas Ferreira, brasileiro, divorciado, gerente, portador do portador do RG nº 1.278.552/SSP-Pr e do CPF/MF nº 301.017.009/20, residente e domiciliado na Rua Lucila Balallai, 277, Jd. Nova Londres, Londrina, Paraná, CEP.: Nada mais havendo para ser tratado, a Presidente da mesa e da organização deu por encerrada esta Assembléia Geral e eu, Augusto César Carvalho Machado, secretário dos trabalhos e da organização, lavrei, datei e assinei a presente ata



CARTÓRIO SALINET
Certifico que o SELO DE
AUTENTICIDADE está afixedo
na última folha do Documento.

4" SERVENTIA NOTARIAL SALINET
A UTENTICAÇÃO
Certifico e dou le que a presente cépta trente
e verso está conferme o original.
AN Parará, 159
Endrins 2 1 2013 Fone/Fex
3022-0747
Undrins-PR
O Prancisco Loures Salinet Junior - Notário
Sendra Mara Salinet Castro Costa
Dentse de Held Salinet
Deder Held Salinet

Deder Held Salinet

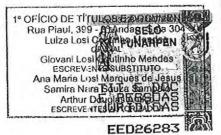
Condring 1894-17 16:57

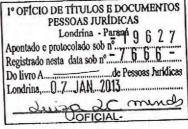
seguida da assinatura do presidente, do tesoureiro e todos os membros fundadorescuradores presentes ao ato. Londrina, 11 de dezembro de 2.012, 23:00 horas.

Gabriela Luzzi Carneiro da Fontoura, Presidente da Mesa e da Organização. 02)Augusto César Zarvalho Machado, secretário dos trabalhos e da organização 03) Ivone de Castro Rühmann, Tesoureira. Paulo Orestes Hoffmann Carneiro da Fontoura, Conselheiro.

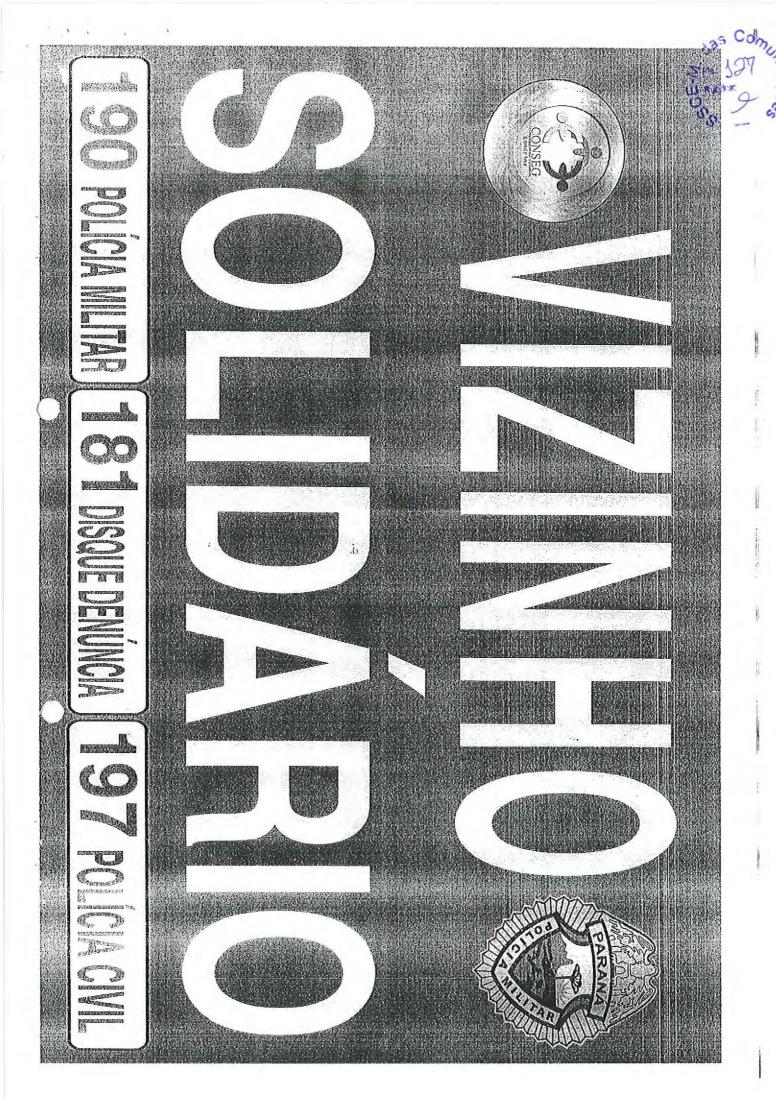
Eunice Silva Barbosa, Conselheira.

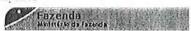
Carlos Lhamas Ferrreira, Conselheiro.











Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua alualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

17.376.946/0001-50 MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO DATADE ABERTURA 07/01/2013

CADASTRAL NOME EMPRESARIAL
ORGANIZACAO NAO GOVERNAMENTAL VIZINIHO SOLIDARIO

TÍTULO DO ESTABELECMENTO (NOME DE FANTASIA) VIZINHO SOLIDARIO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATMOADE ECONÔMICA PRINCIPAL

94.99-5-00 - Atlvidades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATMOADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada

DIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 3-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVADA

R CASTRO ALVES

NÚMERO 261

COMPLEMENTO

B6.070-670

BARRODISTRITO
JD SHANGRI-LA A

LONDRINA

STUAÇÃO CADASTRAL ATIVA

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/01/2013



MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS HÁ MAIS DE DOIS (02) ANOS

A CRECHE MELENA OMETTO TORRES
(denominação da entidade), inscrita no CNPJ sob o nº 80 50₹999 / 0001 - 0₹ ,
com sede à LONDRINA/R. OLINTO PEDRIALI, Bairro SAMILE DEQUEH n.
27 CEP 66044-134 na cidade de Londrina, Estado do Paraná, entidade sem fins
lucrativa, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, nos
termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de
14 de Outubro de 2011, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão
Comunitária. Afirmo, ainda, que a sede desta entidade se situa na área pretendida para a
execução do Serviço.
P
(local e data) , $o \neq de \underline{nevembre} de \underline{>O}$
Amondo Lauria

assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio

Atenção: Anexar uma cópia autenticada dos seguintes documentos:

- · Ata de eleição ou termo de posse do declarante (representante legal), e,
- · Cópia do CNPJ.

Nome do representante legal:

CPF: 062 683509-79

Thurities com es pais 08/02/14 no dua sito di agembro di 2011 de 18:30h georgia a reunias do CEI Helina Ometho tours. a condendadora Turência muia falondo in Sobre o prusinço dos pais que comporculom a reunião. Em seguido falar retire o carendario, no dia 15 sura a fista de natal com a presenç do papai noil, na senta dia 16 mo hovero aula pois surá a empiga da Ouche, do mumo forma, explicar sobre o retorno do autos de 02/02/12, for la sobre a empusa vente "que sua forneu brunquedo pos ventos do creche, que sua no dia 17/12/11 dos 9 às 11h, sum como uno cesta bosica Tuconica tombaros agradient as mais que favom valuntarios no ano de 2011 que fignan o trabalro de lumpingo do cruche a contribuição induntoria i fombimo pulo borgor que sua dia 2012/11 as 8h, aijo um dos esjúlios é figur a respectiva do pátro. a coordinados for com es pous sonre os fetos de notor e do formativa que devem per pagos pelos pars. Virianua repossou o rucodo deixodo pelo prefutura sobre a visita do prefer Parloso hito que ser no dea 13/12/14 a porter dos Eh do monto. Viviónica pedin o popul higiènico oos pais ob rumaturula que aindo não traixisam o popul higiênico lidiu oes pais que es motriculos unicionem e pediu a coloboração dos pais poro que auxonsum es pars que trobouhem de região que informersem cos pas que as interior los estos econtreundo de o dia 13//2/11. Yerônica felar sobre suo sarda do CEI i onuma a futura cordinadora amondo. Foi desto poro as atividos, alguns pars progrationen Adre o apocucionente des presentes no farga. a me do a mábile apodecue a equipe puro cuidoce com a fun Uneversu mais umo yez agradiando que pusino i encomentra es pais as solos poro recibir os avolicios salal santos Mo Sergio Veregra Colcimi Vanossa Saleda Glawi elle Theynhak. Skuloto. Luco Fernord. Nevar de O. Salis Sulvi Lone de Oliviera Roma Ouranica C. Das Santos July Can Palainio Duriona fatima de Santo Sanila de Sousa lilos Beas Kora Priscila Hernardes Luciano, Carlos Heronagu de Sula Suellen Martins, Luona Ruces William Morges Leonids Dedice de P. 3 errands piqueiro Degram Joura Celemnes Korlèro -Danuile T. Into de Mining I ku Chrowing maria Eparecida Corcea Michi Distura Sutra des Statos Lacoma Irano de Convalho Spainle do Dela Que , Gi dans apar silva Romans sediana q Rubie Apolo Carvalho Duorto Gistoin Silo Fives Pinto Ale sounds a

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



	REPÚBLICA FEDI CADASTRO NACIONA				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 80.507.999/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE IN	ISCRIÇÃO E D DASTRAL	E SITUAÇÃO	DATA DE ABERTURA 22/02/1988	
NOME EMPRESARIAL CRECHE HELENA ON	METTO TORRES				
TÍTULO DO ESTABELECIMEN	TO (NOME DE FANTASIA)				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA A 85.11-2-00 - Educação	TIVDADE ECONÔMCAPRINCIPAL D infantil - creche				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS Não informada	ATIMDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAN 399-9 - ASSOCIACAO					
LOGRADOURO R OLINTO PEDRIALI		NÚMERO 27	COMPLEMENTO		
CEP 86.044-734	BARRODISTRITO CONJ. JAMILE DEQUECH	MUNICÍPIO LONDRINA			UF PR
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				TA DA SITUAÇÃO CADAS 1/11/2005	'RAL
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADA	STRAL				
				JA DA SITUAÇÃO ESPECI	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 18/11/2013 às 19:22:36 (data e hora de Brasília).

Voltar

Página: 1/1



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, <u>clique aqui</u>. <u>Atualize sua página</u>

de 1

18/11/2013 19:24

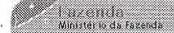
MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS HÁ MAIS DE DOIS (02) ANOS

A Cossociação de Pais mestres. funcionários (APMF) do cole
(denominação da entidade), inscrita no CNPJ sob o nº 05.663.654 (2001.19
com sede à run Doutor Gilmey Rarneires deal Bairro Jamile Dequerla n.
<u>51ม</u> CEP <u>\$6.044.350</u> na cidade de Londrina , Estado do Paraná , entidade sem fins
lucrativa, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, nos
termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de
14 de Outubro de 2011, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão
Comunitária. Afirmo, ainda, que a sede desta entidade se situa na área pretendida para a
execução do Serviço.
dondring , 13 de monumbro de 2013. (local e data)
assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio
Nome do representante legal: Puntionin hodriques Teinian Braga. CPF: 480. 356. 969-04.
1

Atenção: Anexar uma cópia autenticada dos seguintes documentos:

· Cópia do CNPJ.

· Ata de eleição ou termo de posse do declarante (representante legal), e,





Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

	REPÚBLICA FEI CADASTRO NACION			
NÚMERO DE INSCRI 05.663.654/0001-19 MATRIZ	. COMITIONALIE DE	INSCRIÇÃO E D ADASTRAL	E SITUAÇÃO	DATA DE ABERTURA 22/04/2003
NOME EMPRESARIA APMF-ASSOCIACA MUNGO GENEZ	L O DE PAIS E MESTRES E FUNCIONAR	lios do colegio es	STADUAL PROFE	SSOR CARLOS AUGUSTO
TÍTULO DO ESTABE APMF	LECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	**************************************		
	ÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPA des de associações de defesa de direito		144	
94.93-6-00 - Ativida 94.99-5-00 - Ativida	ÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMCAS SECU des de organizações associativas ligad des associativas não especificadas ant ÃO DA NATUREZA JURÍDICA ÃO PRIVADA	as à cultura e à arte		
LOGRADOURO R RUA GILNEY CA	RNEIRO LEAL	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	0
CEP 86.044-750	BAIRRO/DISTRITO CJ H JAMILE DEQUECH	MUNICÍPIO LONDRINA		UF PR
SITUAÇÃO CADAST ATIVA	RAL			ATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 1/04/2003
MOTIVO DE SITUAÇ	ÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIA	AL.	1		ATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 06/11/2013 às 14:26:34 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, <u>clique aqui</u>. <u>Atualize sua página</u>



Elizare dos mintros da Cirrociação de Pais Mentres e suncionários

Cita de elição dos APMF

Cies unite e um dias de mês de ferenivo do ano de dois mil e trese numeram-se nas dependências do Cológio Estadual Professor Cardos Mungo Genis a comunidade volar equipo pedagogica, professores e funcionários para tratar de assuntos referentes a Elicar da APMF a diretora Elence buso de Paula iniciou a sumare expendo aos presentes qual.

VM96dW411GB4TAByb2NIc3NVIERPZ210VWxpomFkbyBWb2Wu1EkgKDAyODE4ODAp, SE1,53000.072167/2013-61/pg.148

485 LLI Rubrica:

1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS PESSOAS JURÍDICAS 1º OFICIO DE TÍTULOS LEDISCOMENTOS Rua Piaul, 399 - 3º Adulta SAELLO:
Luiza Losi Coulina MEDNARPEN
OFICIA
Glovani Losi Coulino Mendas
ESGREVENTE SUBSTITUO
Ana Maria Losi Marifulat de DesDOC
Samira Nara Solza Alimando I CAS
ESCREVENTES AUTORIZADOS
ESCREVENTES AUTORIZADOS
ESCREVENTES AUTORIZADOS HELLONATO PU GIWARA
IABELIONATO PROTOS DE CONDENSA DE Sente fotocopia è raprodução hel de documento cos fol apresentado. Oou fe. LONDRINA, 2 1 NOV 2013

EM LES 13228 de 18/07/2001

SELO

LONDRINA de men

TABEL LONATO EX055064

Londrina 87%a

1 OFICIO

MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS HÁ MAIS DE DOIS (02) ANOS

A União Municipal Das associações de moradore
(denominação da entidade), inscrita no CNPJ sob o nº <u>17.223.847/0001 - 38</u> ,
com sede à Egidio Camargo do Amaral, Bairro Santa Rita n.
LIO CEP 86.010. 100 na cidade de Londrina, Estado do Paraná, entidade sem fins
lucrativa, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, nos
termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de
14 de Outubro de 2011, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão
Comunitária. Afirmo, ainda, que a sede desta entidade se situa na área pretendida para a
execução do Serviço.
(local e data) , 08 de Novembro de 2013
Quala
assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio
Nome do representante legal: Maxia Cingila Magro
152 991/24 24

Atenção: Anexar uma cópia autenticada dos seguintes documentos:

- · Ata de eleição ou termo de posse do declarante (representante legal), e,
- Cópia do CNPJ.

1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Rua Piauf, 399 - 3º Andar Sala 30411 E Luiza Losi Coulinho Mendes

ESCREVENTE SUBSTITUTO
Ana Maria Losi Marques da Jesus
Samira Nara Souza Sampaia
Arthur Douglas Antico
ESCREVENTES AUTORIZADOS

1° OFICE	O DE TÍTULOS E DOCUMENTO PESSOAS JURÍDICAS
Apontado	Londrina - Perma 9 4 3 9
Aveabado : Do livro A	sesta (esta sob a 6 1 3 1 / 1
Londrins,	uiza ac munch

Funrejus RS......5,65 Sele/Funsepen RS....0,67 ATA DO CONGRESSO MUNICIPAL DA UNIMOL Total RS....2009 nião Municipal das Associações de Moradores de Londrina

REALIZADO EM 17 DE DEZEMBRO DE 2011.

Títulos e Documentos Pessoas Jurídicas 1º Oficio

CUSTAS

Em VRC

Em Reais

8

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

29

30

31

32 33

34

35

36

37

38

LOCAL: AUDITORIO DO SINDICADTO DOS VIGILANTES DE LONDRINA E REGIÃO

Aos dezessete dias do mês de dezembro de 2011, às 14h00min horas, deu-se início os trabalhos do Congresso Municipal da UNIMÓL - Pauta do Evento: 1) Credenciamento; 2) Abertura Oficial: 3) Palestra Urgência e Emergência de Londrina; 4) Debates; 5) Plenária Final; foi composto a da mesa pelos Srs. Lidmar Jose Araujo; Edson Cunha; Angelo Barreiros; Presidido por Maria Angela Magro, e como convidado Vereador Dr. Marcelo Belinati Martins, dado a palavra o vereador cumprimentou a mesa e os congressistas e enfatizou a necessidade das ações das Associações de Moradores no tocante as sugestões para soluções de problemas regionais nos bairros, após a fala dos demais companheiros, e debates sobre o tema, deram-se o inicio da eleição da nova diretoria da UNIMOL onde foi a chapa única apresentada para a diretoria executiva assim composta Presidente: MARIA ANGELA MAGRO; 1º Vice-Presidente: GERSON NAVARRO DE OLIVEIRA; 2º Vice-Presidente: ANGELO BARREIROS; Secretária-Geral: JUREMA DE JESUS CORREA SANTOS; 1ª Secretário: VIRGILIO OSMAR MAGRO; 2º Secretário: JORGE LUIZ TORQUATO; Tesoureira Geral: MARIA DA GLORIA FERREIRA MACEDO; 1º Tesoureiro: REINALDO GONÇALVES; 2º Tesoureiro: CUSTODIO RODRIGUES DO AMARAL; 1ª Suplente da Diretoria Executiva: NEUSA MARIA DOS SANTOS; 2ª Suplente da Diretoria Executiva: EDSON CUNHA;: 3º Suplente da Diretoria Executiva NAZOR DOS SANTOS; CONSELHO FISCAL membros efetivo assim composto: 1º Membro: LEONILDA APARECIDA SAMPAIO; 2º Membro: JOSE APARECIDO CARDOSO DE SA; 3º Membro ELBA FERREIRA; 4º Membro: JACINTO GOMES CELESTINO; 5º Membro: CLARINDA EZEQUIEL BATISTELA, CONSELHO FISCAL membros suplentes; 1º Membro: NEIDE APARECIDA GONÇALVES FERREIRA; 2º Membro: ARIOVALDO INOCENCIO DOS SANTOS; 3º Membro: JOSE LUIS DE OLIVEIRA; 4º Membro: SALETE RODRIGUES DA CRUZ, e Coordenadoria Regional fica assim composta, Região Norte: SELMA MARIA ASSIS GONÇALVES; Região Sul: ANDRE GERALDO RODRIGUES; Região Oeste: MARLENE ZORZI; Região Leste: NATAL DE OLIVEIRA; Região, na plenária final foram eleitos por unanimidade os nomes apresentados para compor a nova Diretoria da UNIMOL prevalecendo 04 (quatro) anos de mandato para todos, salientamos que em todos os painéis houve debates, com participação maciça dos congressistas conforme lista de presença, nada mais havendo a ser discutido, encerramos este Congresso Municipal às 17h00min, DANDO POSSE a nova diretoria eleita, salientamos, ainda, que a ultima diretoria eleita foi em 18.05.2002, permanecendo assim até esta data, em razão de não ter sido eleita novas diretorias nos períodos de 2003 a 2010, assim sendo foi eleita a nova diretoria no Congresso Municipal da UNIMOL, acima nonveados, representar a entidade UNIMOL União Municipal das Associações de Moradores de Londrina para o quadriênio 2011/2015, Eu, Angelo/Barreiros, secretário ad-



1º OFÍCIO DE TÍTUL DE CELTRAR DE LEVIZOR DE LA PIAUI, 399 - 3º Appar Sage 204
Luiza Losi Coutin de PUNARPEN
OFIC
Ana Maria Losi Macules de Jesus
Samira Nara Sorte Sargade DOC
Arthur Douglas Apic SOAS
ESCREVENTES AUURTOTEAS

NEGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS 1º OFICIO

Certifico que a presente fotocópia é autentica ao original do registro do arquivo neste Cartório.

Londrina. 2 NOV. 2

LOUZam

SEI 53000.072167/2013-61 / pg. 149



UNIÃO MUNICIPAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE LONDRINA

2 Olicio de Registro de Tilunos e Doctino 10 Al Antono de Milato e Policio de Mario de Milato e Policio de Milato e Policio de Mario de Milato de

LONDRINA

8197/1

PARANA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONGRESSO MUNICIPAL DA UNIMOL UNIÃO MUNICIPAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE LONDRINA

- Associações de Moradores Filiadas a UNIMOL
- Associações de Amigos Filiadas a UNIMOL
- Entidades Comunitárias de Londrina Filiadas a UNIMOL

Dia 17 de Dezembro de 2011, estará sendo realizado no Auditório do Sindicato dos Vigilantes de Londrina e Região, na Av. Rio de Janeiro, 211 em Londrina o CONGRESSO MUNICIPAL DA UNIMOL - UNIÃO MUNICIPAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE LONDRINA, com a palestra URGENCIA E EMERGENCIA DE LONDRINA, neste evento será realizada eleição da nova diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Coordenadores Regionais para o período de3 2011 a 2015.

Sem mais para o momento,

Saudações comunitárias

Londrina 10 de setembro de 2011

UNIMOL

União Municipal das Associações de

Moradores de Londrina

Joel Tadeu Correa - Presidente

O Congresso Municipal será convocado pelo Presidente, através de Edital de Convocação, com antecedência máxima de 180 (cento e oltenta) días e mínima de 90 (noventa) días, de conformidade com o Estatuto Social.

HTTP://unimol.blogsspot.com

e-mail: unimollondrina@hotmail.com

1º OFICIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Rua Piaul, 399 - 3º Andar Sala 304 Luiza Losi Coutinho Mendes

OFICIAL Ana Maria Losi Marques de Jesus Samira Nara Souza Sampaio Arthur Douglas Antico ESCREVENTES AUTORIZADOS

REGISTRO DE TITULOS E DUCUMENTOS 1º OFICIO

Certifico que a presente fotocopia é autentica ao original do registro do arquivo neste

Cartório.

L'o Officio de Registro de Tituloj, e Documentos a Civil da Pessoas Junicas PARANA Macrol Assinatura moder LISTA DE PRESENÇA 17/12/2011 - 🖝 Congresso Municipal da UNIMOL. União Municipal das Associações de Moradores de Londrina # (2 Hot MAI) Coop . Oranio O hotmail. Com Gua, So Collada Controlle B. Car X. con (Leman) Landrie 62 @ Hote 2012 jone Statemar ANSILO Manna 9 Hornar SIPTER FEDERACION O SPORCEMENTOS moneto belindi Noon assault 9555R25 Tidmeri *Magaso 9910-5984 drider. @ E-mail 33344687 9945RZE3 865 332502 B1232469 4092916 3388241 33291399 9991732 33291999 4519608 8425694 4177717 3336680 24385695 3342115 9645997 96534426 Telefone 3541.42.28 5994553 3 70 00 0 3 ď MIMOL Granding of maintened from himal Mariete moredown Social Laigh Sules CIMI IMO るころつ UNIMA 13F62 Ser lenno Charles Soboxo AMORTA HEGILIO OSBARE ONLES to parpo B. Cast Ling Johas granny many

> 1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Rua Piaul, 399 - 3º Andar Sala 304 Luiza Losi Coutinho Mendes **OFICIAL**

12 13

Ana Maria Losi Marques de Jesus Samira Nara Souza Sampalo Arthur Douglas Antico **ESCREVENTES AUTORIZADOS**

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS 1º OFICIO

Certifico que a presente fotocópia é autentica ao original do registro do arquivo neste

18 19

15 16

an

No. of the last

1º Oficio de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessuas koridicas

No Morne	Entidade	Telefone	E-mail	Assinatura	1
Proble general	Common	Sept 304			
Ama morres bely	Polygues	3341-6732		R	
to colaci	raciododes de comición		9919 97-97 Wecender coloral de trasment Con	alexandre in Porme	1
NOWS Gland of Blueido	Dowero		6	1 (1	
Menne Dax + Gazela	Can speal of Sel	88384040	8838 7040 R. Outon 12 57		1
KT you a Mobile (esta	Many Springly de Milled	_	55 Landling Califor	10 10 10 10 1 3 10 1	1
Sunia Pristing General	1	99461120			
Richard Caron Martins	Sour de Montalle our	7144416		A Sacretime	
· CM	==.	OSON BE	¥	a company	
Properco Batis Bund	a Suprest Bris ala	3341,1953	of many on the Many	San	
19. 100 BUILDIA	Cost of dollard	43427317	1 4		
Indown Son	-	6192616	3		3
~	C12 6(20,000,000)	33241394		2	
MARIO MASSARU	ortano	83565099	C.15GUANA64BG		
1054 Grownide Condos	Con Gowant 11	33472202		oc. min an	
Lucina Limina Nothin	to ass. my yd. Olan cross	72114566		J. Market	
Somo Mang Ham	13	3338804		S C S C S C S C S C S C S C S C S C S C	1
Direct somber Per	earethe Le	भेरके ५०६८	84.0936 36		
1000C 1. SOWN ??	NO: WONCIED WIR A LUA I	15/0-16851	Society Countral Seneward.	4	
200 ART (2000 2) ART 103	CAFE ZAL II	としていまからだ	PALES VALOS @ PS VAS, 100 9 AL DA.	1, 3	
andra Sonandello	AMAi	24.9t.178	Undo segulita 4 mail con	Walsones Charle	vil di
. Tre Soladonlas	ARECOL	D90 4448	Parthe	0.000	1
	Mudas		9	The Marie	9 1
o //					11
26			Sa.		1
					1

1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Rua Piaul, 399 - 3º Andar Sala 304 Luiza Losi Coutinho Mendes OFICIAL

Ana Maria Losi Marques de Jesus Samira Nara Souza Sampaio Arthur Douglas Antico **ESCREVENTES AUTORIZADOS**

NEGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS 1º OFÍCIO

Certifico que a presente fotocópia é autentica ao original do registro do arquivo neste Cartório.

Londring

Vm9sdW1 IIGRIIFByb2Nlc3NvIERpZ2 I0YWxpemFkbyBWb2wuIEkgKDAyODE4ODAparter (Marchen Marchen Mar



Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à PRFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.223.847/0001-38 MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DE ABERTURA 15/07/2003

NOME EMPRESARIAL

UNIAO MUNICIPAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE LONDRINA - UNIMOL

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

JNIM OL

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIMDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVADA

LOGRADOURO

NÚMERO

COMPLEMENTO

R EGIDIO CAMARGO DO AMARAL

110

UF PR

86.010-100

BAIRRO/DISTRITO CENTRO MUNICÍPIO LONDRINA

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

15/07/2003

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 28/11/2012 às 18:03:44 (data e hora de Brasília).

Voltar

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 28/11/2012

MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS HÁ MAIS DE DOIS (02) ANOS

00 -
A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO C. H. SEBASTIÃO DE MELLO CESAR
(denominação da entidade), inscrita no CNPJ sob o nº <u>₹8,3 08.7 64/6001-36</u> ,
com sede à RUA OTAVIO MANGABEIRA SINS, Bairro C. H. SEBAS-LIFO DEMPILO CERAZ
CEP 86084-560 na cidade de Londrina , Estado do Paraná , entidade sem fins
lucrativa, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, nos
termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de
14 de Outubro de 2011, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão
Comunitária. Afirmo, ainda, que a sede desta entidade se situa na área pretendida para a
execução do Serviço.
LOUBTINA , 18 de Novembro de 2013 (local e data)
assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio
Nome do representante legal: As Wallo Consalus Mulicio

Atenção: Anexar uma cópia autenticada dos seguintes documentos:

- · Ata de eleição ou termo de posse do declarante (representante legal), e,
- · Cópia do CNPJ.

Nome do representante legal:

Autenticação no verso TA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DE ELEIÇÃO E SSE DA HOVA DIRETORIA DA MISSOCIAGAD DE MORADORE C.H. SCBASTIAU DE MELLO CESAR - MANDATO 10 DE JUNHO DE 2012 A 09 DE JUNHO 2014 - 02 (DOJS) DEE DIAS DO MES DE JUNHO DE DOIS MIL E DORT 0/06/2012), NO CENTRO COMUNITARIO do C.H. SEBASTIA MELLO CESAR - ZOND NORTE DE LONDRIND/PR. RUD OTAVIO MANGUEIRA, digo, MANGABCIRA, Nº 114 HRS (ONZE HORAS) INICIOU-SE A ASSEMBLEIA GERAL YOSSE DA NOVA DIRETORIA DA ASSOCIA DE ELCICAD DE MORADORES DO K.H. SEBASTIAD PARA UM MANDATO DOIS AMS, INICIANDO NHO DE DOIS MIL E DOZE E ENCERRANDO EM NHO DE DONS MIL E CATORZE. FOI ABERTO O PRAZO de INSCRICATE DE CHAPAS NO DIA DEZ DE MAIO DE DOIS MIL E DOZE, INDO ATE VINTE DE MAIO DE DOIS MIL E. DOZE O DRAZO, AS 18:00 has (DEZOITO has), CONFORME EDITAL HILO, EM ANEXO, QUE FOI FIXADO NO CENTRO COMUNITARIO DO CONJUNTO E EM TODOS OS ESTABLIECIMENTOS do BAIRRO. CONFORME COMO A CLEICAG SE DARÁ NO DIO DEZ DISTRIBILIDO DOS MIL E CENTRO COMUNITARIO do CONTUNTO DEBOSTIDO DE MELLO CESA CONFORME O EDITAL, SE APENOS UMA CHAPA SE INSCREVER A MESMA PODERA SER ELETTA POR ACLAMACOO, OU, POR WTO W STM OU NAU. ENCERKADO O PRAZO DE INSCRIÇÃO DE CHAPAT DOIS MIL & DOZE SOMENTE NO DIA VINTE DE MAIO DE CHAPA SE INSCREVEN, ENCOBECADA PELO MORADOR OSWALDO GONCALVES DE CLIVEIRA, MORADOR NA RVA OTAVIO GORRETA, 187 TH. 568 ASTIAN DE MELLO-CESAR. CONFORME EDITAL ANEXO, EU, OSVALDIR GOMES DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DA FA MCCOL: FEDERACAD DAY ASSOCIACIÓN DE MORADUS E DEMAIS FON TIDADES KIVIS ORGANIZODOS DA ZONO NORTE DE LUNDRINA/PA 737. 470/0001-06, PRESIDIA ASSEMBLEIN GERDI

OCANIZZA OXIAZA

CM CONFORMIDADE COM O CSTATUTO DA MSSOCIA

DATE MORRDORES DO C. H. SEBASTIRO DE MECIA CETAR - ZONA WORTE

ONDRINA, MOS BBRIXO BESTUADOS, VEM ATRAVES DESTE, SOLICITAR A

ERVISAÇÃO DE ELEICAO PARA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO, NUM PRAR

TAXIMO DE 30 (IRINTA) DIAS A CANTAR DA ASSOCIAÇÃO, NUM PRAR

DIS O MANDATO DO ATUAL PRESIDENTE ESTA VENCIDO A MVITO-TEMPO.

W. W. C.		LONDRIND, 29 DE FEVEREIRO DE	1
Sons Horre De Lunden	DERVISONO DO		
1 1250 61 DC 19 61 DC	FEDERACAO ala	SpesiDente Do Hameral	+
		OH	7
rivania : managaria ana	*		7
			_
·			
*			
*			
		CLI, HAB. SEBASTIAO DE MECLO CESAR CLI, HAB. SEBASTIAO DE MECLO CESAR SEGOS - SOUDEILUS - PR	Pres
	1	I TOWNWIND BU CAUANNADAD	
		FAMECOL - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E DEMAIS ENTIDADES CIVIS	
•	4	130-1000/07-78787	Í
	-	130 1000 all a damages	
		1	,
e de la companya de l			
~ .		9 2	
1		SOUNDS	
7 000			-
TT Enpure:			
CAN TO S			
Colores & Colores: 9			T
ASSINATURA	DOCUMENTO	HOME COMPLETO	1

Notes: 146 moras

Londrina, 10 de março de 2012

Ao Presidente Famercol

Vimos através desta, registrar nossa chapa para compor a eleição da associação de moradores do Conj. Sebastião de Mello Cesar

Presidente: Oswaldo Gonçalves de Oliveira – CPF: 60452633915 – RG: 3882489-7 – Profissão: Pedreiro Endereço: Rua Otavio Correia, 187 – Tel: 9191-1852

Vice-Presidente: Aparecido Rissi – CPF: 275948319-34 – RG: 16400815 – Profissão: Aposentado – Endereço: Rua Otavio Correia, 177 – Tel: 9164-0409

Secretaria: Alcides Crespino – CPF: 20881924920 – RG: 687382-6 – Profissão: Aposentado – Endereço: Rua Otávio Correia, 196 – Tel: 3339-2369

Vice-Secretaria: Vanildo da Silva – RG: 850083301 – Profissão: Motorista – Endereço: Rua Otávio Magabeira – Tel: 3337-5739

Tesoureiro: José Telmo Carvalho – CPF: 49801953934 – RG: 4043224-8 – Profissão: Guarda Municipal Endereço: Rua Otávio Correia, 155 – Tel: 3028-3507

Vice-Tesoureiro: Luiz Cesar da Silva – CPF: 772211001-15 – RG: 8287745-2 – Profissão: Porteiro Endereço: Rua Otávio Correia, 160 – Tel: 8438-4417

Conselho Fiscal: Valdinei Barbosa – CPF: 04314282971 – RG: 9266907-6 – Profissão: Autonomo Endereço: Rua Otávio Magabeira, 46 – Tel: 9938-2779

Wanderley Cardoso – CPF: 02394945982 – RG: 5662710-3 – Profissão: Operador de Equipamento Endereço: Rua Petrônio Portela – TEL: 9124-0102

Anderson Gomes - CPF: 8339290-8 - RG: 036678749-79 - Profissão: Comerciante Endereço: Rua Milton Campos, 277 - TEL: 9124-0102

Nilson Barbosa – RG: 31174319 – Profissão: Serviços Gerais Endereço: Rua Milton Campos, 195 – Tel: 33366367

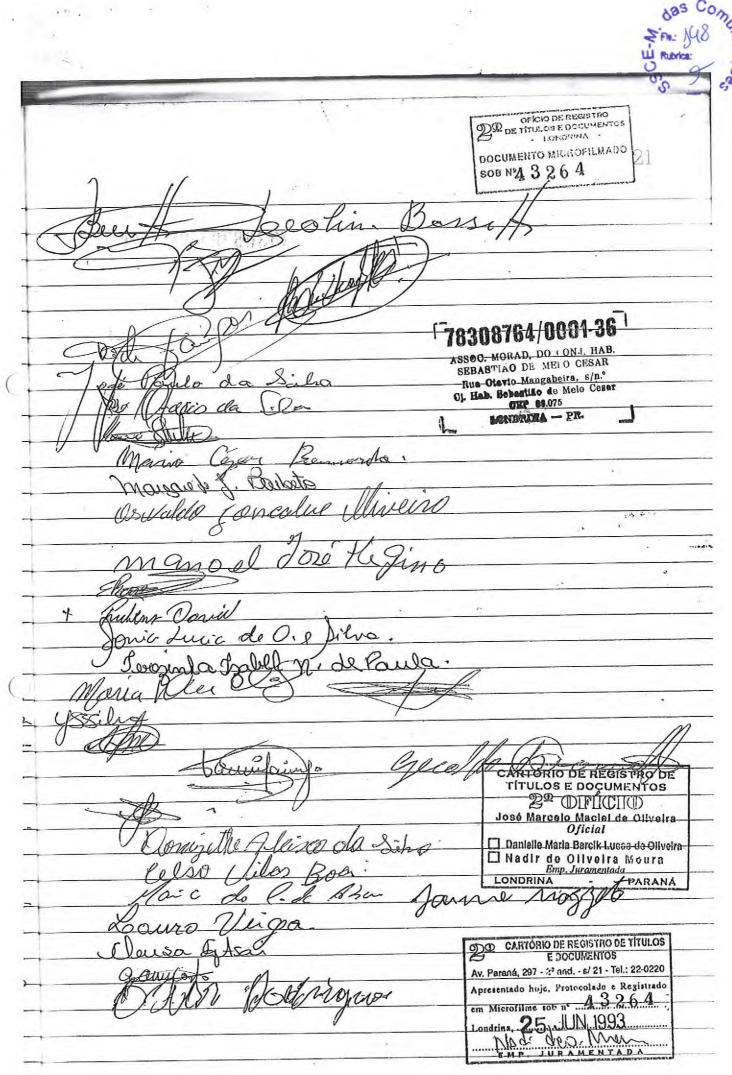
Antonio Carlos da Rosa – CPF: 44204060978 – RG: 31377374 – Profissão: Carteiro Endereço: Rua Otavio Correia, 154 – Tel: 33215388

Wilson Rosa da Concelção – RG: 35003983 – Profissão: Aposentado Rua Odilon Braga – Tel: 84525097

Presidente da Famercol

Presidente do Conj. Sebastião de Mello

das Comunicas OFICIO DE REGISTRO
OFICIO DE REGISTRO
LONDRINA 12 1453 DOCUMENTO MICROFILMADO 43264 SOB Nº ASSOC. MORAD, DO ONA, HAB. SEBASTIÃO DE HEIO CESAR Rua Otavio Mangabeira, s nº Cj. Hab. Sebastião de Melo Cesar CEP 86 075 LONDRINA - PR.



OFICIO DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS 78308764/0001-36 LONDRINA BORNS 43264 ASSOC. "O :: AD, DO . ON J. HAB SEBASTIÃO DE MELO CESAR 20 Rua Otavio Maugabeira, s/nº CJ. Hab. Sebastiao de Melo Cesar

das Con

DE TITULOS E DOCUMENTOS 025 · LONDRINA 78308764/0001-36 DOCUMENTO MICROFILMADO 100 - 12 - 1 - 1 ASSOC, NO. NO. DO - ONJ. HAB. SERASTIÃO DE MELO CESAR Rua dia 10 Mangabetra, s.p. J. Hab. Sebastião de Mejo Cesar





Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 78.308.764/0001-36 MATRIZ	COMPROVANTE DE	INSCRIÇÃO E D ADASTRAL	E SITUAÇÃO	DATA DE ABERTURA 28/04/1983
NOME EMPRESARIAL	NJ HAB SEBASTIAO DE MELO (CESAR		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO	(NOME DE FANTASIA)			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIV 88.00-6-00 - Serviços de	iDADE ECONÓMICA PRINCIPAL assistência social sem alojamen	ito		
Não informada	VIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NAT 399-9 - ASSOCIACAO PI				
LOGRADOURO R OTAVIO MANGABEIRA	4	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
K OTAVIO IIIANOADEIKI				
CEP 86.084-070	BAIRROADISTRITO CONJ HAB S M CESAR	MUNICÍPIO LONDRINA		UF PR
CEP			DA	

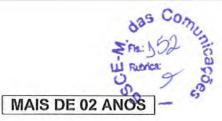
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 20/11/2013 às 14:19:39 (data e hora de Brasília).

Voltar

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 20/11/2013



MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS HÁ MAIS DE DOIS (02) ANOS

A CASA DO BOM SAMARITANO INST. DE PROMOÇÃO SOCIAL DE LONDRINA
(denominação da entidade), inscrita no CNPJ sob o nº78.019.734/0001-00,
com sede à RUA JOSÉ FIERLI, 153 , Bairro VILA MARIZIA n.
153 CEP 86.025-250 na cidade de Londrina, Estado do Paraná, entidade sem fins
lucrativa, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, nos
termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de
14 de Outubro de 2011, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão
Comunitária. Afirmo, ainda, que a sede desta entidade se situa na área pretendida para a
execução do Serviço.
Londrina 29 de Outubro de 2013.
(local e data)
assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio
Nome do representante legal: PAULO TEIXEIRA GOMES
CPF: 062.189.899~68
Atenção: Anexar uma cópia autenticada dos seguintes documentos:
Ata de eleição ou termo de posse do declarante (representante legal), e, Cópia do CNP.I.

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

	REPÚBLICA F CADASTRO NACI	EDERATIVA D		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 78.019.734/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE	DE INSCRIÇÃO E D CADASTRAL	E SITUAÇÃO DATA DE AI 14/10/198	
	ARITANO INST PROM SOCIAL ENTO (NOME DE FANTASIA)	DE LONDRINA		
87.30-1-02 - Albergu CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA	S ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁR	RIAS		
85.11-2-00 - Educaçã 85.12-1-00 - Educaçã CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA 399-9 - ASSOCIACA	io infantil - pré-escola NATUREZA JURÍDICA			
LOGRADOURO R JOSE FIERLI		NÚMERO 153	COMPLEMENTO	
CEP 86.025-250	BAIRRO/DISTRITO VILA MARIZIA	MUNICÍPIO LONDRINA		UF PR
			24/09/2005	ÇÃO CADASTRAL
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA MOTIVO DE SITUAÇÃO CA	DASTRAL			ÇÃO CADASTRAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 30/10/2013 às 09:55:20 (data e hora de Brasília). Voltar

Página: 1/1



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, <u>clique aqui</u>. <u>Atualize sua página</u>

Vm9sdW1||http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Comprov_16732/13-51/30. 164



1749/13

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA CASA DO BOM-SAMARITANO INSTITUTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DE LONDRINA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2011.

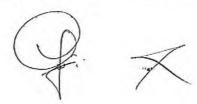
Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, as 19:30 horas, em segunda convocação, no plenário da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, situada à Avenida Dez de dezembro nº 647, jardim Castelo em Londrina, Estado do Paraná, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária os associados da Casa do Bom Samaritano Instituto de Promoção Social de Londrina, CNPJ 78.019.734/0001-00 com sede à Rua José Fierli, 153, Vila Marizia em Londrina, Paraná, com a presença de 25 membros, conforme assinaturas constantes no livro de presenças, às folhas 05 e 06, para a eleição da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, para o período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2014, conforme edital de convocação, publicado no Jornal de Londrina, edição de 29 de novembro de 2011, à página 18 do caderno de classificados, cujo teor é o seguinte: CASA DO BOM SAMARITANO DE LONDRINA – INSTITUTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DE LONDRINA, CNPJ 78.019.734/0001-00, EDITAL DE CONVOCAÇÃO, ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA. A Casa do Bom Samaritano Instituto de Promoção Social de Londrina, através de sua Diretoria Executiva representada por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 17 do Estatuto Social vigente, convoca todos os Associados com direito a voto, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no Plenário da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, Avenida Dez de Dezembro nº 647 Jardim Castelo, Londrina PR, no dia 09 de dezembro de 2011 às 18h30, em primeira convocação, com a presença de metade mais um dos associados e não havendo quorum, em segunda convocação uma hora após, com qualquer número de associados nos termos do artigo 20 do Estatuto, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1º - Apreciação e aprovação do relatório das atividades gestão 2009/2011. 2º - Eleição da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal para o triênio 2012/2014. 3° - Outros assuntos de interesse social. Londrina 29 de novembro de 2011, Luiz do Amaral -Presidente. Presidindo a Assembléia o Sr. Luiz do Amaral convidou para comporem a mesa os Srs. Paulo Teixeira Gomes, Reinaldo Lopes de Souza, José Paulo Néri Romero, José Pugin, Luiz Pozzer e Organtino Rillo, após solicitou ao Padre Olívio Gerônimo Junior que fizesse uma oração, após o presidente convocou ao Sr. José Wagner Nunes - primeiro secretário, para que fizesse a leitura do Edital de Convocação e secretariasse a presente Assembléia. Após, o presidente solicitou a Sra. Elaine Cristina de Oliveira, coordenadora da Casa que apresentasse o relatório das principais atividades da





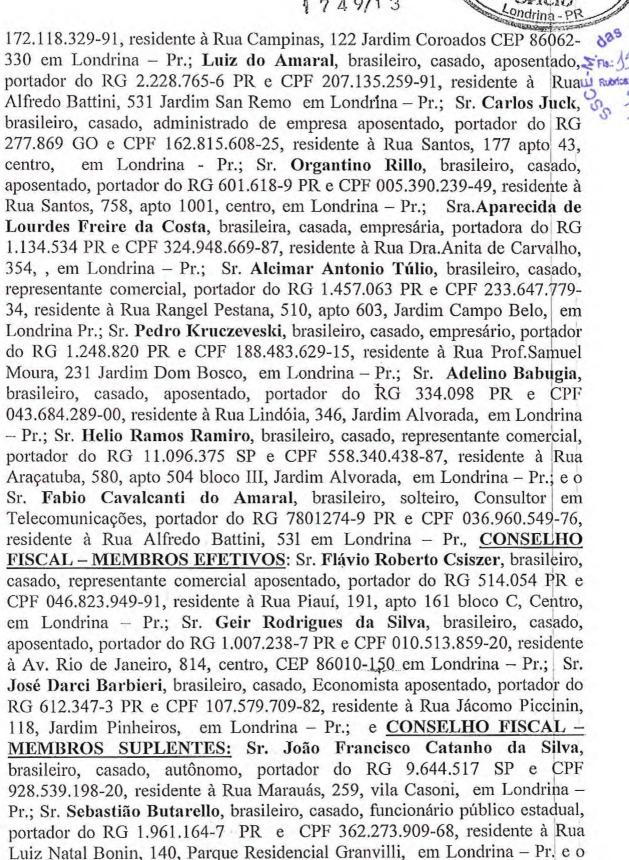


Casa do Bom Samaritano neste três anos de mandato, iniciando com a apresentação dos números sobre atendimentos realizados, como quantidades de pessoas atendidas, refeições servidas, procedimentos dos serviços de serviç enfermagem, a encampação da Creche Nossa Senhora de Fátima entidade esta que era comandada pelas Irmãs Xaverianas, que hoje atende 85 crianças de tres a seis anos e que passará a partir de 2012 atender 140 crianças, conclusão de nova lavanderia, abertura de segunda à sábado do Bazar Beneficente de roupas usadas com a contratação de um funcionário fixo e participação de diversos voluntários, colocação de alarme na cozinha e câmeras de vigilância nas dependências da Entidade. A seguir o presidente deixou a palavra livre para comentários e perguntas, quando a Sra. Lélia Okano Rillo tomando a palavra destacou a nobreza do gesto das pessoas se doarem para o bem de A seguir o relatório foi colocado em apreciação, sendo outras pessoas. aprovado por unanimidade dos presentes. Retomando a palavra o Sr. Luiz do Amaral, procedeu a apresentação do Sr. Paulo Teixeira Gomes, candidato a presidência da nova Diretoria, que fez um breve discurso agradecendo a todos que aceitaram o convite para compor a chapa da nova Diretoria e convocou a se engajarem num trabalho transparente, honesto e profissional para vencerem os desafios a serem enfrentados. A seguir fez a apresentação de todos os integrantes da chapa, que foram eleitos por aclamação, em virtude de tratar-se de chapa única, que ficou assim constituída: DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente: Sr. Paulo Teixeira Gomes, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG. nº 1.019.847 PR e CPF 062.189.899-68, residente à Rua Gastão Madeira, 47 em Londrina - Pr.; Vice-Presidente: Sr. Reinaldo Lopes de Souza, brasileiro, casado, Gerente de contas do Setor de Telecomunicações, portador no RG 3.377.571-7 PR e CPF 364.929.069-34, residente à Rua Dolores Duran, 75 Jardim São Gabriel em Londrina - Pr.; Maria Regina Pinoti Camargo, brasileira, Tesoureira: Sra. aposentada, portadora do RG. 2.014.951-5 PR e CPF 234.463.239-53, residente à Rua Tangara, 140 vila Yara em Londrina - Pr.; Vice-tesoureiro: Sr. José Paulo Néri Romero, brasileiro, casado, empresário, portador do RG. nº 652.497-4 PR e CPF 013.644.999-91, residente à Rua Guarulhos, nº 141 Jardim Champagnat em Londrina - Pr.; Secretário: Sr. José Pugin, brasileiro, casado, aposentado portador do RG 1.381.330 PR e CPF 079.970.609-44, residente à Rua Brasil, 649 Apto 1401 - Centro em Londrina - Pr.; Vice-Secretário: Sr. Luiz Pozzer, brasileiro, casado, Empresário setor de transportes, portador do RG: 1.331.355 PR e CPF: 251.652.249-53, residente à Rua Olavo Bilac nº 416 - Apto 32 - Jardim San Remo, Londrina-PR. CONSELHO DELIBERATIVO: Sr. José Wagner Nunes, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG 921.053 PR e CPF



(

1749/13







Sr. Felício Francisco Freire, brasileiro, casado, empresário, portador do RG 1383218-8 PR e CPF 279.507.199-15, residente à Rua Agostinho Feijó Sanches, 260, Jardim Santa Mônica, em Londrina – Pr. A posse dos membros eleitos dar-se-á automaticamente no dia 01 de janeiro de 2012. Encerrando os trabalhos, o Sr. Luiz do Amaral, solicitou a todos que fizéssemos uma oração, após o que, redigiu-se presente Ata, que depois de lida e achada conforme foi aprovada por unanimidade. Londrina, 09 de dezembro de 2011. (aa) Luiz do Amaral – Presidente. José Wagner Nunes – Secretário. Paulo Teixeira Gomes – Presidente Eleito.

Londrina, Paraná, 09 de dezembro de 2011.

Luiz do Amaral-Presidente

Paulo Teixeira Gomes-Presidente eleito

José Wagner Nunes-Secretário

3	O CARTÓRIO DE REGISTRO DE
6	# TITULOS T DOCUMENTOS
8	Danielle Maria Barcix Lucas de Oliveiro
8	1 Alek 43 228 da 1807/2001
1	The Tight of the Market
1	ZICHUNARPEN CONTRACTOR
1	ESCREVENTI
/	LONDRINE DOCINENA
	JURIDICAS JURIDICAS
	DPB41703
	DbB4710つ品質別

DO REGISTRO	DE THE	JLUS E	Jagunenios
PESSOAS I Apontado hojo sob nº	VR OIC	ESO LE	MIRIMA - PR
Apontado hojo seb nº	H o	U Es Q	do Protocolo
A-Pj. Avert all sob no.	17	4.9/1	.3 do Livro
A	de l'a	gistro do I	osspas Jurídicas.
Transcrito à	F	A or	de
Registro de l'essods Ju-	2:3	DF Z	2011
Londrina,			A Committee of the Comm
(life	Rock	ck)
ES	CREVE	NJE	***

MAIS DE 02 ANOS

MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS PRODUCTION DE LEGALMENTE CONSTITUÍDAS HÁ MAIS DE DOIS (02) ANOS

5.
A Centro de Assistincia e Recuperação de Vidas Morada, (denominação da entidade), inscrita no CNPJ sob o nº 81, 764.532/0001-05,
(denominação da entidade), inscrita no CNPJ sob o nº 81. 764. 532 / 0001-05,
com sede à Rua antonio Belasa , Bairro Jardin Vale Verde n.
1489 CEP 86040-010 na cidade de Londrina, Estado do Paraná, entidade sem fins
lucrativa, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, nos
termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de
14 de Outubro de 2011, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão
Comunitária. Afirmo, ainda, que a sede desta entidade se situa na área pretendida para a
execução do Serviço.
Londrina, 28 de gutulia de 2013.
(local e data)

assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio

Nome do representante legal: DANGOTERNANDO ROMANGOLI C

CPF: 363848449-15

Atenção: Anexar uma cópia autenticada dos seguintes documentos:

- · Ata de eleição ou termo de posse do declarante (representante legal), e,
- Cópia do CNPJ.





Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 81.764.532/0001-05 MATRIZ COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL DATA DE ABERTURA 04/01/1991

NOME EMPRESARIAL

CENTRO DE ASSISTENCIA E RECUP DE VIDAS MORADA DE DEUS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

87.20-4-99 - Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVADA

LOGRADOURO

NÚMERO

COMPLEMENTO

R ANTONIO BELASCO

1489

86.040-010

BAIRRO/DISTRITO

JARDIM VERDE

MUNICÍPIO

UF PR

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA LONDRINA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 29/10/2013 às 16:21:46 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

© Copyright Receita Federal do Brasil - 29/10/2013





Cricio de Registro de Tituros y cionamentos
e Civil de Pessoas Juridons
 PARANA
 PARANA

www.moradadedeus.org.br

Wife: 160 Miles

ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Reuniram os membros e associados do Centro de Assistência e Recuperação de Vidas Morada de Deus, conforme assinaturas constantes na lista de presença, as 10h00min do dia 18 de Maio de 2013, na sede da entidade sito a Rua Antônio Belasco, nº 1.489 − Jd. Vale Verde, Londrina − PR, em conformidade com o Edital publicado na sede no dia 30 de Abril de 2013, com a finalidade de Eleição da nova diretoria. O presidente, Pr. Paulo Fernando Romanholi Constantino, convidou o Pr. Urias França Junior para secretariar a reunião, dando início conforme a seguinte pauta: Eleição da diretoria para o biênio 2013 - 2015. O presidente agradeceu a presença de todos e deu início a assembleia com uma oração. A seguir apresentou a necessidade de eleição da diretoria para os próximos dois anos, justificando a necessidade de proceder ao cadastramento da entidade junto ao SICAF tendo em vista o convênio a ser formalizado nos próximos dias com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas — SENAD. Como o cadastro a ser efetuado junto aos órgãos federais tem validade de acordo com o mandato da diretoria, se justifica a nova eleição, uma vez que o mandato anterior expira dentro de alguns dias. Após o esclarecimento de algumas dúvidas, passou-se a eleição da nova diretoria, a qual ficou assim composta: Presidente: Paulo Fernando Romanholi Constantino, Brasileiro, Casado, Pastor evangélico, residente a Rua Ibraim Soubia, nº 122 - Bairro Residencial Tocantins - Londrina - PR - CEP: 86.081-450, nascido em 07/07/1961, filho de Nair Romanholi, portador do CPF nº 363.848.449-15 e do RG nº 3.041.332-6 emitido em 25/03/2009 SESP/PR. Vice-presidente: Urias França Junior, Brasileiro, Casado, Consultor, residente a Rua Pedro Alcântara Trannin, nº 64 - Bairro Central Park - Londrina - PR - CEP: 86.061-486, nascido em 07/07/1961, filho de Bernarda Rodrigues França, portador do CPF nº 013.729.098-50 e do RG nº 9.737.532-9 emitido em 30/06/2003 SSP/SP. Tesoureira: Claudeci Lopes Rodrigues, Brasileira, Casada, Vendedora, residente a Rua Benedita Eugenia Eduardo, nº 50 - Bairro Estados - Londrina - PR - CEP: 86.083-020, nascida em 02/07/1967, filha de Maria do Carmo Lopes Rodrigues, portadora do CPF nº 722.780.219-15 e do RG nº 4.636.603-4 emitido em 05/08/2011 SESP/PR. Secretário: Roberto Rufino dos Santos, Brasileiro, Casado, Enfermeiro, residente a Rua Benedita Eugenia Eduardo, nº 50 - Bairro Estados - Londrina - PR - CEP: 86.083-020, nascido em 16/04/1966, filho de Zaira da Silva Santos, portador do CPF nº 588.062.709-82 e do RG nº 4.095.575-5 emitido em 03/04/1984 SSP/PR. Conselho Fiscal: Seir Lopes Rodrigues, Brasileiro, Viúvo, Vendedor, residente a Rua Arlindo Matias, nº 175 - Bairro Conjunto Maria Celina – Londrina – PR – CEP: 86.081-537, nascido em 19/12/1968, filho de Maria do Carmo Lopes Rodrigues, portador do CPF nº 722.016.909-44 e do RG nº 5.074.106-0 emitido em 10/08/1987 SESP/PR. Assim a diretoria tomou posse imediatamente, ficando eleita para o período de 18/05/2013 a 17/05/2015. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada as 11hs30min com uma oração e Eu, Urias França Jr, como Secretario Ad Hoc, lavrei a presente Ata, a qual assino juntamente com o presidente.

Londrina, 18 de Maio de 2013.

Paulo Pernando Romanholi Constantino

Presidente

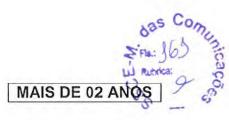
Urias França Ir Secretário "Ad Hoc" FIRMA RECONHECIDA

O RECONHECIMENTO DE FIRMAS ESTÁ NO VERSO

Centro de Assistência e Recuperação de Vidas Morada de Deus

contato@moradadedeus.org.br

SOUTH MALLY COUNTY TOTAL STATES CONTRACTOR



MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS HÁ MAIS DE DOIS (02) ANOS

A MOSOCIAÇÃO DE AMICOS DO TRADIM SIANIGM-LA A
(denominação da entidade), inscrita no CNPJ sob o nº 12 995 ₹₹₹ / 0001 - 12 ,
com sede à tua castro Alves , Bairro D. SIANGN-NA n.
ZG) CEP 86070-670na cidade de Londrina, Estado do Paraná, entidade sem fins
lucrativa, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, nos
termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de
14 de Outubro de 2011, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão
Comunitária. Afirmo, ainda, que a sede desta entidade se situa na área pretendida para a
execução do Serviço.
local e data) # , 21 de Novienso de 2013.
assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio
Nome do representante legal: GOSRIETA WEEL CARRIED DA FORTOURA
CPF: 017 312 379-10

- Ata de eleição ou termo de posse do declarante (representante legal), e,
- Cópia do CNPJ.





Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA					
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.995.777/0001-12 MATRIZ			DATA DE ABERTURA 24/04/1991			
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE AM	MIGOS DO JARDIM SHANGRI-LA A					
TÍTULO DO ESTABELECIME VIZINHOS SOLIDARI	NTO (NOME DE FANTASIA) OS SHANGRI-LA A					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente						
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA	s atividades econômicas secundárias es de associações de defesa de direi					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA 399-9 - ASSOCIACAO			4			
LOGRADOURO R CASTRO ALVES		NÚMERO COMPLEMENTO				
CEP 86.070-670	BAIRRO/DISTRITO JARDIM SHANGRI-LA A	MUNICÍPIO LONDRINA	UF PR			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SI 24/04/19 9	TUAÇÃO CADASTRAL 1			
MOTIVO DE SITUAÇÃO CAI	DASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL.		DATA DA SI *******	TUAÇÃO ESPECIAL			

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 20/11/2013 às 12:58:51 (data e hora de Brasília).

Voltar

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 20/11/2013



No. 163 municas

LONDRINA



EST. DO PARANÁ

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS PESSOAS JURÍDICAS

1.º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Luiza Losi Coutinho Mendes

Giovani Losi Coutinho Mendes
(ESCREVENTE SUBSTITUTO)

Ana Maria Losi Marques de Jesus
(ESCREVENTE AUTORIZADA)

RUA PIAUÍ, 399 - 3.º ANDAR - SALA 304 CENTRO - FONE/FAX: (43) 3322-1900

NOME....: ASSOCIACAO DE AMIGOS DO JARDIM SHANGRI-LA

DOCUMENTO: 1. ALTERACAO ESTATUTARIA

NUM. REG.: 2.622/4 LIVRO: A3 DATA: 16/10/2012



1.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS RUA PIAUÍ, 399 - 3.º ANDAR - SALA 304 - FONE/FAX: (43) 3322-1900

Luiza Losi Coutinho Mendes (OFÍCIAL)

Giovani Losi Coutinho Mendes (ESCREVENTE SUBSTITUTO) Ana Maria Losi Marques de Jesus Samira Nara Souza Sampaio (ESCREVENTES AUTORIZADAS)

CERTIDÃO

Certifico, a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo o Livro "A.3", do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, consta existir a 1ª Alteração Estatutária sob nº 2.622/4, de 16/10/2012, do Estatuto Social da(o) "ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO JARDIM SHANGRI-LÁ - AAJSA", Apontada sob nº 19.412, do Protocolo "P.J", em 16/10/2012.

Certifico ainda que, estão devidamente arquivados neste Ofício, os documentos exigidos pela Lei Federal nº 6.015, artigos nº 120 e 121 de 31/12/73.

> O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. LONDRINA, 16 DE OUTUBRO DE 2012.

mend LUIZA LOSI COUTINHO MENDES OFICIAL.

1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Rua Piaul, 399 - 3º Andar Sala 304
Luiza Losi Coutinho Mendes
OFICIAL
Glovani Losi Coutinho Mendes
ESCREVENTE SUBSTITUTO Ana Maria Losi Marques de Jesus Samira Nara Souza Sampaio Arthur Douglas Antico ESCREVENTES AUTORIZADOS



1º Oficio de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas DADANIA

· ANDRINA 262214

ATA DE HOMOLOGAÇÃO DAS CHAPAS INSCRITAS PARA A ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO JARDIM SHANGRI-LÁ "A", DE LONDRINA/PR.

Aos quatro dias do mês de julho de 2012, no Salão Paroquial de Igreja Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos, 43, às 19:00 horas, em primeira chamada, para reunião da Associação para deliberar sobre os seguintes assuntos: a) recebimento de chapas para concorrer em eleição; b) deliberar sobre novo Estatuto Social Consolidado; devendo esclarecer ao plenário que no caso de somente uma chapa for inscrita, esta será aclamada para o próximo biênio. Devemos salientar que os editais foram publicados no JL de 20 de junho de 2012. Se houver mais de uma chapa, será marcada uma eleição nos próximos 15 dias, como não houve manifestação do plenário, tendo sido lida a convocação, bem com perguntado, em alto e bom tom, aos presentes, que não havendo manifestação contrária e, por aclamação, foi considerada eleita por unanimidade a única chapa inscrita. Em seguida, a Presidente passou a discutir as alterações estatutárias conforme os artigos a seguir, em conformidade ao que dispõe a Lei 10.406/2002. Deste modo, onde se lê:

"ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO JARDIM SHANGRI-LÁ "A" ESTATUTOS"

passa-se a ler:

"ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO JARDIM SHANGRI-LÁ "A" ESTATUTO SOCIAL DE ACORDO COM A LEI 10.406/2002"

Onde se lê:

"DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO

Art. 1 - A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO JARDIM SHANGRI-LÁ "A" é uma sociedade civil sem fins lucrativos, político-partidários ou religiosos, constituída sem prazo determinado de duração.

Art. 2 - São objetivos da associação:

a) - promover o desenvolvimento da vida comunitária do bairro;

b) - representar moradores e proprietários do bairro, em suas reivindicações junto aos poderes constituídos;

c) - defender o bairro contra a invasão de atividades econômicas, onde elas sejam proibidas;

d) - lutar para que o bairro não seja descaracterizado como local eminentemente residencial de alto padrão;

e) - promover e contribuir para o desenvolvimento do bem-estar do bairro, em todos os seus aspectos;

f) - colaborar com o poder público e com outras entidades, quando se tratar de obter soluções para se atingir os objetivos acima;

g) - colaborar com a autoridade pública no combate ao abuso do poder econômico e na repressão aos crimes contra a economia popular;

h) - incentivar e preservar a unidade das lutas dos consumidores na defesa de seus legítimos direitos consagrados universalmente;

 i) - reivindicar junto aos poderes competentes condições para orientar, educar, proteger e defender o consumidor;

j) - receber, analisar e equacionar reclamações de consumidores e/ou encaminhá-las aos órgãos competentes.

Art. 3 - A sede da entidade será móvel e se localizará na residência do presidente, dentro da área do bairro.

Art. 4 - A associação poderá ser designada abreviadamente pela sigla AAJSA".

Agora, passa-se a ler:

"CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, FINALIDADES, SEDE E DURAÇÃO

DA DENOMINAÇÃO Art.1º - A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO JARDIM SHANGRI-LA

AUTENTICAÇÃO

"A", com sede e foro provisórios na Rua Castro Alves, nº 261, Jardim Shangri-lá "A", Londrina, Paraná, é uma Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, político-partidários ou religiosos, constituída sem prazo determinado de duração, com a finalidade de atender a todos aqueles que a ela se associarem, independentemente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa.

§ único - A Associação de Amigos do Jardim Shangri-lá "A", ou abreviadamente AAJSA, passa a ter também o nome fantasia "Vizinhos Solidários Shangri-lá "A" e é portadora do CNPJ/MF nº 12.995.777/0001-12.

DAS FINALIDADES:

Art. 2º - São objetivos da associação:

- a) promover o desenvolvimento da vida comunitária do bairro;
- representar os moradores e proprietários do bairro em suas reivindicações junto aos poderes constituídos;
- c) defender o bairro contra a invasão de atividades econômicas, onde elas sejam proibidas;
- d) lutar para que o bairro não seja descaracterizado como local eminentemente residencial de alto padrão;
- e) promover e contribuir para o desenvolvimento do bem estar do bairro, em todos os seus aspectos; e
- f) colaborar como o poder público e com outras entidades, quando se tratar de obter soluções para o atingir os objetivos acima.
- g) Colaborar a autoridade pública no combate ao abuso de poder econômico e na repressão aos crimes contra a economia popular;
- h) Incentivar e preservar a unidade das lutas do consumidor em defesa dos seus legítimos direitos consagrados universalmente;
- Reivindicar junto aos poderes competentes, condições para orientar, educar, proteger e defender o consumidor;
- j) Receber, analisar e equacionar reclamações de consumidores e/ou encaminhá-los aos órgãos competentes.
- Art. 3º No desenvolvimento de suas atividades, a associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação e/ou distinção de raça, cor, gênero, religião e condições sócio-econômicas, ressalvando, desde já, no entanto, o direito de aplicar punições ético/administrativo/disciplinares, em relação a quaisquer membros do seu quadro de associados, que incorram em uma ou mais das infrações previstas neste Estatuto Social.

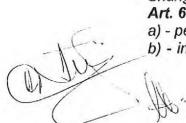
DA SEDE:

Art.4º- A sede da entidade será móvel e se localizará na residência da pessoa do Presidente da associação, dentro da área do bairro, até que a mesma venha a ter sede própria".

Onde se lê:

<u>"CAPÍTULO II</u> DOS SÓCIOS, DIREITOS E DEVERES

- Art. 5 Poderão ser admitidos no quadro social, a critério da diretoria, todos moradores ou proprietários de imóveis na área de jurisdição do Jardim Shangri-lá, zona"A", que tenham no mínimo dezoito anos de idade.
- Art. 6 Serão excluídos do quadro social os associado que:
- a) pedirem expressamente seu desligamento ou
- b) insistirem em prejudicar o nome da Associação ou desrespeitarem este



estatuto, a critério da diretoria.

§ único - Das penalidades aplicadas pela Diretoria, caberá recurso ao 805 Conselho Deliberativo.

Art. 7 - São direitos do sócios:

- a) votar e ser votado para os cargos eletivos da associação, desde que esteja quite com a tesouraria;
- b) participar das atividades da associação, inclusive de departamentos ou comissões;
- c) participar das reuniões da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, com direito à palavra e da assembleia Geral com direito a voz, voto e apresentação de propostas;
- d) solicitar à diretoria informações sobre medidas ou atos desenvolvidos junto à comunidade;
- e) requerer à diretoria a convocação de Assembléia Geral, com a assinatura de no mínimo 50% dos associados:
- f) recorrer à Assembléia Geral/Conselho Deliberativo das decisões da Diretoria que lhe forem contrárias.

Art. 8 - São deveres dos sócios:

- a) cumprir e zelar pelo cumprimento do presente estatuto;
- b) acatar as decisões da diretoria e do conselho deliberativo;
- c) colaborar com a associação sempre que possível;
- d) contribuir com mensalidade fixada pela diretoria, "ad referendum" do Conselho Deliberativo".

Passa-se a ler:

"CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES. DA ADMISSÃO DE ASSOCIADO. DA DEMISSÃO / EXCLUSÃO DE ASSOCIADO. DA ASSEMBLÉIA GERAL. DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Poderão ser admitidos no quadro social, a critério da Diretoria e do Conselho Fiscal, todos aqueles moradores residenciais e/ou proprietários de imóveis residenciais localizados na área de jurisdição do Jardim Shangri-lá "A", que tenham no mínimo 18 (dezoito) anos de idade.

DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art, 6º - São deveres dos associados:

- I. cumprir e zelar pelo cumprimento do presente Estatuto;
- II. respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;
- III. zelar pelo bom nome da Associação;
- IV. defender o patrimônio, as necessidades e os interesses da Associação;
- V. cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
- VI. comparecer por ocasião das assembleias gerais e das eleições;
- VII. denunciar quaisquer irregularidades verificadas dentro da Associação e/ou da área de jurisdição do Jardim Shangri-lá "A", para que a Assembleia Geral tome as providências cabíveis ao caso;
- VIII. colaborar com a associação sempre que possível e/ou for solicitado;
- IX. honrar pontualmente com as mensalidades fixadas pela Diretoria, "ad referendum" do Conselho Fiscal.

DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

Art. 7º - São direitos somente dos associados quites com suas obrigações sociais:

I. votar e serem votados para quaisquer cargos da Diretoria Executiva e do Conselho

e Civil de Pessoas Jurídicas

ONDRINA

2 6 2 2 / 4

Fiscal, na forma prevista neste estatuto;

II. participar das atividades da associação, inclusive de departamentos, comissões ou cargos, quando convidado pela Diretoria, "ad referendum" do Conselho Fiscal; ill. participar das reuniões da Diretoria e do Conselho Fiscal, com direito à palavra eda Assembleia Geral, com direito à voz, voto e apresentação de propostas;

IV. solicitar à Diretoria informações sobre medidas ou atos desenvolvidos junto à

comunidade da circunscrição do Jardim Shangri-lá "A";

V. requerer à Diretoria a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, mediante aquiescência expressa de, no mínimo, 20% (vinte porcento), dos associados quites com suas obrigações para com a associação;

VI. recorrer á Assembleia Geral contra quaisquer atos da Diretoria e do Conselho Fiscal, contrários às finalidades deste estatuto e/ou os direitos aqui mencionados.

DA ADMISSÃO DE ASSOCIADO

Art. 8º - A admissão dos associados é restrita aos moradores residenciais e/ou proprietários residenciais de imóveis localizados na circunscrição do Bairro Jardim Shangri-lá "A", de Londrina, Paraná e se dará por cabeça, independentemente de nacionalidade, gênero, raça, cor, condições sócio-econômicas e crença religiosa, sendo que, para seu ingresso, o interessado deverá ter, no mínimo, 18 (dezoito) anos de idade e preencher ficha de inscrição, a qual será submetida à aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, devendo os interessados na admissão:

I. apresentar xerox da cédula de identidade, do CPF, comprovante de residência e do

IPTU do imóvel onde reside e/ou é proprietário;

 concordar com o presente estatuto e expressar em sua associação na entidade e fora dela, os princípios de ética, bons costumes e moralidade;

III. ter idoneidade moral e reputação ilibada;

IV. assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas.

§ único - Desde já fica esclarecido que, embora a associação seja um ato personalíssimo, a contribuição mensal será cobrada por família, dela podendo se associar à entidade o membro familiar que manifestar vontade neste sentido, respeitando o limite mínimo de idade para a admissão.

DA DEMISSÃO/EXCLUSÃO DE ASSOCIADO

- Art. 9°. A perda da qualidade de associado será apreciada e/ou determinada pela Diretoria Executiva, dela cabendo recurso em primeira instância ao Conselho Fiscal, e em segunda e última instância à Assembleia Geral Extraordinária dos associados. Serão excluídos do quadro social os associados que:
 - a) pedirem expressamente seu desligamento;

b) - insistirem em desrespeitar ou violar este Estatuto;

c) - difamarem, caluniarem, injuriarem ou prejudicarem a associação, seus membros administrativos, demais associados, o patrimônio da entidade, seus símbolos, marcas ou objetos. Nesta situação, os desligados poderão ser imputados ainda às penalidades previstas na lei comum vigente no País, cabíveis ao caso;

 d) - praticar ou insistir em praticar atividades contrárias às decisões da Assembleia Geral dos associados;

e) - portarem conduta duvidosa, praticarem atos ilícitos e/ou imorais;

 f) - faltarem com o pagamento de três parcelas consecutivas das contribuições associativas.

§ 1º - o ato de demitir-se ou ser excluído é igualmente personalíssimo, vale dizer, um membro de uma família pode expressamente desligar-se ou ser desligado da associação, mas os demais membros desta mesma família poderão continuar normalmente associados, caso queiram. Nesta situação, a contribuição mensal continuará sendo devida regularmente pelos familiares remanescentes associados.



§ 2º - a demissão ou desligamento do associado será efetivada, para efeitos de exclusão, após a quitação dos débitos que, por acaso, este ainda tenha para com a associação no ato da saída, excluída a hipótese do parágrafo anterior. Nesta situação, o associado retirante estará quite para com a associação, permanecendo no encargo os demais membros da família.

§ 3º - o associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido mediante

a quitação de seu débito junto à tesouraria da associação.

§ 4º- o associado excluído ou que pediu seu desligamento poderá ser reintegrado, mediante o preenchimento de nova ficha de inscrição, observados os procedimentos neste estatuto normalmente estabelecidos para novos ingressantes.

DA ASSÉMBLEIA GERAL

- Art. 10° A Assembleia Geral dos associados é a instância máxima de deliberação da associação, sendo soberana as suas decisões, uma vez respeitadas as disposições deste Estatuto e é composta por todos os associados em pleno gozo dos seus direitos e deveres estatutários. Será presidida pelo Presidente da Diretoria Executiva e, na falta ou impedimento deste, pelo Vice Presidente.
- Art. 11º Somente poderão propor e/ou deliberar na Assembleia Geral os associados que, na data da realização da reunião, comprovarem estar em dia e ativos com suas obrigações sociais.

I - Em geral, as deliberações serão tomadas pela maioria simples dos votos válidos

dos associados ativos presentes.

- II A Assembleia Geral se instalará apenas com a presença de, pelo menos, dois terços dos associados, em primeira convocação e, em não havendo "quorum" mínimo, será instalada, em segunda convocação, trinta minutos depois da hora marcada para o início dos trabalhos, com os associados ativos e votantes presentes ao feito.
- § único o associado que estiver em atraso no pagamento de suas contribuições associativas e quiser fazer uso da palavra durante a assembleia geral, para propor e/ou deliberar, somente poderá fazê-lo mediante a prévia quitação de suas obrigações.

Art. 12º - A Assembleia Geral reunir-se-á:

- a) ordinariamente, uma vez por ano, na primeira quinzena de junho, para :
- I aprovar a proposta de programação anual da associação, assim como a plurianual e respectivas previsões de custos, submetidas pela Diretoria Executiva, previamente apreciada pelo Conselho Fiscal;

II - apreciar e homologar a prestação de contas da Diretoria Executiva, já

submetidas ao parecer do Conselho Fiscal.

III - a cada 2 (dois) anos, para a eleição ou reeleição dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal e,

b) - extraordinariamente, sempre que convocada para isso.

§ único - A Assembleia Geral Ordinária, realizar-se-á na primeira quinzena de junho e quando se tratar de ano de eleição marcará a posse dos eleitos ou reeleitos até o final de junho.

Art. 13° - As atas das reuniões da Assembleia Geral serão lavradas em livro próprio, com páginas numeradas pelo Secretário da Mesa, devendo ao final ser assinada por este, pelo Presidente, pelo Tesoureiro e pelos membros do Conselho Fiscal presentes.

Art. 14º - As Assembleias Gerais Ordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e as Extraordinárias, com 48 (quarenta e oito) horas, através de editais de convocação afixados em locais públicos havidos na área de circunscrição do Jardim Shangri-lá "A", como também através de



mensagens eletrônicas nas caixas postais de e-mail dos associados, deles devendo constar obrigatoriamente a pauta de assuntos, o local, a hora e, se for o caso, as razões da convocação, observadas as determinações de que trata o artigo 11º, retro, quanto ao "quorum".

Art. 15° - Compete à Assembleia Geral Ordinária:

eleger e empossar os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

II. destituir os administradores, caso ajam com comprovada e efetiva improbidade administrativa no período de sua gestão, através de processo ético/disciplinar para apuração de responsabilidades e deliberar sobre a pena a ser imposta aos associados infratores, respeitando as disposições deste Estatuto Social e das leis comuns vigentes no País, à época da infração;

III. aprovar reforma neste Estatuto, não podendo, no entanto, ser objeto de

mudança as finalidades da associação, ressalvadas no artigo 2°, retro; IV. deliberar acerca de assuntos não previstos neste Estatuto;

V. manifestar-se sobre matérias que lhe sejam submetidas e executar as

atribuições que sejam de sua esfera de competência e atuação.

Art. 16° - A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á quando convocada pelo Conselho Fiscal e/ou pela Diretoria Executiva, nas seguintes situações:

 I) - para deliberar sobre propostas ou projetos formulados pela administração em conjunto e que envolvam interesse imediato e urgente da associação;

II) - para deliberar e julgar processos ético-disciplinares

III) - quando, havendo urgência, relevância ou acúmulo de assuntos a deliberar que não puderam ser esgotados durante a Assembleia Geral, esta agenda nova data, hora e local para dar continuidade à pauta, sendo que os associados presentes neste mesmo ato já ficam cientes da nova convocação, dispensando novas convocações;

IV) - mediar e conciliar nas questões que envolvam dúvidas, discórdias e pendências entre associados e/ou entre estes e a Diretoria Executiva e/ou o Conselho Fiscal".

Onde se lê:

<u>"CAPÍTULO III</u> DOS ÓRGÃOS DA ESTRUTURA DA ASSOCIAÇÃO

Art. 9 - A associação funcionará através dos seguintes órgãos:

a) - Diretoria;

b) - Conselho Fiscal;

c) - Conselho Deliberativo;

d) - Assembléia Geral.

Art. 10 - A Diretoria será composta dos seguintes cargos:

a) - Presidente;

b) - Secretário;

c) - Tesoureiro.

Art. 11 - À Diretoria compete:

a) zelar pelos interesses da associação;

b) criar departamentos ou comissões, nomeando seus respectivos chefes;

- c) fixar a contribuição em dinheiro dos sócios, "ad referendum" do Conselho Deliberativo;
- d) convocar a Assembléia Geral sempre que houver necessidades;
- e) admitir ou recusar associados, bem como determinar sua exclusão;

f) fazer observar o presente estatuto;

g) reunir-se ordinariamente a cada 30 dias e extraordinariamente sem que que necessário;





Oficio de Registro de Títulos e Documentos
 e Civil de Pessoas Jurídicas
 ONDRINA
 PARANA

2622/4 PARANA

h) apresentar balanço das atividades, fazendo-o chegar a todos os associados, uma vez por ano;

i) elaborar balancete de receitas e e despesas, anualmente;

j) manter os associados informados de todas as atividades que demandem sua participação;

 resolver os casos omissos e propor à Assembléia Geral as modificações que se fizerem necessárias no estatuto.

Art. 12 - Os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal terão direito de participar das reuniões da Diretoria com voz e voto.

Art. 13 - Ao presidente compete privativamente:

a) representar a Associação, ativa e passivamente, em qualquer oportunidade;

b) presidir as reuniões da Diretoria e as Assembléias Gerais;

c) assinar autorizações de gastos, cheques, recibos e correspondências;

d) rubricar livros da Associação;

e) convocar o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal, sempre que julgar necessário:

f) solucionar os casos de urgência "ad referendum" da Diretoria.

§ único - O presidente será substituído em seus impedimentos pelo Secretário.

Art. 14 - Ao Secretário compete:

a) substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;

- b) secretariar e redigir todas as atas de todas as reuniões da Diretoria ou da Assembléia Geral;
- c) cuidar da correspondência da Associação, dando conhecimento dela nas reuniões da Diretoria, para as providências que couberem;

d) assinar com o Presidente a correspondência expedida pela entidade.

§ único - O Secretário, em suas faltas ou impedimentos, será substituído por qualquer associado indicado pelo Presidente.

Art. 15 - Ao Tesoureiro compete:

- a) manter sob sua guarda e responsabilidade o patrimônio da Associação;
- b) promover a arrecadação das receitas da Associação, emitindo recibos de tudo quanto for entregue a entidade;
- c) escriturar livro-caixa com a movimentação financeira da Associação e controlar contas bancárias, efetuando os pagamentos determinados pelo Presidente, e assinando com ele os cheques que foram emitidos.

§ único - Em suas faltas ou impedimentos, o Tesoureiro será substituído por associado indicado pelo Presidente.

Art. 16 - Em caso de vacância dos cargos da Diretoria, em número superior a um, será realizada nova eleição para preenchimento.

Art. 17 - os membros da Diretoria serão eleitos de 2 (dois) em 2 (dois) anos, em Assembléia Geral Ordinária, no mês de junho, juntamente com os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal.

Art. 18 - O Conselho Fiscal se compõe de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, competindo-lhes:

 a) examinar as contas da Diretoria, opinando sobre elas para a apreciação e aprovação da Assembléia Geral;

 b) fiscalizar os atos da Diretoria, podendo convocar Assembléia Geral para apreciação de parecer que emita em caso de situação irregular constatada em relação aqueles atos.

§ único - O Presidente do Conselho Fiscal será eleito por seus pares e os membros suplentes substituirão os efetivos, em suas faltas ou



Oficio de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas

impedimentos, na ordem em que forem eleitos.

262214

Art. 19 - O Conselho Deliberativo será composto de cinco membros titulares e três suplentes e será dirigido por um Presidente, auxiliado por um Secretário, eleitos em Assembléia Geral Ordinária.

Art. 20. O conselho Deliberativo tem o encargo de:

a) apreciar a fixação de mensalidade pela Diretoria, podendo em caso de discordância revogá-la para que nova seja fixada;

 b) assumir a Direção da Associação, em caso de vacância dos cargos da Diretoria, providenciando nova eleição no prazo de 30 (trinta) dias;

c) participar de reuniões da Diretoria;

d) deliberar sobre as atitudes da Diretoria, quando entender que há desvio dos objetivos da Associação;

e) julgar os recursos apresentados por associados em relação a atos da

Diretoria com os quais se sintam prejudicados.

Art. 21 - A Assembléia Geral é o órgão soberano da Associação e se compõe d todos os sócios, em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 22 - A Assembléia se reunirá:

a) Ordinariamente, u7ma vez por ano, para examinar as contas da Diretoria e o parecer do Conselho Fiscal, e, a cada 2(dois) anos, para eleger os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo; e b) extraordinariamente, sempre que convocada para isso.

§ único - A AGO se realizará na primeira quinzena de junho e quando se

tratar de eleição marcará a posse dos eleitos até o final desse mês.

Art. 23 - As Assembléias Gerais Ordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e as extraordinárias com 48 (quarenta e oito) horas, com publicação de edital em jornal local, dele devendo constar obrigatoriamente a pauta dos assuntos, o local, a hora, e se for o caso as razões da convocação.

§ único - A AG funciona em primeira chamada com, no mínimo, dois terços dos associados e, em segunda, com qualquer número deles, trinta minutos

após o horário fixado para a abertura dos trabalhos".

Agora, passa-se a ler:

"CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 17º - O corpo administrativo da associação será formado por uma Diretoria Executiva e por um Conselho Fiscal, assim distribuído segundo sua peculiar atribuição: 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros e, no mínimo 06 (seis) e, no máximo 20 (vinte) Conselheiros Fiscais, o qual reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente quando houver convocação arrazoada de seus membros ou de seus associados, nos termos deste estatuto e da lei vigente no País.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 18° - À diretoria executiva compete:

I. dirigir a Associação de acordo com o presente estatuto, administrar o patrimônio social, promovendo o bem geral da entidade e dos associados.

 cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as demais decisões da Assembleia Geral;

 promover e incentivar a criação de departamentos ou comissões, nomeando seus respectivos encarregados; IV. representar, zelar e defender, ativa ou passivamente, os interesses e as necessidades da associação e de seus associados, perante qualquer entidade, pública ou privada;

V. elaborar o planejamento e o orçamento anuais;

 elaborar balancete de receitas e despesas anualmente, podendo apresentar emendas, em situações de emergência ou imprevistas;

VII. apresentar à Assembleia Geral Ordinária, o relatório de sua gestão e prestar dos, quer via Internet, quer através de correspondência entregues em seus domicílios;

 VIII. manter os associados informados de todas as atividades que demandem sua participação;

IX. fixar a contribuição dos associados em dinheiro, "ad referendum" do Conselho Fiscal;

X. convocar a Assembleia Geral Ordinária ou as Assembleias Gerais Extraordinárias, sempre que necessário, de acordo com as determinações deste Estatuto;

XI. admitir, recusar ou determinar a exclusão de associados, conjuntamente com o Conselho Fiscal, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto Minerva;

 reunir-se ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente, sempre que necessário;

XIII. resolver os casos omissos à luz da ética, da moralidade e dos bons costumes, "ad referendum" do Conselho Fiscal, e propor à Assembleia Geral as modificações que se fizerem necessárias no estatuto, respeitando as disposições do artigo 2º das finalidades.

Artigo 19° - Ao presidente compete:

I. representar a Associação ativa e passivamente, perante os Órgãos Públicos, Judiciais e Extrajudiciais, inclusive em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir advogados para o fim que julgar necessário;

II. convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva e das Assembleias Gerais Ordinária ou Extraordinária;

III. juntamente com o tesoureiro abrir e manter contas bancárias, assinar cheques e documentos contábeis;

IV. assinar juntamente com o tesoureiro autorizações de gastos, cheques, recibos e correspondências;

V. rubricar, juntamente com o tesoureiro, os livros contábeis da associação, enumerando suas páginas;

VI. rubricar, juntamente com o secretário os livros de ata e de presença bem como outros que fiquem sob a responsabilidade deste, enumerando as páginas dos mesmos:

VII. assinar, juntamente com o secretário, a correspondência expedida pela entidade VIII. organizar, juntamente com o tesoureiro, um relatório contendo balanço do exercício financeiro e os principais eventos do ano anterior, apresentando-o à Assembleia Geral Ordinária, "ad referendum" do Conselho Fiscal;

IX. convocar o Conselho Fiscal, sempre que necessário;

X. resolver os casos omissos ou de urgência à luz da ética, da moralidade e dos bons costumes, "ad referendum" do Conselho Fiscal;

§ único – nos casos de faltas ou impedimentos temporário ou definitivo, o presidente será substituído, pelo vice-presidente, a quem, nestas situações, cabem as mesmas competências neste artigo descritas para o presidente.

Art. 20° - Ao secretário compete:

 redigir e manter transcrição em dia das atas das Assembleias Gerais e das reuniões da Diretoria;

Oficio de Registro de Títulos e Documentos
 o Civil de Pessoas Jurídicas
 NDRINA 7 6 2 2 / 4 PARANA

II. redigir e cuidar de toda a correspondência expedida ou recebida da associação, arquivando-a com cópia e por ordem cronológica, dela dando conhecimento nas reuniões ordinárias ou extraordinárias da diretoria ou das Assembleias Gerais;

III. rubricar, juntamente com o presidente os livros de ata, de presença e de registro de associados, bem como outros que fiquem sob a sua responsabilidade, enumerando as páginas dos mesmos;

IV. assinar, juntamente com o presidente, a correspondência expedida pela entidade:

v. manter e ter sob guarda o arquivo e os livros da associação;

dirigir e supervisionar todo o trabalho da Secretária;

§ único – compete ao segundo secretário auxiliar e substituir o primeiro secretário em suas faltas e impedimentos temporários ou definitivo.

Art. 21° - Compete ao primeiro tesoureiro:

I. manter em contas bancárias, solidariamente com o presidente, os valores da associação, podendo aplicá-los, ouvido o conselho fiscal;

assinar juntamente com o presidente autorizações d gastos, cheques, recibos e correspondências;

III. efetuar pagamentos autorizados e recebimentos, emitindo comprovantes de toda a movimentação;

supervisionar o trabalho da tesouraria e contabilidade;

apresentar ao Conselho Fiscal, balancetes semestrais e balanço anual.

VI. fazer anualmente a relação dos bens da associação, apresentando-a quando solicitado em Assembleia Geral.

VII. manter sob sua guarda e responsabilidade os livros contábeis e o patrimônio da associação;

VIII. promover a arrecadação das receitas da associação, emitindo recibos de tudo quanto for entregue à entidade;

IX. escriturar livro caixa com a movimentação financeira da associação e controlar contas bancárias, efetuando os pagamentos determinados pelo presidente, assinando conjuntamente com ele os cheques que forem emitidos;

X. elaborar balancete anual de receitas e despesas e inventário patrimonial; § único – compete ao segundo tesoureiro: auxiliar e substituir o primeiro tesoureiro em suas faltas e impedimentos.

Art. 22º - O mandato da Diretoria Executiva tem um prazo de duração de dois anos, cabendo reeleição sem número definido. As eleições acontecerão em Assembleia Geral Ordinária, na primeira quinzena do mês de junho, juntamente com os membros do Conselho Fiscal e a posse acontecerá até o final da segunda quinzena de junho..

DO CONSELHO FISCAL

Art. 23º - O Conselho Fiscal será composto por, no mínimo, seis e, no máximo, 20 membros. O mandato é de dois anos, cabendo reeleição sem número definido. As eleições acontecerão em Assembleia Geral ordinária, na primeira quinzena do mês de junho, juntamente com os membros da Diretoria Executiva e a posse acontecerá até o final da segunda quinzena de junho.

Art. 24º - São atribuições dos conselheiros fiscais:

examinar os livros de escrituração da associação;

 examinar as contas da diretoria, opinando sobre elas para apreciação e aprovação da Assembleia Geral;

III. fiscalizar os atos da diretoria, podendo convocar a assembleia geral extraordinária para apreciação de parecer que emita, em caso de situação irregular em relação àqueles atos;



IV. opinar e dar pareceres sobre balanços e relatórios financeiro e contábil, submetendo-os à Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária:

V. requisitar ao Primeiro Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Associação;

acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;

VII. convocar, expressa e arrazoadamente, a Assembleia Geral Extraordinária.

§ único - O Conselho Fiscal reunir-se-á anualmente no mês de junho , em sua maioria absoluta, em caráter ordinário e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente da Associação, pela maioria simples dos membros".

Onde se lê:

<u>"CAPÍTULO IV</u> DAS ELEIÇÕES

Art. 24 - As eleições da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, serão sempre realizados por voto secreto.

Art. 25 - Todos os associados poderão votar e ser votados, devendo assinar o livro de presença, em todas as assembleias.

§ único - A inscrição das chapas que concorrerão deverá ser feita até'24 horas antes do início da sessão.

Art. 26 - O Presidente da mesa eleitoral será indicado pelo Presidente da Associação, ficando a cargo deste a escolha dos escrutinadores".

Agora, passa-se a ler:

"CAPÍTULO IV DAS ELEIÇÕES E DA POSSE

Art. 25º - Todos os associados quites com suas obrigações para com a associação, poderão votar e ser votados, desde que mantenham sua afiliação ativa e participativa junto à associação, quer através do Livro de Presença a todas as assembleias e/ou através de atividades desempenhadas em prol da associação e dos associados.

Art. 26° - As eleições para o Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, através de editais afixados em locais públicos havidos na área de circunscrição do Jardim Shangri-lá "A", como também através de mensagens eletrônicas nas caixas postais de e-mail do associados. A(s) chapa(s) concorrente(s) deverá(ão) ser montada(s) dentro de um prazo de 07 (sete) dias após a divulgação da convocação e, até a data da eleição, terão prazo apto para laborar em sua campanha eleitoral. Pode ser eleito a qualquer cargo, todo associado pessoa física, maior de 18 (dezoito) anos, quites com as obrigações sociais e com pelo menos 03 (três) meses de associação, comprovados através do Livro de Inscrições e do Livro de Presença em todas as assembleias havidas nesse período e/ou através de atividades desempenhadas em prol da associação e dos associados durante o mesmo.

§ único - o prazo de antecedência mínima de 15 dias de que trata o "caput" deste artigo, está relacionado ao término do mandato do corpo administrativo que convoca a eleição, término este por decurso natural do tempo de duração do referido mandato, qual seja, 02 (dois) anos.

Art. 27º - O presidente da mesa eleitoral, em ano de assembleia geral ordinária de eleição, poderá ser indicado pelo presidente da associação, ficando a cargo daquele a escolha dos escrutinadores, sendo que a votação poderá ser em secreto, caso haja mais de uma chapa concorrente, ou por aclamação, caso a chapa seja única.

Art. 28º - A reeleição é lícita e possível e sem limite de incidência.

Art. 29º - A posse do novo corpo administrativo da associação dar-se-á até o final da segunda quinzena de junho.

i.º Oficio de Regisiro de Titulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas PARANA NOS CO

LONDRINA 262-214

DA PERDA DO MANDATO Art. 30° - Perderão o mandato quaisquer membros da diretoria executiva ou na la companio de la companio della c do conselho fiscal que incorrerem em:

improbidade administrativa; 1.

grave violação deste Estatuto; II. abandono de cargo, assim considerando a ausência não justificada em 03 III. (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem a expressa comunicação à secretaria

da associação;

aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício simultâneo do cargo a que foi eleito dentro da Associação;

Conduta duvidosa e/ou imoral e/ou amoral e/ou anti-ética.

§ único - A perda do mandato será declarada pela Diretoria Executiva e homologada pela Assembleia Geral convocada somente para este fim, nos termos da Lei, onde será assegurado o amplo direito de defesa.

DA RENÚNCIA

- Art. 31º Em caso de renúncia de quaisquer membros da Diretoria Executiva, o cargo será preenchido pelos suplentes. Em caso de renúncia de quaisquer membros do Conselho Fiscal, o cargo será preenchido por novo membro da associação que aceite a nomeação, escolhido através de consenso entre a diretoria e os membros remanescentes do conselho fiscal.
- § 1º O pedido de renúncia se dará por escrito, devendo ser apresentado membros remanescentes quer da diretoria, quer do conselho fiscal, que o submeterá dentro do prazo de 30 (trinta) dias no máximo, a deliberação da Assembleia Geral.
- § 2º Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal e respectivos suplentes, qualquer dos associados ativo poderá convocar a Assembleia Geral que elegerá uma comissão eleitoral de 05 (cinco) membros, que administrará a entidade e fará realizar novas eleições no prazo de 30 (trinta) dias. Os membros eleitos nestas condições complementarão o mandato dos renunciantes".

Onde se lê:

"CAPÍTULO V DOS BENS PATRIMONIAIS

Art. 27 - O patrimônio da entidade é constituído de:

- a) Bens móveis e imóveis:
- b) contribuições dos associados;
- c) subvenções, doações, legados, etc.;
- d) resultados das atividades sociais".

Agora, passa-se a ler:

"CAPÍTULO V DO PATRIMÔNIO

Art. 32º - O patrimônio da associação será constituído através de:

das contribuições dos associados; ١.

II. das doações, parcerias, legados, bens e valores adquiridos e suas possíveis rendas:

dos resultados das atividades da associação para arrecadação de fundos que visem a manutenção da própria associação;

dos juros de títulos ou depósitos em conta poupança ou investimento.

§ único - as contribuições dos associados serão prestadas nas formas descritas nos artigos 8°, § único e 9°, §§ 1°, 2°, 3° e 4°, deste estatuto".

Onde se lê:

"CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS





Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 78.631,322/0001-26 MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DE ABERTURA 21/08/1969

NOME EMPRESARIAL

ASSOCIAÇÃO ATLETICA BANCO DO BRASIL

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 93.12-3-00 - Clubes sociais, esportivos e similares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVADA

LOGRADOURO

86.039-620

AV RIBERO DE BARROS

NÚMERO

COMPLEMENTO

461

BAIRRO/DISTRITO **AEROPORTO**

MUNICÍPIO

UF PR

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

LONDRINA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 01/10/2013 às 10:39:30 (data e hora de Brasília).

Voltar

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 01/10/2013

179316 Ata do Conselho Delilerativo da Associação Atletica do Banco do Brasil - AABB. Har inte e um dias do mes de aguito de dois mil e traze, reuniram-se or abaixo assurados, para oficializar a posse dos membros eleitos dos Conselhos de Adminis -Tração, Deliberativo e Fireal da Associação Atletica do Banco do Brasil-AABB. de Londrina - PR Na sportunidade o Sr. Leier Fantin-presidente do Conselho Deliberativo declaran empossado oficialmente o Sr. Kosano Salo Drunelo como presidente do Conselho Adoministrativo e tampino os demais membros eleitos, sendo: Juracy Dias Ramolho. vice presidente e Donizette Durante-suplente; Sergio Roberto tousig-vue presidente financière e Ravil Antonio da Buy Eilho-suplente; Antonio Carlos dos Keis Pereira - vice-presidente Social e Leandro qui maras quevra suplente: Albertino Bernardino Fitho vice-presidente de esportes e Jor Francisco gon calves-suplente; Joaquim Renato Salvia Baduy-rue presidente de patrimonio e Walter gomes de Biito suplente. I Conselho Fiscal foi também oficialmente emponado, ficando o Sr. Mario Jamazaki. puridente, Marco Antonio Rileiro, Carlos Cesar Beraldo i or suplents Wilson for Soares galheiro Wilson Fasdas e Carlos Sumio Sinosati. Conselho Deliberativo parron a ser representado pelos sos: Zuis Fantin - presidente; Vivoldo gime nes, Daniel Ferry Trado, Luis Antonio Dellelo Roberto Dias dos Santos, gre Ascario Fernal José Dinen Alier, Jorgeli de Deus Ramolho, Enéas Jose dos Santos, Misael de Sonza Lear, Alberto Alves de Oliveira e os suplentes Helio Babugia Jair Aparendo dos Sontos, Aguinaldo Agortinho Daneto Jore Mpuncio



documento entregue à parte. Certifico que o selo de AUTENTICIDADE foi afixado na última folha do

CARTÓRIO SIMONI Ebe Ferraz Simoni 2.º TABELIÀ - LONDRINA / PR AUTENTICAÇÃO

Londrina / PR 1 1 SET. 2013

Autentico a presente cópia fotostática que confere com o original Dou fé.

Cristina Sanches Teixeira - Substituta da Tabeliá

Cristina Sanches Teixeira Substitute de Tabella 179316 179316 Wilson de Cliveira, Giovane José Bertolino, Guino Cherne de faula, Vinious Claso de Oliveria Anibal Rivinato e Wilman Lopes. Apos declaração de sone de todos os & presidente administrativo, En Rosano agra -Olecen a participação de todos, agradecen colaboração que tem recelido e explanou sobre as melhorias pretendidas para o chibe, es. pecialmente sobre a automação da portaria. Pedin o comprometiment dos integrants Conselho para como clube e esperando menna colaboração que tere na gestão anterior Finalizando o presidente do Conselho Deliberati vo den como encenada a rennias e pedin a sprovação por assinatura de Alberto Alus de Olivers Inibal Rumisto -Raul Antonio do Crux filho JURACY DIAS RAMALHO. ROSANO SATO BRUNGLLO-SENGIO ROBENTO TONSIG InfoNIO, Cenhor Das Leis Hereina REENTINO BENNANDINO FILHO JOSÉ ASCONIO FERNIL. Walter Gones de Brig LOIZ FANTIM MARIO VAMAZAKI WILSON BASDAD-RIOSADO RAIFUR BURNE LU12 Antonio Del Bello Vosé DIROU ALIGNI -WILSON DE OLIVEIRA -Wilson José Sapres GAZHGIRO wulElJICgwMjgxODgzKQ==



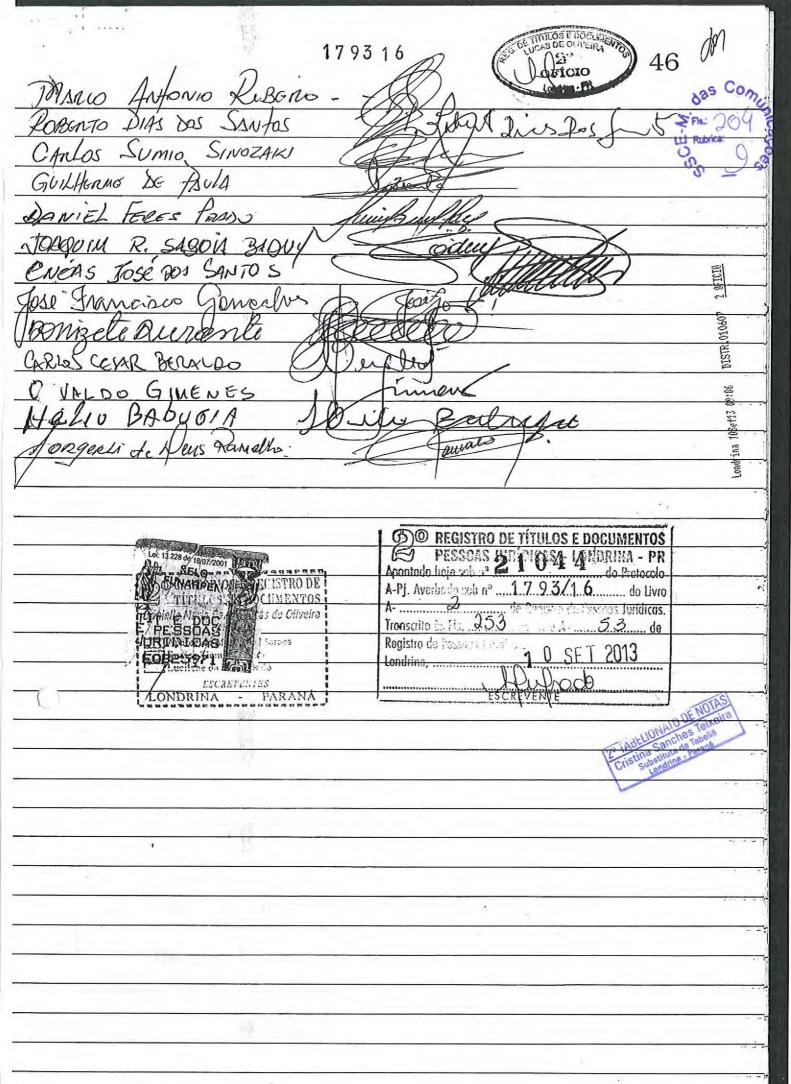
Certifica que o selo de AUTENTICIDADE foi afixado na última folha do documento entregue à parte.

CARTÓRIO SIMONI
Ebe Ferraz Simoni
2.ª TABELIA - LONDRINA / PR
AUTENTICAÇÃO

Londrina / PR 1 SET. 2013

Autentico a presente cópia fotostática que confere com o original Dou fé. Lundanu

Cristina Sanches Teixeira - Substituta da Tabelia











MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS HÁ MAIS DE DOIS (02) ANOS

A SOS VIDA ANIMAL, (denominação da entidade), inscrita no CNPJ sob o nº 81.762.510/0001-06 com sede à Av. Higienópolis, 436 — Sala 11-C, Centro, CEP 86020-080 na cidade de Londrina, Estado do Paraná, entidade sem fins lucrativa, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Afirmo, ainda, que a sede desta entidade se situa na área pretendida para a execução do Serviço.

Londrina, 10 de novembro de 2.015

S.O.S Vida Animal

08071,022903/2007-02 CNPJ 81782510/0001-06

Nome do representante legal:

MILTON ADEMIR PAVAN (presidente)

CPF 166.371.359-68



SOS VIDA ANIMAL

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 04.12.2012

CNPJ - 81.762.510/0001-06



Aos (04) quatro dias do mês de dezembro do ano de (2012) dois mil e doze, às dezenove horas, na Avenida Harry Prochet, 1150, Jardim Mediterrâneo, nesta cidade de Londrina, Estado do Paraná, compareceram os associados da entidade - SOS VIDA ANIMAL - convocados para assembleia Geral Extraordinária, cuja lista de presença será anexada a esta, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia, que foi objeto da respectiva convocação: a) Eleição da nova Diretoria para o biênio 2013/2014. Foi convidada a Sra. Nilza Aparecida Sacoman Baumann de Lima, para presidir a mesa, secretariando a sessão e redigir a respectiva ata, ficando assim constituída a mesa. Em seguida a Presidente da assembleia disse que o objetivo da Assembleia era a eleição da nova diretoria para o biênio 2013/2014. Em seguida fez a leitura do Edital de Convocação da Assembleia Extraordinária, que leva a seguinte redação: "Ficam todos os integrantes da SOS VIDA ANIMAL, convocados para participar da reunião extraordinária, a ser realizada no dia 04/12/2012, na Avenida Harry Prochet 1150, em Londrina, com a primeira convocação para as 19; 00 horas e segunda convocação para as 19h30min horas, onde será então realizada com a quantidade de quórum existente, onde será deliberado, sobre a chapa e eleição da nova Diretoria para o biênio 2013/2014" e alteração do endereço da sede da ONG/OSCIP e c) outros assuntos de interesse da OSCIP. Foi declarada aberta a assembleia às dezenove horas (1ª) primeira chamada, e não constatando a presença da maioria dos associados, aguardou-se até às dezenove horas e trinta minutos para a (2ª) segunda chamada, realizando então a reunião extraordinária com os associados presentes. Em seguida a Sra. Nilza Aparecida Sacoman Baumann de Lima, apresentou a única chapa existente que havia se habilitado para o mandato do biênio 2013/2014, e como não havia outra chapa, foi eleita, ficando então fazendo parte da nova diretoria que deverá ratificar os atos iniciados em 01/09/2012 e terá duração até 31/08/2014, sendo empossados os seguintes: Presidente - MILTON ADEMIR PAVAN, brasileiro, solteiro, maior, empresário, residente e domiciliado nesta cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Dr. Generoso Marques 67, portador da cédula de Identidade RG nº 852.422-0 SSP PR., e do CPF 166371359-68, VICE-PRESIDENTE - RACHEL ZEKVELD DAHER, brasileira, casada sob-regime parcial de bens, arquiteta, residente e domiciliada nesta cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Santiago nº 655, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.687.028-2 SSP/



4093 80 Co

PR, e do CPF nº 050.431.029-18, TESOUREIRO - PATRÍCIA NASSER GARDEMANN, brasileira, solteira, Médica Veterinária, residente e domiciliada nesta cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Avenida José de Alencar nº 80, Bairro Shangri-lá, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.942.080-1 SSP Pr., e do CPF nº 300.513.678-74, SECRETÁRIA - ELISA SAYURI MELLO, brasileira, solteira, auxiliar administrativa e estudante de Medicina Veterinária, residente e domiciliada nesta cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Rebouças nº 390, portadora da Cédula de Identidade nº 10.418.066-3 SSP PR., e do CPF nº 093.654.309-41, E CONSELHO FISCAL - GETÚLIO PICOLO, brasileiro, casado, aposentado, residente e domiciliado nesta cidade de Londrina, estado do Paraná, na Rua Arara Azul nº 39, Conjunto Violim, portador da Cédula de Identidade nº 2.118.018 SSP PR., e do CPF nº 331.536.479-68 e ANA MARIA D'ALEXANDRE MENDONÇA, brasileira, casada, aposentada, residente e domiciliada nesta cidade de Londrina, estado do Paraná, na Rua Marcia Mendes nº 57, conjunto Vivi Xavier, portadora da Cédula de Identidade nº 6.965.156 SESP. SP., e do CPF nº 752.268.559-15 e proclamou os ELEITOS considerando todos EMPOSSADOS. Os presentes ora eleitos declaram sob as penas da Lei de que não estão impedidos por Lei Especial e nem condenados ou encontram-se sob efeitos de condenação, que os proíbam de exercerem a administração de sociedade. Passando ao item "B", qual seja a alteração do endereço da entidade, que passa a ser: Avenida Higienópolis nº 436 - sala 11/C nesta cidade de Londrina, estado do Paraná. Como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foi suspensa a sessão por tempo necessário à lavratura da presente ATA que após lida e aprovada, a ata foi assinada por mim, Nilza Aparecida Sacoman Baumann de Lima e pelos presentes. Certifico que o presente é a cópia fiel da ata lavrado no livro.

MITTON ADEMIR PAVAN

Presidente

De Cartório de Registro de Títulos e Documentos Danielle Maria Barcik Lucas de Oliveira OFICIAL

Aparecida Mouta de Moraes

Bunice Tiemi Mannari

Lucilene da Silva Predo

ESCREVENTES

LONDRINA

PARANÁ

NILZA APARECIDA SACOMAN BAUMANN DE LIMA

Advogada

OAB - PR Nº 38.418

SELO DE AUTENTICIDADE AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA ENTREGUE À PARTE LEI Nº 13.228 DE 18/07/2001

1 50 REGIS	TRO DE TÍTULOS	E DOCUMENTOS
E PESSI	DAS JURÍDICAS 7	LONDRINA - PR 3 de Protocolo de Livro
Apontado hojo so	nº2	298 de Protocolo
A-Pj. Averlande st	ob nº4. U. 7.5	do Livro
A	V. Q de Registre	de Percous Jurídicas. 5-2. de
Transcrito on his.		9 08
Registro de l'esso	as lunídicos. 2 2	ABR 2013
Londring,	000	~M~
***************************************	ESCREVANTE	09





Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

81.762.510/0001-06 MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO

DATA DE ASERTURA
05/10/1990 CADASTRAL

SOS VIDA ANMAL

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SOS VIDA ANIMAL

códisce descrição da Attividades de associações de defesa de direitos sociais

cópio EDESCRIÇÃODAS ATMONDES ECCNÓNICAS SECUNDÁRIAS 94,93-6-00 - Atividades de organizações as sociativas ligadas à cultura e à arte 94,99-5-00 - Atividades as sociativas não específicadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DANATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVADA

JANOPOLIS

86.020-080

NÚDERO 436

SALA 11/C

BARRODISTRITO CENTRO

IMMCIPO LONDRINA PR

STUAÇÃO CADASTRAL ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

STUNÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 12/11/2013 às 14:24:35 (data e hora de Brasília). Voltar

Página: 1/1

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui. Atualize sua página



47/80

SOLICITAÇÃO PARA JUNTADA DE DOCUMENTOS

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES BRASILIA : DE

53000 073574/2013-96

SEAPA/SCE 16/42/2013-10:38



MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco R - Anexo-B, Sala - 300

CEP 70044-900

Brasília/DF

Assunto: AVISO DE HABILITAÇÃO

Processo n.º 53000.072167/2013-61

LONDRINA/PR

Prezado Senhor;

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, devidamente inscrita no CNPJ n. 15.423.194/0001-05, com sedeà Av. Duque de Caxias, 3010 Sala 213 Jardim Londrilar CEP86010-190, Município de Londrina, Estado do Paraná, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada nos órgãos competentes, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em atendimento ao Aviso n.12/2013, apresentar a documentação de que trata o item 8.1, subitem "h" (Manifestações de Apoio) e Documentação Jurídica conforme Norma 1/2011 — Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria MC no 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União no dia 18 de outubro do mesmo ano.

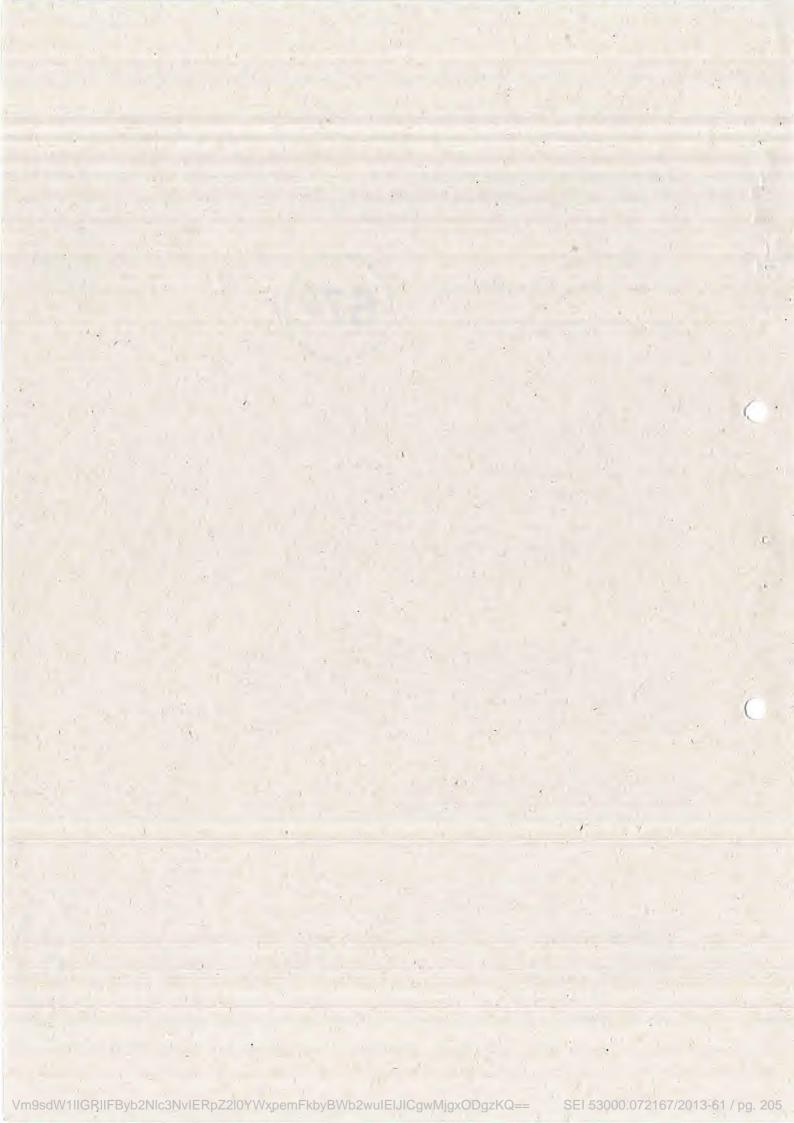
MANIFESTAÇÕES DE APOIO Manifestações de Apoio de Entidades com Mais de 02 anos	
Manifestações de Apoio Individuais	07

DOCUMENTAÇÃO JURIDICA	TOTAL
Taxa Inscrição Aviso de Habilitação	20,00

Londrina/PR, 09 de dezembro de 2013.

CLAUDIO MAINER
CPF 735.300.188-72
Presidente





500 HO

Gerado a partir de http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples_parte2.asp SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER LIQUIDADA/GOM CHEQUE

18822-0	Código de Recolhimento	MINISTÉRIO DA FAZENDA	
. 410003	Número de Referência	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU	
	Competência ·		
	Vencimento		
15.423.194/0001-05	CNPJ ou CPF do Contribuinte	Contribuinte / Recolhedor sociação Comunitaria Integral	
410003 / 00001	UG / Gestão	Unidade Favorecida ORDENACAO GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	
20,00	(=) Valor do Principal	nstruções	
	(-) Desconto/Abatimento	As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos. SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE	
	(-) Outras deduções		
	(+) Mora / Multa		
	(+) Juros / Encargos		
	(+) Outros Acréscimos	GRU SIMPLES	
20,00	(=) Valor Total	Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN456B8D707E99B32E688F425E1CF730B7]	

89830000000-8 20000001010-6 95523021882-7 20491822044-6





05/11/2013 835115057

BANCO DO BRASIL

15:36:25 0287

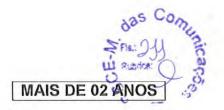
COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM, UNIAO Codigo de Barras 89830000000-8 Codigo de Barras 20000001010-6 95523021882-7 20491822044-6 Data do pagamento NRO de Referencia 05/11/2013 410003 CNPJ 15423194/0001-05 Valor em Dinheiro 20,00 Valor em Cheque 0,00 Valor Total 20,00

NR, AUTENTICAÇÃO

F.14D,110,369,100,404





MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS HÁ MAIS DE DOIS (02) ANOS

A APAG DE CONDRINA
(denominação da entidade), inscrita no CNPJ sob o nº <u>₹5. 222.018 000 1-37</u>
com sede à <u>banduna</u> , Bairro <u>Vula Opucaruci</u> n
CEP 86038350 na cidade de Londrina, Estado do Paraná, entidade sem fins
lucrativa, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, nos
termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de
14 de Outubro de 2011, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão
Comunitária. Afirmo, ainda, que a sede desta entidade se situa na área pretendida para a
execução do Serviço.
(local e data), 9 de Ckzem ho de 2013
Antônio Valdemir Zago
assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio
Nome do representante legal: Untonio Valdemire Zago
CPF: 366.697.769-39
Atenção: Anexar uma cópia autenticada dos seguintes documentos: • Ata de eleição ou termo de posse do declarante (representante legal), e,

regulation of Albert as mount





FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DO PARANÁ

Fundada em: 29 de Maio de 1993

Resolução nº 002/2010 de 16 de novembro de 2010.

O Presidente da Federação das APAEs do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade como nos Artigo 28 e seus incisos, e Artigo 54, parágrafo único, alínea b do Estatuto da Federação das APAEs do Estado do Paraná, bem como no Artigo 145 e 146 do Regimento Interno da Federação.

Resolve:

- a) Em virtude do Procedimento de Averiguação e Denúncia 06/2010 que culminou na RENUNCIA dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina - APAE de LONDRINA nomear os seguintes membros para assumirem a Diretoria da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina - PR, interinamente, sendo-lhes atribuídos todos os poderes previstos no Estatuto.
 - 1) Antonio Ramos Zanin RG:187.618-0 e CPF/MF: 115.005.229-53
 - 2) Carlos Alberto Maricato OAB/PR: 21329 E CPF/MF: 466.500.759-49
 - 3) Antonio Valdemir Zago RG: 2256471/SSPPR e CPF/MF: 366.697.769-34

Alem dos membros acima nomeados, nomeio Neuza Soares de Sá – RG: 655062-2/SSP/PR e CPF/MF: 528428519-00 para orientar e coordenar a área pedagógica da escola mantida pela APAE-LONDRINA.

- b) O período de afastamento terá inicio na presente data e será por prazo indeterminado.
- c) Durante o período da diretoria interina nomeada, os membros acima respondem por todos os atos administrativos da APAE do município de Londrina assinando todos os documentos, correspondências, contratos, convênios, bem como abrir e movimentar contas bancárias, sempre em conjunto de no minimo duas pessoas.

d) A presente resolução entrará em vigor na data de 16/11/2010.

¢uritiba, 16 de novembro de 2010.

Federação das APAEs do Estado do Paraná

José Turozi Presidente

FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DO PARANÁ

Avenida Silva Jardim, 4326 - Seminário - Curitiba - Paraná - CEP 80240/021

Fone: |41| 3343-2640 / Fax: |41| 3343-5160

Portal: www.apaepr.org.br - E-Mail: portal@apaepr.org.br

2.º TABELIONATO DE NOTAS
Cristina Sanches Teixeira
Substituta da Tabeliã
LONDRINA - PARANÁ







A FRE: JJY BO

contábeis da escola estão arquivados na escola, nunca apresentou um relatório para a Diretoria Executiva. É seu primeiro mandato em diretoria da APAE, Assinatura: TANIA QUITERIA MARIA DE GODOI: é membro suplente do Conselho Fiscal, que não sabe o que é ser suplente, que não sabe quem são os conselheiros efeitvos, que nunca foi chamada a ser suplente. Assinatura: ELIAS CAMARGO, CONSELHEIRO FISCAL. É marido da presidente ROSANGELA. Conselho Fiscal não ser reuniu nenhuma vez neste ano, até hoje não fez parecer, nunca emitiu nenhum documento sobre as Contas da APAE, Que os outros membros do Conselho Fiscal não assinam nada. Assinatura: MARAI ALICE BARRETO, PRIMEIRA DIRETORA SECRETÁRIA: disse que faz as atas. Nada mais. Assinatura: 1º Officio de Registro de Tina Pocumentos



Certifico que o selo de AUTENTICIDADE foi afixado na última folha do documento entregue à parte.

CARTÓRIO SIMONI
Ebe Ferraz Simoni
2.ª TABELIÁ - LONDRINA / PR

AUTENTICAÇÃO

Londrina / PR

0 3 SET, 2013

Autentico a presente cópia totostática que confere com o original Dou fé.

Cristina Sanches Teixeira - Substituta da Tabeliá









Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

	REPÚBLICA F			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 75.222.018/0001-37 MATRIZ	COMPROVANTE I	DE INSCRIÇÃO E D CADASTRAL	E SITUAÇÃO	DATA DE ABERTURA 16/09/1971
IOME EMPRESARIAL APAE ASSOC DE PAIS	E AMIGOS DOS EXCEPCION	AIS DE LOND		
TULO DO ESTABELECIMENTO	O (NOME DE FANTASIA)			
ODIGO E DESCRIÇÃO DA ATI	VIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL damental		412-	
ÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS AT	TIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁR	AS		
ÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NA 99-9 - ASSOCIACAO P				
OGRADOURO AV ROBERT KOCK		NÚMERO 11	COMPLEMENTO	
EP 6.038-440	BAIRRO/DISTRITO VILA OPERARIA	MUNICÍPIO LONDRINA		UF PR
ITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		(4)	DA 21	TA DA SITUAÇÃO CADASTRAL /04/2001
NOTIVO DE SITUAÇÃO CADAS	TRAL	-		
ITUAÇÃO ESPECIAL			DA	TA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 03/05/2013 às 14:47:37 (data e hora de Brasília).

Voltar

Página: 1/1



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui. Atualize sua página

MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS HÁ MAIS DE DOIS (02)ANOS

O Condomínio e Edfício Residencial Nabileque, inscrita no CNPJ sob o nº 00.136.883/0001-61, com sede à Rua Finlândia, Bairro Vilas Boas n.º 371 CEP 86046-220 na cidade de Londrina, Estado do Paraná, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Afirmo, ainda, que a sede desta entidade se situa na área pretendida para a execução do Serviço.

Londrina, 12 de dezembro de 2013. (local e data)

assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio

Nome do representante legal: Fernanda Vitorino de Oliveira

CPF: 04563597961

Atenção: Anexar uma cópia autenticada dos seguintes documentos:

Ata de eleição ou termo de posse do declarante (representante legal), e,

Cópia do CNPJ.

Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e treze, estiveram reunidos em Assembléia Geral Ordinária os condôminos do Condomínio Edifício Residencial Nabileque para deliberarem sobre a seguinte pauta:;

1) Prestação de Contas;

Eleição Síndico, Vice-Síndico e Conselho Fiscal;

Remuneração do sindico.

A reunião teve início às 19h30min em segunda convocação, sendo realizada no hall de entrada do próprio edifício, localizado à Rua Finlândia, 371 - Jardim Vilas Boas - Londrina - PR. Foram indicados e aprovados os nomes de Virginia Maria Dias Apto. 120 e Paulo César Barbetta, representante do Escritório Contec para respectivamente presidir e secretariar a reunião. Primeiramente o presidente da assembléia fez a leitura do edital de convocação. Iniciando a discussão do primeiro assunto da pauta sobre a prestação de contas foi esclarecido pelo representante do escritório Contec que a documentação do condomínio até a presente data está devidamente analisada pelo conselho fiscal do condomínio, onde se encontra devidamente arquivada e guardada no condomínio. Em seguida foram apresentadas as disponibilidades do condomínio junto ao Banco Itaú sendo em conta corrente o valor de R\$ 4.131,18, em conta provisionada de fundo de reserva o valor de R\$ 10.736,27 e em conta provisionada de fundo para 13°. e férias o valor de R\$ 3.697,02. Totalizando o valor de R\$ 18.564.47 (Dezoito mil e quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta e sete centavos). Apresentei também as seguintes certidões negativas do condomínio; Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de débitos emitida pela Prefeitura Municipal de Londrina. Em seguida foi aprovada por unanimidade pelos presentes a prestação de contas da atual gestão. Iniciando a discussão do segundo assunto da pauta, iniciou-se o processo de eleição para síndico, vice-sindico e membros do conselho fiscal. Candidatou-se ao cargo de síndica a Sra, Fernanda Vitorino de Oliveira Apto. 240, sendo eleita por unanimidade pelos presentes para o respectivo cargo. Para o cargo de vicesíndico candidatou-se e foi eleita por unanimidade a Sra. Virginia Maria Dias Apto. 120. Para o conselho fiscal foram indicados e eleitos por unanimidade para o respectivo cargo a Sra. Andre Oliveira dos Santos Apto. 310 e a Sra. Marta Aparecida Justino apto. 340. Todos eleitos para o mandato no período de 01 de Agosto de 2013 à 31 de Julho de 2015. Quanto à forma de representação do condomínio, esta deverá ser individualmente e/ou conjunto com síndico e vicesíndico perante Bancos ou Instituições Financeiras e individualmente conferindo ao síndico poderes de representação junto a Repartições Públicas Estaduais, Federais ou Municipais, assim como Autarquias Públicas. Iniciando a discussão do terceiro assunto da pauta sobre remuneração do sindico foi aprovado em manter a remuneração do sindico em 30% do salário mínimo nacional. Estiveram presentes na assembléia além de representante do Escritório Contec representantes dos apartamentos 310, 120, 240, 340, 330 e 40. Todos registraram suas presenças no livro de atas na ordem aqui listada. Como mais nada havia para ser discutido, encerrei a digitação da presente que após sua leitura foi aprovada pelos condôminos, sendo que deverá ser assinada depois de impressa, pela sindico atual, pelo secretário, pelo presidente da assembléia e pela síndica eleita. A Assembléia terminou às 20h30min.

VIRGIÑA MARIA DIAS – APTO. 120

PAULO CESAR BARBETTA

Secretario

Presidente

Apto. 240 – Síndica-reeleita

Títulos e Documentos Pessoas Jurídicas 1º Oficio CUSTAS Em VRC Registro Funrejus Solov Funamen

1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Rua Piaul, 399 - 3° Andar Sala 3.)45 Luiza Losi Coutinho Mendes **OFICIAL** Ana Maria Losi Marques de Jesus Samira Nara Souza Sampaio

Arthur Douglas Antico ESCREVENTES AUTORIZADOS 1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS LONDRINA - PARANA Apresentado nesta data, Protocolado e Microfilmado sob nº 26 05 26

Lei: 13.228 de 18/07/2001 OFICIO DE T FUNARPEN Rua Plaul Ana Maria Lor Samira Natura Arthund ESCREVENTE

Certifico que a presente fotocópia é autentica ao original do registro do arquivo neste

14Hov13 08:47



Condomina	io Resider	rcial ho	MULICANICEOFILMACIOSOBNICOSO MULICANICEOFILMACIOSOBNICOSOBNICOS MULICANICEOFILMACIOSOBNICOSOBNICOSO MULICANICEOFILMACIOSOBNIC	1201-3
mannin	dista	de Pr	senta	
, no hor	ne	Apto	(April	ratura
hurily B.A	dos Jantos	310	hasy	D
Liguiano		120	- (Linginia Lunando	Manadio
Tunando O.	Horino de Objetio	340 340	Junando	
up arts,	grafusin		- MD	
Code marker	San Das Sanons	330 40	· Promos &	0005
Paulo 1/2	Hen DOS SANDOS	Contec	habite	
7000				
37			*	•
			REGISTRO DE HTULOS E DOCCIO	MENTOS
	1º OFÍCIO DE TÍTULOS E	DOCUMENTOS	Certifico que a presente fetecépia é ao original do registro do arqui Certério.	vo neste
	Rua Piaui, 399 - 3º An	dar Sala 304	Londrins 1 2 DFZ 2013	
	OFICIAL Ana Maria Losi Marqu			1.
*	Samira Nara Souza	Sampalo	- Flouzam	
	ESCREVENTES AUTO	ORIZADOS		
*	,		J	
				-
-	*			
	•	*		
	*		÷	
	- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
	•			







Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

	REPÚBLICA FI CADASTRO NACIO			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 00.136.883/0001-61 MATRIZ	COMPROVANTE D	E INSCRIÇÃO E D CADASTRAL	E SITUAÇÃO	DATA DE ABERTURA 08/08/1994
NOME EMPRESARIAL CONDOMINIO E EDIFI	CIO RESIDENCIAL NABILEQUE			
TÍTULO DO ESTABELECIMEN	TO (NOME DE FANTASIA)			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA A 81.12-5-00 - Condomíi	TIVIDADE ECONÔMCA PRINCIPAL nios prediais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS . Não informada	ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAN 308-5 - CONDOMINIO				
LOGRADOURO R FINLANDIA		NÚMERO 371	COMPLEMENTO	
CEP 86.046-440	BAIRRO/DISTRITO JD VILAS BOAS	MUNICÍPIO LONDRINA		UF PR
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				TA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 1/08/1999
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADA	STRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL			I I DA	TA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 12/12/2013 às 10:17:01 (data e hora de Brasília).

Voltar

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 12/12/2013

MAIS DE 02 ANOS

MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E COMUNITÁRIAS DE LEGALMENTE CONSTITUÍDAS HÁ MAIS DE DOIS (02) ANOS

	A SERVICO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRIA
	(denominação da entidade), inscrita no CNPJ sob o nº 78638277 /ooo 1 − 3
	com sede à REDAGUARIBE, Bairro VILA NOVA n.
1 - 1	350 CEP 86025250 na cidade de Londrina , Estado do Paraná , entidade sem fins
	lucrativa, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, nos
	termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de
	14 de Outubro de 2011, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO
	COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão
	Comunitária. Afirmo, ainda, que a sede desta entidade se situa na área pretendida para a
	execução do Serviço.
	Service Control of the Control of th
	LONDRINA, de NOVEMBRO de 2013 (local e data)

assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio

Atenção: Anexar uma cópia autenticada dos seguintes documentos:

- Ata de eleição ou termo de posse do declarante (representante legal), e,
- Cópia do CNPJ.

Nome do representante legal:

WARRED BUTCH OF THE PROPERTY AND AND A STREET OF THE PROPERTY OF THE PROPERTY

			Workfilm north for the constant
			ČE ENDERS, TODAY
or processories same	tine, Edwide to Van	or aran. As Lond	78477
was lather management	gyma our sites harpyr a	months o eleveleranos	มณะเห็งประกับกายเล
a Failante Micro 1885, de	V2III Lapprovingi pe	remark to the Monorette	hatis a citra mp aboutto
and the dissipation of	form spont a prior	NOT THE STATE OF STATE	12 16 Samulas (4s 22) (
Jarvigo de Tvadindilhiskei	, or managed teaching	int too head some 37	COMMUNICATION INTERN
a mag altinodesig setty i	sa etalie — andátas	all the a mode states	Chrosenster Alizzo and
			masogo do Suviço.
			Warner Comment
and the second	in contended que meso	repiesontensi lagst	of continuous

Continuous de la company de la

Normania i massandite (Burn

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

MA

SITUAÇÃO ESPECIAL

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 78.638.277/0001-31 MATRIZ	COMPROVANTE	DE INSCRIÇÃO E DE SITUA CADASTRAL	ÇÃO DATA DE ABERTURA 12/05/1970
NOME EMPRESARIAL SERVICO DE OBRAS	SOCIAIS DE LONDRINA		
TÍTULO DO ESTABELECIME S.O.S.	NTO (NOME DE FANTASIA)		
	ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL es de assistência social presta	adas em residências coletivas e part	iculares não especificadas
	S ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁ o infantil - pré-escola	RIAS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA 399-9 - ASSOCIACAC	NATUREZA JURÍDICA O PRIVADA		
LOGRADOURO R JAGUARIBE		NÚMERO 350	IENTO
	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF PR
CEP 86.025-250	VL NOVA	LONDRINA	1.15

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 08/11/2013 às 07:54:35 (data e hora de Brasília).

Voltar

Página: 1/1



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, <u>clique aqui</u>. <u>Atualize sua página</u>

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA

RUA JAGUARIBE, 350 – VILA NOVA – LONDRINA – PR CNPJ: 78,638.277/0001-31

Conforme determinação da Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de outubro de 2002, foram efetuadas as seguintes alterações nos Estatutos Sociais do Serviço de Obras Sociais de Londrina, a saber

Artigo 1º O Conselho Londrinense de Serviço Social, fundado em 24 de agosto de 1963, de caráter beneficente e sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Londrina Estado do Paraná, a partir desta data, dia 23 de maio de 1968, terá a denominação de SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA, com sede e foro à rua Jaguaribe, numero 350, na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Artigo 2º O Serviço de Obras Sociais de Londrina terá como finalidade:

a) Promover o atendimento às pessoas necessitadas nos mais variados enfoques, considerando como um todo sem distinções políticas, religiosas ou raciais, prestando assistência econômica, social, moral, cultural, educacional, recreativa e física e proporcionar aos atendidos: condições para sua reestruturação integral e resgate de sua auto estima;

b) Promover a recuperação das pessoas realmente necessitadas;

- Dar assistência em especial a infância de 03 a 06 anos de idade em educação infantil e manter um centro de educação infantil obedecendo, os regulamentos do Ministério da Educação;
- Manter um departamento de roupas e calçados usados a serem distribuldos aos necessitados:
- Artigo 12 O Conselho Deliberativo se compõe de 03 membros.
- Artigo 14 O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente de seis em seis meses e extraordinariamente sempre que for necessário, convocado pelo presidente ou pela diretoria. Parágrafo Único A convocação será feita em edital, com antecedência mínima de 08 dias.
- Artigo 18 A diretoria será eleita pela Assembléia geral, com mandato de quatro anos, admitindo-se a reeleição e será constituída por:
 - a) Presidente;
 - b) Vice-presidente
 - c) 1º e 2º Secretários;
 - d) 1° e 2° Tesoureiros:
 - e) Chefe da equipe técnica;
 - f) Departamento Jurídico.
- Artigo 23 Compete ao Vice-Presidente: auxiliar e substituir o Presidente em seus impedimentos e assumir a Presidência quando esta vagar.
- Artigo 28 'O(a) Chefe da Equipe Técnica será de preferência assistente social ou pedagogo(a) e a ele(a) competirá ajuizar as condições a serem atendidas tendo em vista os artigos 2° e 3° deste estatuto.
- Artigo 27 Compete ao segundo tesoureiro: auxiliar o primeiro tesoureiro e substitui-lo em seus impedimentos.
- Artigo 30 Compete ao Conselho Fiscal:
 - a) Examinar e visar semestralmente ou quando julgar necessário: os livros e documentos e balancetes do Serviço de Obras Socais;
 - Comunicar ao Conselho Deliberativo ou Assembléia Geral qualquer violação de lei ou do Estatuto Social, sugerindo as providencia a serem tomadas em cada caso;

c) Emitir seu parecer sobre o balanço anual;

- d) Executar todos os atos que lhe são autorizados pelo presente Estatuto e pela legislação vigente.
- Artigo 31 Não poderão ser eleitos para o Conselho Fiscal:
 - Membros do Conselho Deliberativo;
 - Membros da Diretoria da gestão anterior;

la 1 5 W

Oricio

SERVICO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRI

RUA JAGUARIBE, 350 – VILA NOVA – LONDRINA – PR CNPJ: 78,638,277/0001-31

 Membros da Diretoria Atual e seus parentes até segundo grau de parentesco, consangúineos e afins.

Artigo 33 Considerar-se-á dissolvida a sociedade:

a) Por deliberação da Assembléia Geral, com a presença de 2/3 de seus membros;

Se a sociedade deixar de operar durante um ano sem que dentro deste período os

sócios promovam e realizem a sua restauração.

Parágrafo único — Dissolvida a sociedade reverterá seu patrimônio para todas as entidades beneficentes que integravam o Conselho Londrinense de Serviço Social ou outras entidades que surgirem e sejam reconhecidas como úteis a coletividade e estejam devidamente registradas no Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS — e no Conselho Municipal de Assistência Social — CMAS — e estejam constituídas juridicamente.

Artigo 38 Os objetivos do Centro de Educação Infantil serão estabelecidos de acordo com a proposta pedagógica apresentada pelo responsável técnico, com a aprovação da Diretoria e dentro das normas vigentes do Ministério da Educação.

O Estatuto Social do Serviço de Obras Sociais de Londrina, com a presente alteração passa a ter a seguinte redação.

ESTATUTO SOCIAL DO SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA

DE DEVOLUÇÃO SEDE E FINS.

- Artigo 1º O Conselho Londrinense de Serviço Social, fundado em 24 de agosto de 1963, de caráter beneficente e sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Londrina Estado do Paraná, a partir desta data, dia 23 de maio de 1968, terá a denominação de SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA, com sede e foro à rua Jaguaribe, 350, na cidade de Londrina, Estado do Paraná.
 - § Parágrafo Único O Serviço de Obras Sociais de Londrina, terá duração indeterminada.
- Artigo 2º O Serviço de Obras Sociais de Londrina terá como finalidade:
 - a) Promover o atendimento às pessoas necessitadas nos mais variados enfoques, considerando como um todo sem distinções políticas, religiosas ou raciais, prestando assistência econômica, social moral, cultural, educacional, recreativa e física e proporcionar aos atendidos: condições para sua reestruturação integral e resgate de sua auto-estima;

Promover a recuperação das pessoas realmente necessitadas;

- Dar assistência em especial a infância de 03 a 06 anos de idade em educação infantil e manter um Centro de Educação Infantil obedecendo; os regulamentos do Ministério da Educação;
- Manter um departamento de roupas e calçados usados a serem distribuídos aos necessitados.
- Artigo 3º O Serviço de Obras Sociais de Londrina é constituído por um numero ilimitado de sócios, compreendendo as seguintes categorias:

 a) BENEMERITOS – Serão as pessoas físicas ou jurídicas que tiverem prestados serviços ao Serviço de Obras Socals de Londrina ou contribuintes com importância de vulto;

- b) CONTRIBUINTES serão os: que inscrito no quadro de sócios contribuirem mensalmente para os cofres da entidade.
- Artigo 4º Para melhor consecução de suas finalidades, o Serviço de Obras Sociais de Londrina, recorrerá aos processos, métodos técnicos de Serviço Social e instituirá, quando necessário serviços ou departamentos.
- Artigo 5° Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais, não sendo beneficiados diretos ou indiretos da entidade.

here the

7

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA

RUA JAGUARIBE, 350 - VILA NOVA - LONDRINA - PR CNPJ: 78.638,277/0001-31

- Deliberar sobre a exclusão dos sócios, por motivo que não seja do artigo 20, alínea e deste estatuto;
- d) Decidir dos recursos das decisões de Diretoria;
- e) Dar posse a Diretoria.
- Artigo 16 Dos atos do Conselho Deliberativo caberá: recursos para Assembléia Geral.
- Artigo 17 O Conselho Deliberativo deliberará, sempre por maioria de votos, não podendo votar o conselheiro que tenha interesse na decisão a ser tomada e cabendo ao Presidente o voto de desempate.
- Artigo 18 A Diretoria será eleita pela Assembléia Geral, com mandato de quatro anos, admitindo-se a reeleição e será constituída por:
 - a) Presidente;
 - b) Vice-Presidente;
 - c) 1º e 2º Secretários;
 - d) 1° e 2° Tesoureiros;
 - e) Chefe de Equipe Técnica;
 - Departamento Jurídico.
 - § Parágrafo Unico Poderá ou não ser admitidos Presidentes de Honra.
- Artigo 19 A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou de um terço de seus diretores ou do Conselho Deliberativo, com a presença mínima de quatro membros e as decisões serão pela maioria dos votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.
- Artigo 20 Compete a Diretoria:
 - a) Promover a obtenção de recursos necessários a manutenção da Entidade, podendo firmar convênios, etc.;
 - Resolver sobre a forma e a espécie das iniciativas pendentes e coletar subsídios monetários;
 - c) Obter sócios contribuintes;
 - d) Nomear as comissões que se dizerem necessárias;
 - e) Deliberar sobre à admissão de novos sócios e sobre a exclusão dos que, sem motivo justificado, deixarem de pagar seis mensalidade consecutivas;
 - f) Executar as deliberações do Conselho Deliberativo e da Assembléia Geral;
 - g) Contratar e demitir funcionários.
- Artigo 21 Das decisões da diretoria cabera: recursos para o Conselho Deliberativo e deste para a Assembléia Geral.
- Artigo 22 Compete ao Presidente:
 - Representar a sociedade nas suas relações externas, ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente;
 - Presidir as sessões da diretoria, dirigir todos os trabalhos para fiel executar estes
 estatutos e das deliberações da diretoria, do conselho deliberativo e da assembléia
 geral;
 - c) Convocar a diretoria e o conselho deliberativo;
 - d) Apresentar ao Conselho Deliberativo em cada sessão ordinária um resumo do movimento da receita e da despesa, dos trabalhos em geral, devendo-se na ultima sessão de cada ano, apresentar ao conselho um relatório completo e minucioso da sociedade;
 - Assinar, com o tesoureiro, cheques e quaisquer outros títulos ou documentos que resultem responsabilidades pecuniárias;
 - Exercer as demais funções inerentes ao cargo.
 - § Parágrafo único Em caso de vacância, assumirá a presidência até o final do mandato o primeiro Vice-presidente.
- Artigo 23 Compete ao Vice-presidente auxiliar e substituir o Presidente em seus impedimentos e assumir a presidência quando esta: vagar.

Clas illh

Officio



SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA 15/2

Rua: Jaguaribe - Vila Nova - Tel. (043)3024.4420 - CEP 86025520 - LONDRINA-Pr. CGC(MF) № 78.638.277/0001-31 - REG.NO CNSS № 224.163/75 UTILIDADE PUBLICA FEDERAL - DEC 70.569 - DE 19.05.81

M 28 DE

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2010

Aos vinte e oito (28) dias do mês de outubro de dois mil e dez, às nove horas e trinta minutos, conforme convocação do dia 18 de outubro corrente, publicado no Jornal de Londrina do dia 21 p.p com a finalidade de eleição e posse da diretoria para o período de 30 de outubro de 2010 à 29 de outubro de 2014, realizou-se na sala de reuniões do Serviço de Obras Sociais de Londrina, a Assembléia Geral Ordinária de eleição e posse da Diretoria da Entidade acima citada.

Aberta a sessão às nove horas e trinta minutos, já estavam presentes pessoas com número suficiente para dar continuidade a Assembléia. Com a Palavra a Presidente: Senhora Ilda Maria Maranho Hey solicitou a Secretaria que efetuasse a leitura da Ordem do dia. Após a leitura da ordem do dia e como houve somente a inscrição de uma chapa concorrendo a eleição, a mesma foi apresentada a Assembléia para que fosse efetuada a referida votação, sendo a mesma eleita por unanimidade, ficando deliberado e constituída a Diretoria conforme segue: Presidente: Ilda Maria Maranho Hey; Vice-Presidente: Yolanda Nella Voigt Consentino; Primeira Secretária: Ana Carlota de Almeida; Segundo Secretário: Marcelo Maragno Zambrim; Primeira Tesoureira: Egle Fátima Gonzales Pietrobon; Segunda Tesoureira: Maria José da Silva; Conselho Fiscal: Carlos Shigueru Kita; Deolindo Basseto; Mafalda Bongiovani; Jeane Tramontina Zanluchi; Manoel Rodrigues Alves; Conselho Deliberativo: João Batista de Oliveira; Vera Alice Rossi; Ligia Carvalho Almenara; Gislaine dos Santos; Departamento jurídico: Vera Alice Rossi; Departamento Promoção: Ivany Aparecida Vaquero; Catia Pinto Guazzi

Aclamada a Diretória, a Presidente eleita com todos os demais membros da Diretoria, foram empossados para o período de trinta de outubro de dois mil e dez (30/10/2010) à vinte e nove de outubro de dois mil e quatorze. (29/10/2014).

A presidente apresentou um relato frente à entidade e solicitou ajuda incondicional de todos os membros da diretoria recém eleita. Nada mais havendo a









constar, lavarei a presente ata, como secretária, que vai assinada por mim e pela

Presidente eleita. Demais assinaturas constam na lista de presença.

15/7

Ana Carlota de Almeida Secretária

Ilda Maria Maranho Hey
Presidente eleita

13561998-04 CPF	Bongiovanni 5	ten Le	Mofalda Ce
		ny,	Trong Cosent
· ·	5	5	
			Dietholic
		Silve	maria fori do
		-	A P
		•	or Recents
		0.1	Pula.
	10112	well and	11 10
	Milla I A		114
		WUVV VINO	- 1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2
			100
54 NR063044789	Kow ONG De. 602	Coash	(20)
94 - <u>CIPO</u> 63044789	Kosy - 0A16 PR 62	Jewik	1 Short de
<u>94 - WP0</u> 63044789	Kosn - 0416 PR 62	Geeck	Gulainly
<u>94 - WP0</u> 63044789	Kosz - OAK PR 62 aguero	Geerk	Girloumly Troni
<u>94 - WP0</u> 63044789	Kosz - OAK PR 62 DIO aguero	Geerk my Vas	Guilourely Digo P. Almino
<u>94 - WP0</u> 63044789	Kosz - OAK PR 62 STOD aguero	Geerk my Vas	Girloumly Troni
94 - UP063044789	Kosn-OAK PR 62 STOO aguero	Geerk my Vas	Guilourely Digo P. Almino
94- NP063044789	Kosn-OAKR 62 DISO aguero	Geerk my Vas	Guilourely Digo P. Almino
ULOS E DOCUMENTOS	aguero 500 REGISTRO DE TÍT	Geerk on Fing ing Vas	Girlaimly Johns J Bioja P. Almino Cation grago
ULOS E DOCUMENTOS	aguero Bo REGISTRO DE TÍT PESSOAS JUGÍO	Geeck	Gril auraly Digio P. Almino Catio grapo
ULOS E DOCUMENTOS 13 - LONDRINA - PR 2 - Londrina - Protocolo 2 - Londrina - do Divro	DO REGISTRO DE TÍD Apontado hoje sob nº	Geerke	Gril GURLY Digio P. Almino Catio Grap CARTÓRIO DE REGISTRO D
ULOS E DOCUMENTOS 13 - LONDRINA - PR 2 - Londrina - Protocolo 2 - Londrina - do Divro	DO REGISTRO DE TÍD Apontado hoje sob nº	Geerke my Vas	Grid Currely Digio P. Almino Contro Grago Contro Grago Contro Barcik Lucas de Olivel Orichal
ULOS E DOCUMENTOS 13 - LONDRINA - PR 2 - Londrina - Protocolo 2 - Londrina - do Divro	APJ Averbado sab nº	Geerke	Grin Currely Digio P. Almino Catro Grapo CARTÓRIO DE REGISTRO D MILITARIO SE DOCUMENTO MILITARIO BATCIK LUCAS DE Olivel Norceida Mouso de Moraes Aparesida Mouso de Moraes
ULOS E DOCUMENTOS 13 - LONDRINA - PR 2 - Londrina - Protocolo 2 - Londrina - do Divro	DO REGISTRO DE TÍD Apontado hoje sob nº	Geerke 195 Eurs my Vas	Grid Currely Digio P. Almino Contro Grago Contro Grago Contro Barcik Lucas de Olivel Orichal

DIA387



SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA

Rua: Jaguaribe - Vila Nova - Tel. (043)3024.4420 - CEP 86025520 - LONDRINA-Pr. CGC(MF) Nº 78.638.277/0001-31 - REG.NO CNSS Nº 224.163/75 UTILIDADE PUBLICA FEDERAL - DEC 70.569 - DE 19.05.81

1577

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2010

Aos vinte e oito (28) dias do mês de outubro de dois mil e dez, às nove horas e trinta minutos, conforme convocação do dia 18 de outubro corrente, publicado no Jornal de Londrina do dia 21 p.p com a finalidade de eleição e posse da diretoria para o período de 30 de outubro de 2010 à 29 de outubro de 2014, realizou-se na sala de reuniões do Serviço de Obras Sociais de Londrina, a Assembléia Geral Ordinária de eleição e posse da Diretoria da Entidade acima citada.

Aberta a sessão às nove horas e trinta minutos, já estavam presentes pessoas com número suficiente para dar continuidade a Assembléia. Com a Palavra a Presidente: Senhora Ilda Maria Maranho Hey solicitou a Secretaria que efetuasse a leitura da Ordem do dia. Após a leitura da ordem do dia e como houve somente a inscrição de uma chapa concorrendo a eleição, a mesma foi apresentada a Assembléia para que fosse efetuada a referida votação, sendo a mesma eleita por unanimidade, ficando deliberado e constituída a Diretoria conforme segue: Presidente: Ilda Maria Maranho Hey; Vice-Presidente: Yolanda Nella Voigt Consentino; Primeira Secretária: Ana Carlota de Almeida; Segundo Secretário: Marcelo Maragno Zambrim; Primeira Tesoureira: Egle Fátima Gonzales Pietrobon; Segunda Tesoureira: Maria José da Silva; Conselho Fiscal: Carlos Shigueru Kita; Deolindo Basseto; Mafalda Bongiovani; Jeane Tramontina Zanluchi; Manoel Rodrigues Alves; Conselho Deliberativo: João Batista de Oliveira; Vera Alice Rossi; Ligia Carvalho Almenara; Gislaine dos Santos; Departamento jurídico: Vera Alice Rossi; Departamento Promoção: Ivany Aparecida Vaquero; Catia Pinto Guazzi

Aclamada a Diretória, a Presidente eleita com todos os demais membros da Diretoria, foram empossados para o período de trinta de outubro de dois mil e dez (30/10/2010) à vinte e nove de outubro de dois mil e quatorze. (29/10/2014).

A presidente apresentou um relato frente à entidade e solicitou ajuda incondicional de todos os membros da diretoria recém eleita. Nada mais havendo a





AUTENTICAÇÃO NO VERSO

O CARTÓRIO DE REGISTRO DE
Z TÍTULOS E DOCUMENTOS
Danielle Maria Barcik Lucas de Oliveira
Aparocida Moura de Moraes Eunice Tiemi Mannari Lucilsae da Silva Prado
ESCREVENTES
LONDRINA - PARANÁ

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO
Danielle Maria Barcik Lucas de Oliveira - Oficial Av. Higienópolis, 210/cj. 104 - Ed. Londrina Trada Center Fone/Fax: (043) 322-0220 - LONDRINA - PARANA
CERTIFICO e dou lé que, esta cópia confere com o original registrado e arquivado neste Oficio sob nº
ywan-
ESCHEVENTE



constar, lavarei a presente ata, como secretária, que vai assinada por mim e pela Presidente eleita. Demais assinaturas constam na lista de presença.

ana Carlota de Almeida Secretária

Ilda Maria Maranho Hey Presidente eleita

DISTR.012497 2 0F1010 Secretary RG-4, 280.258-1 SP ovanni CPF 543 561998-04 -047063044,789.68 SELO DE AUTENTICIDADE AFIXADO NA ULTIMA FOLHA ENTREGUE À PARTE LEI Nº 13,228 DE 18/07/2001 © REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS PESSOAS JUNÍDICAS - LONDRINA - PR ⊕© CARTÓRIO DE REGISTRO DE Apontado hoje soh no TITULOS E DOCUMENTOS Danielle Maria Barcik Lucas de Oliveira Aparecida Moura de Moraes Exclusivo uso interno de Registro de Pessõas Jurídicos. Transcrito às Fls. 65 do Livro A- 4.5 de

	The state of the s
	ESCHEVENTE
	Lynn Mh
	10. Al. 101 - 101 - 101 - 101 - 101
	EFTIFICO e dou 16 que, esta cópia contera com o original gistrado e arquivado nesta Olicio sob nº
	The sequivado nesta Opino sisen obsviunte a obsvien
	FATIFICO e con la doci con
	Lenigno o mos ersinos elatos elas en Al
	HOLDING RINGS SENDENCE OF STATE OF STAT
n9sdW1	HORNEDNE NOSIGNERDZ 20XVV promerous

Eunice Tiemi Mannari

LONDRINA

Lucilene da Silva Prado ESCREVENTES

PARANA



-Registro de Possoas Jurídiças

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

2º DFICIO

Vm9sdW1||GR||FByb2N||c3||vierp22||viverpenfkbyBWb2wufeljfcgwMjgxODgZkC== Set 53000-07216742643-644-pg. 241

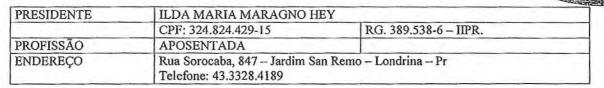
75/7 -

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA

RUA JAGUARIBE, 350 – VILA NOVA – LONDRINA – PR

CNPJ: 78.638.277/0001-31

RELAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA ELEITA EM 30.10.2010 COM TERMINO DE MANDATO EM 29.10.2014



VICE-PRESIDENTE	YOLANDA NELLA VOIGT CONSENTINO		
	CPF: 024.229.489-87	RG. 298.879 – IIPR	
PROFISSÃO	ADVOGADA		
ENDEREÇO	Rua Raposo Tavares, 655 – ce Telefone: 3322.4401	ntro – Londrina – Pr	

1ª SECRETÁRIA	ANA CARLOTA DE ALMEIDA		
	CPF: 003.685.129-91	OAB - PR: 3675	
PROFISSÃO	ADVOGADA		
ENDEREÇO	R. Rua Para, 1122 - sla 13 - I Telefone: 3324.3115	ondrina Pr.	

1° SECRETÁROP	MARCELO MARAGNO ZAMBRIM		
	879.733.919-91	RG. 5.210.960-4 PR	
PROFISSÃO	COMERCIANTE		
ENDEREÇO	Rua Guaporé, 673 - Centro - Londrina - PR		

Iª TESOUREIRA PROFISSÃO	EGLE FÁTIMA GONZALES PIETROBON		
	CPF: 223.046.069-20	RG. 799.398	
	PEDAGOGA		
ENDEREÇO	Rua Paranaguá, 966 - centro - Londrina - Pr.		

2ª TESOUREIRA	MARIA JOSE DA SILVA	
	CPF: 083.733.709-78	Rg: 55.616 - Min Aeronáutica
PROFISSÃO	APOSENTADA	
ENDEREÇO	Rua Fernando Ferrari, 83 – Lo Telefone 3347.3652	ndrina – PR

CONSELHO FISCAL	CARLOS SHIGUERU KITA		
	CPF: 086.805.079-20	RG:449.047	
PROFISSÃO	CONTADOR		
ENDEREÇO	Rua Paraíba, 47 – Londrina – PR Telefone: 3323-2347		

CONSELHO FISCAL	DEOLINO BASSETO	
	CPF 115.240.309-53	RG. 284.280 = PR
PROFISSÃO	COMERCIANTE	
ENDEREÇO	Rua Homero Cruz, 37 – Londri Telefone: 3326.4105	na – Pr

CONSELHO FISCAL	MAFALDA CORTEZ BONGIOVANNI		
	CPF: 543.561.998-04	RG: 4.280.258-1 <u>SP</u>	
PROFISSÃO	JORNALISTA		
ENDEREÇO	Rua Espírito Santo, 1833 - ap 53 - Centro - Londrina - PR		



AUTENTICAÇÃO NO VE

© CARTÓRIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
Danielle Maria Barcik Lucas de Oliveira
OFICIAL
Aparecida Moura de Moraes
Lucios Tiemi Mannari
Lucios Tiemi Mannari
Lucios Tieni Tilva Prodo

fillucios Tieni Mannari
Lucios Tieni Mannari
Lucios Tieni Mannari
Lucios Tieni Mannari
Lucios Tieni Mannari

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

2

Danielle Maria Bercik Lucas de Oliveira - Oficial
Av. Highenspolis, 210/ej. 104 - Ed. Landrina Trade Center
Fone/Fax: (043) 322-0220 - LONDRINA - PARANA
CERTIFICO e (ou lá jora, esta cópia contere com o original
registrada e arquivado neels Oficio são nº
Lvo. A-NS. Londrina, 1 4 NOV 2013

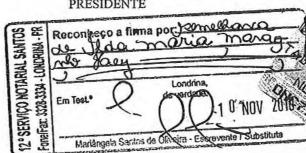
	I am the second	15/7 DE JITULOS DE	
CONSELHO FISCAL	JEANE TRAMONTINA ZAN		
N	444.761.839-72	Rg 552.186-6 ssp-pr	
PROFISSÃO	Aposentada	Lond	
ENDEREÇO	Rua Espírito Santo, 901 – ap 1	001 – centro – Londrina - Pr	
CONSELHO FISCAL	MANOEL RODRIGUES ALV	VES	
	CPF: 062.943.245-04	Rg - 1.092.393 - SSP-PR.	
PROFISSÃO	COMERCIANTE		
ENDEREÇO	RUA Ubirajara, 203 – JD São	Jose – Londrina - PR	
CONS.DELIBERATIVO	JOÃO BATISTA DE OLIVEI	D.A.	
CONSTRUCTORIAN	CPF:: 449.254.769-04	Rg 3.211.386-9 PR	
PROFISSÃO	EMPRESÁRIO	Rg 3.211.380-9 PK	
ENDEREÇO	Rua Jaguaribe, 569 – Vila Nov	ro - Y andrina Dr	
ENDEREÇO	Kua Jaguarioe, 309 – Vila Nov	ya – Londrina Fr.	
CONS. DELIBERATIVO	VERA ALICE ROSSI		
	CPF: 063.044.789-68	4119578- sp	
PROFISSÃO	ADVOGADA		
ENDEREÇO	Rua Michigan, 50 - JD Quebe	c Londrina - PR	
CONS. DELIBERATIVO	LIGIA CAVALHO ALMENARA		
	CPF: 830.519.709-30	RG: 1.934.49 – SSP-PR	
PROFISSÃO	SECRETÁRIA	3,51,175,177, 552,131	
ENDEREÇO	R. Raposo Tavares, 281 = ap 3	04 – Londrina -PR	
CONS. DELIBERATIVO	CTOT ATME DOG CAMPOC		
CONS. DELIBERATIVO	GISLAINE DOS SANTOS	DC: 0.416.910.9 COD DD	
DD OPTOCÃO	CPF: 058.993.129-63	RG: 9.416.819-8 – SSP-PR	
PROFISSÃO	EMPRESARIA Y	li D	
ENDEREÇO	Rua Belém, 1274 – centro – Lo	ondrina - Pr	
DEP JURIDICO	VERA ALICE ROSSI		
	CPF: 063.044.789-68	4119578- SP	
PROFISSÃO	ADVOGADA		
ENDEREÇO	Rua Michigan, 50 Jd Quebec -	- Londrina - PR	
DEP PROMOÇÃO	IVANY APARECIDA VAQUERO		
	CPF: 486.650.709-82	RG: 4.188.378-2 - SSP-PR	
PROFISSÃO	COMERCIANTE		
ENDERECO	Rua João Wiclif 255 - an 202	Londrina - PR	

DEP PROMOÇÃO	IVANY APARECIDA VAQUERO	
	CPF: 486.650.709-82	RG: 4.188.378-2 - SSP-PR
PROFISSÃO	COMERCIANTE	
ENDEREÇO	Rua João Wiclif, 255 – ap 202 Londrina - PR	

DEP PROMOÇÃO	CATIA PINTO GUAZZI		
	CPF: 549.529.387-15	RG: 04336177-3	
PROFISSÃO	Comerciante		
ENDEREÇO	Rua Ibirá, 50 - Parque Alvorada -	Londrina – Pr.	
ENDEREÇO	Rua Ibirá, 50 – Parque Alvorada -	Londrina – Pr.	

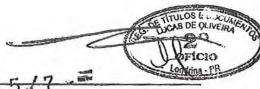
Londrina, 09 DE NOVEMBRO DE 2010..

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRI ILDA MARIA MARAGNO HEY PRESIDENTE



AUTENTICAÇÃO VERSO NO

CARTÓRIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
Danielle Maria Barcik Lucas de Oliveira
OFICIAL
Aparecida Moura de Moraes
Etunice Tiemi Mannari
Lucilose da Silva Prado
ESCREVENTES
LONDRINA - PARANÁ



JUÍZO DE ORRETTO DA 1º VARA CNEL DA COMARCA DE LONDRENA PARANA, CARTIORRO DO SÉTIMO OFÍCIO CNEL E ANDROS. EDITAL DE CITAÇÃO dos rivas RAI SENA COS SANTOS e situations SANDRA REGINA ALVES DOS SANTOS, brasiliente, casados, facerios no CPPASE sob ri. 303280, 109-878 e 556, 353, 119-20, pribos absultantes de to bugar incerto e não sabida, e antarido dos Aulos es do 1°, 1,918/2003 em que 4 Autors BANDO SANTOS A SANTOS A SA REMA RELIA SANDOS SANTOS E SANTOS, com pasto 4° 60 púteos de 100 púteos BANDOS COMO PARANA DE SANTOS A SA REMA RELIA SANDOS SANTOS E SANTOS. Com pasto 4° 60 púteos de 100 púteos BANDOS COMO PARANA DE SANTOS A SANTOS PARANA DE SANTOS A SANTOS PARANA DE SANTOS PARAN

ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DO LOTEAMENTO PORTO DAS ÁGUAS

ASSETRIEM GERAL OROGIARIA

ENTRA DE CONVOCAÇÃO

DOS TRACTOR O Extendo Social, o presistora da ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DO LOTEA

Nicode esm fire lucráfico com sade na Odado de Precada do Paranda, na Rodocia PRO DE

PROPRIETA DOS DE PROPRIETARIOS DO LOTEA

TRACTOR DE PROPRIETARIOS DO LOTEA

PROPRIETA COMO DE PROPRIETARIOS DO LOTEA

TRACTOR DE PROPRIETARIOS DO LOTEA

PROPRIETA COMO DE PROPRIETARIOS DO LOTEA

PROPRIETA COMO DE PROPRIETARIOS DO LOTEA

PROPRIETA DE PROPRIETARIOS DO LOTEAMENTO DO LOTEAMENTO DE PROPRIETARIOS DO LOTEAMENTO.

PROPRIETARIOS DE PROPRIETARIOS DO LOTEAMENTO DO LOTEAMENTO DE PROPRIETARIOS DO LOTEAMENTO.

PROPRIETARIOS DE PROPRIETARIOS DO LOTEAMENTO DO LOTEAMENTO.

PROPRIETARIOS DO LOTEAMENTO.

la seguinto ordem do da: Aproyar as contas da ASSOCIAÇÃO do 1º, 2º e 3º trimestre de 2010 e a previsão orçamentária para o s

cão dos membros da Direteria e do Conselho Flecal.

relea: a comocação encortra-es publicada no Jomal de Londrina nos dias 21, 22 e 24 /10 /2010 e no site <u>winx cododesecuas com br</u> VASA dia relardrica dos essuritos a serem trabidos, contantos com a homosa presença dos senhoras associados; decidada tomatas em assemblia, cohigina na bodo ou associados; conformidado com o Estableo Social, comorda poderão volar associados quite com a tesouroria.

Associação dos Proprietários do Loteamento Porto das Águes Francisco Vidissimas Bezerra Presidente

MÓVEIS



PLANTAS E SEMENTES

GRAMA MATO GROSSO R\$1,90 m, Grama Esmeralda R\$3,00 m, acima de 100 m entrega gratis. Venda e plantio. Fone: (43) 9129-3314 D 1460b8

DIVERSOS

COMPRO TVs (33, 29, 21, 20 e 14 polegadas), DVD, som com CD, microondas, geladeiras e celular. Fone: 9126-2775 / 9991-6698 10b94b

VASILHAMES COMPRO Garrafas de Cerveja, tubaina, litros de vinho, pinga, refrigerante, etc. Tel: (43) 3342-8584 / 9138-4041 13b40f



EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 2007,70.01.007792-0/PR EXEQUENTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF EXECUTADO: SUPERMERCADO MAKSID LTDA ME SIDINEY HONORIO RAQUEL :MAURO DERIO

> EDITAL N.º 4750178 PRAZO: 30 DIAS

O Doutor Décio José da Silva, MM. Juiz Federal da Terceira Vara da Subseção de Londrina, Seção Judiciária do Estado do Paraná, na forma da lei, etc. faz saber aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que perante este Julzo Federal e Secretaria respectiva tramitam os autos de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL nº 2007.70.01.007792-0, que CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF move contra MAURO DÉRIO. Uma vez que não foi possível MAURO DERIO, Uma vez que neo toi possivei intimá-lo, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, é este para INTIMAR o executado MAURO DÉRIO, brasilieiro, casado, comerciante, inscrito no RG 30370740 SSP/PR e CPF 349.476.049-72, cujo último endereço consta da Av. Teodoro Miguel, nº 185, São Sebastão da Amoreira-Pr, da penhora efetuada sobre o bem abatxo descrito, bem como de que foi nomeado depositário do bem: Descrição do bem: uma promiedade qual. Descrição do bem: uma propriedade rural sob a denominação de Lote nº 02, com área de 32.24,35 (trinta e dois hectares, vinte o quatro ares e trinta e cinco centiares), contendo benfeitorias, constituída de parte da Fazenda Santa Rita, no município de Nova Fátima, tendo as demais medidas e confrontações constantes na matricula nº

Serviço de Obras Sociais de Londrina CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores associados para a Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia 28/10/2010, em nossa sede, à Rua Jaguaribe, 350. Primeira convocação às 9:00 horas e em segunda convocação às 9:30 horas, para tratar da seguinte ordem do dia:

Eleição e posse da diretoria para o período de 30/10/2010 a 29/10/2014. Londrina, 20 de outubro de 2010. Ilda Maria Maragno Hey Presidente

Sindicato dos Contablistas de Londrina e Região TOTAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados através do presente edital todos os associados do Sindicato dos Contabilistas de Londrina e Região, em dia com suas obrigações sindicals e associativas, a comparecerem día 23 de novembro de 2010, lença-feira, na na Espirito Sanos, 199 3º andar, centro Londrina/PR, para efeição da composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes para o biénio 2011/2012, no horário das 8h30 ás 17h00.

Comunicamos que o registro de chapas poderá ser leito alé 3 días a contar da publicação do presente Edital, conforme Art. 50 § 1º do Estatuto. O voto é obrigatório a todos associados que estejam quites com suas contribuições e mensalidades, ficando sujeito a multa de uma ou duas mensalidades.

Londrina, 19 de outubro de 2010. Paulino José de Oliveira Presidente

SINCOLON Sindicato dos Contabilistas de Londrina e Rogião Rua Espírito Santo, 193 3º andar, Centro-Londrina - Pr Fone (43) 3324-2136 www.sincolon.org.br sincolon@sercomtel.com.br

EXTRAVIOS E FURTOS

Documentos Roubados Declaro para os de vidos fins terem sido roubados os documentos: CNH pertencente a MARCUS VINÍCIUS ARAÚJO BERTUCCI e DOC. do Carro Ford KA Cinza, Placa CQK 5134 pertencente a VIC-TOR HUGO ARAÚJO BERTUCCI, Conforme B.O:2010-796329. Com esta publicação perdem o valor comercial. Londrina, 21 de Outubro de 2010. 1 145f28

Furto de Promissórias Para que não se alegue ignorância ou posse de boa-fé e nem se invoque presunção de pagamento, comunicamos que foram furtadas da sede do IN-BRAPE Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos Ltda, nesta cidade, várias notas promissórias de emissão da Sra. Ana Paula Garcia Soares Oguido em favor daquela empresa, no valor total de RS.

AUTENTICAÇÃO NO VERSO

20 CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Danielle Maria Barcik Lucas de Oliveira OFICIAL
Eurice Tiemi Mannari Lucilose da Silva Prado
ESCREVENTES Londrina - Paraná

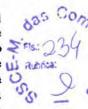
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO
Danielle Maria Barcik Lucss de Oliveira - Oficial Av. Higienópolis, 210/cj. 104 - Ed. Londrina Trade Center Fone/Fax: (043) 322-0220 - LONDRINA - PARANA
CERTIFICO e dou té que, esta cópia confere com o original registrado e arquivado neste Oficio sob nº1.5
Lvo. A-45 Londrina, 1 4 NOV 2013
ESCREVENTE

SERVICO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA

RUA JAGUARIBE, 350 - VILA NOVA - LONDRINA - PR CNPJ: 78.638.277/0001-31

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE **OUTUBRO DE 2002.**

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e dois, conforme convocação feita pelo Jornal de Londrina, no dia 23 do corrente mês, realizou-se na sala de reuniões do Serviço de Obras Sociais de Londrina, a Assembléia Geral Extraordinária, sendo que a primeira convocação seria às nove horas, como 🝣 não houve numero suficiente de pessoas, esperou-se meia hora, conforme convocação e as nove horas e 👊 🕬 trinta minutos iniciou-se a Assembléia Geral Extraordinária, sob a Presidência da Senhora Ilda Maria 🔾 Maragno Hey, que informou o motivo da convocação, que para melhor adaptar as normas da Assistência Social e da Secretaria de Educação, seria proposto a alteração dos Estatutos Sociais. Após efetuado a leitura da proposta de alteração dos Estatutos Sociais, foi discutido e aprovado por todos os presentes, conforme transcrevemos a seguir:



THULOS & DOCUL

(D)

- Artigo 1º O Conselho Londrinense de Serviço Social, fundado em 24 de agosto de 1963, de caráter beneficente e sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Londrina Estado do Paraná, a partir desta data, dia 23 de maio de 1968, terá a denominação de SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA, com sede e foro à rua Jaguaribe, numero 350, na cidade de Londrina, Estado do Paraná.
- Artigo 2° O Serviço de Obras Sociais de Londrina terá como finalidade:
 - Promover o atendimento às pessoas necessitadas nos mais variados enfoques, a) considerando como um todo sem distinções políticas, religiosas ou raciais, prestando assistência econômica, social, moral, cultural, educacional, recreativa e física e proporcionar aos atendidos: condições para sua reestruturação integral e resgate de sua auto estima;
 - b) Promover a recuperação das pessoas realmente necessitadas;
 - c) Dar assistência em especial a infância de 03 a 06 anos de idade em educação infantil e manter um centro de educação infantil obedecendo, os regulamentos do Ministério da Educação;
 - d) Manter um departamento de roupas e calçados usados a serem distribuídos aos necessitados.
- Artigo 12 O Conselho Deliberativo se compõe de 03 membros.
- Artigo 14 O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente de seis em seis meses e extraordinariamente sempre que for necessário, convocado pelo presidente ou pela diretoria. Parágrafo Único - A convocação será feita em edital, com antecedência mínima de 08 dias.
- Artigo 18 A diretoria será eleita pela Assembléia geral, com mandato de quatro anos, admitindo-se a reeleição e será constituída por:
 - a) Presidente;
 - b) Vice-presidente
 - 1º e 2º Secretários: c)
 - d) 1º e 2º Tesoureiros:
 - Chefe da equipe técnica; e)
 - f Departamento Jurídico.
- Artigo 23 Compete ao Vice-Presidente: auxiliar e substituir o Presidente em seus impedimentos e assumir a Presidência quando esta vagar.
- Artigo 28 O(a) Chefe da Equipe Técnica será de preferência assistente social ou pedagogo(a) e a ele(a) competirá ajuizar as condições a serem atendidas tendo em vista os artigos 2º e 3º deste
- Artigo 27 Compete ao segundo tesoureiro: auxiliar o primeiro tesoureiro e substitui-lo em seus impedimentos.
- Artigo 30 Compete ao Conselho Fiscal:
 - Examinar e visar semestralmente ou quando julgar necessário: os livros e documentos e balancetes do Serviço de Obras Socais;

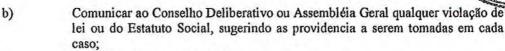
VERSO NO AUTENTICAÇÃO

2 CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Danielle Maria Barcik Lucas de Oliveira OFICIAL
Lucilose da Silva Prado
ESCREVENTES LONDRINA - PARANA

* CANADI PROPERTY OF THE PARTY OF REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Danielle Maria Barcik Lucas de Oliveira - Oficial Av. Higienópolis, 210/cj. 104 - Ed. Londrina Trade Center Fone/Fax: (043) 322-0220 - LONDRINA - PARANA ESCHEVENYE/ SEI 53000.072167/2013-61 / pg. 249

SERVIÇU DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA

RUA JAGUARIBE, 350 – VILA NOVA – LONDRINA – PR CNPJ: 78.638.277/0001-31



Emitir seu parecer sobre o balanço anual;

 Executar todos os atos que lhe são autorizados pelo presente Estatuto e pela legislação vigente.

Artigo 31 Não poderão ser eleitos para o Conselho Fiscal:

a) Membros do Conselho Deliberativo;

b) Membros da Diretoria da gestão anterior;

 Membros da Diretoria Atual e seus parentes até segundo grau de parentesco, consangüíneos e afins.

Artigo 33 Considerar-se-á dissolvida a sociedade:

a) Por deliberação da Assembléia Geral, com a presença de 2/3 de seus membros;

 Se a sociedade deixar de operar durante um ano sem que dentro deste período os sócios promovam e realizem a sua restauração.

Parágrafo único — Dissolvida a sociedade reverterá seu patrimônio para todas as entidades beneficentes que integravam o Conselho Londrinense de Serviço Social ou outras entidades que surgirem e sejam reconhecidas como úteis a coletividade e estejam devidamente registradas no Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS — e no Conselho Municipal

de Assistência Social - CMAS - e estejam constituídas juridicamente.

Artigo 38 Os objetivos do Centro de Educação Infantil serão estabelecidos de acordo com a proposta pedagógica apresentada pelo responsável técnico, com a aprovação da Diretoria e dentro das normas vigentes do Ministério da Educação.

Nada mais tendo a constar e sendo aprovado pelo Conselho Deliberativo e demais membros da Diretoria presente, lavrei a presente ata que vai assinada por mim como Primeira Secretaria e pela Presidente. Demais assinaturas constam na relação de presença.

Angela Maria Zambrim da Silva

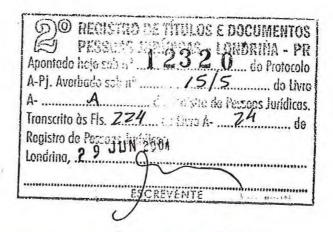
Primeira Secretária

Ilda Maria Maragno Hey

Presidente.

20 CARTORIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Danielle Maria Barcil·luxas de Oliveira OFICIA.

Sourceida Micera de Lioraes
Danies Team Mausari
Adriano Reis Paulino
ESCREVENTES
LONDRINA PARANA



AUTENTICAÇÃO NO VERSO

Londrina 2010004 16:57 DISTR.014696 2 OFICIO

ficio

CARTÓRIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
Danielle Marla Barcik Lucas de Oliveira
OFICIAL
Aparecida Moura de Moraes
Eunice Tiemi Mannari
Lucilsae da Silva Prado
ESCREVENTES
LONDRINA - PARANÁ



REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2002,
Ilda Maria Maragno Hey Cld L H H
Yolanda Nella Voigt Consentino
Angela Maria Zambril da Silva Segela St. Landa da Se
Izabel Nobre Frasson
Egle Fátima Gonçalves Petrobom
Deolino Basseto
Maria Edi Faedo Qui Edy
Nabor Paulo dos Santos
Márcia Barros Pinto Morcia tordo (ito
João Batista de Oliveira
Jordelino Anastácio
José Francisco da Silva
Kedma de Castilho de clama de Frestilho

DOCARTÓRIO DE RECISTRO DE
TITULOS E DOCUMENTOS Danielle Maria Barcik Lucas de Oliveira OFICIAL
Aparecida Moura de Moraes Eunice Tiemi Mannari Lucilose da Silva Prado
ESCREVENTES LONDRINA - PARANÁ

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Demielle Maria Barcik Lucas de Oliveira - Oficial Av. Higienópolis, 210/cj. 104 - Ed. Londrina Trade Center Fone/Fax: (043) 322-0220 - LONDRINA - PARANA
CERTIFICO e dou fé que, esta cópia confere com o original registrado e arquivado neste Oficio sob nº

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA

RUA JAGUARIBE, 350 – VILA NOVA – LONDRINA – PR CNPJ: 78.638.277/0001-31

Conforme determinação da Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de outubro de 2002, foram efetuadas as seguintes alterações nos Estatutos Sociais do Serviço de Obras Sociais de Londrina, a saber

Artigo 1º O Conselho Londrinense de Serviço Social, fundado em 24 de agosto de 1963, de caráter beneficente e sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Londrina Estado do Paraná, a partir desta data, dia 23 de maio de 1968, terá a denominação de SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA, com sede e foro à rua Jaguaribe, numero 350, na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Artigo 2º O Serviço de Obras Sociais de Londrina terá como finalidade:

Promover o atendimento às pessoas necessitadas nos mais variados enfoques, considerando como um todo sem distinções políticas, religiosas ou raciais, prestando assistência econômica, social, moral, cultural, educacional, recreativa e fisica e proporcionar aos atendidos: condições para sua reestruturação integral e resgate de sua auto estima;

b) Promover a recuperação das pessoas realmente necessitadas;

- Dar assistência em especial a infância de 03 a 06 anos de idade em educação infantil e manter um centro de educação infantil obedecendo, os regulamentos do Ministério da Educação;
- Manter um departamento de roupas e calçados usados a serem distribuídos aos necessitados.
- Artigo 12 O Conselho Deliberativo se compõe de 03 membros.
- Artigo 14 O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente de seis em seis meses e extraordinariamente sempre que for necessário, convocado pelo presidente ou pela diretoria. Parágrafo Único A convocação será feita em edital, com antecedência mínima de 08 dias.
- Artigo 18 A diretoria será eleita pela Assembléia geral, com mandato de quatro anos, admitindo-se a reeleição e será constituída por:
 - a) Presidente;
 - b) Vice-presidente
 - c) 1º e 2º Secretários:
 - d) 1° e 2° Tesoureiros:
 - e) Chefe da equipe técnica;
 - Departamento Jurídico.
- Artigo 23 Compete ao Vice-Presidente: auxiliar e substituir o Presidente em seus impedimentos e assumir a Presidência quando esta vagar.
- Artigo 28 O(a) Chefe da Equipe Técnica será de preferência assistente social ou pedagogo(a) e a ele(a) competirá ajuizar as condições a serem atendidas tendo em vista os artigos 2º e 3º deste estatuto.
- Artigo 27 Compete ao segundo tesoureiro: auxiliar o primeiro tesoureiro e substitui-lo em seus impedimentos.
- Artigo 30 Compete ao Conselho Fiscal:
 - Examinar e visar semestralmente ou quando julgar necessário: os livros e documentos e balancetes do Serviço de Obras Socais;
 - b) Comunicar ao Conselho Deliberativo ou Assembléia Geral qualquer violação de lei ou do Estatuto Social, sugerindo as providencia a serem tomadas em cada caso;

Emitir seu parecer sobre o balanço anual;

 Executar todos os atos que lhe são autorizados pelo presente Estatuto e pela legislação vigente.

Artigo 31 Não poderão ser eleitos para o Conselho Fiscal:

- a) Membros do Conselho Deliberativo;
- b) Membros da Diretoria da gestão anterior;

ULL LIH



2 CARTÓRIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
Danielle Maria Barcik Lucas de Oliveira
OFICIAL
Aparecida Moura de Moraes
Eunice Tiemi Maunari
Lucilete da Silva Prado
ESCREVENTES
LONDRINA - PARANÁ

SERVICO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA PUA JACUARIRE 350 - VILA NOVA - LONDRINA - PR

RUA JAGUARIBE, 350 – VILA NOVA – LONDRINA – PR CNPJ: 78.638.277/0001-31

 Membros da Diretoria Atual e seus parentes até segundo grau de parentesco, consangúineos e afins.

Artigo 33 Considerar-se-á dissolvida a sociedade:

a) Por deliberação da Assembléia Geral, com a presença de 2/3 de seus membros;

b) Se a sociedade deixar de operar durante um ano sem que dentro deste período os

sócios promovam e realizem a sua restauração.

Parágrafo único – Dissolvida a sociedade reverterá seu patrimônio para todas as entidades beneficentes que integravam o Conselho Londrinense de Serviço Social ou outras entidades que surgirem e sejam reconhecidas como úteis a coletividade e estejam devidamente registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – e no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS – e estejam constituídas juridicamente.

Artigo 38 Os objetivos do Centro de Educação Infantil serão estabelecidos de acordo com a proposta pedagógica apresentada pelo responsável técnico, com a aprovação da Diretoria e dentro das normas vigentes do Ministério da Educação.

O Estatuto Social do Serviço de Obras Sociais de Londrina, com a presente alteração passa a ter a seguinte redação.

ESTATUTO SOCIAL DO SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA

DE DEVOLUÇÃO SEDE E FINS.

- Artigo 1º O Conselho Londrinense de Serviço Social, fundado em 24 de agosto de 1963, de caráter beneficente e sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Londrina Estado do Paraná, a partir desta data, dia 23 de maio de 1968, terá a denominação de SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA, com sede e foro à rua Jaguaribe, 350. na cidade de Londrina, Estado do Paraná.
 - § Parágrafo Único O Serviço de Obras Sociais de Londrina, terá duração indeterminada.
- Artigo 2º O Serviço de Obras Sociais de Londrina terá como finalidade:
 - a) Promover o atendimento às pessoas necessitadas nos mais variados enfoques, considerando como um todo sem distinções políticas, religiosas ou raciais, prestando assistência econômica, social moral, cultural, educacional, recreativa e física e proporcionar aos atendidos: condições para sua reestruturação integral e resgate de sua auto-estima;
 - b) Promover a recuperação das pessoas realmente necessitadas;
 - Dar assistência em especial a infância de 03 a 06 anos de idade em educação infantil e manter um Centro de Educação Infantil obedecendo: os regulamentos do Ministério da Educação:
 - Manter um departamento de roupas e calçados usados a serem distribuídos aos necessitados.
- Artigo 3º O Serviço de Obras Sociais de Londrina é constituído por um numero ilimitado de sócios, compreendendo as seguintes categorias:
 - a) BENEMERITOS Serão as pessoas físicas ou jurídicas que tiverem prestados serviços ao Serviço de Obras Socais de Londrina ou contribuintes com importância de vulto;
 - b) CONTRIBUINTES serão os: que inscrito no quadro de sócios contribuírem mensalmente para os cofres da entidade.
- Artigo 4º Para melhor consecução de suas finalidades, o Serviço de Obras Sociais de Londrina, recorrerá aos processos, métodos técnicos de Serviço Social e instituirá, quando necessário serviços ou departamentos.

Artigo 5º Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais, não sendo beneficiados diretos ou indiretos da entidade.

Led J. J. Ch

AUTENTICAÇÃO NO VERSO

LUCAS DE CLIVE

2 CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Danielle Maria Barcik Lucas de Oliveira OFICIAL
Aparecida Monra de Moraes Eunice Tiemi Mannari Lucilaxe da Silva Prado
ESCREVENTES LONDRINA - PARANÁ

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS 2º DFICIO

Danielle Maria Barcik Lucas de Oliveira - Oficial Av. Higienópolis, 210/cj. 104 - Ed. Londrina Trade Center Fone/Fax: (043) 322-0220 - LONDRINA - PARANA

ESCREVENTE

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA

<u>RUA JAGUARIBE, 350 – VILA NOVA – LONDRINA – PR</u> <u>CNPJ: 78.638.277/0001-31</u>

DOS SÓCIOS

- Artigo 6º São deveres dos sócios:
 - a) Acatar e submeter-se às decisões da Assembléia Geral;
 - Contribuir, regularmente, para a sociedade, com as cotas a que se obrigarem.
- Artigo 7º São direitos dos sócios:
 - a) Comparecer as assembléias gerais apresentado e discutindo assuntos pertinentes aos serviços prestados ou que possam ser prestados pela entidade;
 - b) Discutir e votar assuntos apresentados em assembléia geral;
 - c) Discutir e manifestar-se sobre o balanço anual apresentado pela Diretoria;
 - Exercer, quando eleitos, os cargos de administração ao Serviço de Obras Sociais de Londrina.
 - § Parágrafo Único Os sócios que não estejam quites com os cofres do Serviço de Obras Sociais de Londrina, perderão, enquanto em mora, as regalias e os direitos aqui estabelecidos.

DA ADMINISTRAÇÃO

- Artigo 8º São órgãos da administração ao Serviço de Obras Sociais de Londrina:
 - a) A Assembléia Geral;
 - b) O Conselho Deliberativo;
 - c) A Diretoria;
 - d) O Conselho Fiscal;
- Artigo 9º A Assembléia Geral é órgão soberano e reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente, por convocação da diretoria, da terça parte dos membros do Conselho Deliberativo ou da quinta parte dos sócios quites, sendo exposto na convocação os motivos desta.
- Artigo 10 As convocações dos sócios para a Assembléia Geral serão feitas pela imprensa, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.
 - § Parágrafo Único Será instalada a Assembléia Geral, em primeira convocação com um terço dos sócios, no mínimo, e em segunda convocação, uma hora após a primeira com qualquer numero de sócios.
- Artigo 11 Compete a Assembléia Geral:
 - Eleger os membros da Diretoria e dos Conselhos Administrativo e Fiscal por aclamação ou por escrutínio secreto dos que requeiram cinco sócios no mínimo;
 - Aprovar as contas da diretoria;
 - Decidir sobre a matéria não reservada expressamente a diretoria e ao conselho deliberativo:
 - d) Deliberar sobre a reforma dos estatutos, dissolução da sociedade, fusão e acordo com outras:
 - e) Decidir sobre os recursos das decisões, da diretoria e do conselho deliberativo.
- Artigo 12 O Conselho Deliberativo se compõe de 05 membros.
- Artigo 13 O Conselho Deliberativo elegerá seu Presidente e seu Secretario.
- Artigo 14 O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente de seis em seis meses e extraordinariamente sempre que for necessário, convocado pelo Presidente ou pela Diretoria.
 - § Parágrafo Único A convocação será feita em edital, com antecedência mínima de 08 dias.
- Artigo 15 Compete ao Conselho Deliberativo:

P12 , 6,164

- Apreciar e votar o orçamento anual, o plano de atuação da entidade e suas diretrizes básicas para o exercício seguinte;
- Tomar conhecimento do movimento financeiro do Serviço de Obras Sociais de Londrina, solicitando do Presidente a exibição dos livros da sociedade se assim julgar necessário;

AUTENTICAÇÃO NO VERSO

20 CARTÓRIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
Danielle Marla Barcik Lucas de Oliveira
OFICIAL
Aparecida Moura de Moraes
Eunice Tiemi Mannari
Lucilose da Silva Prado
ESCREVENTES
LONDRINA PARANÁ

RE	GISTRO	DE TÍTI	JLOS E	DOCUME	NTOS
	2	38 (1)	FIC	MA	
Fone	/Fax: (04	3) 322-022	0 - LON	Oliveira - ndrina Trade NDRINA - P	Center ARANA
regis	ITIFICO e o trado e arc	lou lé oue. o	sta odpia co	nfere com o	and about
		The Sh	Du-	1 1\.U.\	ICU. I

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA

RUA JAGUARIBE, 350 – VILA NOVA – LONDRINA – PR CNPJ: 78,638.277/0001-31

- Deliberar sobre a exclusão dos sócios, por motivo que não seja do artigo 20, alínea deste estatuto;
- d) Decidir dos recursos das decisões de Diretoria;
- e) Dar posse a Diretoria.
- Artigo 16 Dos atos do Conselho Deliberativo caberá: recursos para Assembléia Geral.
- Artigo 17 O Conselho Deliberativo deliberará, sempre por maioria de votos, não podendo votar o conselheiro que tenha interesse na decisão a ser tomada e cabendo ao Presidente o voto de desempate.
- Artigo 18 A Diretoria será eleita pela Assembléia Geral, com mandato de quatro anos, admitindo-se a reeleição e será constituída por:
 - a) Presidente;
 - b) Vice-Presidente;
 - c) 1º e 2º Secretários;
 - d) 1° e 2° Tesoureiros;
 - e) Chefe de Equipe Técnica;
 - f) Departamento Jurídico.
 - § Parágrafo Único Poderá ou não ser admitidos Presidentes de Honra.
- Artigo 19 A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou de um terço de seus diretores ou do Conselho Deliberativo, com a presença mínima de quatro membros e as decisões serão pela maioria dos votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.
- Artigo 20 Compete a Diretoria:
 - a) Promover a obtenção de recursos necessários a manutenção da Entidade, podendo firmar convênios, etc.;
 - Resolver sobre a forma e a espécie das iniciativas pendentes e coletar subsídios monetários;
 - c) Obter sócios contribuintes;
 - d) Nomear as comissões que se dizerem necessárias;
 - e) Deliberar sobre a admissão de novos sócios e sobre a exclusão dos que, sem motivo justificado, deixarem de pagar seis mensalidade consecutivas;
 - f) Executar as deliberações do Conselho Deliberativo e da Assembléia Geral;
 - g) Contratar e demitir funcionários.
- Artigo 21 Das decisões da diretoria caberá: recursos para o Conselho Deliberativo e deste para a Assembléia Geral.
- Artigo 22 Compete ao Presidente:
 - Representar a sociedade nas suas relações externas, ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente;
 - Presidir as sessões da diretoria, dirigir todos os trabalhos para fiel executar estes estatutos e das deliberações da diretoria, do conselho deliberativo e da assembléia geral;
 - c) Convocar a diretoria e o conselho deliberativo;
 - d) Apresentar ao Conselho Deliberativo em cada sessão ordinária um resumo do movimento da receita e da despesa, dos trabalhos em geral, devendo-se na ultima sessão de cada ano, apresentar ao conselho um relatório completo e minucioso da sociedade;
 - Assinar, com o tesoureiro, cheques e quaisquer outros títulos ou documentos que resultem responsabilidades pecuniárias;
 - f) Exercer as demais funções inerentes ao cargo.
 - § Parágrafo único Em caso de vacância, assumirá a presidência até o final do mandato o primeiro Vice-presidente.
- Artigo 23 Compete ao Vice-presidente auxiliar e substituir o Presidente em seus impedimentos e assumir a presidência quando esta: vagar.

Was E. M

AUTENTICAÇÃO NO VERSO

© CARTÓRIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
Danielle Marla Barcik Lucas de Oliveira
OFICIAL
Aparecida Moura de Moraes
Eunice Tiemi Mennari
Lucilose do Silva Prado

ESCREVENTES LONDRINA - PARANÁ

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

SERVICO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA

RUA JAGUARIBE, 350 - VILA NOVA - LONDRINA - PR CNPJ: 78.638.277/0001-31



- Artigo 24 Compete ao primeiro Secretário:
 - Redigir as atas da diretoria;
 - Encarregar-se da correspondência oficial; 6)
 - Cumprir as instruções do Presidente e as deliberações da Assembléia Geral, do Conselho Deliberativo e da Diretoria.
- Compete ao segundo secretario auxiliar o primeiro secretario e substitui-lo em seus Artigo 25 impedimentos.
- Artigo 26 Compete ao primeiro tesoureiro:
 - Receber e ter em boa guarda todos os valores que forem arrecadados, depositando-os, em um ou mais bancos, as quantias que não tiverem emprego imediato;
 - Superintender os serviços dos empregados incumbidos das mensalidades;
 - c) Fornecer relatórios mediante as receitas e despesas;
 - d) Fazer a escrituração da receita e das despesas;
 - Prestar contas, sempre que os conselhos: deliberativo e fiscal exigirem facilitando-lhes e) o exame dos livros, documentos e etc.;
 - f) Assinar com o Presidente: cheques e quaisquer outros títulos e documentos dos quais resultem responsabilidades pecuniárias.
- Compete ao segundo tesoureiro auxiliar o primeiro tesoureiro e substituí-lo em seus impedimentos.
- Artigo 28 O(a) Chefe da Equipe Técnica será de preferência assistente social ou pedagogo(a) e a ele(a) compete ajuizar as condições a serem atendidas, tendo em vista os artigos 2º, 4 e 38 deste
- Artigo 29 O Conselho Fiscal compor-se-á de três membros efetivos, eleitos juntamente com a
 - § Parágrafo único Simultaneamente serão eleitos três suplentes que substituirão os efetivos em seus impedimentos.
- Artigo 30 Compete ao Conselho Fiscal:
 - Examinar e visar semestralmente ou quando julgar necessário os livros, documentos e balancetes do Serviço de Obras Sociais;
 - Comunicar ao Conselho Deliberativo ou Assembléia Geral qualquer violação de lei e do Estatuto Social, sugerindo as providencias a serem tomadas em cada caso;
 - Emitir seu parecer sobre o balanço anual; c)
 - Executar todos os atos que lhe são autorizados pelo presente Estatuto e pela legislação vigente.
- Artigo 31 Não poderão ser eleitos para o Conselho Fiscal:
 - Membros do Conselho Deliberativo;
 - b) Membros da Diretoria da gestão anterior:
 - Membros da Diretoria atual e seus parentes até segundo grau de parentesco, c) consangüíneos e afins.
- O Serviço de Obras Sociais de Londrina contará com as mensalidades dos sócios, Artigo 32 rendimentos do patrimônio que formar, subvenções, convênios, donativos e outros.
 - § Parágrafo primeiro Não serão distribuídos lucros, dividendos, bonificações ou vantagens a seus dirigentes, diretores, associados, sócios, benfeitores ou mantenedores, a qualquer titulo ou pretexto, assim como a Diretoria, no todo ou em parte, não será remunerada e nem será remetido dinheiro para fora do país;
 - § Parágrafo segundo A totalidade de suas rendas serão aplicadas na melhoria de seus beneficios e os saldos: porventura existente, no fim de cada exercício, serão destinados a beneficência ou inversão patrimonial. Todos os recursos serão integralmente aplicados em território nacional e nas finalidades regidas por este estatuto.

Considerar-se-á dissolvida a sociedade:

Por deliberação da Assembléia Geral, com a presença de 2/3 de seus membros;

lot the Us



CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Danielle Marla Barcik Lucas de Oliveira OFICIAL

Aparecida Moura de Morae: Eunice Tiemi Mangari Lucilade da Silva Prado

ESCREVENTE

LONDRINA - PARANÁ

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Danielle Maria Barcik Lucas de Oliveira - Oficial Av. Higienópolis, 210/cj. 104 - Ed. Londrina Trade Center Fone/Fax: (043) 322-0220 - LONDRINA - PARANA

Man

Vm9sdW1IIGRIIFByb2Nlc3NvIERpZ2I0YWxpemFkbyBWb2wuIEIJICgwMjgxODg2KQ==

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA

<u>RUA JAGUARIBE, 350 – VILA NOVA – LONDRINA – PR</u> <u>CNPJ: 78.638.277/0001-31</u>

Se a sociedade deixar de operar durante um ano e sem que dentro deste periodo s
 sócios não promovam ou realizam a sua restauração.

- § Parágrafo único Dissolvida a sociedade, reverterá seu patrimônio para todas as Entidades Beneficentes que integravam o Conselho Londrinense de Serviço Social e outros similares que surgirem e sejam reconhecidamente úteis a coletividade e estejam devidamente registradas no CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social, no CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social e constituída juridicamente.
- Artigo 34 Quando houver empate nas eleições, considerar-se-á eleito o mais velho.
- Artigo 35 Somente os sócios ausentes da cidade poderão votar por procuração, não podendo um sórepresentar mais de uma pessoa.
- Artigo 36 Todos os cargos eletivos da Entidade serão reconhecidos "pró-honore".
- Artigo 37 A Entidade terá um regimento interno que disporá entre outros assuntos, as obrigações dos componentes do quadro administrativo e funcional.
- Artigo 38 Os objetivos do Centro de Educação Infantil serão estabelecidos de acordo com a proposta pedagógica apresentada pelo responsável técnico, com a aprovação da Diretoria e dentro das normas vigentes do Ministério da Educação.
- Artigo 39 A reforma deste Estatuto parcialmente ou totalmente é de competência exclusiva da Assembléia Geral, de acordo com a letra d do artigo 11 deste estatuto; Entretanto o projeto somente poderá ser a ela submetido após, recebido parecer do Conselho Deliberativo sobre a matéria, obedecidas também, as normas do artigo 10 e seu parágrafo único do presente estatuto.

Londrina (PR), 30 de outubro de 2002.

ANGELA MARIA ZAMBRIM DA SILVA
SECRETÁRIA

LA LA

ILDA MARIA MARAGNO HEY
PRESIDENTE

Yolanda Nella Voigt Cosentino
OAB 2911 PR

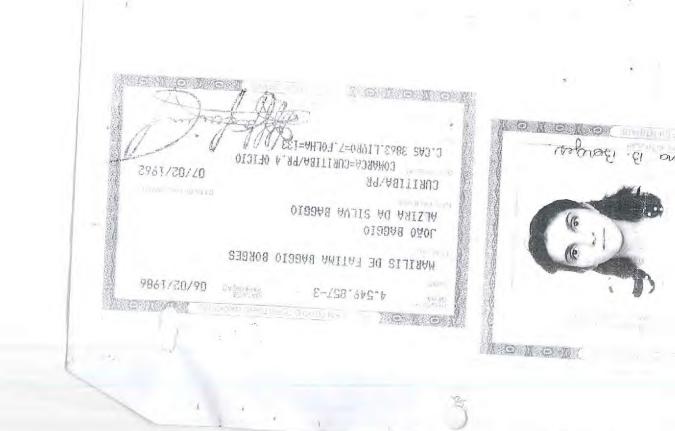
(G) (CARTÉRIO DE REGISTRO DE
A TITULAS & DOCUMENTOS
Danielle Haria Barcik Lucas de Oliveira
OFICIAL.
EXCLUSIVO DE Aparecida Monra de Moraes
EXCLUSIVE TAPATE AND THE MOTAGES AJORDO & CONTROL PARTIES AJORDO & CONTROL PARTIES EXCLUSIVE TO THE TAPATE OF TAPATE OF THE TAPATE OF T
to the second se
LONDRINA - PARANA

REGIST	RO DE Ț	TULOS E	DOCHW	ENTOS
PESSO! hole sch	is mag	324	O PORINI	t - PR
rbado sob	nº	15/5		do Livro
Ne Fle 2	de l	Cegistro de A Livro A	Possoas Ju	rídicas.
le Possous	Jené leos.			de
291	UN 2004			
.,	"ESCYEN	ZENTE"		
	PESSO/ phoje sch procedo sch	PESSOAS AUTO hoje sob nº de l abs lls. 224 de de Pessoas lancieses 2 9 JUN 2004	PESSOAS AYN 2392 4 o hoje sob nº <u>/5/5</u> orbodo sob nº <u>/5/5</u> A de Registro de	2 9 JUN 2004

OFIC







	Eu, Marilis de fatima Beojojo Borojs
	(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de ider
	4549857-3, residente à Londring - Paran
	Bairro Jandim Jagon Jamoda, CEP 015.735. 5 na cidade de
	Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da
	1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar d
	apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por
	executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
	Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução d
	Serviço.
1	Landrino. , 23 de outubro d
*0,	(local e data)

1º TABELIONATO ROCHA
LONDRINA-PR
Assinatura da po

Assinatura da pessoa que mahifesta o seu apoio

Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:

• RG;

TABELIONATE DE NOTAS EN 1330

Reconheco a(s) firma(LITOE OPOOJ-MARILIS DE BORGES



(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº 10.110.908-9, residente à R: Cabe Luiz Budziak Nº285

Bairro Cenquito Roseira I, CEP 86041500 na cidade de Londrina

Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do

Londrina , 05 de hovembro de 201: (local e data)

1º TABELIONATO ROCHA
ONDRINA-PR

Serviço.

Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:

• RG;

RG;

Reconheco a(s) firma(s) des Reconheco a(s) firma(s) des Resonheco a(s) firma(s) des Res





Eu, Allson Weilt
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
16.278.090 , residente à A-SANCACOUA 90
Bairro Jd. 1124 , CEP 86.091-010 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
Condains 11 21 de 10 de 2013.
(local e data)

Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

CÉDULA DE IDENTIDADE NACIONALIDADE SPASHERA	16.278.040 07/Ago/1981
ADILSON VIEIRA	SÉRIE.
Helio Vieira	B - 23
Anita Pissala Vieira São Paulo-SP 27/Set./1963	S. I.
ASSIATA OF POLICES Let 18 228 de 18 07/2901 AU	NT NOTARIAL SALINET TO UTICAÇÃO OU TREBATO DO LO SALINET DA LA CAMBILLA DE LA CAMBILLA DEL CAMBILLA DE LA CAMBILLA DEL CAMBILLA DE LA CAMBILLA DEL CAMB
	Av. Pund, 159
TABEL LONATO	2 Loures Saltnet Juntor - Hendrie
P EUVI 94 Talentse	ara Salinet Castro Coefus de Held Salinet Jammorindos leid Salinet

New 245 ago

MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL

Eu, Kicardo Velleio
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
4493348-9, residente à R. Maria Vieira Lopos, nº 249
Bairro John Amazona, CEP 86037-390 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
Londring, 31 de outubro de 2013.
(local e data)
FIRMA RECONHECIDA POR PROPERTIES PROPERTIES POR CONTRACTOR POR CON
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:

RG;

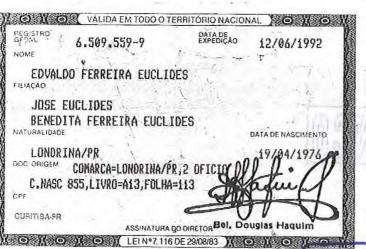




N'FIS: 246 BOOK



Eu, Echoldo ferreiro Cuelidos
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
6.509.559-9, residente à mosamina Reveire de Souje
Bairro lofezal TT , CEP 86045-680 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de l'011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGFAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
4
fondline , 25 de novembre de 2013
(local e data)
Edvaldo J. Euclides
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio
Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos: • RG;

















Eu, Benedita Ferriera Euclides
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador de carteira de identidade nº 5.450.0834, residente à monumere Revuire de Souge
Bairro Loleyol TTT , CEP 86045-680 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGFAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do Serviço.
(local e data) , 25 de merenho de 2013
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio
Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos: • RG;











MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL



Eu, Suely Ferrena de Souza
(nome da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de identidade nº
4.360.700-6, residente à Rug José Paslianni 206 lundos
4.360.700-6, residente à Rua José Pagliarini 106 fundos Bairro Cafegal I, CEP 86049-040 na cidade de Londrina
Estado do Paraná pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº
1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total
apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.
dendina, 16 de novembro de 2013. (local e data)
Suely Ferrèra de Souse
Assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio
Atenção: Anexar uma cópia autenticada de um dos seguintes documentos:

· RG;











Munistario das Comunicações

Sociana de Serviços de Comunicação Estrânto do

Ministria das Remunicaçases situada ma Explanada

de ministeries, Blue A. Omero B. Sala 300

cepe 70044 - 900

Brandin - D.F

· Cramina: Cirisio de Habilitagas

-Conserve no 53000.073167 2013-16





SB 046 805 438 BR

Rastreamento
O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Entregue 16/12/2013 09:15 BRASILIA / DF

16/12/2013 09:15 BRASILIA / DF	Entregue		*	
16/12/2013 07:21 BRASILIA / DF	Salu para a Entrega	7		
14/12/2013 09:35 BRASILIA / DF	Empresa sem expediente Entreg	a no próximo dia útil		
14/12/2013 09:03 BRASILIA / DF	Salu para a Entrega			
13/12/2013 16:08 LONDRINA / PR	Encaminhado de Unidade de Tra BRASILIA / DF	tamento em LONDRINA /	PR para Unidade de D	Distribuição em
13/12/2013 11:48 LONDRINA / PR	Postado			

Ministério das Comunicações



Secretaria de Serviço de Radiodifusão Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão

ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.072167/2013 Localidade / UF: LONDRINA/PR

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA INTEGRAL

Aviso: 67 Publicação: 15/10/2013 Prazo: 60 Canal: 0

	TV-	•	Processo	4-1-14
1. A Entidade é uma:	-1			Associação

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

PROCESSO INSTRUÍDO COM OS SEGUINTES DOCUMENTOS:

- 1 CNPJ: 06
- 2 Estatuto Social registrado: 08-14
- 3 Ata de eleição registrada: 15, 17
- 4 Ata de Constituição:15
- 5 Manifestações de Apoio: 33-102, (...)
- 6 Anexo 03: 28
- 7 Declaração de fiel cumprimento: 29
- 8 Comprovação de maioridade e nacionalidade: 20, 22, 26
- 9 Indicação estatutária do endereço completo da sede da entidade: art. 1º
- 10 Indicação estatutária da finalidade de executar o Serviço de RadCom: art. 2º

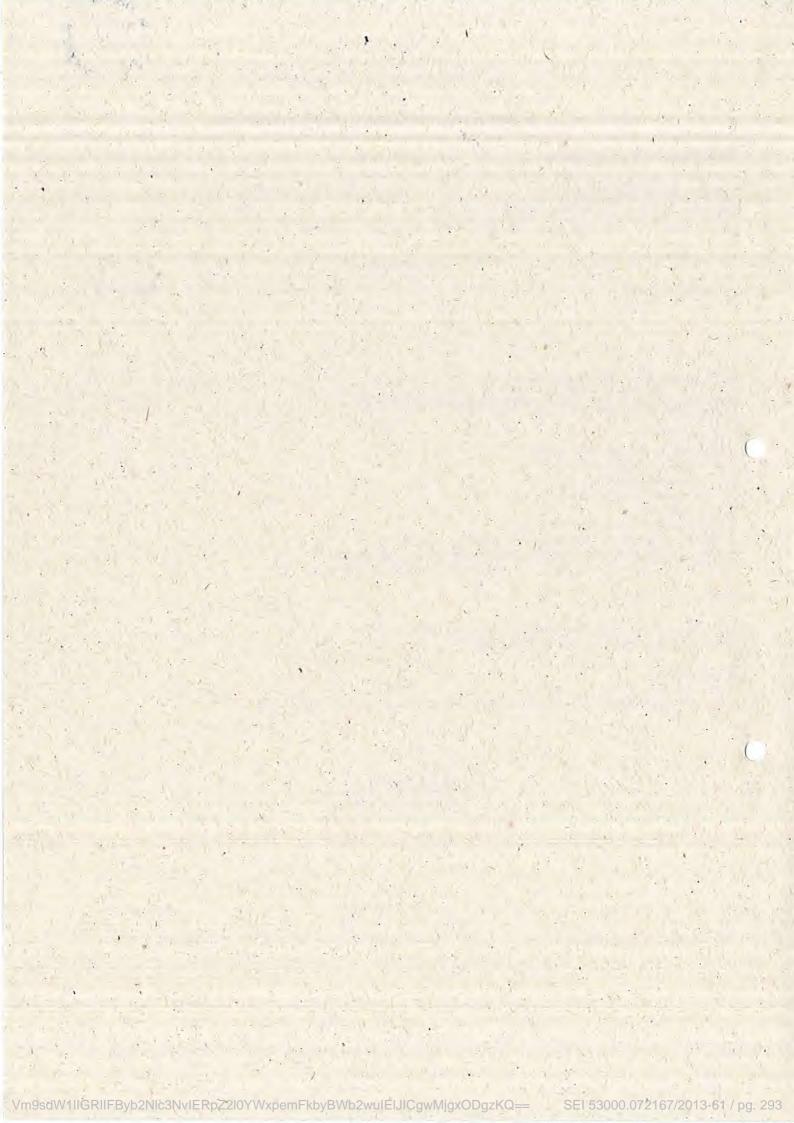
CONSTATAÇÕES:

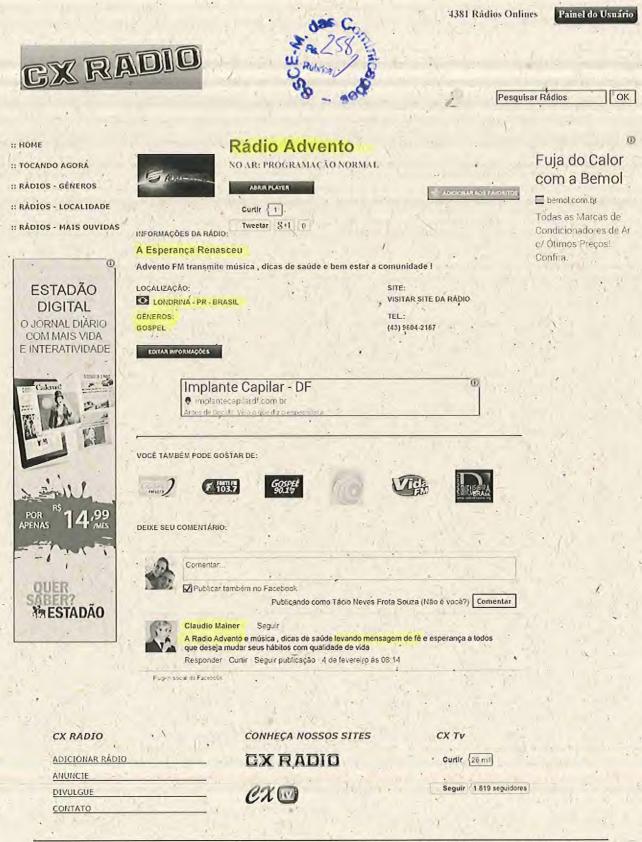
- a. Os documentos foram encaminhados tempestivamente (f. 256).
- b. Notou-se a existência de vinculação religiosa.

CONCLUSÃO:

Elaborada NT 1260/2014 indeferindo a solicitação de outorga do Serviço de RadCom.

Tácio Neves Frota Souza





@ 2009 - 2014 CX Radio | Todos os Direitos Reservados



POLÍTICA



PROMOÇÕES

CLASSIFICADOS





NOTICIA

POLICIA

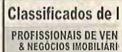
HOME





Compartithe |

CELEBRIDADES



Buscar. O que deseja encontar?

CAPITAL

OK

EVENTOS

» Rádio Advento faz reformas e instalação de nova mesa de áudio

Postado por, em 21-03-2013 Deixe um Comentário

do Advento Londrina

"É com muita fé em Deus e paciência que continuamos crendo que a mão do Senhor tem nos guiado até aqui" - disse Cláudio Mainer, diretor do Ministério A Voz do Advento que gerencia a rádio, referindose aos pequenos avanços que a Rádio Advento tem alcançado.

A emissora está passando por reformas no estudio e a mais recente instalação foi da mesa de áudio do estúdio do ar.

"Precisamos de boa qualidade para que nossos ouvintes ao acompanharem a nossa programação se sintam respeitados, não só pelo som, mas pelo conteúdo que estamos preparando para a nossa grade de programação" - reveta o diretor, que também afirma ser muito difíciol e desafiador levar um trabalho com a proposta que a Adyento tem, contando com mão de obra voluntária.

"Mas Deus vai enviar pessoas certas, como tem enviado até aqui" - acredita, revelando que para manter uma equipe de loculores e profissionais que se dedicam ao trabalho, há um custo considerável,

O diretor afirma que até agora tudo tem ocorrido de maneira lenta, porém progressiva, de acordo com as possibilidades que o Ministério tem. "Não temos ainda grandes doadores, mas é importante também um número maior de pessoas colaborando com pouco. Ninguém precisa abrir mão do que tem; nem vender seus bens para sustentar esse ministério; nem tirar o pão da boca dos filhos para doar a esse ministério, mas cada pessoa é livre para fazer aquilo que sabe que pode".

Para facilitar as doações, a contribuição pode ser feita no próprio site, na seção "Doações". "É só clicar na parte superior do site na ferramenta Doações" que o interessado será direcionado para o sistema PagSeguro ou Paypal, onde poderá fazer a doação no valor que desejar" - explica.

» PARCEIROS





VEJA TODOS

» Comente com Facebook

	100		*				
Comentar.		24	1 - 4			1	
Publicar também no Face	ebook	Publica	ando como Tác	io Neves Frola	Souza (Nà	n é vocésí	Com

» Comentários

Postagem em questão: "Rádio Advento faz reformas e instalação de nova mesa de áudio "

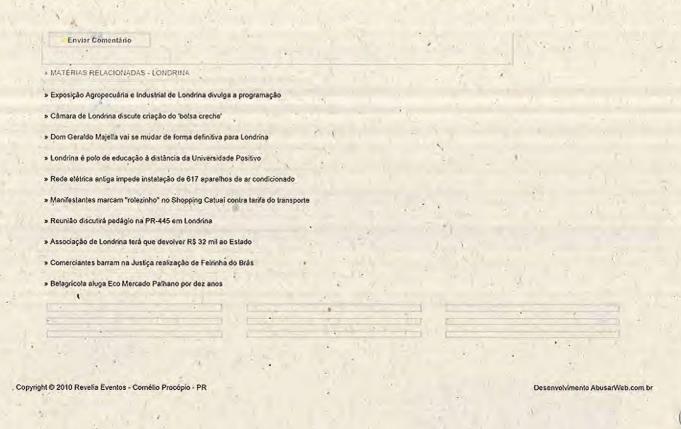
Ainda não temos comentários nesta matéria, seja você o primeiro!!

Enviar Comentário

Name (obrigatório)

E-Mail (não será publicado) (obrigatorio)

Cidade (obrigatorio)











Deputado Artagão Júnior recebe membros da Igreja Adventista do 7º Dia de Londrina

Membros da Igreja Adventista do 7º Dia de Londrina visitaram o deputado Artagão Júnior nesta terça-feira (4). Estiveram no gabinete o pastor jubilado da Central de Londrina Anastássios Papazoglou, os membros Elias Teixeira, Sérgio Luiz Madruga e Clodoaldo Alexandre, além do membro da Igreja do Cafezal, Claudio Mainer. Na oportunidade, apresentaram ao deputado, que é ancião da Igreja da Vista Alegre, em Curitiba, o Advento Post, órgão informativo do Ministério "A Voz do Advento e Rádio Advento Londrina", do qual Claudio Mainer é o diretor executivo, Elias Teixeira o jornalista responsável e Clodoaldo Alexandre um dos colaboradores.

Fotos

Voltar para o indice de noticias.

Noticias

Informativos

Projetos

Pronunciamentos

O Deputado Religião

Atividades Comissões Fotos Noticias

Multimidia | Ao Vivo

Espaço Cidadão | Cadastro | Envie seu projeto

Fale com o deputado

"O Senhor é quem te guardar o Sénhor é a fua sombra à tua direita De dia não te moléstará o sot, nêm de note, a lua. Salmo 121:6 e 7

Copyright 2009-2010 - Todos os Direitos Reservados Proitida cópia total ou parcial sem previa autorização

Tweetar 1 8+1



Participar do Google+

Compartilhe o conteúdo certo com as pessoas certas.



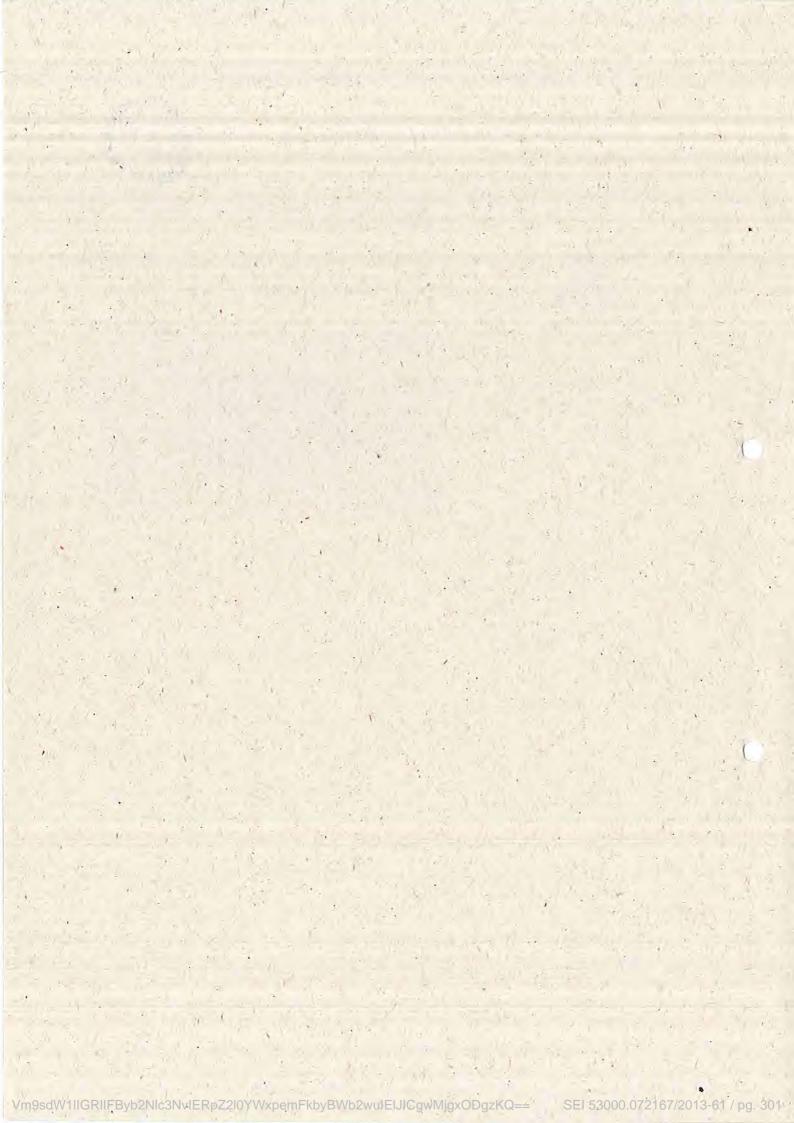


RadioAdvento Londrina

2 pessoas o tém nos círculos

Wiclenson.





Londrina | Paraná | 21 de março de 2014

BR EN ES





OÚÇA AGORA AO VIVO!

PROGRAMAÇÃO EVENTOS NOTÍCIAS DOAÇÕES PARCEIROS

FALE CONOSCO

Voltar

Programação Rádio Advento

BOM DIA ALEGRIA

SEGUNDA A SEXTA 08H / 10H



Um programa de variedades no começo do dia. Traz resumo dos principais fatos do noticiário nacional e local. Oração,

ALMOÇO COM MÚSICA

SEGUNDA A SEXTA 12H / 13H



Locutor: MUSICAL

Os clássicos marcantes dá música erudita e contemporânea. Momento de paz e conforto para a sua hora sagrada. Música e reflexão.

PROGRAMA TEMPO DE ESPERANÇA

AOS SÁBADOS 14H / 16H



Locutor: NARA CORDEIRO

Entrevista, debates, participação, musical e participação dos ouvintes

LIÇÕES DE VIDA

SEXTA ,20H / 21H



Locutor: CLÁUDIO MAINER E CONVIDADOS

Debate sobre temas biblicos, abordando detalhadamente o resumo do estudo diário de vários assuntos referentes à conduta cristă, fé, salvação é graçã,

Development

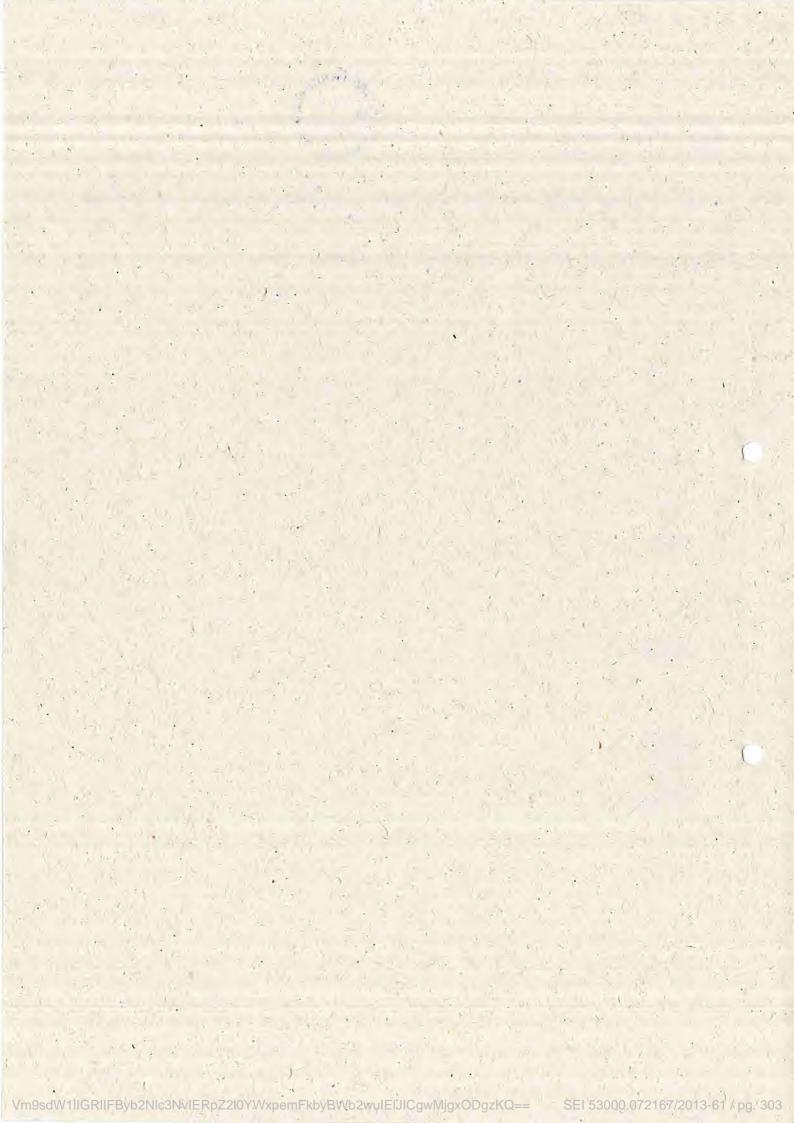
MS

Rádio Advento / A Esperança Renasceu

Todos os Direitos Reservados::

Bua José Nogueira Ffanco, 600 - Po, Residencial Alcahtara CEP. 86047-420







OUÇA AGORA AO VIVO!

A RÁDIO PROGRAMAÇÃO EVENTOS NOTÍCIAS DOAÇÕES PARCEIROS FALE CONOSCO

Votar

A Rádio

Nossa História

erpansão do evangelho com três propostas fundamentais, formando os pilares de sustentação de toda a mensagem que transmite.

- Despertar nas pessoas o sentimento da graça salvadora de Cristo por seu amor e
- Anunciar a volta de Jesus como o grande climax da história da humanidade, que destrurá o mal para sempré garantindo ao ser humano arrepend do de seus pecados e praticante das obras da fé, la possibilidade de viver eternamente.
- Motivar espiritualmente orientando aos ouvintes sobre a importância da pracão. estudo da Biblia e comunhão com Jesus, servindo de apolo lem sua trajetoria Cristã
- Fomentar a un dade da fé em Cristo, com base em seus ensinamentos bam descritos

Evolução

O Fundador

Cláudio Mainer é radialista e editor de livros. Teve grande parte de sua carreira em emissoras de rádio no Estado de São Paulo dos anos 1960 a fins dos anos 1980.

Abandonou a carre ra em seu auge em meio a artistas renomados da televisão, produtore: de cinema, quando rejeitou convites para atúar em filmes. O motivo do abandono de sua promissora carreira foi a acetação do evange no por meio do rádio.

Foi no programa A VOZ DA PROFECIA, apresentado na emissora onde trabalhava que teve contato com seu apresentador, Pr. Roberto Pabello de quem recebeu uma Bíblia e aceitou o convite para um estudo bíblico.

A partir dal começou a refletir sobre sua vida, abandonando o uso de drogas e outros

A Radio Advento, sob sua liderança, tem por objetivo servir também de auxilio a pessoas que precisam ouvir do evangelho que transforma vidas com o mesmo amor que um dia o alcançou.

Tecnologia

A. Rádio Advento é reconhecida pela seriedade de seus serviços como emissora de rádio cristà e pela constante renovação de sua programação, apresentando sempre novidades ao

OEquipe



Anastassios Papazoglou Ver Mais



Alexandre Teixeira



Nara Cordeiro Locutora Apresentadora · Ver Mais



Clodoaldo Alexandre Relações Públicas Ver Mais



Claudio Mainer

Radialista desde 1968. Atuou em emissoras da Rede Piratiringa no Estado de São Paulo, Rádio Dirceu de Maril a e Novo Horizonte. Apresenta os programas Lições de Vida. Discografia e Oração de entrega na Rádio Advento

Entre em contato com o(a) Claudio contato@adventolandrina.com.br



Elias Teixeira



Rubens Fagundes + Ver Mais

DE

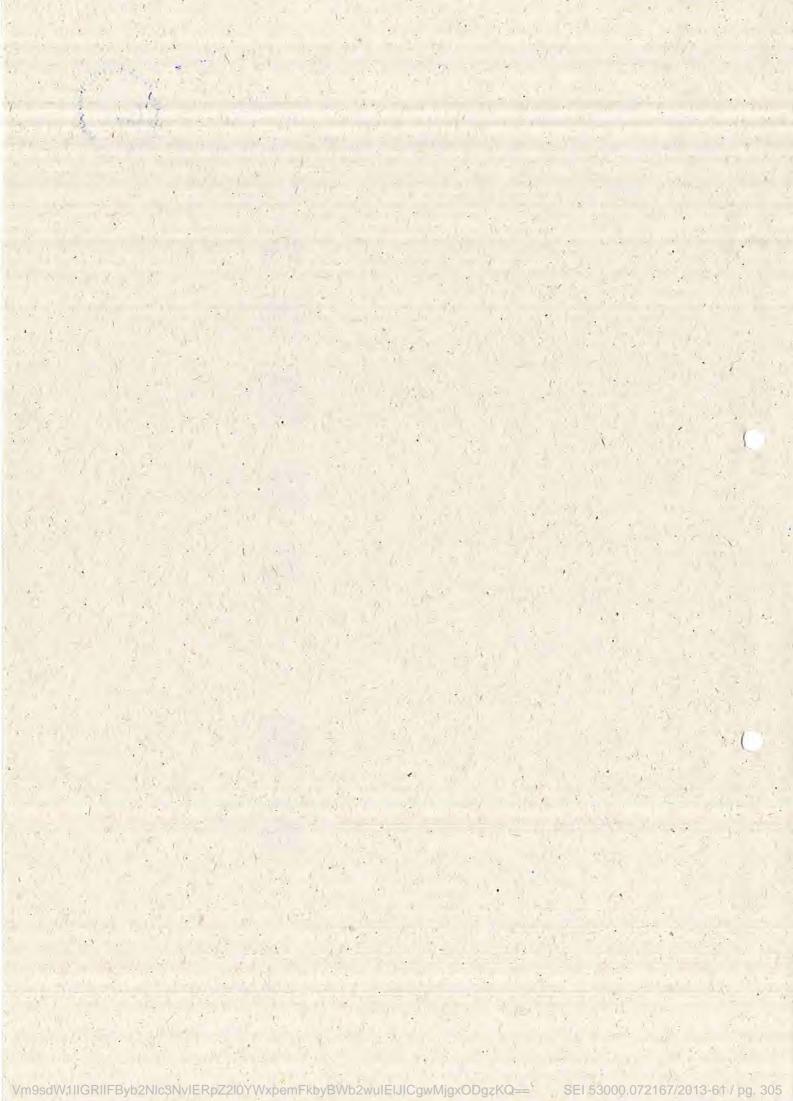
Rádio Advento / A Esperança Renasceu

Fudor de Director Reservados.

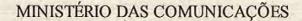
Fudicas logas a Prancio SOV Pig Revolt de Activa (CSP 1864/1420)

(Activos las area Telecine 47 1867 (200) (540) (540) (940)001-05











TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: 53000.072167/2013-61

- 1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
- 2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 26 de agosto de 2014



Documento assinado eletronicamente por Diego Armando Araujo Guimaraes, Técnico de Nível Superior, em 26/08/2014, às 18:19, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0104308 e o código CRC 3E3DC1BC.





TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

- 1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
- 2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
- 3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 11 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Alexandre Bezerra da Silva, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 11/12/2014, às 10:01, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **0281885** e o código CRC **A5B055C5**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 8618/2014/SEI-MC

Processo nº: 53000.072167/2013-61

Assunto: Indeferimento do pedido de outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

ANÁLISE

1.	Tra	ata-s	e de requ	ıerir	nento da Assoc	ciação Comuni	itári	a Integral p	ara
autorização de	execução	do	Serviço	de	Radiodifusão	Comunitária	na	localidade	de
Londrina/PR.									

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de indeferimento pelo(s) seguinte(s) fato(s) e fundamento(s):

O não atendimento, na fase de habilitação, de qualquer dispositivo listado abaixo, caracteriza hipótese de **indeferimento sumário**. Dispositivo Descrição Análise Existem indícios de que a requerente mantém Lei nº Artigo 11 vínculos que a subordinam ou a sujeitam à 9.612/98 gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos relações religiosas, em infringência ao disposto no art. 11 da Lei 9612/98, vez que: - o Sr. Cláudio Mainer, Diretor da Rádio Advento que funciona por meio da internet no sítio: Vínculos de subordinação. www.adventolondrina.com.br e que tem como Norma no Subitem 8.1.3 objetivo servir pessoas que precisam ouvir o 1/2011 evangelho, é também Presidente da entidade requerente. Além disso, o nome fantasia o qual a entidade requerente escolheu (Rádio Advento Londrina FM) é semelhante ao nome da web rádio "Rádio Advento".

3. Diante do exposto, e tendo em vista que não foram cumpridos os requisitos necessários, conforme descrito no **item 2** desta Nota Técnica, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **indeferimento** do pedido de outorga da entidade.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Armando Araujo Guimaraes**, **Técnico de Nível Superior**, em 26/08/2014, às 17:48, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 27/08/2014, às 11:29, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **0104314** e o código CRC **2B339727**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar CEP: 70044-900 / Brasília-DF Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 9078/2014/SEI-MC

Brasília, 26 de agosto de 2014

Ao Senhor CLÁUDIO MAINER Representante Legal da Associação Comunitária Integral Rua José Nogueira Franco 600, Parque Residencial Alcântara 86.047-420 / Londrina – PR

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.072167/2013-61.

Senhor Representante Legal,

- 1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **NOTA TÉCNICA Nº 8618/2014/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata do indeferimento do pedido de outorga.
- 2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que a entidade apresente recurso à autoridade que proferiu a decisão. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, ou caso as respostas não sejam satisfatórias, o processo será **arquivado** e qualquer solicitação encaminhada será considerada intempestiva.

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/09/2014, às 14:36, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **0105370** e o código CRC **63E47871**.

DESPACHO

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO,

no uso de suas atribuições e nos termos da Portaria de Delegação nº 166, de 18 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 8618/2014/SEI-MC, constante do processo nº 53000.072167/2013-61, de sorte a indeferir o pedido da Associação Comunitária Integral para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Londrina / PR, tendo em vista que não foram cumpridos os requisitos necessários para instrução processual.

Atenciosamente,



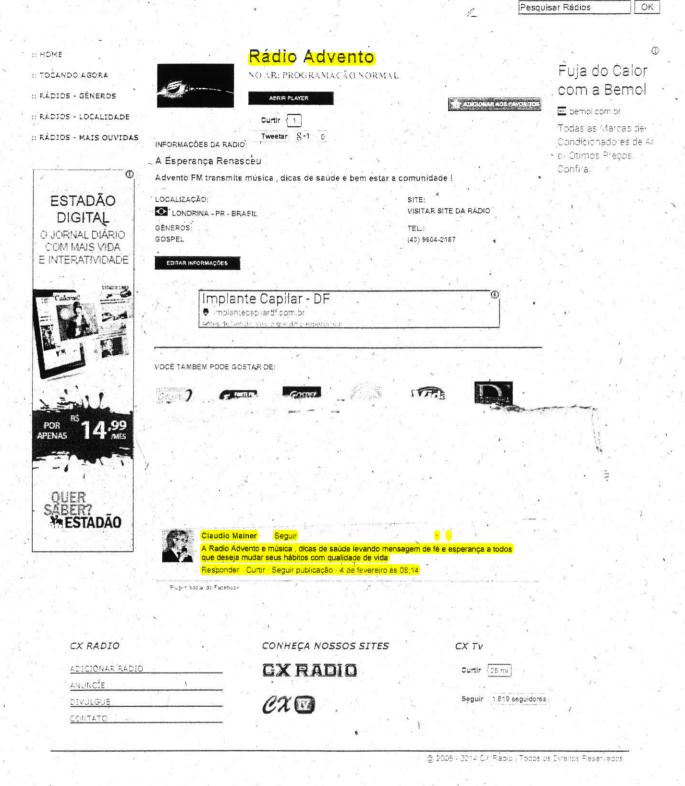
Documento assinado eletronicamente por **Joao Paulo Saraiva de Andrade**, **Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 29/08/2014, às 14:22, conforme art. 3°, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 66711627932385363477040182920005957429



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **0105431** e o código CRC **457D0D8C**.





HOME

NOTICIA

POLICIA

GAPITAL

POLÍTICA

CLASSIFICADOS (, PROMOÇÕES

CELEBRIDADES

EVENTOS

FALE CONOSCO







Classificados de I PROFISSIONAIS DE VEN & NEGOCIOS IMOBILIARI

Buscar; O que deseja encontar?

» Rádio Advento faz reformas e instalação de nova mesa de áudio

Postade por em 21-03-2013 Deixe um Comentário

Compartilhe I



"É com muita fé em Deus e paciência que continuamos crendo que a mão do Senhor tem nos guiado até aqui" - disse Cláudio Mainer diretor do Ministério A Voz do Advento que gerencia a rádio, referindose aos pequenos avanços que a Rádio Advento tem alcançado

A emissora está passando por reformas no estudio e a mais recente instalação foi da mesa de áudio do estúdio do ar-

"Precisamos de boa qualidade para que nossos ouvintes ao acompanharem a nossa programação se sintam respeitados, não só pelo som, mas pelo conteúdo que estamos preparando para a nossa grade de programação" - revela o diretor, que também afirma ser muito difícil e desafiador levar um trabalho com a proposta que a Advento tem, contando com mão de obra voluntária.

"Mas Deus vai enviar pessoas certas, como tem enviado até aqui" - acredita, revelando que para manter uma equipe de locutores e profissionais que se dedicam ao trabalho, há um custo considerável,

O diretor afirma que até agora tudo tem ocorrido de maneira lenta, porém progressiva, de acordo com as possibilidades que o Ministério tem. "Não temos ainda grandes doadores, mas é importante também um número maior de pessoas colaborando com pouco. Ninguém precisa abrir mão do que tem; nem vender seus bens para sustentar esse ministério; nem tirar o pão da boca dos filhos para doar a esse ministério, mas cada pessoa é livre para fazer aquilo que sabe que pode".

Para facilitar as doações, a contribuição pode ser feita no próprio site, na seção "Doações". "É só clicar na parte superior do site na ferramenta Doações" que o interessado será direcionado para o sistema PagSeguro ou Paypal, onde poderá fazer a doação no valor que desejar" - explica.

» PARCEIROS



Av. Rio de Janeiro nº 658





VEJA TODOS

» Comentários

Postagem em questão: "Rádio Advento faz reformas e instalação de nova mesa de áudio

Ainda não temos comentários nesta matéria, seja você o primeiro!!

Enviar Comentário

Name (obrigatório) E-Mail (não será publicado) (obrigatorio) Cidade (oprigatorio)



OUÇA AGORA
AO VIVO!

A RÁDIO PROGRAMAÇÃO EVENTOS NOTÍCIAS DOAÇÕES PARCEIROS FALE CONOSCO

Voitar

A Rádio

Nossa História

O Ministério A Voz do Advento nasceu há mais de 20 anos diante de uma necessidade d expansão do evangelho com três propostas fundamentais, formando os pillares de) sustentação de toda a mensagem que transmite:

- Despertar nas pessoas o sentimento da graça salvadora de Cristo por seu amor e misericórdia.
- Anunciar a volta de Jesus como o grande climax da história da humanidade, que destrulrá o mai para sempre garantindo ao ser humano arrependido de Seus pecados e praticante das obras da fé, a possibilidade de viver eternamente.
- Motivar espiritualmente orientando aos ouvintes sobre a importância da oração, estudo da Biblia e comunhão com Jesus, servindo de apoio "em sua trajetória Cristã
- Fomentar a unidade da fé em Cristo, com base em seus ensínamentos bem descritos em seu evangelho.

Evolução

O Fundador

Cláudio Mainer é radialista e editor de livros. Teve grande parte de sua carreira em emissoras de rádio no Estado de São Paulo dos anos 1960 a fins dos anos 1980.

Abandonou a carreira em seu auge em meio a artistas renomados da televisão, produtores de cinema, quando rejeitou convites para atuar em filmes. O motivo do abandono de sua promissora carreira foi a aceitação do evangelho por meio do rádio.

Foi no programa A VOZ DA PROFECIA, apresentado na emissora onde trabalhava que teve contato com seu apresentador, Pr. Roberto Rabello de quem recebeu uma Bíblia e aceitou o convite para um estudo bíblico.

A partir daí começou a refletir sobre sua vida, abandonando o uso de drogas e outros

A Rádio Advento, sob sua liderança, tem por objetivo servir também de auxilio a pessoas que precisam puvir do evangelho que transforma vidas com o mesmo amor que um dia o alcançou.

Tecnologia

A Rádio Advento é reconhecida pela seriedade de seus serviços como emissora de rádio cristã e pela constante renovação de sua programação, apresentando sempre novidades ao ouvinte.

OEquipe



Anastassios
Papazoglou
Tesoureiro e conselheiro
+ Ver Mais



Alexandre Teixeira Voz Padrão + Ver Mais



Nara Cordeiro Locutora Apresentadora + Ver Mais



Clodoaldo Alexandre Relações Públicas



Claudio Mainer
Diretor
Ocultar

Radialista desde 1968. Atuou em emissoras da Rede Piratininga no Estado de São Paulo, Râdio Dirceu de Marilia e Novo Horizonte. Apresenta os programas Lições de Vida, Discografia e Oração de entrega na Radio Advento

Entre em contato com o(a) Claudio Mainer: contato@adventolondrina.com.br



Elias Teixeira Locutor Apresentador + Ver Mais



Rubens Fagundes Debatedor e comentarista + Ver Mais



·Rádio Advento / A Esperança Renasceu

Fuelote displets Franci (O) Fig. Residente widentes CEP 36047-3. Lightfrey, Francia Triefune 43-307-3300 (OMP 15.4) 3 154/307-09



Londrina | Paraná | 21 de março de 2014

BR EN ES



OUÇA AGORA
AO VIVO!

A RÁDIO PROGRAMAÇÃO EVENTOS NOTÍCIAS DOAÇÕES PARCEIROS FALE CONOSCO

Voltar

Programação Rádio Advento

BOM DIA ALEGRIA

SEGUNDA A SEXTA 08H / 10H



Locutor: ELIAS TEIXEIRA

Um programa de variedades no começo do dia. Traz resumo dos principais fatos do noticiário nacional e local. Oração, reflexão, fé, otimismo.

ALMOÇO COM MÚSICA

SEGUNDA A SEXTA 12H / 13H



Locutor: MUSICAL

Os clássicos marcantes da música erudita e contemporânea. Momento de paz e conforto para a sua hora sagrada. Música e reflexão.

PROGRAMA TEMPO DE ESPERANÇA

AOS SÁBADOS 14H / 16



Locutor: NARA CORDEIRO

Entrevista, debates, participação, musical e participação dos ouvintes.

LIÇÕES DE VIDA SEXTA 20H / 21H



Locutor: CLÁUDIO MAINER E CONVIDADOS

Debate sobre temas bíblicos, abordando detalhadamente o resumo do estudo diário de vários assuntos referentes à conduta cristã, fé, salvação e graça.



Rádio Advento / A Esperança Renasceu

Todos os Direitos Reservados: Rua josé Nogueira Franco 600 - Pg. Residencial Alcántara CEP: 36047-420

Rua José Nogueira Franco. 500 - Pg. Residencial Alcántara CEP: 86047-420 Londrina - Paraná / Telefone: 43 3037-3300 / CNPJ 15.423.194/0001-05



Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviço de Radiodifusão Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão

ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.072167/2013 Localidade / UF: LONDRINA/PR

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA INTEGRAL

Aviso: 67 Publicação: 15/10/2013 Prazo: 60 Canal: 0

	Processo	
1. A Entidade é uma:		Associação

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Análise: Indeferido.

Mapa RadCom:

- 1 CNPJ: 06
- 2 Estatuto Social registrado: 08-14
- 3 Ata de eleição registrada: 17 4 - Ata de Constituição:15 e 16
- 5 Manifestações de Apoio: 33 a 253
- 6 Anexo 03: 28
- 7 Declaração de fiel cumprimento: 29
- 8 Comprovação de maioridade e nacionalidade: 20, 22, 26

Vínculo religioso por parte do Presidente da entidade.

É o relatório.

______ Diego Armando Araujo Guimaraes

	SCE/CGRC	<u> </u>	0/0011	
NOME OU RAZÃO SOCIAI		2014/SEI-MC, de 26/	8/2014.	
1.1 1.1 1.1		53000.072167/13		
ENDEREÇO / ADRES	Associação Comunitár Rua José Nogueira Fra 86.047-420	ria Integral Inco 600, Parque Residencia Londrina – PR	l Alcântara	
CEP / CODE POSTAL	CIDADE I L'OCALITÉ	en e	UF PAIS / PAY	'S
				3 - 1 1 1 1 1
JECLARAÇÃO DE CONTEÚDO	O (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DI	ISCRIMINACION		NIO / NATURE DE L'ENVOI RIA / PRIORITAIRE
			SEGURAL	OO I VALEUR DÉCLARÉ
	R I SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RE	CEBIMENTO	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO
ASSINATURA DO RECEBEDOR ANDREA PRO	uls Teixeirce	17/2	174	OUREAU DE DESTINATION
Andrea P. Re	Nos Teixelve Or/nom tisible du récepte	17/2	7/14	

AVISO DE RECEBIMENTO AR RECEBIMENTO AVIS CNOZ DATA DE POSTAGEM I DATE DE DEPOT	JG 08826943 5 BR
UNIDADE DE POSTAGEM I BUREAU DE DÉPÔT	TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON A A A A A A A A A
Departamento de Outo Esplanada dos Ministér Ed. Anexo Ala Oeste sa	de Comunicações Eletrônica rga de Serviços rios, Bloco R,

53900023959/2014.40

ILMO SR. COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES – BRASÍLIA – DF.

Ofício n°. 9078/2014/SEI - MC Nota técnica n°. 8618/2014/SEI - MC Processo n°. 53000.072167/2013-61

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, Inscrita no CNPJ sob o nº 15.423.194/0001-05, com sede Av. Duque de Caxias, 3010, Sala 213, Jardim Londrilar, CEP 86010-190 na cidade de Londrina, Estado Paraná, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar

RECURSO

no intuito de contestar ato de indeferimento, referente ao ofício acima descrito, requerendo que sejam acatadas as razões apresentadas pelo presente termo. Não sendo este o entendimento, requer seja remetido à autoridade imediatamente superior para que assim decida. Na hipótese da negativa do pedido, requer ainda parecer fundamentado da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações.

Londrina (PR), 16 de outubro de 2014.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL

CNPJ nº 15.423.194/0001-05 Representante Legal

an 21/10/14 is 15/00 horss
Assiration Conceies

RECORRENTE

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL

PROCESSO

53000.072167/2013-61

LOCALIDADE

LONDRINA/PR

Ao Excelentíssimo Ministro de Estado das Comunicações,

DOS FATOS

A Associação Comunitária Integral recebeu o ofício n°9.078/2014/SEI-MC, que dispõe dos motivos do indeferimento do pedido de outorga para a execução do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Londrina, Estado do Paraná, pelos seguintes fatos e fundamentos:

O não atendimento na fase de habilitação, de qualquer dispositivo listado abaixo, caracteriza hipótese de							
indeferimen	indeferimento sumário.						
	Dispositivo Descrição		Análise				
Lei n° 9.612/98	Artigo 11	Vínculos de subordinação	Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam á gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou á orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações religiosos, em infringência ao disposto no art. 11 da lei 9.612/98, vez que: - o Sr. Cláudio Mainer, Diretor da Rádio Advento que funciona por meio da internet no				
Norma nº 1/2011	Subitem 8.1.3		sítio: www.adventolondrina.com.br e que tem como objetivo servir pessoas que precisam ouvir o evangelho, é também Presidente da entidade requerente. Além disso, o nome Fantasia o qual a entidade requerente escolheu (Rádio Advento Londrina FM) é semelhante ao nome da web rádio "Rádio Advento".				

O que aduz o ofício acima descrito é a existência de supostos indícios de que a Requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam á gerência, á administração, ao domínio, ao comando ou á orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações religiosas, em infringência ao disposto no art. 11 da lei 9.612/98.

O Suposto vínculo apontado diz respeito ao Presidente da Entidade, Sr. Cláudio Mainer, ter como hobby a transmissão de áudio pela internet, através de um sítio eletrônico, criado por ele próprio, mas que nada tem a ver com a Entidade participante do Pleito.

O fator que pode ter indicado um possível vínculo é a similaridade da denominação fantasia sugerida para a futura rádio comunitária com o nome do sítio eletrônico, porém em nada um se refere ao outro.

Andou mal, *permissa vênia*, a r.Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária ao utilizar esta mera semelhança como fundamento para indeferir o pedido da entidade e é o que se pretende demonstrar.

Eis a síntese dos fatos.

- DAS RAZÕES -

A ENTIDADE

A Associação Comunitária Integral é uma entidade sem fins lucrativos que trabalha em prol da comunidade onde está instalada no Município de Londrina e busca executar as finalidades institucionais dispostas em seu Estatuto Social.

Tem como finalidade precípua a integração com a comunidade nas ações em prol da cultura, educação, comunicação, utilidade pública, entre outros.

Engajada com ações comunitárias promoveu campanhas para obter doações de brinquedos que foram distribuídas às crianças dos Bairros Cafezal, Jamile Dequech, União da Vitória e Bairro Nova Esperança (Anexo 1).

Além dos brinquedos doados àquelas comunidades, foram doados também alimentos que serviram para aplacar a fome de várias famílias necessitadas.

Bastante atuante junto a comunidade, promoveu confraternização com o objetivo de mobilizar a as famílias da região para sua profissionalização com a criação de cursos de arte culinária, conscientização dos malefícios do vício do fumo, trabalhos artesanais e que teve a participação de vários voluntários como médicos, enfermeiros, psicólogos, entre outros. (Anexo 2)

Dentre tantas parcerias que a Entidade tem firmado com outras Associações, uma delas foi a campanha do último natal, em conjunto com a Associação do Bairro Nova Esperança e com a comunidade evangélica, para a doação de cestas natalinas que foram distribuídas às famílias carentes daquela região. (Anexo 3)

Outra parceria muito importante e gratificante tem sido com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina (APAE), em que, a Entidade, além de interagir com os alunos ali matriculados, auxilia no suporte a campanhas, coordenação de ventos, edição de áudios, vídeos e textos. (Anexo 4)

As APAEs tem como principal missão, prestar serviços de assistência social no que se diz respeito a melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência, conscientizando cada vez mais a sociedade. Promovendo e articulando ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representando este movimento perante os

organismos nacionais e internacionais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados por estas Entidades, na perspectiva da inclusão social de seus usuários.

Por ser movida por fins de interesse geral e por prestar serviços de maneira desinteressada, <u>a Entidade foi declarada de utilidade pública</u> pelo projeto de lei 231/2014 da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Londrina e sancionado pelo Exmo. Prefeito Municipal. (Anexo 5)

Este é o reconhecimento não só da comunidade, mas também das autoridades do Município de que a Associação presta um trabalho relevante e de maneira altruísta.

WEB RÁDIO

Antes de qualquer coisa, cabe deixar claro que <u>a Associação Comunitária</u>

<u>Integral, nada tem a ver com a web rádio</u> transmitida pelo sítio eletrônico no endereço <u>www.adventolondrina.com.br</u>.

A Associação é uma entidade que trabalha em prol da comunidade de Londrina, enquanto que <u>a web rádio é apenas um hobby do Presidente</u> desta mesma entidade e de alguns amigos que nem fazem parte da mesma.

A web rádio é mais que um hobby, é uma maneira altruísta de contribuir para a comunidade de forma espiritual e levar conforto àqueles que buscam um alento.

Esta dedicação ao próximo é um objetivo pessoal antes de qualquer outra coisa e nada influencia na direção da Associação Comunitária Integral.

Assim como em redes sociais as pessoas demonstram seus anseios e aspirações, através da publicação de fotos, textos, vídeos e outros, <u>o sítio da web rádio vem demonstrar tal liberdade de expressão</u>.

Além do mais, não é possível se dizer que a web rádio é um meio formador de opinião, pois a sua quantidade de visitas é ínfima.

Dizer que a Associação Comunitária Integral tem vínculo religioso pelo simples motivo de que um de seus membros, que é jornalista, e que também escreve sobre o assunto é ledo engano. *Data vênia*, é como dizer que um juiz penal é bandido, pois ele escreve sobre crimes.

Observe ainda, o sítio eletrônico, não faz qualquer apologia a uma religião específica, enaltece inclusive a laicidade defendida pela Constituição Federal e pela legislação de RADCOM. Deste ponto, tecer suposições e previsões que a entidade terá vínculo religioso é no mínimo leviano.

1

Quanto à escolha de uma denominação fantasia, isto muitas vezes é feito de forma provisória, seguindo sugestões que são aprovadas em conjunto, porém, por não ser algo definitivo e a legislação permitir a mudança, não foi dada, talvez, a prioridade necessária, devido aos prazos urgentes para a apresentação da documentação, quando do aviso de habilitação. Simplesmente foi acatada a primeira sugestão posta em votação.

Desta sorte, supor que, pela semelhança no nome <u>fantasia</u> sugerido, uma entidade está subordinada a outra é, *data vênia*, um disparate. Claro que, se se discorda com a escolha no nome fantasia, pode-se apresentar as razões que a Entidade terá o prazer de alterar. Inclusive podemos sugerir "Rádio Nova FM", por exemplo.

Se buscássemos os nomes fantasia de rádios comunitárias e verificássemos aquelas que têm homônimos com web rádios, poderíamos dizer que são vinculadas? Com este pensamento, temos certeza que não seria possível nomear as rádios comunitárias com denominação de fantasia. Abrindo inclusive precedente para que pessoas de má-fé, criassem web rádios "falsas" com o intuito exclusivo de prejudicar àquelas que estão em funcionamento ou pretendem obter autorização.

Não pode o Ministério das Comunicações se basear em sítios da internet que atuam na informalidade para prejudicar as entidades que seguem os meios legais para existirem.

Não ficou em nenhum momento demonstrado o vínculo com <u>OUTRA</u> <u>ENTIDADE</u> como determina o texto de lei, até pelo motivo de que a web rádio não é uma entidade, muito menos representa uma.

Não é possível sequer definir se uma "web rádio" é um serviço de rádio, pois se fizermos esta analogia, podemos dizer que sítios eletrônicos como o www.youtube.com são serviços de televisão. A de se frisar que isto é apenas uma tecnologia, não é um serviço que depende de outorga. É tão somente um dito serviço adicional ao serviço de comunicação multimídia, ou seja, outro serviço diverso do de radiodifusão, e se há qualquer restrição para este tipo de conteúdo, deve aquela legislação específica tratar do assunto.

Deve ainda a administração se pautar em critérios objetivos de seleção conforme o determinado na legislação e também no que foi publicado no aviso de habilitação, pois seguir critérios subjetivos foge aos princípios estatuídos.

Permissa vênia, sem se valer de critérios objetivos a administração fere a isonomia do pleito, pois traz muita subjetividade à seleção e pode com isso indeferir a melhor proposta do melhor participante.

DISPOSIÇÕES FINAIS

A Associação Comunitária Integral não mantém qualquer vínculo de subordinação a outra entidade, em especial à "WEB RÁDIO" em comento, até pelo fato da mesma não ser uma Entidade e ser apenas um objeto de expressão a exemplo das redes sociais.

A "WEB RÁDIO" não está vinculada a nenhuma outra entidade, religião, partido político, família ou de qualquer natureza..

O nome fantasia escolhido às pressas, pode ser alterado para qualquer outro, a sugestão da entidade fica sendo "Rádio Nova FM".

- DOS PEDIDOS -

Em face ao exposto e tendo demonstrado a não vinculação e idoneidade moral da Entidade e de seus membros, requer-se que este recurso seja conhecido e provido, bem como também:

- 1) Seja remetido os autos do processo à Consultoria Jurídica para que emita parecer fundamentado;
- 2) A mudança do nome fantasia da entidade para "Rádio Nova FM";
- 3) O seguimento normal do processo e a requisição do projeto técnico a entidade;
- 4) Contudo, não sendo este o vosso entendimento, requer seja remetido à autoridade imediatamente superior para que assim decida.

Londrina (PR), 16 de outubro de 2014.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL

CNPJ nº 15.423.194/0001-05 Representante Legal

ANEXO 1

Comunidade

Um Salvando Um







Uma Esperança que Nunca Morre Claudio Mainer

Associação Integral & Você fazendo a diferença

Amor ao Próximo

Foram entregue mais de 50 cestas, natalinas trazendo alegrias a essas crianças

A associação comunitária Integral em dezembro de 2013 elaborou uma campanha para angariar brinquedos para presentear as crianças do bairro cafezal, Jamile Dequech , união da vitória e bairro Esperança.

Foram doados brinquedos e alimentos que fizeram a alegria das crianças neste natal, e continuamos com o mesmo propósito, nos próximos anos não somente nestes bairros mas com ampliação aos demais pois este tem sido nosso princípio, em ajudar a comunidade.



ANEXO 2

BOLETIM

Almoço de confraternização



COMUNIDADE

A associação comunitária Integral tem como objetivo atender grande parte da população mais carente. Neste almoço de confraternização com mais de sessenta famílias reunidas no bairro união da vitória aonde após o almoço foi colocado em pauta cursos como deixar de fumar, curso de arte culinária, trabalhos manuais, com a participação de apoio de voluntários na área de saúde, médicos, enfermeiros, psicólogo, entre outros...

LONDRINA 19 DE MAIO 2013



Informativo

Dec 31, 2013

COMUNIDADE

Associação Comunitária Integral



A Associação Comunitária Integral tem reafirmado seu propósito, auxiliando os menos favorecidos. Essa tem sido a linha defendida pela direção do ministério. "Precisamos fazer mais pelas pessoas, e o meio de comunicação nos dá essa oportunidade quando o utilizamos de maneira a promover o bem estar social" - revela Cláudio Mainer. "Mesmo sendo um ministério de Apoio e que sobrevive principalmente de doações, o propósito é fazer esse ciclo funcionar, trabalhando uns pelos outros." Mainer revelou - Que foram doadas cerca de 16 cestas de Natal, brinquedos, entre outras utilidades a famílias do Bairro Nova Esperança em Londrina. A equipe do ministério contactou a direção do bairro para saber as reais necessidades das famílias para serem auxiliadas pela campanha da Associação Comunitária.

Entrega de cestas Natalinas no bairro Nova Esperança -Londrina



ANEXO 4



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LONDRINA
Mantenedora da Escola Santa Rita – Educação Infantil, Ensino Fundamental- Anos Iniciais, Educação de Jovens e Adultos-Fase I,na Modalidade Educação Especial
Fundada em 28 de Agosto de 1964
Reconhecida de Utilidade Pública Municipal/Estadual e Federal
Certificado de Registro no CNAS – MEC sob o nº 213919/73 d 02-09-74
CNPJ 75.222.018/0001-37

Sede: Av. Robert Kock,11 - Fone/Fax: 3337-5924 - CEP 86038-350 - Vila Operária- Londrina/PR

Oficio 566 /2014- ADM

Londrina 22 de Setembro de 2014.

Ao S.R.: Vereador Roberto Fu Câmara Municipal de Londrina Londrina - Paraná

Prezado Senhor

Declaro para os devidos fins, que a Associação Comunitária Integral tem prestado apoio gratuito à APAE de Londrina, dando suporte a campanhas, além de divulgação de eventos e disponibilizado sua equipe de trabalho para cobertura de eventos da entidade, por meio de áudio, vídeo e textos.

Na ausência de outro particular para o momento, colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimento necessária.

Atenciosamente

Antonio Valdemir Zago Interventor

75222018/0001-37

APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LONDRINA

9018-**4**40 WWWA-PR

"Construindo uma história de igualdade e de oportunidades para todos"! APAE BRASIL: fazendo inclusão!

ANEXO 5

PROJETO DE LEI Nº 231/2014

SÚMULA: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Integral, com sede e foro neste Município.

A *CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA*, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE

LEI:

Art. lº Fica declarado de utilidade a Associação Comunitária Integral, com sede e foro neste Município.

Parágrafo único. Essa entidade, salvo motivo devidamente justificado, deverá, até o dia trinta de abril de cada ano, apresentar à Secretaria Municipal de Governo relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano precedente.

Art. 2º Cessarão automaticamente os efeitos da declaração de utilidade pública caso essa entidade:

I – deixe de cumprir a exigência contida no parágrafo único do artigo 1º desta lei;

II – altere a finalidade para a qual foi instituída ou negue-se a cumprila: e

 III – modifique seu estatuto ou sua denominação e, dentro de trinta dias contados da averbação no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, não o comunique ao órgão competente do Município.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 30 de setembro de 2014.

ROBERTO FÚ VEREADOR



PROJETO DE LEI Nº 231/2014

JUSTIFICATIVA

A inclusa mensagem tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Integral, com sede e foro neste Município.

Essa instituição, sem fins lucrativos, tem por finalidade beneficiar a comunidade de forma geral dando oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social, prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário, contribuir para o aperfeiçoamento profissional em sua área de atuação, permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível, além de outras atividades afetas às suas finalidades estatutárias, todas bem definidas em seus estatuto social anexo a essa proposição.

Seguem anexos os demais documentos necessários à tramitação e à apreciação da matéria.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos demais nobres Pares.

SALA DAS SESSÕES, 30 de setembro de 2014.

ROBERTO FÚ VEREADOR



Ao MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária Explanada dos Ministérios, "BLOCO R", 3° Andar CEP 70044-900 Brasília/DF







REM Associação Comunitária Integral Rua José Nogueira Franco, 600, Parque Residencial Alcântara. CEP 86047-420 Londrina/PR UmVxdWVyaW1lbnRvIHMvbiAoMDlxMDl5MSk= SEI 53000.072167/2013-61 / pg. 333

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 5815/2015/SEI-MC

Processo nº: 53000.072167/2013-61

Assunto: Acatamento de recurso administrativo.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento da Associação Comunitária Integral, entidade participante do Aviso de Habilitação nº 67, publicado no DOU de 15/10/2013, para reconsideração da decisão exarada no Despacho Interno 0105431, embasado na Nota Técnica nº 8618/2014/SEI-MC.

ANÁLISE

O pedido de outorga da Associação Comunitária Integral foi indeferido pelos seguintes fatos e fundamentos:

O não atendimento, na fase de habilitação, de qualquer dispositivo listado abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento sumário.

	Dispositivo	Descrição	Análise
Lei nº 9.612/98	Artigo 11		A entidade estaria subordinada à orientação religiosa, em vista dos seguintes indícios:
Norma nº 1/2011	Subitem 8.1.3	Vínculos de subordinação.	1) o representante legal da requerente, Sr. Cláudio Mainer, é diretor de uma rádio na internet (web-rádio), denominada Rádio Advento, mesmo nome fantasia que a entidade pretende utilizar, se for autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. A Rádio Advento não estaria apta a prestar o serviço de RadCom por ser voltada à veiculação de conteúdo de cunho religioso na internet.

3. Diante da inconformidade com o indeferimento, a entidade recorreu da decisão, alegando, resumidamente: i) que o Sr. Cláudio Mainer tem como hobby a transmissão de áudio pela internet, através de um sítio eletrônico, criado por ele próprio, mas que isso nada tem a ver com a entidade participante do pleito; e ii) que a escolha de uma denominação fantasia é muitas vezes provisória, e que a semelhança observada no caso não implica o estabelecimento de vínculos entre a web-rádio e a Associação comunitária.

Data de recebimento do Ofício (AR Postal)	Data do envio / entrega da documentação	Tempestividade
17/9/2014	16/10/2014	(X)Sim() Não

- 4. As alegações da requerente merecem as seguintes considerações:
- I. A Lei nº 9.612, de 1998, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária, estabeleceu finalidades e princípios tais como: difundir ideias e elementos de tradição e cultura; fornecer mecanismos à formação e integração da comunidade; estimular o lazer e o convívio social; dar preferência à finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; não discriminar raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social.
- II. Como se percebe, a legislação quis, com a enumeração dessas finalidades, estender os benefícios propiciados pelo Serviço de RadCom a toda a comunidade, de modo a abarcar indivíduos independente de classe social, convicção política, raça, sexo ou crença religiosa. Nesse sentido, os parágrafos do art. 4º são ainda mais elucidadores. Neles se proíbe expressamente o proselitismo e determina-se a obrigatoriedade da obediência ao princípio da pluralidade de opinião e versão simultânea; além de se assegurar o direito de todo e qualquer cidadão a emitir opiniões sobre a programação da rádio. Esses dispositivos não têm outro objetivo além de garantir a amplitude e a diversidade do público a ser atendido pelo serviço de radiodifusão comunitária. Qualquer redução desse escopo, que segregue parte dos potenciais ouvintes da estação, seria arbitrária, do ponto de vista da Lei que rege o serviço.
- III. Assim, a autoridade que indeferiu o pedido de outorga, ao identificar que o representante legal da Associação Comunitária Integral era também

responsável por uma rádio homônima na internet, predominantemente voltada ao atendimento de indivíduos de uma determinada crença religiosa, entendeu haver aí uma limitação arbitrária do escopo do serviço de radiodifusão comunitária e que, portanto, as finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, não seriam atingidas, se uma rádio com esse perfil fosse autorizada. Observa-se, portanto, que indeferimento teve por motivo o resguardo dos princípios e finalidades legais que determinam a pluralidade e diversidade da programação da emissora.

- IV. A recorrente, no entanto, alega não ter qualquer relação com a "rádio web", a qual seria apenas uma atividade paralela do Sr. Cláudio Mainer, e que a semelhança na denominação de fantasia é meramente incidental.
- V. Com efeito, as afirmações da requerente devem ser levadas em consideração, tendo em vista que a personalidade da entidade e a personalidade das pessoas físicas que a compõem são distintas. Dito de outro modo, as atividades desenvolvidas pelo Sr. Cláudio Mainer, na esfera pessoal, não podem ser imputadas a pessoa jurídica da Associação. Não se pode presumir antecipadamente que a Associação Comunitária Integral prestará um serviço de cunho religioso, apenas porque seu representante legal, por iniciativa própria, mantém um serviço de transmissão de áudio via internet, que veicula conteúdo preponderantemente religioso, na rede.
- VI. Assim, posto que as motivações que levaram ao indeferimento do pleito tenham tido por fim exclusivo preservar as finalidades legais estabelecidas para o serviço, o Ato deve ser, não obstante, objeto de retratação, haja vista que não se pode imputar à entidade responsabilidade por ato praticado pelo seu presidente, quando este não estava no desempenho de suas atribuições institucionais. Caso a entidade venha a ser autorizada, a Administração, no uso do poder de polícia, deverá proceder às devidas fiscalizações, a fim de constatar se as finalidades e princípios da Lei 9.612, de 1998 serão observados.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **acatamento** do recurso administrativo interposto, levando, consequentemente, à regular tramitação dos autos para a equipe responsável.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Luis Barreto Vianna Rocha**, **Analista Tec Administrativo**, em 23/03/2015, às 08:47, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 24/03/2015, às 17:39, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **0423539** e o código CRC **907C703E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

DESPACHO

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO, no uso de suas atribuições e nos termos da Portaria de Delegação nº 166, de 18 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 5815/2015/SEI-MC, constante do processo nº 53000.072167/2013-61, de sorte a dar provimento ao recurso interposto pela Associação Comunitária Integral, participante do Aviso de Habilitação nº 67, a fim de reconsiderar o ato que promoveu o indeferimento do pedido de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Londrina / PR.



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Henrique Almeida Loyola**, **Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 30/03/2015, às 08:45, conforme art. 3°, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237852



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **0425323** e o código CRC **0C2D0081**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 8533/2015/SEI-MC

Brasília, 20 de março de 2015

Ao Senhor CLÁUDIO MAINER

Representante Legal da Associação Comunitária Integral Rua José Nogueira Franco 600, Parque Residencial Alcântara 86.047-420 / Londrina - PR

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo 53000.072167/2013-61.

Senhor Representante Legal,

- 1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.072167/2013-61, no qual essa entidade requer autorização para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Londrina / PR, encaminhamos cópia da NOTA TÉCNICA Nº 5815/2014/SEI-MC, que dispõe sobre a análise da solicitação de reconsideração da decisão de indeferimento, cuja autoridade competente para julgamento do recurso concluiu pela procedência do pedido.
- 2. Em face do exposto, a entidade deverá aguardar a finalização do exame dos documentos constantes do processo, que por sua vez foi tramitado para a equipe responsável no intuito de se averiguar a existência de eventuais pendências passíveis de saneamento.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 06/04/2015, às 16:13, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador 0425339 e o código CRC **0CA8DE47**.

PREENCHER COM LETRA	DE FORMA
NOME OÙ RAZÃO SO	SCE/CGRC Ofício nº 8533/2015 /SEI-MC, Brasília, 20 de março de 2015 Processo nº 53000.072167/2013-61. CLÁUDIO MAINER Associação Comunitária Integral Rua José Nogueira Franco 600, Parque Residencial Alcântara 86.047-420 Londrina – PR
DECLARAÇÃO DE CONTE	iúdo (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINACION NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVO PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE EMS SEGURADO / VALEUR DEGLARÉ
NOME LEGIVEL DO REC	EDOR I SIGNATURE DU RÉCEPTEUR DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION DATA DE RECEBIMENTO DATA DE RIVRATION DATA DE RECEBIMENTO DATA DE RIVRATION DATA
RECEBEDOR ORGÃO E PARA ENDEREÇO PARA	DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS FC0463 / 16 114 x 186 mm

AVISO DE RECEBIMENTO AR BRÈSIL AVIS CN07	JH 03865553 8 BR
UNIDADE DE POSTAGEM I BUREAU DE DÉPOT AGENCIA MINICOM	TENTATIVAS DE ENTREGA! TENTATIVES DE LIVRAISON h : h : h
Departamento de Outo Esplanada dos Ministé Ed. Anexo Ala Oeste si	de Comunicações Eletrônica orga de Serviços erios, Bloco R,



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

5/6/15 5:36 PM

Aviso de Inscrição: 67

Página 1 de 8

Número do Processo: 530000721672013

	Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade	
0.00	PR	LONDRINA	53000.072167/2013	67	23S1858	51W0923	PRE	ASSOCIACAO COMUNITARIA INTEGRAL	
0.15	PR	LONDRINA	53000.030827/2011	0	23S1855	51W0927	CDI	ASSOCIACAO DE DIFUSAO COMUNITARIA RADIO CULTURAL DO JARDIM SAN REMO	
0.39	PR	LONDRINA	53000.024673/2010	29	23S1910	51W0927	ARQDE F	FUNDACAO PAULO MUNIZ	
0.64	ВА	CANDEIAS	53000.028171/2005	0	23S1840	51W0912	RAQ	INSTITUTO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DR. JESUS	
0.64	PR	LONDRINA	53740.001092/1998	1	23S1840	51W0912	ARQDE F	NÚCLEO ESPÍRITA UNIVERSITÁRIO - NEU	
0.80	PR	LONDRINA	53000.076980/2013	67	23S1843	51W0946		ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTISTICO DA ZONA SUL	
0.92	PR	LONDRINA	53000.007301/2010	29	23\$1837	51W0946	ARQDE F	CENTRO PROMOCIONAL E CRECHE ARACY SOARES SANTOS	
1.13	PR	LONDRINA	53740.001035/1998	1	23S1823	51W0934	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA RÁDIO COMUNITÁRIA "FAROL PENTESCOSTAL"	
1.16	PR	LONDRINA	53000.034301/2004	0	23\$1822	51W0935	RAQ	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CIDADE DE LONDRINA	
2.38	PR	LONDRINA	53000.013571/2010	29	23S1805	51W1024	ARQDE F	INSTITUTO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO E CULTURA	
2.64	PR	LONDRINA	53000.066573/2013	67	23\$1806	51W0809	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA CIDADE FM	
3.28	PR	LONDRINA	53000.061386/2006	0	23S1908	51W1118	RAQ	ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA	
3.98	PR	LONDRINA	53000.014858/2010	29	23S1743	51W1117	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA	



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

5/6/15 5:36 PM

Aviso de Inscrição: 67

Página 2 de 8

Número do Processo: 530000721672013

	Vizinhos							
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
4.13	PR	LONDRINA	53740.000343/2002	0	23S1708	51W1046	RAQ	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LUZ E ESPERANÇA
4.24	PR	LONDRINA	53740.001767/1998	4	23S1944	51W1144	FLD	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA PIONEIRA DE LONDRINA
4.24	PR	LONDRINA	53000.007910/2014	4	23S1944	51W1144	RPUB	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA PIONEIRA DE LONDRINA
4.66	PR	LONDRINA	53000.073874/2013	67	23S1918	51W0640	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL VIDA E ARTE
4.70	PR	LONDRINA	53000.032042/2007	29	23S2127	51W0849	ARQDE F	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA ZONA SUL DE LONDRINA
5.06	PR	LONDRINA	53000.023269/2010	29	23S2137	51W0840	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DEMOCRATIZACAO DA COMUNICACAO
5.06	PR	LONDRINA	53740.000563/1999	29	23S2137	51W0840	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DEMOCRATIZACAO DA COMUNICACAO
5.06	PR	LONDRINA	53000.051155/2011	29	23S2137	51W0840	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DEMOCRATIZACAO DA COMUNICACAO
5.06	PR	LONDRINA	53000.051265/2011	29	23S2137	51W0840	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DEMOCRATIZACAO DA COMUNICACAO
5.53	PR	LONDRINA	53740.000257/1999	0	23S2151	51W0833	RAQ	ASSOCIAÇÃO AGAPE DE ACAO SOCIAL, EVANGELISMO E MISSOES
5.53	PR	LONDRINA	53740.000697/1999	0	23S2151	51W0833	RAQ	ASSOCIAÇÃO AGAPE DE ACAO SOCIAL, EVANGELISMO E MISSOES
6.08	PR	LONDRINA	53740.001176/1998	2	23S1707	51W1220	LDE	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DINAMICA DE LONDRINA
6.08	PR	LONDRINA	53900.000749/2014	2	23S1707	51W1220	REN	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DINAMICA DE LONDRINA



Sistemas Interativos

省 Menu Principal 🔻

SRD »» RADCOM »» Relatórios »» Plano de Referência

menu ajuda

Relatório de RADCOM - Plano de Referência

UF: PR Município: Londrina

Município Canal Freqüência

Londrina 200 87,9

Usuário: - Data: 06/05/2015 Hora: 17:38:07

Registro 1 até 1 de 1 registros Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial Imprimir



Sulcom Megaútil | Ajuda | Sulcom Ltda



Cálculo de distância por coordenadas geográficas

Coordenadas do p	onto 1	Coordenadas do ponto 2		
Latitude: 23 graus 18 minutos 58 segundos N/S Sul	Longitude: 51 graus 09 minutos 23 segundos L/O Oeste	Latitude: 23 graus 18 minutos 57 segundos N/S Sul	Longitude: 51 graus 09 minutos 18 segundos L/O Oeste	
0.145052085512 0.090131187311		Calcular a metros 0783218604279749		

Megaútil | Ajuda | Sulcom Ltda Copyright © 1999 todos os direitos reservados

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviço de Radiodifusão Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão

ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.072167/2013 Localidade/UF: LONDRINA/PR

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA INTEGRAL

Aviso: 67 Canal: 0

\sim				_	
Co	OF	ne	ma	п	ae
\sim	~	uv	ш	м	uo

IBGE(A) Sede(B)

\$23°18'43" \$23°18'58" W51°00'46 W51°00'23'

Longitude: W51°09'46 W51°09'23"

Distância

Distância A-C 0.8 Km

Distância B-C

	Processo

1. Entregou documentação tempestivamente?

Sim

2. Endereço da Antena Proposta

Rua Mato Grosso, s/n° N° S/N - B. Centro LONDRINA - PR

3. Endereço da Sede

null

Latitude:

4. Relação de Concorrentes (d<=4000 m)

Processo	Município	UF	Distância (Km)	Status
53000.076980/2013	LONDRINA	PR	0.8	ARQDEF
53000.066573/2013	LONDRINA	PR	2.64	ARQDEF

Sist. Irradiante

5. Dependentes ordenados pela precedência do aviso de inscrição (d< 4000 m)

Processo	Município	UF	Distância (Km)	Status
53740.001035/1998	LONDRINA	PR	1.12	ARQDEF
53000.061386/2006	LONDRINA	PR	3.27	RAQ
53000.028171/2005	CANDEIAS	BA	0.64	RAQ
53740.001092/1998	LONDRINA	PR	0.64	ARQDEF
53000.034301/2004	LONDRINA	PR	1.16	RAQ
53000.014858/2010	LONDRINA	PR	3.98	ARQDEF
53000.013571/2010	LONDRINA	PR	2.38	ARQDEF
53000.007301/2010	LONDRINA	PR	0.92	ARQDEF
53000.030827/2011	LONDRINA	PR	0.15	CDI
53000.024673/2010	LONDRINA	PR	0.39	ARQDEF

Check List

6. Declaração, conforme modelo constante do Anexo 3, indicando:	Sim
7. Declaração, conforme modelo constante do Anexo 3, indicando: o endereço completo	Sim
8. Declaração, conforme modelo constante do Anexo 3, indicando: o endereço completo	Sim
9. As coordenadas geográficas do local proposto para instalação do sistema irradiante	Sim
10. A sede da entidade encontra-se circunscrita no raio de 1 km contado a partir do local	Sim
11. O local proposto para instalação do sistema irradiante encontra-se a menos de 4 km	Não
	Viável

12. Conclusão Geral (Parecer Técnico)

Processo tecnicamente instruído em primeira fase.

A entidade apresentou a documentação referente à alínea "f" do subitem 8.1 da Norma nº 1/2011 (vide fl. 28 dos autos / Processo Digitalizado - SEI 0281880, pg. 31).

Encaminhe-se para análise jurídica.

*OBS: Sede - endereço: Av. Duque de Caxias, 3010, sala 213 - Jardim Londrilar; coordenadas: 23°18'57"S / 51°09'18"W.

*Tem concorrentes arquivados do mesmo Aviso a menos de 4km.

Leticia Ribeiro Cardoso

Certidão

6aa51cee11d95b51e2d7c810cc6fa809



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, II, da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL

CLAUDIO MAINER

OU

contra o CPF: **735.300.188/72**

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAIS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO E ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 07/05/2015 às 06:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 07/05/2015 às 02:14
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 07/05/2015 às 02:00
- Paraná (Processo Papel) até 07/05/2015 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 06/05/2015 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 06/05/2015 às 20:00

Certidão emitida em: 07/05/2015 às 11:13 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço http://www.trf4.jus.br (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **6aa51cee11d95b51e2d7c810cc6fa809**





Certidão

1c6ca09e526635f737b1cfaa9e585d14



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, II, da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL GABRIEL VARGAS MARQUES

OU

contra o CPF: **327.135.179/15**

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAIS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO E ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 07/05/2015 às 06:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 07/05/2015 às 02:14
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 07/05/2015 às 02:00
- Paraná (Processo Papel) até 07/05/2015 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 06/05/2015 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 06/05/2015 às 20:00

Certidão emitida em: 07/05/2015 às 11:16 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço http://www.trf4.jus.br (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **1c6ca09e526635f737b1cfaa9e585d14**





Certidão

bc8138c72d070a8bc7536b063f0ebcb5



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, II, da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL

INALDO ALVES DA GAMA

OU

contra o CPF: **979.550.519/04**

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAIS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO E ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 07/05/2015 às 06:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 07/05/2015 às 02:14
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 07/05/2015 às 02:00
- Paraná (Processo Papel) até 07/05/2015 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 06/05/2015 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 06/05/2015 às 20:00

Certidão emitida em: 07/05/2015 às 11:15 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço http://www.trf4.jus.br (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **bc8138c72d070a8bc7536b063f0ebcb5**





Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviço de Radiodifusão Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão

ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.072167/2013 Localidade / UF: LONDRINA/PR

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA INTEGRAL

Aviso: 67 Publicação: 15/10/2013 Prazo: 60 Canal: 0

	Processo	
1. A Entidade é uma:		Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Gabriel vargas Marques	327.135.179-15	Secretário	31/10/2013	
-			31/10/2017	
Inaldo Alves da Gama	979.550.519-04	Tesoureiro	31/10/2013	
			31/10/2017	
Cláudio Mainer	735.300.188-72	Presidente	31/10/2013	(43) 96042187
			31/10/2017	(43) 33417839

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Mapa RadCom:

- CNPJ: 06

Estatuto Social registrado: 08-14
Ata de eleição registrada: 17
Ata de Constituição:15 e 16
Manifestações de Apoio: 33 a 253

-Declaração Anexo 03: 28

- Declaração de fiel cumprimento: 29
- Comprovação de maioridade e nacionalidade: 20, 22, 26 - Relação de todos os associados pessoas físicas FL. 18 - 19
- Comprovante de recolhimento da taxa FL. 30
- Cópia do CPF de todos os Dirigentes da entidade FL. 20, 22, 26
- Comprovante de residência de todos os seus dirigentes FL. 21, 24 25 e 27
- Certidões criminais da Justiça Federal (SEI 0495358) FL. 1 3
- Declaração assinada pelo representante legal atestando se a entidade aceitaria ou não associar-se a entidades concorrentes para a execução conjunta do serviço FL. 31

Pendências:

- Certidão de regularidade fiscal
- Certidão de regularidade frente ao FGTS
- Certidão criminal da Justiça Estadual e Eleitoral.

É o relatório.

Diego Armando Araujo Guimaraes

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 9298/2015/SEI-MC

Processo nº: 53000.072167/2013-61 Assunto: Exigências relativas ao requerimento de outorga. **SUMÁRIO EXECUTIVO** Trata-se de requerimento da **Associação Comunitária Integral** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Londrina / PR. **ANÁLISE** 2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir: **DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA:** - DIRETORIA: I. Certidões criminais de todos os dirigentes, emitidas pelo foro distribuidor da Justiça Estadual (Comarca de Londrina / PR), bem como certidão criminal Eleitoral, dos respectivos locais de residência, dos últimos cinco anos - DEMAIS DOCUMENTOS: I. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada, de acordo com o disposto no subitem 10.8, alínea "c" da Norma nº 1/2011. II. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), de acordo com o disposto no subitem 10.8, alínea "d" da Norma 1/2011. **CONCLUSÃO** Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada e/ou esclarecer as pendências constatadas.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Armando Araujo Guimaraes**, **Técnico de Nível Superior**, em 08/05/2015, às 10:10, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta**, em 21/05/2015, às 09:50, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **0492943** e o código CRC **7314BC8A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar CEP: 70044-900 / Brasília-DF Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 15349/2015/SEI-MC

Brasília, 19 de maio de 2015

Ao Senhor

CLÁUDIO MAINER

Representante Legal da Associação Comunitária Integral Rua José Nogueira Franco 600, Parque Residencial Alcântara 86.047-420 / Londrina – PR

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.072167/2013-61.

Senhor Representante Legal,

- 1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 9298/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
- 2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento** do processo.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta**, em 21/05/2015, às 09:50, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **0512122** e o código CRC **4C86F343**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA SCE/CGRC Ofício nº 15349/2015 /SEI-MC, 19 de maio de 2015 Processo nº 53000.072167/2013-61 CLÁUDIO MAINER Associação Comunitária Integral Rua José Nogueira Franco 600, Parque Residencial Alcântara 86.047-420 Londrina - PR ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION 08/06/15 NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR Jefferson Clecius Plinio Machado Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO A SIGNATURE DE L'AGENT O PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO I ADRESSE DE RETOUR



53900.031994/2015.13

SOLICITAÇÃO PARA JUNTADA DE DOCUMENTOS

Ao
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Assunto: Documentação em resposta ao Ofício 15349/2015/SEI-MC de 19/05/2015

Processo n.º: **53000.072167/2013-61 LONDRINA – PR**

Prezado Senhor

Em atendimento às solicitações feitas por meio do ofício acima indicado e relativo a pendências contadas diante da análise do requerimento de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em nome da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL**, comunico que estou encaminhando em anexo toda a documentação solicitada.

Documentação Jurídica

Londrina/PR, 09 de junho de 2015.

CLAUDIO MAINER CPF 735.300.188-72 Presidente

DOCUMENTO ENTREQUE PELO CORRETO
Em 26/06/15 às 15/00 horas
Assinstara: Con ceição



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA INTEGRAL

CNPJ: 15.423.194/0001-05

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, válida para o estabelecimento matriz e suas filiais, refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. Emitida às 16:21:59 do dia 19/06/2015 < hora e data de Brasília>.

Válida até 16/12/2015.

Código de controle da certidão: 5D61.3D7C.6B48.ABC4 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 013323716-50

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 15.423.194/0001-05

Nome: CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 17/10/2015 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Fazenda Diretoria de Arrecadação Gerência de Pronto Atendimento

CERTIDÃO NEGATIVA Nº 686812 / 2015

VÁLIDA POR CENTO E VINTE DIAS A CONTAR DA DATA DE EXPEDIÇÃO

Certificamos que não existe(m) débito(s) vencido(s) correspondente(s) a impostos, taxas e outros, do Cadastro Mobiliário com relação à inscrição:

Inscrição Municipal CPF / CNPJ

2162563 15423194000105

Nome / Razão Social

ASSOCIACAO COMUNITARIA INTEGRAL

Endereço Nº Complemento CEP

DUQUE DE CAXIAS 3010 / 86010190

JARDIM LONDRILAR

Atividade CNAE/CBO

S943080000 - Atividades de associacoes de defesa de direitos sociais

Situação Cadastral: ATIVO

Início: 15/06/2015

Fica reservado ao Município o direito de cobrar débitos que porventura venham a ser constados em buscas posteriores, assim como de efetuar ou rever lançamentos sobre fatos geradores já ocorridos.

Finalidade da certidão: Para fins de direito

22/06/2015

Código Validador 6Wx#yy&nV0Wh Dispensados carimbo e assinatura

Conforme art. 3° dos Decretos N°s 757/06 e 736/14

IMPRIMIR VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 15423194/0001-05

Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA INTEGRAL

AVENIDA DUQUE DE CAXIAS / JD LONDRILAR / LONDRINA / PR / Endereço:

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/06/2015 a 18/07/2015

Certificação Número: 2015061917154107516248

Informação obtida em 19/06/2015, às 17:15:44.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARANÁ **COMARCA DE LONDRINA**

ARY TRISTÃO Titular

Empregados Juramentados

Ana Paula Tristão Lourival Danelutti Edenilson Donisete Macri W erlei Bueno Moraes Ozeas Pinheiro de Goes Marta Rocha

CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

CERTIDÃO

FI. 001/001

Certifico a pedido verbal de pessoa interessada que revendo os livros do Cartório a meu cargo, deles não consta ter sido distribuida a qualquer vara CRIMINAL desta comarca, ação alguma em que fosse re(u):.

CLAUDIO MAINER, RG 3.140.725-7, filho de PEDRO MAINER e ANA BONI-

CUSTAS: R\$ 0,00

Lei 18.414/14 - Tab XVI - 141 VRC x 0,167 + 10%

Busca referente aos ultimos 20 anos.

O referido é verdade e dou fé.

Londrina, 8 de Junho de 2015.

Empregado Juramentado

Expedido por : PHF

Certidão

△ [imprimir]

982dc2eb07ec1f24cf40def403ef58ac



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4º REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS

CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, II, da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL CLAUDIO MAINER

OU

contra o CPF: **735.300.188/72**

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAIS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO E ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 08/06/2015 às 06:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 08/06/2015 às 02:14
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 08/06/2015 às 02:00
- Paraná (Processo Papel) até 08/06/2015 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 07/06/2015 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 07/06/2015 às 20:00

Certidão emitida em: 08/06/2015 às 22:31 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço http://www.trf4.jus.br (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **982dc2eb07ec1f24cf40def403ef58ac**







JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: CLAUDIO MAINER

Inscrição: 032336290620 Zona: 191 Seção: 14 UF: PR

Município: 76678 - LONDRINA

Domiciliado desde: 18/09/1986

Data de Nascimento: 07/04/1949

Filiação: ANA BONILHO

PEDRO MAINER

Certidão emitida às 20:52 de 08/06/2015

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br, por meio do código

961V.INWO.MYVV.IETP



PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARANÁ **COMARCA DE LONDRINA**

CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

ARY TRISTÃO Titular

Empregados Juramentados

Ana Paula Tristão Lourival Danelutti Edenilson Donisete Macri W erlei Bueno Moraes Ozeas Pinheiro de Goes Marta Rocha

CERTIDÃO

FI. 001/001

Certifico a pedido verbal de pessoa interessada que revendo os livros do Cartório a meu cargo, deles não consta ter sido distribuida a qualquer vara CRIMINAL desta comarca, ação alguma em que fosse re(u):.

INALDO ALVES GAMA, RG 6.558.620-7, filho de JEOMAR ALVES DA GAMA e ODETE LEODORO DA GAMA.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-. o uradanica — "centrasa hedelina" — centras indicina — perimentu alcue — recomenda ertidao negativa. Certidao negativa. Certidao negativa. Certidao negativa.

CUSTAS: R\$ 0,00

Lei 18.414/14 - Tab XVI - 141 VRC x 0,167 + 10%

Busca referente aos ultimos 20 anos.

O referido é verdade e dou fé.

Londrina, 8 de Junho de 2015.

Empregado Juramentado



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: INALDO ALVES DA GAMA

Inscrição: **066988540639** Zona: 190 Seção: 104 Município: 76678 - LONDRINA UF: PR

Data de Nascimento: 30/03/1977 Domiciliado desde: 13/01/2011

Filiação: ODETE LEODORO DA GAMA JEOMAR ALVES DA GAMA

Certidão emitida às 21:18 de 08/06/2015

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br, por meio do código

YWU3.ØRKO.EWØD.TBAD

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

Certidão

△ [imprimir]

860c16728667e02df3a2bbf077b62078



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4º REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS

CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, II, da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL INALDO ALVES DA GAMA

OU

contra o CPF: 979.550.519/04

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAIS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO E ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 08/06/2015 às 06:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 08/06/2015 às 02:14
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 08/06/2015 às 02:00
- Paraná (Processo Papel) até 08/06/2015 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 07/06/2015 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 07/06/2015 às 20:00

Certidão emitida em: 08/06/2015 às 22:33 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço http://www.trf4.jus.br (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **860c16728667e02df3a2bbf077b62078**







PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARANÁ **COMARCA DE LONDRINA**

CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

ARY TRISTÃO Titular

Empregados Juramentados

Ana Paula Tristão Lourival Danelutti Edenilson Donisete Macri W erlei Bueno Moraes Ozeas Pinheiro de Goes Marta Rocha

CERTIDÃO

FI. 001/001

Certifico a pedido verbal de pessoa interessada que revendo os livros do Cartório a meu cargo, deles não consta ter sido distribuida a qualquer vara CRIMINAL desta comarca, ação alguma em que fosse re(u):.

GABRIEL VARGAS MARQUES, RG 1.868.926, filho(a) de GERALDO MARQUES e MARIA VARGAS MARQUES.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-

CUSTAS: R\$ 0.00

Lei 18.414/14 - Tab XVI - 141 VRC x 0,167 + 10%

Busca referente aos ultimos 20 anos.

O referido é verdade e dou fé.

Londrina, 8 de Junho de 2015.

DISTRIBUI

Empregado Juramenta

Expedido por : PHF

Certidão

△ [imprimir]

a2d73ac78efa02b93c008855fa67401c



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justica Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, II, da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL **GABRIEL VARGAS MARQUES**

OU

contra o CPF: 327.135.179/15

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAIS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO E ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 08/06/2015 às 06:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 08/06/2015 às 02:14
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 08/06/2015 às 02:00
- Paraná (Processo Papel) até 08/06/2015 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 07/06/2015 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 07/06/2015 às 20:00

Certidão emitida em: 08/06/2015 às 22:27 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua autenticidade na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço http://www.trf4.jus.br (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle a2d73ac78efa02b93c008855fa67401c







JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: GABRIEL VARGAS MARQUES

Inscrição: 013217700647 Zona: 99 Seção: 21 Município: 78638 - SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO UF: PR

Domiciliado desde: 25/07/1988 Data de Nascimento: 23/09/1959

> Filiação: MARIA VARGAS MARQUES **GERALDO MARQUES**

> > Certidão emitida às 21:13 de 08/06/2015

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br, por meio do código

34J8.ZSJA.3ZCW.+ØCE

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

Ao MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária Explanada dos Ministérios, "BLOCO R", 3° Andar CEP 70044-900 Brasília/DF







REM Associação Comunitária Integral Rua José Nogueira Franco, 600, Parque Residencial Alcântara CEP 86040-420 Londrina/PR



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES · COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

COTA Nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU ASSUNTO: Autorização para execução de serviço de radiodifusão comunitária. Necessidade de instrução complementar acerca da comprovação de idoneidade dos dirigentes.

Senhor Coordenador do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão Comunitária,

CONSIDERANDO que o art. 221 da Lei Maior estatui que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão às finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, respeitando valores éticos e sociais da pessoa e da família.

CONSIDERANDO a inegável presença do interesse público em todas as outorga relativas aos serviços de radiodifusão, vez que de livre e direto recebimento pelo público em geral.

CONSIDERANDO que a Lei 9.612/98 dispõe em seu art. 2º que o serviço de radiodifusão comunitária obedecerá, no que couber, ao disposto no Código Brasileiro de Telecomunicações e demais disposições legais.

CONSIDERANDO que o art. 34, a, do Código Brasileiro de Telecomunicações trata da necessidade da comprovação de idoneidade daqueles que pretendem executar serviço de radiodifusão,

CONSIDERANDO os princípios setoriais que regulamentam a atividade de radiodifusão, dentre eles a prestação do serviço em caráter intuitu personae.

CONSIDERANDO a necessidade de verificação da idoneidade dos dirigentes das entidades associativas que pretendem executar serviço de radiodifusão comunitária.

- Utilizo-me do presente para solicitar a Vossa Senhoria que passe a adotar as medidas necessárias à verificação da idoneldade dos dirigentes das entidades que forem consideradas aptas à execução do serviço de radiodifusão comunitária.
- Informo que para tanto deverão ser exigidas dos dirigentes associativos, certidões relativas a feitos criminais (Justiça Comum e Federal) dos últimos 5 (cinco) anos do local de residência, bem como se em desfavor destes há existência de imputação de execução de serviço de radiodifusão clandestina.
- 3. Este é o motivo pelo qual restituo os processos relativos à outorga para execução do serviço de radiodifusão domunitária, em trâmite nesta Coordenação-Geral Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, vez que apenas será conferido regular prosseguimento ao feito após, a adoção das medidas sugeridas.

Brasilia, 27 de setembro de 2010.

DAMEL PEREIRA DE FRANCO

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica ن ز ز ز _ق د

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" – sala 920 – CEP 70,044-900 – Brasília - DF Telefones: (61) 3311-6535/3311-6248 Fax: (61) 3311-6602 Email: conjur@mc.gov.br

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária DESPACHO

Processo nº: 53000.072167/2013-61

Assunto: Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.

- 1. Frente à análise do processo nº 53000.072167/2013-61, de interesse da Associação Comunitária Integral, na localidade de Londrina / PR, e em atendimento à Cota nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, anexada aos autos, informamos o que se segue:
- I. De acordo com o sistema de fiscalização RADAR, não há, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Diego Armando Araujo Guimaraes**, **Técnico de Nível Superior**, em 03/07/2015, às 14:07, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **0590658** e o código CRC **8BFE4F61**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Secretaria de Serviço de Radiodifusão Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão

ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.072167/2013 Localidade / UF: LONDRINA/PR

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA INTEGRAL

Aviso: 67 Publicação: 15/10/2013 Prazo: 60 Canal: 0

	Processo	
1. A Entida	de é uma:	\ssociação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Cláudio Mainer	735.300.188-72	Presidente	31/10/2013 31/10/2017	(43) 96042187 (43) 33417839
Gabriel vargas Marques	327.135.179-15	Secretário	31/10/2013 31/10/2017	
Inaldo Alves da Gama	979.550.519-04	Tesoureiro	31/10/2013 31/10/2017	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Mapa RadCom:

- CNPJ: 06

Estatuto Social registrado: 08-14
Ata de eleição registrada: 17
Ata de Constituição:15 e 16
Manifestações de Apoio: 33 a 253

-Declaração Anexo 03: 28

- Declaração de fiel cumprimento: 29
- Comprovação de maioridade e nacionalidade: 20, 22, 26
 Relação de todos os associados pessoas físicas FL. 18 19
- Comprovante de recolhimento da taxa FL. 30
- Cópia do CPF de todos os Dirigentes da entidade FL. 20, 22, 26
- Comprovante de residência de todos os seus dirigentes FL. 21, 24 25 e 27
- Certidões criminal da Justiça Federal (SEI 0495358) FL. 1 3
- · Certidão criminal da Justiça Estadual (SEI 0580805) Fls. 6, 9, 12

Eleitoral (SEI 0580805) Fls. 8, 10, 14

- Certidão de regularidade fiscal e INSS (SEI 0580805) Fls. 2 4
- Certidão de regularidade frente ao FGTS (SEI 0580805) Fl. 5
- Declaração assinada pelo representante legal atestando se a entidade aceitaria ou não associar-se a entidades concorrentes para a execução conjunta do serviço FL. 31
- Despacho Radar e Cota 261 (SEI 0590655) e (0590658)

Processo juridicamente instruído.

É o relatório.

Diego Armando Araujo Guimaraes



RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

7/6/15 9:46 AM

Aviso de Inscrição: 67

Página 1 de 8

Número do Processo: 530000721672013

	Vizinhos							
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	PR	LONDRINA	53000.072167/2013	67	23S1858	51W0923	EX2	ASSOCIACAO COMUNITARIA INTEGRAL
0.15	PR	LONDRINA	53000.030827/2011	0	23S1855	51W0927	CDI	ASSOCIACAO DE DIFUSAO COMUNITARIA RADIO CULTURAL DO JARDIM SAN REMO
0.39	PR	LONDRINA	53000.024673/2010	29	23S1910	51W0927	ARQDE F	FUNDACAO PAULO MUNIZ
0.64	ВА	CANDEIAS	53000.028171/2005	0	23S1840	51W0912	RAQ	INSTITUTO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DR. JESUS
0.64	PR	LONDRINA	53740.001092/1998	1	23S1840	51W0912	ARQDE F	NÚCLEO ESPÍRITA UNIVERSITÁRIO - NEU
0.80	PR	LONDRINA	53000.076980/2013	67	23S1843	51W0946		ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTISTICO DA ZONA SUL
0.92	PR	LONDRINA	53000.007301/2010	29	23S1837	51W0946	ARQDE F	CENTRO PROMOCIONAL E CRECHE ARACY SOARES SANTOS
1.13	PR	LONDRINA	53740.001035/1998	1	23S1823	51W0934	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA RÁDIO COMUNITÁRIA "FAROL PENTESCOSTAL"
1.16	PR	LONDRINA	53000.034301/2004	0	23S1822	51W0935	RAQ	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CIDADE DE LONDRINA
2.38	PR	LONDRINA	53000.013571/2010	29	23S1805	51W1024	ARQDE F	INSTITUTO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
2.64	PR	LONDRINA	53000.066573/2013	67	23S1806	51W0809	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA CIDADE FM
3.28	PR	LONDRINA	53000.061386/2006	0	23S1908	51W1118	RAQ	ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA
3.98	PR	LONDRINA	53000.014858/2010	29	23S1743	51W1117	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA



RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

7/6/15 9:46 AM

Aviso de Inscrição: 67

Página 2 de 8

Número do Processo: 530000721672013

	Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade	
4.13	PR	LONDRINA	53740.000343/2002	0	23S1708	51W1046	RAQ	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LUZ E ESPERANÇA	
4.24	PR	LONDRINA	53740.001767/1998	4	23S1944	51W1144	FLD	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA PIONEIRA DE LONDRINA	
4.24	PR	LONDRINA	53000.007910/2014	4	23S1944	51W1144	RPUB	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA PIONEIRA DE LONDRINA	
4.66	PR	LONDRINA	53000.073874/2013	67	23S1918	51W0640	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL VIDA E ARTE	
4.70	PR	LONDRINA	53000.032042/2007	29	23S2127	51W0849	ARQDE F	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA ZONA SUL DE LONDRINA	
5.06	PR	LONDRINA	53000.023269/2010	29	23S2137	51W0840	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DEMOCRATIZACAO DA COMUNICACAO	
5.06	PR	LONDRINA	53740.000563/1999	29	23S2137	51W0840	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DEMOCRATIZACAO DA COMUNICACAO	
5.06	PR	LONDRINA	53000.051155/2011	29	23S2137	51W0840	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DEMOCRATIZACAO DA COMUNICACAO	
5.06	PR	LONDRINA	53000.051265/2011	29	23S2137	51W0840	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DEMOCRATIZACAO DA COMUNICACAO	
5.53	PR	LONDRINA	53740.000257/1999	0	23S2151	51W0833	RAQ	ASSOCIAÇÃO AGAPE DE ACAO SOCIAL, EVANGELISMO E MISSOES	
5.53	PR	LONDRINA	53740.000697/1999	0	23S2151	51W0833	RAQ	ASSOCIAÇÃO AGAPE DE ACAO SOCIAL, EVANGELISMO E MISSOES	
6.08	PR	LONDRINA	53740.001176/1998	2	23S1707	51W1220	LDE	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DINAMICA DE LONDRINA	
6.08	PR	LONDRINA	53900.000749/2014	2	23S1707	51W1220	REN	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DINAMICA DE LONDRINA	

Secretaria de Serviço de Radiodifusão Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão

ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.072167/2013 Localidade/UF: LONDRINA/PR

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA INTEGRAL

Aviso: 67 Canal: 200

	C	oordenadas		
	IBGE(A)	Sede(B)	Sist. Irradiante	
Latitude:	S23º18'43"		S23º18'58"	
Longitude:	W51°09'46		W51°09'23"	

Distância			
Distância A-C	0.8 Km		
Distância B-C			

	Pro	cesso			
1. Entregou documentação	Sim				
2. Endereço da Antena Prop	oosta				<u>, </u>
Rua Mato Grosso, s/n° Nº S/	N - B. Centro LONDRINA	· - PR			
3. Endereço da Sede					
null					
4. Relação de Concorrentes	(d<=4000 m)				
Processo	Município	UF	Distância	a (Km)	Status
53000.076980/2013	LONDRINA	PR	0.8		ARQDEF
53000.066573/2013	LONDRINA	PR	2.64	1	ARQDEF
5. Dependentes ordenados	pela precedência do aviso de	e inscrição (d<	4000 m)		
Processo	Município	UF	Distância	ı (Km)	Status
53740.001035/1998	LONDRINA	PR	1.12	2	ARQDEF
53000.061386/2006	LONDRINA	PR	3.27	7	RAQ
53000.028171/2005	CANDEIAS	BA	0.64	1	RAQ
53740.001092/1998	LONDRINA	PR	0.64	1	ARQDEF
53000.034301/2004	LONDRINA	PR	1.16	3	RAQ
53000.014858/2010	LONDRINA	PR	3.98	3	ARQDEF
53000.013571/2010	LONDRINA	PR	2.38	3	ARQDEF
53000.007301/2010	LONDRINA	PR	0.92	2	ARQDEF
53000.030827/2011	LONDRINA	PR	0.15	5	CDI
53000.024673/2010	LONDRINA	PR	0.39)	ARQDEF
	Che	ck List			
 Declaração, conforme modue todos os seus dirigentes da emissora, nos termos do 	residem na área a ser cobe	ndicando: rta pelo sinal	Sim		. 28 dos autos / SE 80, pg. 31)
7. Declaração, conforme modendereço completo proposto bem como as coordenadas ç	para a instalação do sistema		Sim		. 28 dos autos / SE 80, pg. 31)
endereço completo da sede	delo constante do Anexo 3, i da entidade, a qual deverá e o, bem como as coordenadas	star situada na	Sim		. 28 dos autos / SE 80, pg. 31)

As coordenadas geográficas do local proposto para instalação do sistema irradiante correspondem ao endereço especificado?	Sim	ок	
10. A sede da entidade encontra-se circunscrita no raio de 1 km contado a partir do local proposto para instalação do sistema irradiante?	Sim	ок	
11. O local proposto para instalação do sistema irradiante encontra-se a menos de 4 km de emissora já autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária?	Não	ОК	
			Viável

12. Conclusão Geral (Parecer Técnico)

Processo instruído em primeira fase técnica, conforme análise constante do doc. SEI 0492549.

A entidade apresentou a documentação técnica referente à alínea "f" do subitem 8.1 da Norma n° 1/2011 - vide fl. 28 dos autos (SEI 0281880, pg. 31).

Solicitado o projeto técnico.

*Tem concorrentes arquivados do mesmo Aviso a menos de 4km.

--

Sistema Irradiante:

- end: Rua Mato Grosso, s/n° Centro
- coord.s: 23º18'58"S / 51º09'23"W

Sede:

- end: Av. Duque de Caxias, 3010, sala 213 Jardim Londrilar
- coord.s: 23°18'57"S / 51°09'18"W (aprox. 0,145 km de distância do Sistema Irradiante)

-	Leticia Ribeiro Cardoso

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 14446/2015/SEI-MC

Processo nº: 53000.072167/2013-61

Assunto: Exigências relativas ao requerimento de outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento da **Associação Comunitária Integral** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Londrina / PR**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA - 2ª FASE:

I. Toda a documentação citada no subitem 12.1 e suas alíneas da Norma Complementar nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462 de 14/10/2011, publicada no DOU de 18/10/2011, ou seja, o Projeto Técnico, conforme detalhado no Anexo I desta Nota Técnica.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas.

À consideração superior.

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA - 2ª FASE:

- a. Formulário de Informações Técnicas, devidamente preenchido e assinado pelo Engenheiro responsável, contendo as características técnicas de instalação e operação pretendidas para a estação de RadCom, de acordo com o **Anexo 9** e conforme disposto no **subitem 12.1, alínea "a"**, da Norma nº 01/2011.
- b. Declaração conforme o disposto no **subitem 12.1, alínea "b"**, da Norma nº 01/2011, ou seja: declaração assinada pelo representante legal da entidade indicando que, na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação, serão interrompidas as transmissões imediatamente até que essas sejam sanadas, sem prejuízo do exercício das competências fiscalizatórias legalmente atribuídas à Anatel.
- c. Planta de arruamento, conforme o disposto no **subitem 12.1, alínea "c"**, da Norma nº 01/2011, indicando a totalidade dos seguintes itens:

- c.1) escala compatível com a área de execução do serviço;
- c.2) nomes das ruas;
- c.3) o local de instalação do sistema irradiante, com as coordenadas na forma GGº MM' SS" com apenas 02 (dois) dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") da latitude assim como os da longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59, bem como o endereço correspondente, nome do município e UF;
- c.4) o traçado de circunferência de até um quilômetro de raio, que delimita a área abrangida pelo contorno indicado no Formulário de Informações Técnicas, devendo o valor de intensidade de campo no contorno ser de até 91 dBu;
- c.5) o local da sede da entidade, com as coordenadas na forma GGº MM' SS" com apenas 02 (dois) dígitos inteiros, em que os minutos (MM') e os segundos (SS") da latitude e da longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59, bem como o endereço correspondente, nome do município e UF;
- c.6) o local do estudio, com as coordenadas na forma GGº MM' SS" com apenas 02 (dois) dígitos inteiros, em que os minutos (MM') e os segundos (SS") da latitude e da longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59, bem como o endereço correspondente, nome do município e UF;
- c.7) localização das residências dos dirigentes da entidade.
- d. Diagrama de irradiação horizontal da antena transmissora, fornecida pelo fabricante, com a indicação do Norte Verdadeiro; diagrama de irradiação vertical e especificações técnicas do sistema irradiante proposto; no caso de antenas de polarização circular ou elíptica, devem ser apresentadas curvas distintas das componentes horizontal e vertical dos diagramas, conforme disposto no **subitem 12.1, alínea "d"**, da Norma nº 01/2011. **Este diagrama deverá ser correspondente ao modelo e fabricante da antena indicado no item 7 do Formulário de Informações Técnicas.**
- e. Declaração do profissional habilitado de que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende às condições exigidas no subitem 19.2.5.1. Caso contrário, a entidade deverá encaminhar declaração assinada pelo profissional habilitado indicando que o local pretendido para a instalação do sistema irradiante se encontra conforme o disposto no subitem 19.2.5.1.1, juntamente com o respectivo estudo, conforme disposto no **subitem 12.1, alínea "e"**, da Norma nº 01/2011.
- f. Declaração do profissional habilitado atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos baseado na Portaria nº 256/GC5 de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa Comando da Aeronáutica, ou declaração do órgão competente do Ministério da Defesa autorizando a instalação proposta, em atendimento ao **subitem 12.1, alínea "f"**, da Norma nº 01/2011.
- g. Parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado, atestando que a instalação proposta atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção, conforme disposto no **subitem 12.1, alínea "g"**, da Norma nº 01/2011.

- h. Anotação de Responsabilidade Técnica ART referente à instalação proposta, conforme disposto no **subitem 12.1, alínea "h"**, da Norma nº 01/2011, apresentada com as assinaturas do profissional habilitado e do representante legal da entidade juntamente com seu comprovante de pagamento.
- i. Declaração, assinada pelo representante legal, informando o horário de funcionamento da estação pretendido pela entidade, conforme disposto no **subitem 12.1, alínea "i"**, da Norma nº 01/2011.
- j. Folha de informações técnicas da linha de transmissão (cabo coaxial), fornecida pelo fabricante, conforme disposto no **subitem 12.1, alínea "j"**, da Norma nº 01/2011. **As especificações do cabo deverão estar em conformidade com os dados indicados no item 8 do Formulário de Informações Técnicas**.
- k. Declaração assinada pelo profissional habilitado indicando que a entidade atende ao disposto em regulamentação da Anatel sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos, conforme disposto no **subitem 12.1, alínea "k"**, da Norma nº 01/2011.



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Ribeiro Cardoso**, **Engenheira**, em 06/07/2015, às 11:07, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/07/2015, às 14:15, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **0592126** e o código CRC **5565FEF7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar CEP: 70044-900 / Brasília-DF Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 21159/2015/SEI-MC

Brasília, 06 de julho de 2015

Ao Senhor CLÁUDIO MAINER Representante Legal da Associação Comunitária Integral Rua José Nogueira Franco, nº 600 - Parque Residencial Alcântara 86.047-420 / Londrina – PR

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.072167/2013-61.

Senhor Representante Legal,

- 1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 14446/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
- 2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento** do processo.
- 3 . Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/07/2015, às 14:15, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **0592164** e o código CRC **E60557CE**.

REENCHER COM LETRA DE FO	RMA		AR	
	SCE/CGRC		The second secon	
NOME OÙ RAZÃO SOCIAL DO	OFICIO nº 21159/ 2015/S	SEI-MC . de 06/	07/2015.	CAN COLOR
Aviral De Cara de La	N° DO PROCESSO: 5300			
1.4 1-1-1-1	CLÁUDIO MAINER		and a support	1 1 1 1
ENDEREÇO I ADRESSE	Associação Comunitária Integ	gral		
NE STATE OF	Rua José Nogueira Franco, nº	600 - Parque Res	idencial Alcânta	ra
CEP / CODE POSTAL	86.047-420 Londrina	L – PR		1962 1964 N
	TO VIENT BOY SHOW THE STATE OF	White the Court of		Marin Control
CARTE THE STREET				
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO	SUJEITO À VERIFICAÇÃO) I DISCRIMINACIO	ON	NATUREZA DO ENVIO	
	是一个大大·二十二十二十二十二十二十二十二十二十二十二十二十二十二十二十二十二十二十二		PRIORITÁRIA	PRIURITAIRE
THE WAY OF THE STREET	THE PROPERTY SHOPE	2 2 7 5 6		
			SEGURADO /	VALEUR DÉCLARÉ
ASSINATURA DO RECEBEDOR	SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECE		IMBO DE ENTREGA DADE DE DESTINO
X Jonna (SEDUYGAITE !	20/07	BURE	AU DE DESTINATION
	THE PLANTAGE CONTRACTOR OF THE PARTY OF THE	ayo	13/0	107
NOME LEGIVEL DO RECEBEDO	R I NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
	TOWN TO COMPANY		29	UL. 2015
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFIC	AÇÃO DO RUBRICA E MAT. DO E	MPREGADO / NACHE	do	2015
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDI	DOR SIGNATURE DE L'AGE	NT CIOCIUS PIINIO IVILA		
1200220	etterso	MPREGADO / Macha NT Clecius Plinio Macha On Clecius Pinio Macha Ant. B. 563.604-5		
ENDERECO PARA DEVI	OLUÇÃO NO VERSO I ADRESSE			R
			CONTRACTOR OF THE PROPERTY OF THE PARTY OF T	Market Company of the Company of the Company

AVISO DE RECEBIMENTO ARRESIL AVIS CHO7	JO 22673006 4 BR			
DATA DE POSTAGEM I DATE DE DÉPÔTI	TENTATIVAS DE ENTREGA! TENTATIVES DE LIVRAISON			
UNIDADE DE POSTAGEM I BURBAU DE DÉPÔT	: h : h			
PREENCHER COMUNITA DE FORMA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo Ala Oeste sala 300 70044-900 Brasília-DF UF BRASIL				

53990043937/2015-87

SOLICITAÇÃO PARA JUNTADA DE DOCUMENTOS

MXPD

Ao
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Assunto: Documentação em resposta ao Ofício 21159/2015/SEI-MC de 06/07/2015

Processo n.º: **53000.072167/2013-61 LONDRINA – PR**

Prezado Senhor

Em atendimento às solicitações feitas por meio do ofício acima indicado e relativo a pendências contadas diante da análise do requerimento de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em nome da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL**, comunico que estou encaminhando em anexo toda a documentação solicitada.

• Documentação Técnica

Londrina/PR, 19 de agosto de 2015.

CLAUDIO MAINER CPF 735.300.188-72 Presidente

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORRENO
Em 27/08/15 às 15/50 horas
Assinatura: Conceição

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS PROJETO TÉCNICO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

1 - SERVIÇO RADIODIFUSAO COMU	JNITARIA - RadCom
2 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
DENOMINAÇÃO SOCIAL	
ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA INTEGRAL	
DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUÇÃO)	CNPJ/CGC
	15.423.194/0001-05
DENOMINAÇÃO DE FANTASIA	
3 - LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE	
LOGRADOURO	
AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 3010 - SALA 21	13
BAIRRO	CIDADE
JARDIM LONDRILAR	LONDRINA
CIDADE (CONTINUAÇÃO)	UF COORDENADAS GEOGRÁFICAS PR
4 - LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRA	
LOGRADOURO	
AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 3010 - SALA 21	13
BAIRRO	CIDADE
JARDIM LONDRILAR	LONDRINA
CIDADE (CONTINUAÇÃO)	UF COORDENADAS GEOGRÁFICAS
	PR 23°18'57.00"S 51°09'18.00"W
5 - LOCALIZAÇÃO ENDEREÇO DO ESTÚDIO	
	especifique com será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 11. "Outras
informações de interesse")	
LOGRADOURO	12
AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 3010 - SALA 21 BAIRRO	CIDADE
JARDIM LONDRILAR	LONDRINA
CIDADE (CONTINUAÇÃO)	UF COORDENADAS GEOGRÁFICAS
	PR 23°18'57.00"S 51°09'18.00"W
6 - TRANSMISSOR	
FABRICANTE	
AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRÔNIC	
MODELO	POTÊNCIA DE SAÍDA CERTIFICAÇÃO
SP 5025	25,0 Watts 0680-03-0528
Z ANTENA / TORRE	
7 - ANTENA / TORRE	MODELO
FABRICANTE DA ANTENA AUAD CORREIA EQUIPAMENTOS ELETRÔNIO	MODELO COSTITUA TELETRONIV II DADI EM 04D
GANHO máx (GT) ALTURA EM RELAÇÃO	
0,0 dB	30,0 (m) 30,0 (m) 588,0 (m)
3,0 40	30,0 (m) 300,0 (m)
8 - LINHA DE TRANSMISSÃO	
FABRICANTE	MODELO
RÁDIO FREQUENCY SYSTEMS	LCF 1/2 50J
COMPRIMENTO ATENUAÇÃO EM 100m	
35,0 (m)	2,02 dB $0,71$ dB $0,8498$
$L \bullet AL$	-(pl)
Perdas na linha (PL) = $\frac{2 - 112}{100}$	Eficiência da linha (η) = $10^{\frac{(p^2)}{10}}$



ERP (dBk) = $10 \log (Pt \cdot Ght \cdot Gvt \cdot \eta) = 10 \log ($	728
Pt = Potência do transmissor, em kW.	
Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.	
Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes.	
η = Eficiência da linha de transmissão.	
Obs. A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.	
10. INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁDEA DE CEDIMO	
10 - INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO E (dBμ) = 107 + ERP (dBk) - 20 log d (km)	
ERP (dBk) = Potência efetiva irradiada.	
d (km) = Distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área execução do serviço)	
$E(dB\mu) = 107 + (-16,728) - 20log(1,0) = 90,27 (dB\mu)$	
11 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE	
12 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA	
NOME COMPLETO	
ISAAC BINICIO ENCISO MENDOZA	
REG. CREA ENDEREÇO	
18998/D-PR RUA BARÃO DO CERRO AZUL, N.359	
ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO) BAIRRO	
CENTRO	
CIDADE	UF
CASCAVEL CEP DDD TELEFONE DDD FAX	PR
The state of the s	
85802-050	
ISAAC@GTV.TV.BR	
LOCAL DATA	
CASCAVEL \(\)	13/08/2015
ASSINATURA	13/00/2013
Som	



PLANO ALTIMÉTRICO DO TERRENO												
Dist. em Metros	0°	30°	60°	90°	120°	150°	180°	210°	240°	270°	300°	330°
0	588	588	588	588	588	588	588	588	588	588	588	588
100	581	585	581	582	582	588	591	595	600	600	603	594
200	584	578	579	578	579	585	591	603	606	606	605	600
300	587	580	577	569	566	582	590	601	600	599	609	600
400	586	580	578	561	559	576	592	606	602	596	618	606
500	588	581	571	565	554	579	590	602	599	600	610	605
600	584	576	563	569	555	572	593	592	576	590	612	610
700	581	568	564	572	567	571	591	587	572	590	608	600
800	579	559	557	572	565	574	585	584	572	592	608	586
900	571	554	553	572	572	566	582	574	575	599	607	582
1000	566	557	545	570	567	569	579	575	569	596	609	571
1100	561	550	550	569	572	564	575	566	569	594	612	571
1200	559	546	527	568	575	554	572	560	565	599	615	566
1300	547	547	516	566	572	557	572	560	570	595	612	564
1400	544	545	513	564	576	551	575	546	573	589	607	566
1500	534	547	510	561	573	549	571	545	565	583	604	563
1600	523	548	510	560	575	546	566	538	565	570	596	566
1700	516	548	505	559	575	546	562	538	558	559	598	566
300	514	549	511	556	577	538	560	529	550	554	596	567
J00	523	546	518	557	574	526	556	529	542	568	598	570
2000	530	545	527	556	573	527	552	529	543	574	599	563
2100	534	541	524	556	569	541	550	535	546	580	594	564
2200	537	539	525	557	568	540	549	540	546	588	591	558
2300	539	539	517	558	564	546	549	547	535	592	591	558
2400	535	543	515	561	563	549	529	555	535	588	591	561
2500	526	542	501	563	561	549	529	556	538	581	601	563
2600	519	544	493	566	555	547	537	566	550	575	605	567
2700	510	542	495	568	552	542	541	568	554	565	607	567
2800	515	538	494	567	540	531	545	563	562	559	612	563
2900	523	531	500	565	538	527	550	555	564	550	608	556
3000	533	528	494	564	541	524	554	545	571	553	605	549
3100	536	527	498	562	541	531	557	545	573	556	602	543
3200	540	522	493	561	543	529	554	543	582	549	603	535
3300	546	527	495	561	534	539	552	538	586	543	605	534
3400	552	521	488	566	536	532	553	549	588	542	606	524
3500	559	523	484	571	537	532	555	558	588	541	610	527
3600	569	522	475	574	535	533	549	566	590	546	613	541
3700	573	516	470	576	544	527	552	569	597	557	610	546
3800	566	511	473	574	543	516	547	578	596	566	609	553
00	559	502	479	569	539	498	541	581	601	574	604	559
4000	551	498	473	571	539	480	536	580	599	580	603	564
MÉDIA	550	545	520	566	559	547	562	563	572	576	604	567
	220	0.0	2-0							CRAL DO T		561

ESTUDO ESPECÍFICO PARA CONTORNO - 91 dBμ								
ALTURA DA ANTENA (m)	ALTITUDE DO LOCAL (m)	EFICIÊNCIA	POT. ERP (dBk)	POTÊNCIA (Kw)				
30,0	588,0	0,8498	-16,728	0,0212				

^	NMT	HSNMT	(E/Emax)2	ERPaz(dBk)	Contorno 91dBµ (km)	Observação
0°	550	68	0,79	-13,215	0,726	
30°	545	73	0,88	-14,720	0,863	
60°	520	98	0,87	-14,553	0,847	
90°	566	52	0,86	-14,386	0,830	
120°	559	59	0,88	-14,720	0,863	
150°	547	71	0,88	-14,720	0,863	
180°	562	56	0,82	-13,717	0,769	
210°	563	55	0,88	-14,720	0,863	
240°	572	46	0,94	-15,724	0,969	
270°	576	42	0,82	-13,717	0,769	
300°	604	14	0,93	-15,557	0,950	
330°	567	51	0,96	-16,058	0,993	



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRONICA COORDENAÇÃO - GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DECLARAÇÃO

A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL**, devidamente inscrita no CNPJ N. 15.423.194/0001-05, com sede à Av. Duque de Caxias, 3010, Sala S/N, Jardim Londrilar, CEP 86010-190. Município de Londrina, Estado do Paraná, através de seu representante legal, declara para os devidos fins, que:

 Na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação da entidade que represento, interromperei as transmissões imediatamente até que essas sejam sanadas, sem prejuízo do exercício das competências fiscalizatórias legalmente atribuídas à Anatel.

Londrina (PR), 19 de agosto de 2015.

CAPATÓRIO FOGIWARA

CLAUDIO MAINER CPF 735.300.188-72 Presidente

14° TABELIONATO DE NOTAS DE LONDRINA

AV. Duque de Caxids, 800/810, Téreo - Jd. Europa

Cep: 86015-000 - Londrina - PR Telefone/Fax: (43) 3343-4445

Selo Digital N° TDpc6.gbJw/P. bpbKa-kgqTY. NcDS

Valide esse selo em http://funarpen.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de CLAUDIO

MAINER (30242). *0024* 843844*. Dou fé Londrina-Paraná, 19

de agosto de 2015 - 13:21:10h

Em Testo

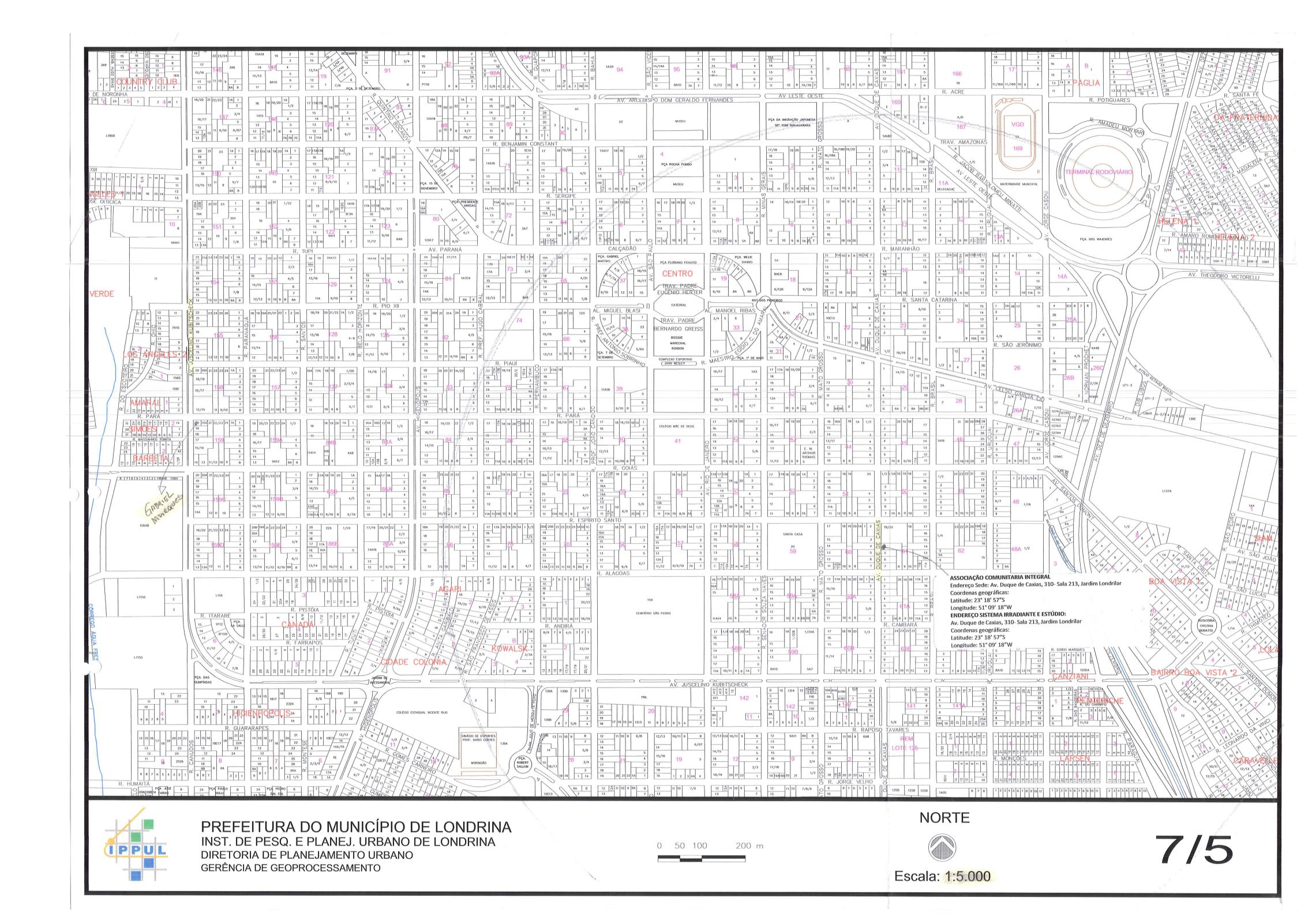
da Verdade

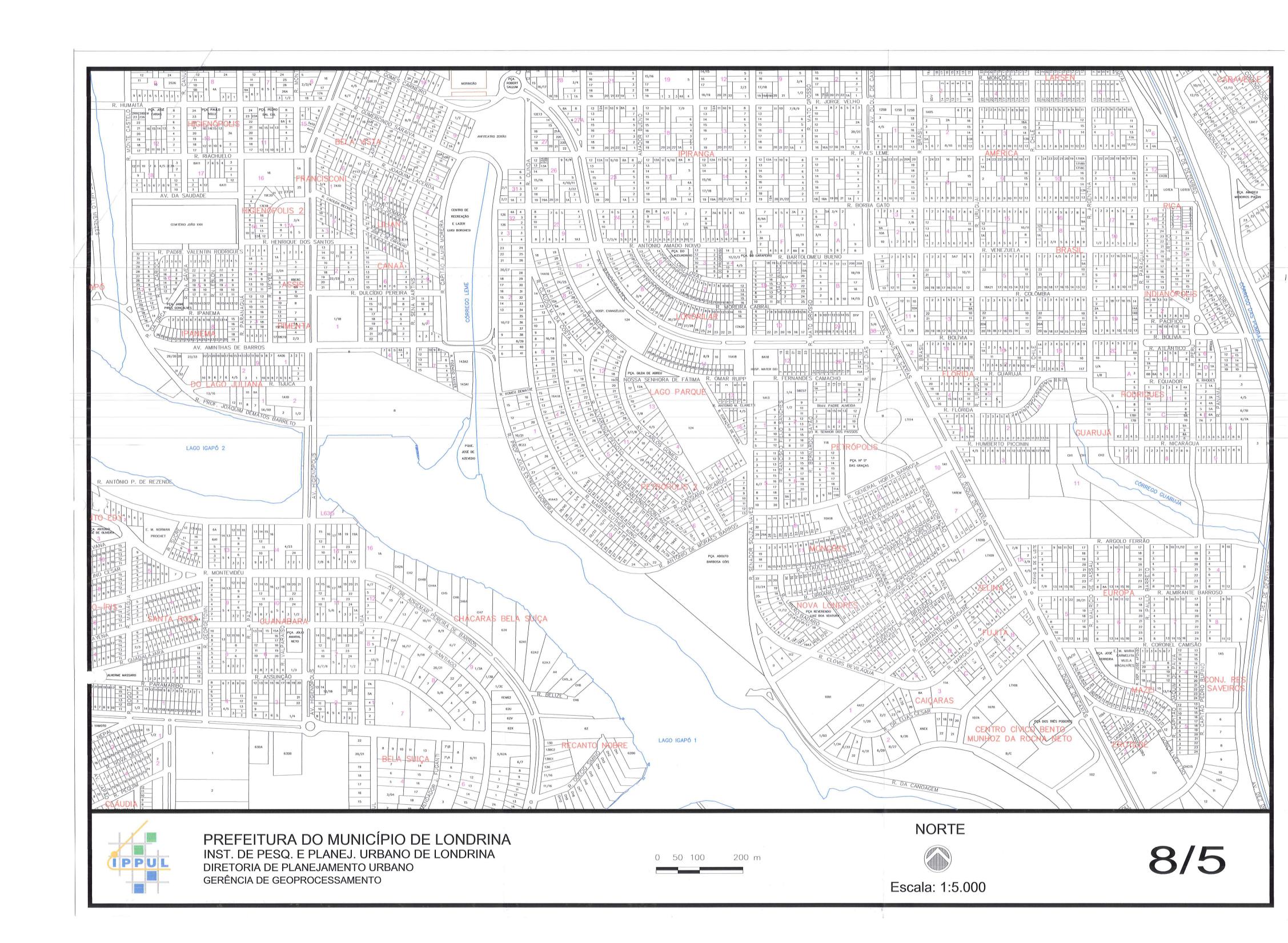
Alisson Guillerme Romagnoli Fiori

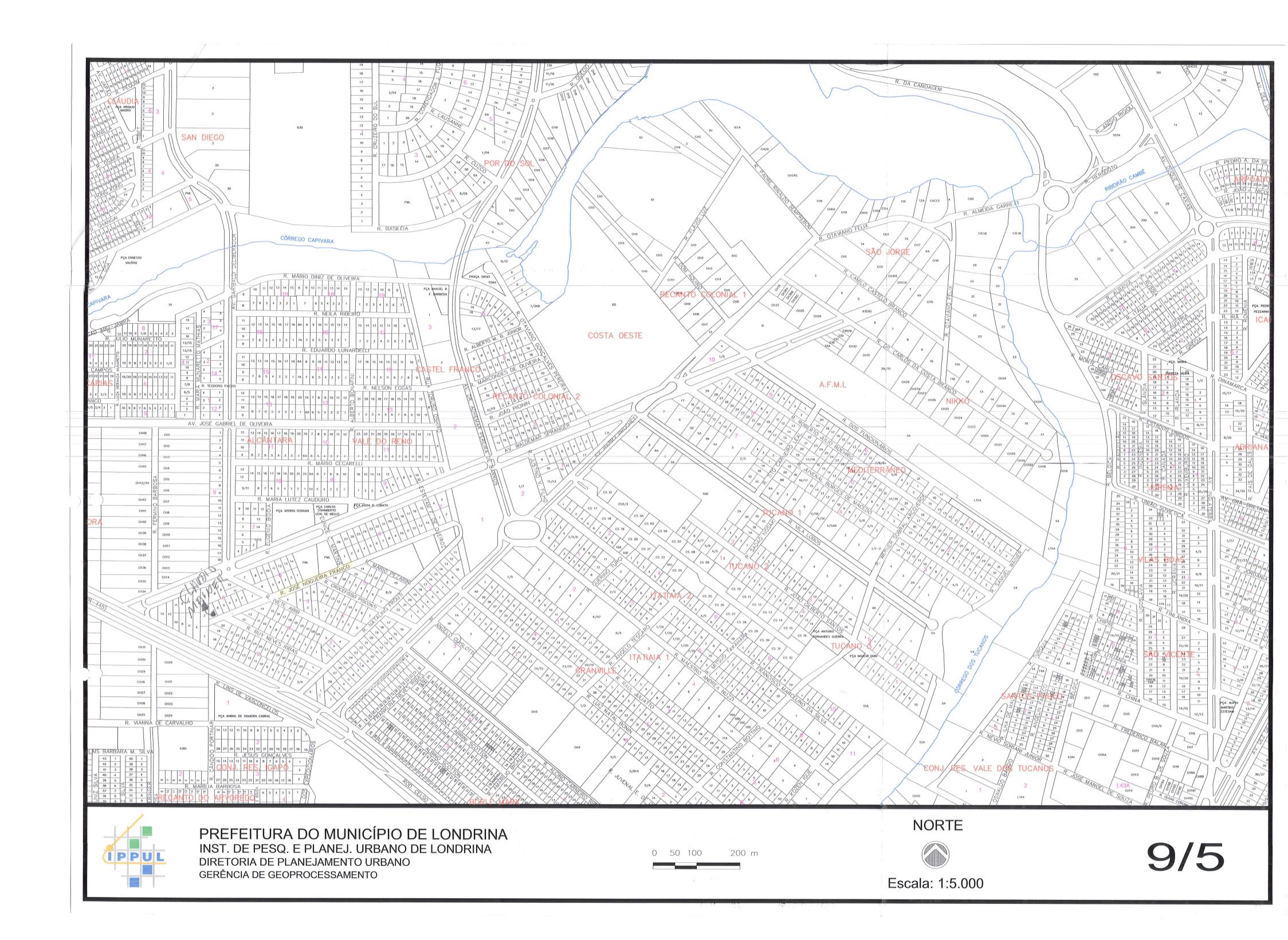
Escrevente Juramentado

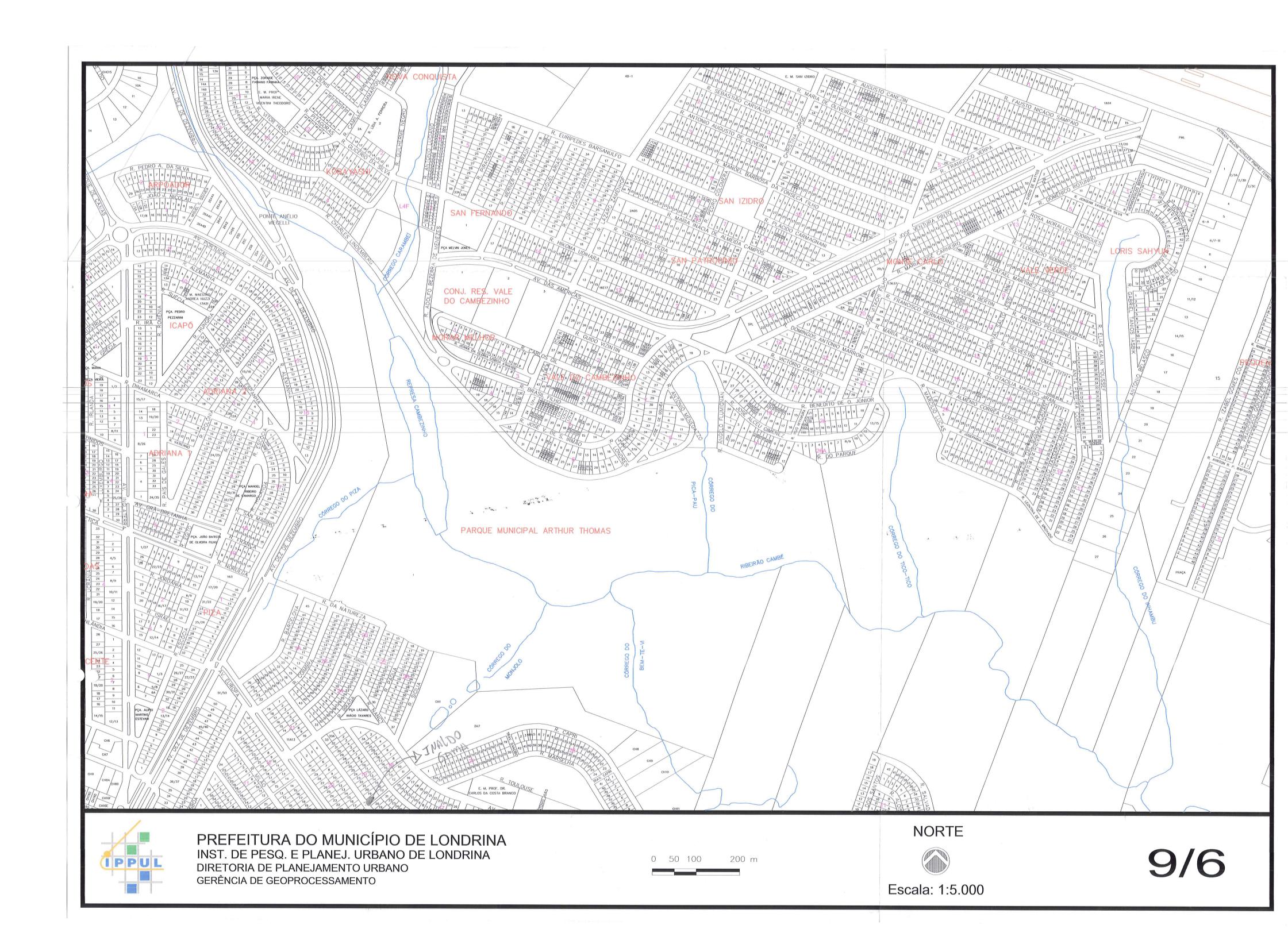
Emtos: R\$3,62, Funrejus: R\$0,91, Selò; R\$0,69: TOTAL: R\$5,22









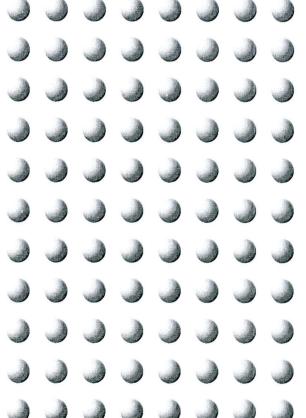




DPBLFM/87-108/0dB

ANTENA DIPOLO BANDA LARGA PARA FM 87 a 108 MHZ

Laudo Técnico



Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda Pç. da Pirâmide 90 Centro Empresarial Santa Rita do Sapucaí - MG Tel.: (0xx35) 3473 - 3700

www.teletronix.com.br



Teletronix

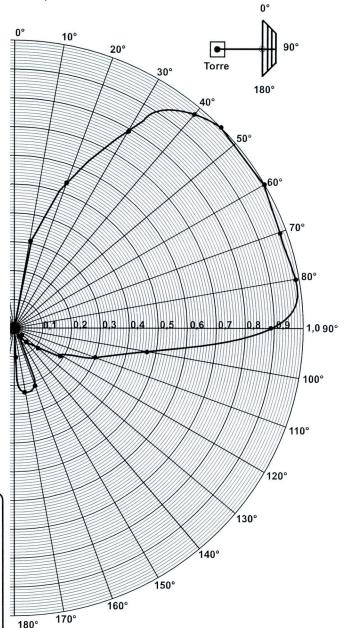
AUAD CORREA Equip.Eletr. Ltda Pç.da Pirâmide 90,CENTRO EMPRESARIAL Santa Rita do Sapucaí-MG-CEP:37540-000 Fone:0xx (35) 3473 3700

LAUDO TÉCNICO

INDICADA PARA TX-FM 87-108 MHZ

Diagrama de irradiação da antena Mod:DPBLFM/87-108/0dB

Plano: VERTICAL; Esc. 1:1 Gvt =1,0



CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- Fabricante: Auad Correa (Teletronix),
- Modêlo: DPBLFM/87-108/0dB,
- Tipo: Antena Dipolo de 1/2 onda,
- Polarização: Linear (VERTICAL),
- Faixa de operação: 87 a 108 MHZ
- Perda por retorno: >15 dB'S
- Ganho: 1.0 a 45°,135°,225°,315°(dBd)
- Ght: 1,0; a 45°,135°,225°,315°
- Gvt: 1,0 a 45° do plano
- Diagrama de Irradiação: Onidirecional(hrz)

Resp.Téc: Eng:Rogerio Correa OBS: O diagrama acima é para a antena livre de qualquer obstáculo a 5,0 metros montada em uma torre de 0,5m de diâmetro.

Folha 2 de 06



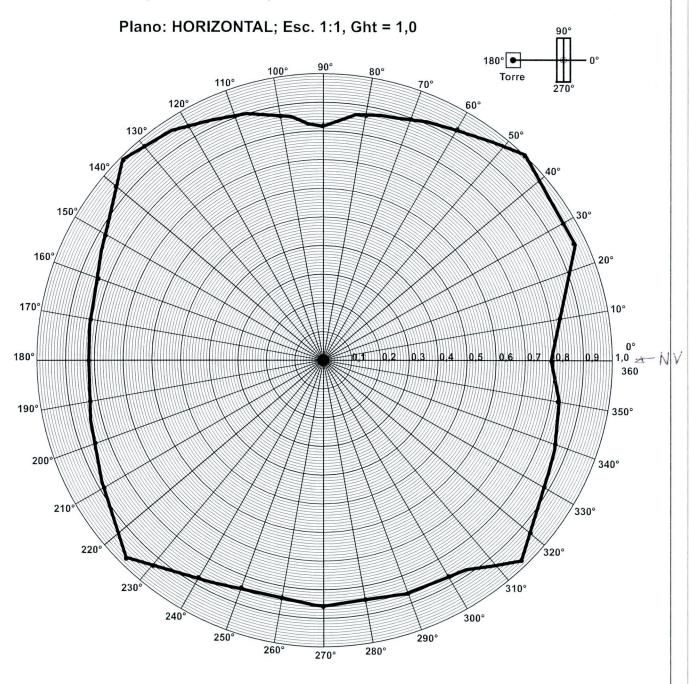
Teletronix

AUAD CORREA Equip.Eletr. Ltda Pç.da Firâmide 90,CENTRO EMPRESARIAL Santa Rita do Sapucaí-MG-CEP:37540-000 Fone:0xx (35) 3473 3700

LAUDO TÉCNICO

INDICADA PARA TX-FM 87-108 MHZ

Diagrama de irradiação da antena Mod:DPBLFM/87-108/0dB



Resp.Téc:

Eng:Rogerio Correa

OBS: O diagrama acima é para a antena livre de qualquer obstáculo a 5,0 metros montada em uma torre de 0,5m de diâmetro.

Folha 03 de 06

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES BRASILIA/DF

DECLARAÇÃO

Eu Isaac Binicio Enciso Mendoza, brasileiro, Engenheiro em Telecomunicações, residente e domiciliado à Rua São Paulo, nº 329, Apto 83, Bairro Centro, Município de Cascavel, Estado do Paraná, portador da RG nº 1.311.702-0 SSP/PR e CPF/MF nº 358.369.039-72, Declaro para os efeitos legais, que o local pretendido para a instalação do sistema irradiante no Município de LONDRINA, Estado do PARANÁ, se encontra conforme o disposto no item 19.2.5.1.1 da NORMA nº 001/2011 (NORMA COMPLEMENTAR DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITARIA).

Para maior clareza firmo o presente.

Cascavel, 13 de Agosto de 2015

Eng^o Isaac Binicio Enciso Mendoza CREA 18.998/D-PR

3

DAS COMUNICAÇÕES BRASILIA/DF

DECLARAÇÃO

Eu Isaac Binicio Enciso Mendoza, brasileiro, Engenheiro em Telecomunicações, residente e domiciliado à Rua São Paulo, nº 329, Apto 83, Bairro Centro, Município de Cascavel, Estado do Paraná, portador da RG nº 1.311.702-0 SSP/PR e CPF/MF nº 358.369.039-72, Declaro para os efeitos legais, que existe aeródromo na localidade de LONDRINA, Estado do PARANÁ, porém a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção baseado na PORTARIA DO COMANDO DA AERONAÚTICA -MINISTÉRIO DA DEFESA, nº 256/GC5 de 13/05/2011 e correspondentes alterações.

Cascavel, 13 de Agosto de 2015

Engº Isaac Binicio Enciso Mendoza CREA 18.998/D-PR

ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA INTEGRAL

PARECER CONCLUSIVO

Eu Isaac Binicio Enciso Mendoza, brasileiro, Engenheiro em Telecomunicações, residente e domiciliado à Rua São Paulo, nº 329, Apto 83, Bairro Centro, Município de Cascavel, Estado do Paraná, Declaro, sob minha responsabilidade, que o projeto de Radiodifusão Comunitária dos formulários constantes em anexo, atendem a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis á mesma e que o contorno de 91 dBμ da emissora não fica situado a mais de 1,0 (hum) km de distância da antena transmissora em nenhuma direção.

Cascavel, 13 de Agosto de 2015

Eng^o Isaac Binicio Enciso Mendoza CREA 18.998/D-PR



CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77 Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra 2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS



ART Nº 20153590183 Obra ou Serviço Técnico ART Principal

N° Registro: CPF/CNPJ: 15.423.194/0001-05

Nº Carteira: PR-18998/D Nº Visto Crea: -

Quadra:

O valor de R\$ 67,68 referente a esta ART foi pago em 17/08/2015 com a guia nº 100020153590183

O Valor de R\$ 67,68 referente a esta ART foi pago em 17/08/2015
Profissional Contratado: ISAAC BINICIO ENCISO MENDOZA (CPF:358.369.039-72)
Título Formação Prof.: ENGENHEIRO ELETRICISTA.
Empresa contratada:
Contratante: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA INTEGRAL
Endereço:AV DUQUE DE CAXIAS - SALA 213 3010 JARDIM LONDRILAR
CEP: 86010190 LONDRINA PR Fone:
Local da Obra: AV DUQUE DE CAXIAS - SALA 213 3010

Local da Obra: AV DUQUE DE CAXIAS - SALA 213 3010

JARDIM LONDRILAR - LONDRINA PR

Tipo de Contrato 4
Ativ. Técnica 5
Área de Comp. 15po Obra/Serv Serviços 1035
Serviços 035
Contratados 075

Local da Obra: AV DUQUE DE CAXIAS - SALA 213 3010
PROJETO E SERVIÇOS DE SERVIÇOS OB OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO 2300
SERVIÇOS TÉC PROFISSIONAIS EM TELECOMUNICAÇÕES PROJETO 097
SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO

Dados Compl.

Data Inicio Data Conclusão

CEP: 86010190 Dimensão

0

Guia N ART Nº 20153590183

Base de cálculo: T@BELA VALOR DE CONTRATO
Outras Informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc TABELA VALOR DE CONTRATO

R\$ 67 68 VIr Taxa

Entidade de Classe

Insp.: 4310 19/08/2015 CreaWeb 1.08

13/08/2015 17/08/2015

Lote:

25 WATT

Assinatura do Contratante

Snow Assinatura do Profissional

2º VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS Destina-se à apresentação nos órgãos de administração pública, cartórios e outros. Central de Informações do CREA-PR 0800 410067 A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) foi instituída pela Lei Federal 6496/77, e sua aplicação está regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) através da Resolução 1025/09.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRONICA COORDENAÇÃO - GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DECLARAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL, devidamente inscrita no CNPJ N. 15.423.194/0001-05, com sede à Av. Duque de Caxias, 3010, Sala S/N, Jardim Londrilar, CEP 86010-190. Município de Londrina, Estado do Paraná, através de seu representante legal, declara para os devidos fins que: O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA EMISSORA DE RÁDIO COMUNITÁRIA PRETENDIDO PARA QUANDO DA INSTALAÇÃO DA EMISSORA SERÁ:

	HORÁRIO DE F	UNCIONAMENTO	
Dia de Início	Dia Fim	Hora Início	Hora Fim
Domingo	Sábado	00h	24h



1/2" CELLFLEX® Low-Loss Foam-Dielectric Coaxial Cable



Power [kW]

1.43

0.884

0.857

0.809

0.696 0.644

0.590

0.433

0.366

Product Description

CELLFLEX® 1/2" low loss flexible cable; flame retardant/ halogen free jacket

Application:

OEM jumpers, Main feed transitions to equipment, GPS lines, Riser-rated In-Building

1/2" CELLFLEX® Low-Loss Foam Dielectric Coaxial Cable

Attenuation [dB/100ft]

0.462

0.684

1.44

Frequency [MHz]

88

108 150 174

200 300 400

800

824

2000

2100 2200 2400

3500 4000

5000 6000

7000 8000

8800

5.04 5.48

6.39

6.49 6.80

8.64 8.97

10.8 11.6

17.6 19.6

Features/Benefits

Low Attenuation

The low attenuation of CELLFLEX® coaxial cable results in highly efficient signal transferin your RF system.

· Complete Shielding

The solid outer conductor of CELIFLEX® coaxial cable creates a continuous RFI/EMI shield that minimizes system interference.

Low VSWR

Special low VSWR versions of CELLFLEX® coaxial cables contribute to low system noise.

Outstanding Intermodulation Performance

CELLFLEX® coaxial cable?s solid inner and outer conductors virtually eliminate intermods. Intermodulation performance is also confirmed with state-of-the-art equipment at the RFS factory.

High Power Rating

Due to their low attenuation, outstanding heat transfer properties and temperature stabilized dielectric materials, CELLFLEX $^{\odot}$ cable provides safe long term operating life at high transmit power levels.

· Wide Range of Application

Typical areas of application are: feedlines for broadcast and terrestrial microwave antennas, wireless

	nd ESMR base stations, cabling of antenn		
Technical Fea	ntures		
Structure		4	
Inner conductor:	Copper-Clad Aluminum Wire	[mm (in)]	4.8 (0.19)
Dielectric:	Foam Polyethylene	[mm (in)]	11.9 (0.47)
Outer conductor:	Corrugated Copper	[mm (in)]	13.8 (0.54)
Jacket:	Polyethylene, PE, Metalhydroxite Filling	[mm (in)]	15.8 (0.62)
Mechanical Prop	perties		
Weight, approximate	ely	[kg/m (lb/ft)]	0.23 (0.16)
Minimum bending ra	adius, single bending	[mm (in)]	70 (3)
Minimum bending ra	adius, repeated bending	[mm (in)]	125 (5)
Bending moment		[Nm (lb-ft)]	6.5 (4.79)
Max. tensile force		[N (lb)]	1100 (247)
Recommended / ma	ximum clamp spacing	[m (ft)]	0.6 / 1 (2 / 3.25)
Electrical Proper	rties		
Characteristic imped	dance	[Ω]	50 +/- 1
Relative propagation	n velocity	[%]	88
Capacitance		[pF/m (pF/ft)]	76 (23.2)
Inductance		[μH/m (μH/ft)]	0.19 (0.058)
Max. operating frequ		[GHz]	8.8
Jacket spark test RN	MS	[V]	8000
Peak power rating		[kW]	38
RF Peak voltage rat	ing	[V]	1950
DC-resistance inner	conductor	$[\Omega/\text{km} (\Omega/1000\text{ft})]$	1.57 (0.48)
DC-resistance outer	conductor	$[\Omega/\text{km} (\Omega/1000\text{ft})]$	2.7 (0.82)
Recommended 1	Temperature Range		
Storage temperature	е	[°C (°F)]	-70 to 85 (-94 to 185)
Installation temperat	ture	[°C (°F)]	-25 to 60 (-13 to 140)
Operation temperatu	ure	[°C (°F)]	-50 to 85 (-58 to 185)
Other Character	istics	•	

Attenuation at 20°C (68°F) (cable temperature
Mean power rating at 40°C	(104°F) ambient temperature

VSWR Performance:

Flame Retardant, LS0H

Premium for 410 - 470 MHz

[dB (VSWR)]

Other Options:

Fire Performance:

is subject to confirmation at time of ordering

contained in the

Phase stabilized and phase matched cables and assemblies are available upon request.

RFS The Clear Choice ®

LCF12-50JFN-P1

Rev: D / 15.Aug.2013

Print Date: 28.02.2014

Radio Frequency Systems

Please visit us on the internet at http://www.rfsworld.com/



MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES BRASILIA/DF

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins que, as emissões provenientes da estação transmissora da ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA INTEGRAL, do serviço de RadCom, cuja instalação está proposta para a Avenida Duque de Caxias, 3010 - Sala 213, Bairro Jardim Londrilar, Município de LONDRINA, Estado do PARANÁ, utilizando o/a canal/frequência, 200 (87,9) Mhz, atende aos limites estabelecidos pela Legislação Brasileira editada pela ANATEL através da Resolução nº 303 de 02/07/2002 que regulamenta Sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos de Radiofrequência entre 9 Khz e 300 Ghz. Para maior clareza firmo o presente.

Cascavel, 13 de Agosto de 2015

Engo Isaac Binicio Enciso Mendoza

CREA 18.998/D-PR

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES BRASILIA/DF

DECLARAÇÃO

Eu Isaac Binicio Enciso Mendoza, brasileiro, Engenheiro em Telecomunicações, residente e domiciliado à Rua São Paulo, nº 329, Apto 83, Bairro Centro, Município de Cascavel, Estado do Paraná, portador da RG nº 1.311.702-0 SSP/PR e CPF/MF nº 358.369.039-72, Declaro que a cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante (base da torre) da Emissora de RADIOCOMUNITARIA da ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA INTEGRAL, sediado na Avenida Duque de Caxias, 3010 – Sala 213, Bairro Jardim Londrilar, Município de LONDRINA, Estado do PARANÁ, de coordenadas geográficas 23º S 18' 57" de latitude e 51º W 09' 18" de longitude, tem desnível maior que 30,0 (trinta) metros em relação à cota de qualquer ponto do terreno, no raio de 1,0 (hum) km em torno do local (torre) do sistema irradiante.

Para maior clareza firmo o presente.

Cascavel, 13 de Agosto de 2015

Eng^o Isaac Binicio Enciso Mendoza CREA 18.998/D-PR Ao

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária Explanada dos Ministérios, "BLOCO R", 3° Andar CEP 70044-900 Brasília/DF







Associação Comunitária Integral Av. Duque de Caxias, 3010, Jardim Londrilar CEP 86010-190 Londrina/PR UmVxdWVyaW1lbnRvlCAoMDY5MDE4Nyk= SEI 53000.072167/2013-61 / pg. 409



RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

3/15/16 3:03 PM

Aviso de Inscrição: 67

Página 1 de 9

	Vizinhos													
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade						
0.00	PR	LONDRINA	53000.072167/2013	67	23S1857	51W0918	EX2	ASSOCIACAO COMUNITARIA INTEGRAL						
0.26	PR	LONDRINA	53000.030827/2011	0	23S1855	51W0927	CDI	ASSOCIACAO DE DIFUSAO COMUNITARIA RADIO CULTURAL DO JARDIM SAN REMO						
0.48	PR	LONDRINA	53000.024673/2010	29	23S1910	51W0927	ARQDE F	FUNDACAO PAULO MUNIZ						
0.55	ВА	CANDEIAS	53000.028171/2005	0	23S1840	51W0912	RAQ	INSTITUTO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DR. JESUS						
0.55	PR	LONDRINA	53740.001092/1998	1	23\$1840	51W0912	ARQDE F	NÚCLEO ESPÍRITA UNIVERSITÁRIO - NEU						
0.90	PR	LONDRINA	53000.076980/2013	67	23S1843	51W0946		ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTISTICO DA ZONA SUL						
1.01	PR	LONDRINA	53000.007301/2010	29	23\$1837	51W0946	ARQDE F	CENTRO PROMOCIONAL E CRECHE ARACY SOARES SANTOS						
1.14	PR	LONDRINA	53740.001035/1998	1	23S1823	51W0934	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA RÁDIO COMUNITÁRIA "FAROL PENTESCOSTAL"						
1.18	PR	LONDRINA	53000.034301/2004	0	23S1822	51W0935	RAQ	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CIDADE DE LONDRINA						
2.47	PR	LONDRINA	53000.013571/2010	29	23S1805	51W1024	ARQDE F	INSTITUTO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO E CULTURA						
2.51	PR	LONDRINA	53000.066573/2013	67	23S1806	51W0809	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA CIDADE FM						
2.51	PR	LONDRINA	53900.064745/2015	0	23S1806	51W0809	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA CIDADE FM						
3.42	PR	LONDRINA	53000.061386/2006	0	23\$1908	51W1118	RAQ	ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA						



RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

3/15/16 3:03 PM

Aviso de Inscrição: 67

Página 2 de 9

	Vizinhos													
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade						
4.05	PR	LONDRINA	53900.064745/2015	0	23S1728	51W0733	CDI	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA CIDADE FM						
4.08	PR	LONDRINA	53000.014858/2010	29	23S1743	51W1117	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA						
4.19	PR	LONDRINA	53740.000343/2002	0	23S1708	51W1046	RAQ	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LUZ E ESPERANÇA						
4.39	PR	LONDRINA	53740.001767/1998	4	23S1944	51W1144	FLD	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA PIONEIRA DE LONDRINA						
4.39	PR	LONDRINA	53000.007910/2014	4	23S1944	51W1144	RPUB	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA PIONEIRA DE LONDRINA						
4.53	PR	LONDRINA	53000.073874/2013	67	23S1918	51W0640	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL VIDA E ARTE						
4.71	PR	LONDRINA	53000.032042/2007	29	23S2127	51W0849	ARQDE F	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA ZONA SUL DE LONDRINA						
5.06	PR	LONDRINA	53000.023269/2010	29	23S2137	51W0840	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DEMOCRATIZACAO DA COMUNICACAO						
5.06	PR	LONDRINA	53740.000563/1999	29	23S2137	51W0840	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DEMOCRATIZACAO DA COMUNICACAO						
5.06	PR	LONDRINA	53000.051155/2011	29	23S2137	51W0840	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DEMOCRATIZACAO DA COMUNICACAO						
5.06	PR	LONDRINA	53000.051265/2011	29	23S2137	51W0840	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DEMOCRATIZACAO DA COMUNICACAO						
5.52	PR	LONDRINA	53740.000257/1999	0	23\$2151	51W0833	RAQ	ASSOCIAÇÃO AGAPE DE ACAO SOCIAL, EVANGELISMO E MISSOES						
5.52	PR	LONDRINA	53740.000697/1999	0	23S2151	51W0833	RAQ	ASSOCIAÇÃO AGAPE DE ACAO SOCIAL, EVANGELISMO E MISSOES						



RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

3/15/16 3:03 PM

Aviso de Inscrição: 67

Página 3 de 9

	Vizinhos												
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade					
6.18	PR	LONDRINA	53740.001176/1998	2	23S1707	51W1220	LDE	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DINAMICA DE LONDRINA					
6.18	PR	LONDRINA	53900.000749/2014	2	23\$1707	51W1220	REN	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DINAMICA DE LONDRINA					
6.49	PR	LONDRINA	53740.001137/1998	2	23S1530	51W0958	LDD	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CINCAO					
6.49	PR	LONDRINA	53740.000663/2001	0	23S1534	51W0819	RAQ	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DOS CINCO CONJUNTOS					
6.51	PR	CAMBÉ	53740.000473/2002	16	23S1845	51W1307	ARQDE F	ORGANIZAÇÃO GRÃO DE CAFÉ					
6.98	PR	LONDRINA	53000.031270/2003	29	23S2243	51W0909	PAN	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE (A VOZ DO ADVENTO)					
6.98	PR	LONDRINA	53000.022597/2003	29	23\$2243	51W0909	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE (A VOZ DO ADVENTO)					
8.73	PR	LONDRINA	53000.005683/2010	29	23S2318	51W1116	ARQDE F	IGREJA EVANGÉLICA DE JESUS CRISTO					
10.42	PR	CAMBÉ	53740.000689/2001	16	23S1737	51W1515	LDE	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA NOVA ALTERNATIVA DE CAMBE					
10.42	PR	CAMBÉ	53000.050467/2013	16	23S1737	51W1515	ARQPO T	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA NOVA ALTERNATIVA DE CAMBE					
11.80	PR	IBIPORÃ	53000.059286/2011	0	23S1604	51W0307	RAUT	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTISTICO DE IBIPORA					
11.81	PR	IBIPORÃ	53740.000891/1998	1	23S1615	51W0301	RLDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTISTICO DE IBIPORA					
11.81	PR	IBIPORÃ	53000.022333/2012	1	23S1615	51W0301	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTISTICO DE IBIPORA					



RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

3/15/16 3:03 PM

Aviso de Inscrição: 67

Página 4 de 9

						Vizinho	S	
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
14.58	PR	CAMBÉ	53000.010780/2004	0	23S1616	51W1721	ARQCD I	ASSOCIACAO CULTURAL DE CAMBE
14.74	PR	ASTORGA	53000.033112/2007	0	23\$1100	51W0900	RAQ	ADR - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGINONAL
19.01	PR	JATAIZINHO	53000.057355/2011	0	23\$1517	50W5852	RAUT	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO CULTURAL E ARTISTICA DE JATAIZINHO
19.01	PR	JATAIZINHO	53740.000022/1999	4	23\$1517	50W5852	RLDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO CULTURAL E ARTISTICA DE JATAIZINHO
21.64	PR	ROLÂNDIA	53000.003089/2006	0	23S1855	51W2200	RAQ	COMUNIDADE DA GRAÇA EM ROLÂNDIA
21.67	PR	ROLÂNDIA	53740.001050/1998	4	23\$1843	51W2201	LDE	A ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE ROLANDIA
21.67	PR	ROLÂNDIA	53900.018561/2014	4	23S1843	51W2201	REN	A ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE ROLANDIA
21.67	PR	ROLÂNDIA	53900.018560/2014	4	23\$1843	51W2201	ARQPO T	A ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE ROLANDIA
22.63	PR	ROLÂNDIA	53740.000203/2002	0	23\$1906	51W2235	RAQ	ASSOCIAÇÃO MORADORES DO JARDIM TERESÓPOLIS
24.94	PR	ROLÂNDIA	53000.027581/2005	0	23\$2010	51W2353	ARQCD I	ASSOCIAÇÃO ROLANDENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - ARRCOM
25.38	PR	LONDRINA	53000.012869/2010	29	23\$0516	51W0929	ARQDE F	COMUNIDADE EVANGÉLICA MENSAGEM DE PAZ
27.30	PR	ARAPONGAS	53000.005993/2011	31	23\$2239	51W2449	EX1	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO ARAPONGAS FM
29.11	PR	RANCHO ALEGRE	53740.000763/1999	25	23\$0858	50W5607	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL, ARTISTICA E SOCIAL DE RANCHO ALEGRE



RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

3/15/16 3:03 PM

Aviso de Inscrição: 67

Página 5 de 9

	Vizinhos												
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade					
29.54	PR	ARAPONGAS	53100.000243/2004	19	23\$3024	51W2122	ARQDE F	ASSOCIACAO DE COOPERACAO AGRICOLA DORCELINA FOLADOR					
30.38	PR	ARAPONGAS	53100.000526/2004	19	23S2511	51W2548	ARQDE F	ASSOCIACAO SAGRADA FAMILIA					
30.39	PR	ARAPONGAS	53740.000771/1999	19	23S2442	51W2601	PAN	ASSOCIACAO COMUNITARIA PARANA DE RADIODIFUSAO					
30.42	PR	ARAPONGAS	53100.000809/2004	19	23S2432	51W2606	LDA	ASSOCIACAO COMUNITARIA PARANA DE RADIODIFUSAO					
30.42	PR	ARAPONGAS	53000.000584/2013	19	23S2432	51W2606	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA PARANA DE RADIODIFUSAO					
30.91	PR	SERTANÓPOLIS	53000.048423/2012	1	23S0323	51W0249	ARQPO T	ASSOCIACAO DA RADIO COMUNITARIA DE SERTANOPOLIS					
30.91	PR	SERTANÓPOLIS	53000.061976/2013	1	23S0323	51W0249	REN	ASSOCIACAO DA RADIO COMUNITARIA DE SERTANOPOLIS					
30.91	PR	SERTANÓPOLIS	53740.001017/1998	1	23S0323	51W0249	LDE	ASSOCIACAO DA RADIO COMUNITARIA DE SERTANOPOLIS					
31.29	PR	ARAPONGAS	53000.061270/2010	31	23S2643	51W2537	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL VIDA NOVA EM CRISTO					
31.80	PR	ASSAÍ	53740.000145/2002	17	23\$2252	50W5107	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTISTICO DE ASSAI					
31.80	PR	ASSAÍ	53900.041679/2015	17	23\$2252	50W5107	RAGR	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTISTICO DE ASSAI					
31.80	PR	ASSAÍ	53000.027652/2013	17	23S2252	50W5107	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTISTICO DE ASSAI					
31.93	PR	ASSAÍ	53740.000660/2002	17	23\$2251	50W5102	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA ASSAI FM					



RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

3/15/16 3:03 PM

Aviso de Inscrição: 67

Página 6 de 9

	Vizinhos												
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade					
33.29	PR	LONDRINA	53000.073893/2013	67	23S3617	51W1423	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DEMOCRATIZACAO DA COMUNICACAO					
34.37	PR	LONDRINA	53740.001262/1998	3	23S0847	50W5226	ARQDE F	SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA					
35.49	PR	BELA VISTA DO PARAÍSO	53000.024616/2011	32	22S5957	51W1149	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO BELA VISTA FM					
35.68	PR	BELA VISTA DO PARAÍSO	53000.025595/2011	32	22S5949	51W1132	ARQDE F	ASSOCIACAO DE INCLUSAO SOCIOCULTURAL E DESENVOLMIMENTO HUMANO DO NORTE DO PARANA					
35.68	PR	BELA VISTA DO PARAÍSO	53000.051533/2006	32	22\$5949	51W1132	PAN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO BELA VISTA FM					
35.98	PR	APUCARANA	53000.053976/2010	30	23S3058	51W2554	ARQDE F	AFGV - ASSOCIACAO FILANTROPICA GERACAO VIDA					
36.77	PR	RANCHO ALEGRE	53000.043798/2012	48	23S0412	50W5453	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL, ARTISTICA E SOCIAL DE RANCHO ALEGRE					
36.98	PR	APUCARANA	53000.053491/2010	30	23\$3307	51W2436	IND	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO FM E TELEVISAO DE APUCARANA					
37.28	PR	BELA VISTA DO PARAÍSO	53740.000283/1999	5	22\$5900	51W1200	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO BELA VISTA FM					
38.90	PR	APUCARANA	53000.090909/2006	30	23\$3224	51W2651	ARQDE F	A. FACHISA ASSOC. DOS FABRICANTES DE CHINELOS E SANDÁLIAS DE APUCARANA					
39.13	PR	URAÍ	53740.001650/1998	4	23S1159	50W4737	RLDE	ASSOCIACAO COMUNIT. DE DESENVOLV. CULTURAL E ARTISTICO DE URAI					
39.73	PR	URAÍ	53000.058119/2011	0	23S1104	50W4737	RAUT	ASSOCIACAO COMUNIT. DE DESENVOLV. CULTURAL E ARTISTICO DE URAI					
40.51	PR	APUCARANA	53740.000973/1998	19	23S3257	51W2735	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE APUCARANA					



RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

3/15/16 3:03 PM

Aviso de Inscrição: 67

Página 7 de 9

						Vizinho	S	
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
40.59	PR	APUCARANA	53740.000853/1998	0	23\$3302	51W2734	PAN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO FM E TELEVISAO DE APUCARANA
40.64	PR	SABÁUDIA	53000.047643/2012	24	23S1900	51W3310	ARQPO S	ASSOCIACAO DA RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE SABAUDIA
40.72	PR	APUCARANA	53100.000416/2004	19	23S3303	51W2739	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO FM E TELEVISAO DE APUCARANA
40.90	PR	SABÁUDIA	53000.035378/2012	0	23S1915	51W3319	ARQPO T	ASSOCIACAO DA RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE SABAUDIA
40.90	PR	SABÁUDIA	53000.054211/2006	24	23S1915	51W3319	LDE	ASSOCIACAO DA RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE SABAUDIA
40.96	PR	BELA VISTA DO PARAÍSO	53740.000855/1999	32	22\$5700	51W1200	PAN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO BELA VISTA FM
41.12	PR	APUCARANA	53100.000476/2004	19	23S3311	51W2750	ARQDE F	Universidade Livre para o Desenvolvimento Luz do Mundo - UNILLUZ
42.60	PR	PRADO FERREIRA	53740.000943/1998	4	23S0221	51W2635	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PRADO FERREIRA
43.49	PR	SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA	53740.001345/1998	4	23S2759	50W4543	LDE	ASSOCIACAO CULTURAL DE SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA
43.49	PR	SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA	53900.016408/2015	4	23S2759	50W4543	REN	ASSOCIACAO CULTURAL DE SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA
43.95	PR	SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	53740.000487/1999	5	23\$3058	50W4702	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA CECILIA DO PAVAO
43.96	PR	NOVA AMÉRICA DA COLINA	53740.000549/1999	25	23S1950	50W4330	ARQDE F	ASSOC. COMUNIT. PARA O DESENVOLV. SOCIAL, CULTURAL E ARTIS-TICO DE NOVA AMERICA DA COLINA
44.04	PR	SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	53000.018213/2005	28	23\$3102	50W4701	ARQDE F	PROVOPAR - AÇÃO SOCIAL



RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

3/15/16 3:03 PM

Aviso de Inscrição: 67

Página 8 de 9

	Vizinhos												
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade					
44.08	PR	CALIFÓRNIA	53000.002189/2008	25	23\$4002	51W2117	LDE	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE CALIFORNIA					
44.26	PR	SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	53000.029668/2009	28	23\$3113	50W4659	LPE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DA RADIO LIDER FM					
44.26	PR	SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	53000.026963/2013	28	23S3113	50W4659	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA DA RADIO LIDER FM					
44.75	PR	NOVA AMÉRICA DA COLINA	53000.002139/2014	0	23S1947	50W4302	CDI	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO CULTURAL E ARTISTICA DE NOVA AMERICA DA COLINA					
44.75	PR	NOVA AMÉRICA DA COLINA	53000.039945/2012	48	23S1947	50W4302		ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO CULTURAL E ARTISTICA DE NOVA AMERICA DA COLINA					
44.86	PR	JAGUAPITÃ	53740.001052/1998	4	23S0634	51W3155	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTISTICO DE JAGUAPITA					
44.86	PR	JAGUAPITÃ	53900.017315/2015	4	23S0634	51W3155	REN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTISTICO DE JAGUAPITA					
45.69	PR	TAMARANA	53900.044560/2015	10	23\$4322	51W0539	REN	ASSOCIACAO CULTURAL E ARTISTICA AMIGOS DE TAMARANA					
45.69	PR	TAMARANA	53000.002178/2014	10	23\$4322	51W0539	ARQPO S	ASSOCIACAO CULTURAL E ARTISTICA AMIGOS DE TAMARANA					
45.69	PR	TAMARANA	53740.000765/1999	10	23\$4322	51W0539	LDE	ASSOCIACAO CULTURAL E ARTISTICA AMIGOS DE TAMARANA					
45.89	PR	APUCARANA	53000.005384/2009	30	23\$3406	51W3038	ARQDE F	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO RADCOM TEMPLO DE APUCARANA FM					
45.89	PR	APUCARANA	53000.014330/2014	0	23\$3406	51W3038	CDI	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO RADCOM TEMPLO DE APUCARANA FM					
46.73	PR	SERTANEJA	53900.041689/2015	5	23\$0214	50W4847	REN	ASSOCIACAO CULTURAL E ARTISTICA DE SERTANEJA - ACASE					



RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

3/15/16 3:03 PM

Aviso de Inscrição: 67

Página 9 de 9

Número do Processo: 530000721672013

	Vizinhos									
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade		
46.73	PR	SERTANEJA	53740.000486/1999	5	23S0214	50W4847	LDE	ASSOCIACAO CULTURAL E ARTISTICA DE SERTANEJA - ACASE		

Nº de Linhas: 0

Secretaria de Serviço de Radiodifusão Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão

ROTEIRO DE ANÁLISE DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.072167/2013 Localidade / UF: LONDRINA/PR

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA INTEGRAL

Aviso: Canal: 200

Endereço Sistema

Endereço Estúdio:

AVENIDA DUQUE DE CAXIAS - SALA 213 Nº 3010 - B. JARDIM LONDRILAR LONDRINA

Irradiante:

AVENIDA DUQUE DE CAXIAS - SALA 213 Nº 3010 - B. JARDIM LONDRILAR

DUQUE DE CAXIAS Nº 3010 - B. JARDIM LONDRILAR LONDRINA - PR Endereço Sede:

m (0690187) m (0690187) m (0690187) m (0690187)	Sim
m (0690187)	
m (0690187)	
m (0690187)	
m (0690187)	
m (0690187) 24H	
m (0690187)	
m (0690187)	
	m (0690187) 24H m (0690187)

eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz. 13. Dados do Transmissor a. Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos b. Modelo: SP5025 0680030528 c. Categoria: 2H d. Certificado: e. Potência (W): 25 14. Dados do Transmissor Reserva a. Fabricante: b. Modelo: d. Certificado: c. Categoria: e. Potência (W): 15. Dados da Antena a. Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos b. Modelo: DPBLFM/87-108/0dB 30,0 d. Ganho Máximo: 0 16. Intensidade de campo(dBu): 90.27 c. Altura: 17. Conclusão Geral (Parecer Técnico) Processo tecnicamente instruído em segunda fase. Encaminhe-se para realização de Revisão Final.

Cleyson De Vasconcelos Silva

15/03/2016 RADCOM Página 2 de 2

DESPACHO

O processo nº 53000.072167/2013-61, da Associação Comunitária Integral, encontra-se tecnicamente instruído em 2ª fase, conforme Relatório de Vizinhos (1023260) e Roteiro de Análise de Instalação da Estação Radcom (1023271). Encaminhe-se para realização de Revisão Final.



Documento assinado eletronicamente por Cleyson de Vasconcelos Silva, Técnico Nível Superior, em 15/03/2016, às 15:11, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador 1023284 e o código CRC 2D3A69D7.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3 º andar - 70044-900 - Brasília - DF (61) 3311-6281

Oficio nº 1965 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 24 de Marco de 2014.

Ao(A) Senhor(a)

ANTÔNIO MARCOS NOVAIS

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DA ZONA SUL

SRTV/Sul, Bloco "O", Sala 463, 4° andar, Edifício Novo Centro, Multiempresarial 70.340-000 / Brasília – DF

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo nº 53000.076980/2013-19.

Senhor(a) Representante Legal,

- 1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.076980/2013-19, no qual essa entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Londrina/PR, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 1233/2014/CGRC/SCE-MC, que dispõe sobre os motivos do indeferimento do pedido da entidade.
- 2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste oficio, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente recurso à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, a encaminhará à autoridade imediatamente superior, a quem caberá a decisão final na esfera administrativa. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, o processo será arquivado e qualquer solicitação encaminhada será considerada intempestiva.
- 3. Ressaltamos que apenas será acatado o recurso que apresente razões de legalidade e de mérito, em conformidade com a Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e ainda, de acordo com o disposto no subitem 11.2.1, da Norma nº 1/2011, não serão considerados, no julgamento do recurso, documentos e informações que a entidade recorrente deveria ter apresentado em momento anterior, seja por força das exigências constantes do aviso de habilitação, seja por solicitação do Ministério das Comunicações, ressalvados os casos previstos no subitem 11.2.2 da Portaria nº 197 de 01/07/2013.

Atenciosamente,

CGRC

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

김병하다. 하고하는데 많다 수업에 눈이라면 생겨하셨다고요?



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 1233/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: Indeferimento do pedido de outorga.

Referências: Processo nº 53000.076980/2013-19.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Trata-se de requerimento da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DA ZONA SUL para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Londrina/PR.

ANÁLISE

Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de 2. indeferimento pelos seguintes fato(s) e fundamento(s):

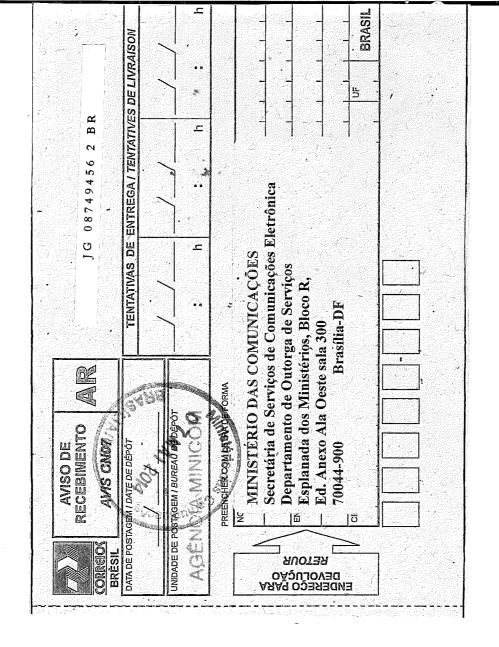
A falta de apresentação, na fase de habilitação, de qualquer documento listado abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento sumário.

	Dispositivo	Documento	Descrição
Norma n° 1/2011	Subitem 8.1.2 (referente ao subitem 8.1 alínea "f")	Declaração conforme modelo do Anexo 3	O documento encaminhado (fls. 05-06) não traz as coordenadas propostas para a sede e para o sistema irradiante.

CONCLUSÃO

- Em face do exposto, constatou-se a necessidade de indeferimento do pedido de outorga da entidade.
- Desta forma, a entidade deverá ser comunicada acerca do indeferimento mediante ofício enviado por AR Postal, resguardando-se o direito da mesma apresentar recurso à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, a encaminhará à autoridade imediatamente superior, a quem caberá a decisão final na esfera administrativa. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, o processo será arquivado e qualquer solicitação encaminhada será considerada intempestiva.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA	E FORMA		AR	
NOME OU RAZÃO SOCIAI L L L L L ENDEREÇO / ADRES L L L L L L CEP / OODE POSTAL	SIGNATÁRIO: CC ÁREA DE ANÁLI N° DO OFICIO: 1 N° DO PROCESSI ASS. COM.DE DESE SRTV/SUL, BLOCO "O MULTIEMPRESARIAL 70.340-000 /	AREA DE ANÁLISE: CGRC/DEAA/SCE-MC N° DO OFICIO: 1965 /2014, DE %/ /03/14 N° DO PROCESSO: 53000,076980/13 ASS. COM.DE DESENV. CULT. E ARTÍSTICO DA ZONA SUL SRTV/SUL, BLOCO "O", SALA 463, 4° ANDAR, EDIFÍCIO NOVO CENTRO, MULTIEMPRESARIAL BRASÍLIA – DF	E-MC TO DA ZONA SUL EDIFÍCIO NOVO CENTRO,	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚ	IDO (SUJEITO À VERIS	DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINACION	NATUREZA DO RIORI EMS SEGUR	NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE EMS SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
ASSINATURA DO RECEBEDOR <i>I SIGNATURE DU RÉCEPTEUR</i> SQUOLULUME PLOUM NO NOME LEGIVEL ^N DO RECEPTEUR	MTURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR OLOGUELLINE LEGINEUDO RECEBEDOR UNOM LISIBLE DU RÉCEPTE	æceрте!/R 1 №7> ou Récepte!/R	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION O 9 MAI /2014	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAL DE DESTINATION
N° DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR ECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR EN DE PORTO ILA A ENDEPECO DA	FICAÇÃO DO FEDIDOR STATEMENTO NO 1	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO/NO R. CAIN SIGNATURE DE L'ADENTE, AQ. de COFFEIOS MART. 8133,873-0 MART. 8133,873-0 MEDO / ADDESSEE DE DETOMB DYANG.	REGREGINA R. Campos (L. Ag. de Correios Mat. 8133,873-0	0 MAI 2014
75240203-0 .	EVOLUÇAU NO V	ERSO / AURESSE DE 1 FC0463 / 16	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS 52402030 .	14.1 v 188 mm



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 18292/2014/SEI-MC

Processo nº: 53000.076980/2013-19

Assunto: Não acatamento de recurso administrativo.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento da Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico da Zona Sul, entidade participante do Aviso de Habilitação nº 67, publicado no DOU de 15/10/2013, para reconsideração da decisão exarada na Nota Técnica nº 1233/2014/CGRC/SCE-MC.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de indeferimento pelo(s) seguinte(s) fato(s) e fundamento(s):

O não atendimento, na fase de habilitação, de qualquer dispositivo listado abaixo, caracteriza hipótese de							
indeferimento sumário.							
	Dispositivo		Descrição)		Análise	
Norma nº 1/2011	Subitem 8.1.2	Declaração Anexo 3.	conforme	modelo	do	A entidade não indicou as coordenadas geográficas da sede administrativa e do local onde pretende instalar o sistema irradiante.	

3. Diante da inconformidade com o indeferimento, a entidade recorreu da decisão, alegando, resumidamente: (i) que, apesar de não ter informado as coordenadas da sede e do sistema irradiante, a declaração do Anexo 3 foi entregue no prazo do Aviso; (ii) que a pendência é meramente formal e que, portanto, poderia ser saneada por Oficio de Exigências; (iii) que manter o indeferimento seria desproporcional e irrazoável, tendo em vista que o vício processual é de pouca relevância.

Data de recebimento do Oficio (AR Postal)	Data do envio / entrega da documentação	Tempestividade
9/5/2014	10/6/2014	(X)Sim()Não

- 4. As alegações da requerente merecem as seguintes considerações:
 - I. A Norma nº 1/2011, aprovada pela portaria nº 462, de 14/10/2011, enumerou, no subitem 8.1, a documentação que deve compor o processo de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Dentre esses documentos, alguns devem necessariamente ser apresentados no prazo de habilitação, fixado no Edital, sob pena de indeferimento sumário do pedido de outorga, são eles: (i) o CNPJ da entidade; (ii) seu estatuto social; (iii) suas Atas de Eleição e de Fundação; e (iv) as declarações do Anexo 3. Ao criar essa regra, a Norma não apenas estabeleceu quais documentos devem instruir materialmente o pedido de outorga, mas também o momento correto para que sejam apresentados à Administração Pública. Aceitá-los fora do tempo devido seria, portanto, ir contra a legalidade do processo de outorga.

II. No caso concreto, temos que a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico da Zona Sul deixou de informar, na declaração do Anexo 3, as coordenadas da sede e do local onde pretende instalar seu sistema irradiante. Com efeito, trata-se de vício insanável, porque diz respeito à uma das Declarações do Anexo 3, que devem ser apresentadas impreterivelmente no prazo de habilitação. Mais ainda, não se trata de vício banal, mas sim de pendência realmente impeditiva para análise dos autos. Isso porque as coordenadas geográficas de instalação do sistema irradiante são essenciais para traçar as relações de vizinhança entre as participantes de um Aviso. Sem essa informação, não é possível estabelecer os grupos de concorrência, com base na distância de quatro quilômetros entre os locais designados pelas participantes para instalação dos respectivos transmissores, o que prejudica o andamento da localidade, como um todo.

III. Assim, sugerimos o não acatamento do recurso administrativo.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo não acatamento do recurso administrativo interposto, vez que não foram apresentados adequadamente os documentos exigíveis dentro dos prazos estabelecidos. Os autos devem ser remetidos ao arquivo, restando à requerente apenas aguardar publicação de novo Aviso de Habilitação.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por Pedro Luis Barreto Vianna Rocha, Analista Tec Administrativo, em 16/01/2015, às 09:12, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 16/01/2015, às 15:00, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por Joao Paulo Saraiva de Andrade, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, em 19/01/2015, às 17:59, conforme art. 3°, III, "a", da Portaria MC 89/2014. Nº de Série do Certificado: 66711627932385363477040182920005957429



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0254002 e o código CRC 837317A7.

Despacho Nº 801/2014/SEI-MC

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso XIX, do Anexo IV, da Portaria nº 143, de 09 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 18292/2014/SEI-MC, constante do processo nº 53000.076980/2013-19, de sorte a negar provimento ao recurso interposto pela Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico da Zona Sul, participante do Aviso de Habilitação nº 67, diante da decisão de indeferimento de seu requerimento de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Londrina / PR, tendo em vista a ausência de fatos novos e de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.



Documento assinado eletronicamente por Patricia Brito de Avila, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, em 23/01/2015, às 19:15, conforme art. 3°, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 66711627932084340966402037713800213814



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0255921 e o código CRC 241A2CEA.

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHOS DA SECRETÁRIA

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Capítulo I, art. 1º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade aos recursos das entidades executantes dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, listadas em anexo.

UF	LOCALIDADE	ENTIDADE	N° DO PROCESSO	RECURSO	DATA
BA	Seabra	Associação Serrana de Comunicação	53000.026746/2013-32	Conhecido e não provido	20/01/2015

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Capítulo I, art. 1º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade aos recursos das entidades executantes dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, listadas em anexo.

UF	LOCALIDADE		N° DO PROCESSO	RECURSO	DATA
RS	Teutônia		53000.074792/2013-48	Conhecido e não provido	24/01/2015
SP	Várzea Paulista	Associação Comunitária Varzina Educacional, Cultural e Co-	53000.075346/2013-51	Conhecido e não provido	24/01/2015
		municação Social		•	
TO	Augustinópolis	Associação de Rádio Comunitária de Augustinópolis	53000.020382/2011-15	Conhecido e não provido	24/01/2015

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Capítulo I, art. 1º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade aos recursos das entidades executantes dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, listadas em anexo.

ANEXO

UF	LOCALIDADE	ENTIDADE	N° DO PROCESSO	RECURSO	DATA
DF	Brasília	Associação de Radiodifusão Comunitária Esplanada	53000.002598/2014-41	Conhecido e não provido	25/01/2015
MG	Catas Altas	Associação Jovens do Futuro	53000.028394/2012-79	Conhecido e não provido	25/01/2015
MT	Nova Maringá	Associação do Desenvolvimento Comunitário de Brianorte	53000.016286/2012-53	Conhecido e não provido	25/01/2015
RS	Jóia	Associação Comunitária de Radiodifusão, Cultural e Educa-	53000.071202/2013-25	Conhecido e não provido	25/01/2015
		cional de Jóia			
SP	São José dos Campos	Instituição Rosa de Saron	53000.070396/2013-41	Conhecido e não provido	25/01/2015

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Capítulo I, art. 1º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade aos recursos das entidades executantes dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, listadas em anexo.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

ANEXO

Sungé Associação de Difusão Cultural de Jurna Signo 60579700 34 Conhecido e não provido Signo Associação Comunitária de Chara Signo 6077970 34 Conhecido e não provido Signo S	UF	LOCALIDADE		N° DO PROCESSO	RECURSO	DATA
AM Santo Antônio do Içá Associação Comunitária 13 de Março S000 (1875/22)10-93 Conhecido e não provido 2301/10 A Multipug do Morro Associação Multipugue de Diffusão Cultural e Radiodifusão 1 (1900) 13-16 Conhecido e não provido 2301/10 A Rafael Jambeiro Associação Cultural de Radiodifusão Parating 1 (1900) 13-16 Conhecido e não provido 2301/10 A Rafael Jambeiro Associação Cultural de Radiodifusão Parating 1 (1900) 13-16 Conhecido e não provido 2301/10 CE Desenvolo 2000 13-16 Conhecido e não provido 2301/10 CE Acarpie Associação Cultural Caraldo Monteiro 5000 00041/3/2013-06 Conhecido e não provido 2301/10 CE Acarpie Associação Cultural Caraldo Monteiro 5000 00041/3/2013-06 Conhecido e não provido 2301/10 CE Acarpie Associação Cultural Caraldo Monteiro 5000 00041/3/2013-06 Conhecido e não provido 2301/10 CE Acarpie Associação Comunitária Plas Branco 5000 00041/3/2013-06 Conhecido e não provido 2301/10 CE Acarpie Associação Cultural Caraldo Monteiro 5000 000 000 000 000 000 000 000 000 0	AL	Porto Calvo	xangá		Não Conhecido	23/01/2015
BA Multingu do Morro Associação Multinguense de Difusão Cultural e Radiodifusão \$3000.0283/20-69 Conhecido e não provido \$2001.	AM					23/01/2015
BA Rafael Jambeiro Associação Comunitária de Radiodífusão Paratingi \$3000.08589X201.2-69 Conhecido e não provido \$2001/ CE Cauciai Associação de Radiodífusão Comunitária Catipe PM \$3000.06577201.3-21 Conhecido e não provido \$2001/ CE Direio Santo Associação de Radiodífusão Comunitária \$3000.06577201.3-21 Conhecido e não provido \$2001/ CE Turtura Associação Cultural Cercado Bonteiro \$3000.06577201.3-21 Conhecido e não provido \$2001/ CE Turtura Associação Cultural Cercado Bonteiro \$3000.06577201.3-21 Conhecido e não provido \$2001/ CE Cuntural Associação Cultural Cercado Bonteiro \$3000.075737201.3-21 Conhecido e não provido \$2001/ CE Cuntural Associação Cultural e Ambiental de Campo Alegre de Goiás \$3000.075387201.2-21 Conhecido e não provido \$2001/ CE Conhecido e não provido \$2001/ C		Santo Antônio do Içá	Associação Comunitária 13 de Março	53000.061752/2010-93		23/01/2015
CE	BA	Mulungu do Morro	Associação Mulunguense de Difusão Cultural e Radiodifusão	53000.017861/2013-16	Conhecido e não provido	23/01/2015
CE Brejo Santo					Conhecido e não provido	23/01/2015
CE Araripe Associação Comunitária Pau Branco 53000.099413/2013-06 Conhecido e não provido 2301/ GO Golânia Associação Comunitária Pau Branco 53000.09734/39/2013-48 Conhecido e não provido 2301/ GO Golânia Associação Comunitária Pau Branco 53000.09734/39/2013-48 Conhecido e não provido 2301/ GO Arasociação de Dilusão Comunitária de Associação de Paulos Comunitária de Associação de Paulos Comunitária de Associação de Paulos Comunitária de Paulos Comunitária de Paulos Comunitária de Paulos de Paulos Comunitária de Paulos Comunitária de Paulos de Paulos Comunitária de Comunicação Comunitária de Comunicação Comunitária de Comunicação Comunitária de Comunicação Comunitária de Paulos Comunitária de Comunicação Comunitária de Paulos Comunitária de Comunicação Comunitária de Paulos Comunitária de Comunicação Comunitária de Comunitária de Paulos Comunitária de Comunitária de Comunitária de Comunitár	CE	Caucaia	Associação de Radiodifusão Comunitária Cauipe FM			23/01/2015
CE Acarape		Brejo Santo	Associação Brejosantense de Apoio à Família	53000.076627/2013-21	Conhecido e não provido	23/01/2015
GO Aragolánia Associação Comunitária Nação Eleira 53000.002735/2014-48 Conhecido e não provido 2301/GO Campo Alegre de Goiás Associação de Difusão Comunitária de Aragolánia 53000.0033309/2010-29 Conhecido e não provido 2301/MA São Luis Instituto Brasileiro de Associação Collural e Ambiental de Campo Alegre de Goiás 53000.005044/2009-39 Conhecido e não provido 2301/MA São Luis Instituto Brasileiro de Associação Comunitária Rural Amigos de Ca-15000.070780/2013-44 Conhecido e não provido 2301/MA Agua Doce do Maranhão Associação de Radiodifusão Comunitária Rural Amigos de Ca-15000.070780/2013-44 Conhecido e não provido 2301/MA Governador Nunes Freire Associação de Radiodifusão Comunitária Rural Amigos de Ca-15000.070780/2013-44 Conhecido e não provido 2301/MA Governador Nunes Freire Associação Comunitária Carlo Comunitária de Região Vale do 53000.053816/2013-25 Não Conhecido e não provido 2301/MG Diracina Associação Marmelopolense de Radiodifusão Comunitária de Savolação Comunitária de Mulmeres em Ação 53000.052370/2013-03 Conhecido e não provido 2301/MG Predade de Caratinga Associação Comunitária de Savolação de Meio. 35000.052370/2013-03 Conhecido e não provido 2301/MG Predade de Caratinga Associação Comunitária de Savolação de Meio. 35000.05291/2013-11 Conhecido e não provido 2301/MG Predade de Caratinga Associação Comunitária de Pustuma de Comunicação Meio. 35000.07744/2014-39 Conhecido e não provido 2301/MT Tangará da Serra Associação Comunitária de Pustuma Nova de Paz 35000.07744/2014-39 Conhecido e não provido 2301/MT Tangará da Serra Associação Comunitária de Pustuma Predictiva de Paz 35000.07744/2013-14 Conhecido e não provido 2301/MT para da Serva Associação Comunitária de Pustuma Provido 2301/MT para da Serva da Raiz Sociação Comunitária de Pustuma Provido 2300.07744/2013-14 Conhecido e não provido 2301/MT para da Serva da Raiz Sociação Comunitária de Pustuma Provido 2300.07744/2013-14 Conhecido e não provido 2301/MT para da Serva da Pasociação Comunitária de Pustuma Provido 23000.07744/2013-14 Conhecido		Tururu	Associação Cultural Geraldo Monteiro			23/01/2015
GO Argodánia Associação Cultural e Ambientul de Campo Alegre de Goiss 53000.005447/2019-29 Conhecido e não provido 23/01/ MA Agua Doce do Maranhão Instituto Brasileiro de Assistência Social e Educação 53000.075388/2013-91 Conhecido e não provido 23/01/ MA Agua Doce do Maranhão Instituto Brasileiro de Assistência Social e Educação 53000.077588/2013-94 Conhecido e não provido 23/01/ MA Governador Nunes Freire Agua Sociação de Radiodifusão Comunitária da Região Vale do 53000.053816/2013-25 Não Conhecido e não provido 23/01/ MG Governador Nunes Freire Agua Sociação Comunitária Urucuiana Amigos da Cultura 53000.02337/2013-03 Conhecido e não provido 23/01/ MG Urucuia Associação Comunitária Curucuiana Amigos da Cultura 53000.02337/2013-07 Conhecido e não provido 23/01/ MG Predade de Caratinga Associação Comunitária Pitetatina de Comunicação 53000.02751/2012-14 Conhecido e não provido 23/01/ MS Sidrolândia Associação Comunitária de Desenvolvimento Artistico e Cul-53000.02751/2012-14 Conhecido e não provido 23/01/ MT Campo Grande Indibugente da Aleida Corrego do Meiro. MT Campo Grande Indibugente da Aleida Corrego do Meiro. MT Lampará da Serra Agua Sociação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Tan-53000.05349/12013-81 Não Conhecido e não provido 23/01/ MT Campo Grande Indibugente da Aleida Corrego do Meiro. MT Lampará da Serra Sociação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Tan-53000.05747/2013-18 Não Conhecido e não provido 23/01/ MT Campo Grande Indibugente da Aleida Corrego do Meiro. MT Campo Grande Indibugente da Aleida Corrego do Meiro. MT Campo Grande Indibugente da Aleida Corrego do Meiro. MT Campo Grande Indibugente da Aleida Corrego do Meiro. MT Campo Grande Indibugente da Aleida Corrego do Meiro. MT Campo Grande Indibugente da Aleida Corrego do Meiro. MT Campo Grande Indibugente da Aleida Corrego do Meiro. MT Campo Grande Indibugente da Aleida Corrego do Meiro. MT Campo Grande Indibugente da Meiro MT Carrego do Meiro. MT Campo Grande Indibugente da Meiro MT Carrego MT Carrego MT Carrego MT Carrego MT						23/01/2015
GO Campo Alegre de Goiás Associação Cultural e Ambiental de Campo Alegre de Goiás \$3000.003044/2009-39 Conhecido e não provido 23/01/ MA Âso Luís Instituto Brasilerio de Assistência Social e Educação 53000.073588/2013-39 Conhecido e não provido 23/01/ MA Agua Doce do Maranhão Associação de Radiodifusão Comunitária Rural Amigos de Ca-53000.073588/2013-44 Conhecido e não provido 23/01/ MA Governador Nunes Freire Associação de Radiodifusão Comunitária da Região Vale do 53000.0735816/2013-25 Não Conhecido e não provido 23/01/ MG Marmelópolis Alto Turel de Radiodifusão S0000.03370/2013-03 Conhecido e não provido 23/01/ MG Urucuia Associação Comunitária Urucuiana Amigos da Cultura 50000.072375/2010-77 Conhecido e não provido 23/01/ MG Piedade de Caratinga Associação Comunitária de Desenvolvimento Artistico e Cul-51000/027557/2011-11 Conhecido e não provido 23/01/ MS Sidrolândia Associação Comunitária de Desenvolvimento Artistico e Cul-51000/027557/2011-12 Conhecido e não provido 23/01/ MT Campo Grande Associação Comunitária de Desenvolvimento Artistico e Cul-51000/027557/2011-14 Conhecido e não provido 23/01/ MT Campo Grande Associação Comunitária de Desenvolvimento Artistico e Cul-51000/027557/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/ MT Tangará da Serra Associação de Ditural de Desenvolvimento Cultural de Tan-53000.053491/2013-81 Conhecido e não provido 23/01/ MT Tangará da Serra Associação de Omitaria de Desenvolvimento Cultural de Tan-53000.053491/2013-81 Conhecido e não provido 23/01/ MS Sidrolândia Associação de Promoção Artistica, Cultural e Turistica de Do-53000.06947/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/ Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Puxina-53000.053491/2013-19 Conhecido e não provido 23/01/ Associação do Pesenvolvimento Rural Urbano Cultural de Tan-53000.053991/2013-19 Conhecido e não provido 23/01/ Associação Comunitária de Rural Martistica de Do-53000.06947/2013-19 Conhecido e não provido 23/01/ Associação Comunitária de Rural Martistia Cultural de 53/000.073891/2013-19 Conhecido e não	GO	Goiânia	Associação Comunitária Nação Eleita	53000.002735/2014-48	Conhecido e não provido	23/01/2015
MA São Luís Instituto Brasileiro de Associação de Radiodifusão Comunitária Rural Amigos de Cas-53000.070788/2013-44 Conhecido e não provido 23/01/MO MA Agua Doce do Maranhão Associação de Radiodifusão Comunitária Rural Amigos de Cas-53000.07078/2013-43 Nonhecido e não provido 23/01/MO MG Marmelopolis Associação Marmelopolense de Radiodifusão 53000.05378/10/2013-03 Conhecido e não provido 23/01/MO MG Jucusia Associação Comunitária du Rural na Amigos da Cultura 53000.02378/2010-77 Conhecido e não provido 23/01/MO MG Jucusia Associação Comunitária des Mulheres em Ação 53000.0923/10/2013-11 Conhecido e não provido 23/01/MO MG Picedade de Caratinga Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cul- 53000.0275/55/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/MO MS Sidrolândia Associação de Meio Associação de Difusão Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Tan- 53000.0275/55/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/MO MT Campo Grande Associação de Difusão Comunitária de Pustina- 53000.000/57/42/10/14-39 Conhecido e não provido 23/01/MO PB		Aragoiânia	Associação de Difusão Comunitária de Aragoiânia			23/01/2015
MA Agua Doce do Maranhão Associação de Radiodifusão Comunitária Rural Amigos de Car 53000.079780/2013-44 Conhecido e não provido 23/01/ MA Governador Nunes Freire Associação de Radiodifusão Comunitária da Região Vale do 53000.053816/2013-25 Não Conhecido e não provido 23/01/ MG Marmelópolis Alto Unit-Rural Associação Comunitária Unuciana Amigos da Cultura 53000.052370/2013-03 Conhecido e não provido 23/01/ MG Juria Associação Comunitária Unuciana Amigos da Cultura 53000.052370/2013-11 Conhecido e não provido 23/01/ MG Juria Associação Comunitária Pietatiana de Comunicação 53000.027519/2012-14 Conhecido e não provido 23/01/ MS Sidroladuia Associação Comunitária Pietatiana de Comunicação 53000.02755/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/ MT Campo Grande Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Tan- 53000.02765/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/ MT Tangará da Serra Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Puxina- 53000.02744/2013-3 Conhecido e não provido 23/01/ PB Puxinanã Associaç		Campo Alegre de Goiás	Associação Cultural e Ambiental de Campo Alegre de Goiás	53000.005044/2009-39		23/01/2015
MA Governador Nunes Freire Associação de Radiodifusão Comunitária da Região Vale do \$3000.053816/2013-25 Não Conhecido 23/01/ Alfo Turi-Rvat Associação Marmelopolense de Radiodifusão \$3000.033370/2013-03 Conhecido e não provido 23/01/ MIG Uncuia Associação Comunitária du Mulherse en Ação \$3000.032370/2013-03 Conhecido e não provido 23/01/ MIG Juño Associação Comunitária du Mulherse en Ação \$3000.032370/2013-03 Conhecido e não provido 23/01/ MIG Juño Associação Comunitária Pretatiana de Comunicação \$3000.032370/2013-11 Conhecido e não provido 23/01/ MIG Fiedade de Caratinga Associação Comunitária Pretatiana de Comunicação \$3000.027519/2013-11 Conhecido e não provido 23/01/ MIG Sidolandia Turi Indigena da Aldeia Córrego do Meio, Artístico e Cult \$3000.02765/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/ MIT Tangará da Serra Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Tan \$3000.02741/2013-81 Não Conhecido e não provido 23/01/ MIT Tangará da Serra Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Tan \$3000.02761/2013-81 Não Conhecido e não provido 23/01/ MIT Serra da Raiz Sociedade Amigos da Cultura Inguaçu \$3000.0375477/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/ MIT \$3000.037547/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/ MIT \$3000.037547/2013-15 Conhecid	MA	São Luís	Instituto Brasileiro de Assistência Social e Educação	53000.075388/2013-91	Conhecido e não provido	23/01/2015
MG Marmelópolis Associação Comunitária de Radiodífusão 53000.032370/2013-03 Conhecido e não provido 23/01/ MG Urucuia Associação Comunitária de Marmelopolense de Radiodífusão 53000.032375/2010-77 Conhecido e não provido 23/01/ MG Jaba Associação Comunitária de Mulheres em Ação 53000.0027375/2010-77 Conhecido e não provido 23/01/ MG Piedade de Caratinga Associação Comunitária de Comunicação 53000.0027519/2012-43 Conhecido e não provido 23/01/ MS Sidrolândia Associação Comunitária de Desenvolvimento Afístico e Cul- 153000.02755/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/ MT Campo Grande Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Tan- 1640 Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Tan- 165000.05349/1/2013-81 Não Conhecido 23/01/ MT Tangará da Serra Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Tan- 165000.05349/1/2013-81 Não Conhecido 23/01/ MT Pangará da Serra Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Tan- 1650 Associação Cultural de Radiodífusão Comunitária de Puxina- 1650 PB Puxinana Associação Cultural de Radiodífusão Comunitária de Puxina- 1650 PB Puxinana Associação de Promoção Artística, Cultural e Turística de De- 1650 Não Sucesso Associação do Desenvolvimento Rural Urbano Cultural Edu- 1650 Associação do Desenvolvimento Rural Urbano Cultural de Edu- 1650 Associação Comunitária de Bom Sucesso Associação Comunitária de Radiodífusão Comunitária de Bom Sucesso PB Sapé Associação do Desenvolvimento Rural Urbano Cultural de Bom Sucesso Associação Comunitária de Radiodífusão Comunitária de Puxina- 1650 Associação Comu		- Company of the Comp	na Brava			23/01/2015
MG Urucuia Associação Comunitária Urucuiana Anigos da Cultura \$3000.023375/2010-77 Conhecido e não provido \$23/01/ MG Piedade de Caratinga Associação Comunitária de Mulheres em Ação \$3000.027519/2012-43 Conhecido e não provido \$23/01/ MG Piedade de Caratinga Associação Comunitária Pietatiana de Comunicação \$3000.027519/2012-43 Conhecido e não provido \$23/01/ MS Sidrolândia Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultura \$3000.027555/2013-44 Conhecido e não provido \$23/01/ MT Campo Grande Associação de Difusão Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Tangará da Serra Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Tangará da Serra Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Tangará da Serra Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Tangará da Serra Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Tangará da Serra Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Tangará da Serra Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Puxina- 18 Savoura			Alto Tuři-Rvat			23/01/2015
MG Jafba Associação Comunitária das Mulheres em Ação \$3000.069201/2013-11 Conhecido e não provido \$23/01/ MS Sidrolândia Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cul- \$3000.027519/2012-43 Conhecido e não provido \$23/01/ MS Sidrolândia Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cul- \$3000.02755/2013-14 Conhecido e não provido \$23/01/ MT Campo Grande Associação de Difusão Comunitária Nova de Paz \$3000.002744/2014-39 Conhecido e não provido \$23/01/ MT Tangará da Serra Associação de Difusão Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Tan- \$3000.003744/2013-81 Não Conhecido \$23/01/ PB Serra da Raiz Sociedade Amigos da Cultura Iniguaçu \$3000.061557/2013-14 Conhecido e não provido \$23/01/ PB Puxinanã Associação de Promoção Artística, Cultural e Turística de De- \$3000.057447/2013-40 Conhecido e não provido \$23/01/ PB Dona Inês Associação do Peromoção Artística, Cultural e Turística de De- \$3000.060472/2011-49 Conhecido e não provido \$23/01/ PB Bom Sucesso Associação do Desenvolvimento Rural Urbano Cultural Educativo Defesa do Meio Ambiente e de Radiodifusão Comunitária de Bom Sucesso Associação Comunitária de Bom Sucesso Associação Comunitária de Bom Sucesso Associação Comunitária de Radiodifusão Comunitária de Som Sucesso Associação Comunitária de Radiodifusão Social e Cultural de \$3000.072257/2013-75 Conhecido e não provido \$23/01/ PB \$3pé Associação Comunitária de Radiodifusão Comunitária de Sum Sucesso Associação Comunitária de Radiodifusão Social e Cultural de \$3000.0732257/2013-75 Conhecido e não provido \$23/01/ PB \$4000.0000.0000000000000000000000000000		Marmelópolis	Associação Marmelopolense de Radiodifusão	53000.032370/2013-03	Conhecido e não provido	23/01/2015
MG Piedade de Caratinga Associação Comunitária Pietatana de Comunicação \$3000.0275519/2012-43 Conhecido e não provido 23/01/ MS Sidrolândia Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cul- \$3000.027655/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/ MT Campo Grande Associação de Difusão Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Tangará da Serra \$3000.000,002744/2014-39 Conhecido e não provido 23/01/ PB Serra da Raiz \$5000.000,002744/2013-81 Não Conhecido e não provido 23/01/ PB Puxinanã Associação Cultural Iniguaçu \$3000.057447/2013-40 Conhecido e não provido 23/01/ PB Puxinanã Associação de Promoção Artística, Cultural e Turística de Dona Inês \$3000.057447/2013-40 Conhecido e não provido 23/01/ PB Bom Sucesso Associação do Desenvolvimento Rural Urbano Cultural Educativo Defesa do Meio Ambiente e de Radiodifusão Comunitária de Desenvolvimento Rural Urbano Cultural Educativo Defesa do Meio Ambiente e de Radiodifusão Comunitária de Paranatama \$3000.023805/2013-55 Conhecido e não			Associação Comunitária Urucuiana Amigos da Cultura	53000.022375/2010-77	Conhecido e não provido	23/01/2015
PB Serra da Raiz Sociação Cultura Iniguaçu 53000.061557/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/PB Puxinana Associação Cultural de Radiodífusão Comunitária de Puxina-53000.057447/2013-40 Conhecido e não provido 23/01/PB Dona Inês Associação Cultural de Radiodífusão Comunitária de Puxina-53000.057447/2013-40 Conhecido e não provido 23/01/PB Dona Inês Associação de Promoção Artística, Cultural e Turística de Do-53000.060472/2011-49 Conhecido e não provido 23/01/PB Bom Sucesso Associação de Desenvolvimento Rural Urbano Cultural Educativo Defesa do Meio Ambiente e de Radiodífusão Comunitária de Sage Associação Comunitária do Bairro Novo 53000.028305/2013-75 Conhecido e não provido 23/01/PE Araripina Associação Comunitária de Radiodífusão Social e Cultural de 53000.0328305/2013-57 Conhecido e não provido 23/01/PE Paudalho Associação Comunitária de Radiodífusão Comunitária de Jupi 53000.0323394/2008-49 Conhecido e não provido 23/01/PE Paudalho Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau-53000.033899/2007-36 Conhecido e não provido 23/01/PE Paranatama 53000.033899/2007-36 Conhecido e não provido 23/01/PE Pedro Laurentino Pundação Valdir de Sousa Leite 53000.03899/2013-75 Conhecido e não provido 23/01/PI PE Boa Hora Associação Comunitária Vale do Rio Longa 53000.071(20)/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/PI Boa Hora Associação Comunitária Vale do Rio Longa 53000.071(20)/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/PR Londrina Associação Comunitária Vale do Rio Longa 53000.071(20)/2013-19 Conhecido e não provido 23/01/PR Londrina Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Ar-53000.07389/2013-95 Conhecido e não provido 23/01/PR Palmital Associação Comunitária Fernando Marassi 53000.07389/30/2013-83 Não Conhecido PR PR Dalmital Associação Comunitária Fernando Marassi 53000.07389/30/2013-80 Conhecido e não provido 23/01/PR PR Dalmital Associação de Rádio Difusão Comunitária Formias 53000.07389/30/2013-80 Conhecido e não provido 23/01/PR PR Dalmital Associação Comunitária Fernando Marassi 53000.0389/29/2008-3		Jaíba	Associação Comunitária das Mulheres em Ação	53000.069201/2013-11		23/01/2015
PB Serra da Raiz Sociação Cultura Iniguaçu 53000.061557/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/PB Puxinana Associação Cultural de Radiodífusão Comunitária de Puxina-53000.057447/2013-40 Conhecido e não provido 23/01/PB Dona Inês Associação Cultural de Radiodífusão Comunitária de Puxina-53000.057447/2013-40 Conhecido e não provido 23/01/PB Dona Inês Associação de Promoção Artística, Cultural e Turística de Do-53000.060472/2011-49 Conhecido e não provido 23/01/PB Bom Sucesso Associação de Desenvolvimento Rural Urbano Cultural Educativo Defesa do Meio Ambiente e de Radiodífusão Comunitária de Sage Associação Comunitária do Bairro Novo 53000.028305/2013-75 Conhecido e não provido 23/01/PE Araripina Associação Comunitária de Radiodífusão Social e Cultural de 53000.0328305/2013-57 Conhecido e não provido 23/01/PE Paudalho Associação Comunitária de Radiodífusão Comunitária de Jupi 53000.0323394/2008-49 Conhecido e não provido 23/01/PE Paudalho Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau-53000.033899/2007-36 Conhecido e não provido 23/01/PE Paranatama 53000.033899/2007-36 Conhecido e não provido 23/01/PE Pedro Laurentino Pundação Valdir de Sousa Leite 53000.03899/2013-75 Conhecido e não provido 23/01/PI PE Boa Hora Associação Comunitária Vale do Rio Longa 53000.071(20)/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/PI Boa Hora Associação Comunitária Vale do Rio Longa 53000.071(20)/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/PR Londrina Associação Comunitária Vale do Rio Longa 53000.071(20)/2013-19 Conhecido e não provido 23/01/PR Londrina Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Ar-53000.07389/2013-95 Conhecido e não provido 23/01/PR Palmital Associação Comunitária Fernando Marassi 53000.07389/30/2013-83 Não Conhecido PR PR Dalmital Associação Comunitária Fernando Marassi 53000.07389/30/2013-80 Conhecido e não provido 23/01/PR PR Dalmital Associação de Rádio Difusão Comunitária Formias 53000.07389/30/2013-80 Conhecido e não provido 23/01/PR PR Dalmital Associação Comunitária Fernando Marassi 53000.0389/29/2008-3	MG	Piedade de Caratinga	Associação Comunitária Pietatiana de Comunicação	53000.027519/2012-43	Conhecido e não provido	23/01/2015
PB Serra da Raiz Sociação Cultura Iniguaçu 53000.061557/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/PB Puxinana Associação Cultural de Radiodífusão Comunitária de Puxina-53000.057447/2013-40 Conhecido e não provido 23/01/PB Dona Inês Associação Cultural de Radiodífusão Comunitária de Puxina-53000.057447/2013-40 Conhecido e não provido 23/01/PB Dona Inês Associação de Promoção Artística, Cultural e Turística de Do-53000.060472/2011-49 Conhecido e não provido 23/01/PB Bom Sucesso Associação de Desenvolvimento Rural Urbano Cultural Educativo Defesa do Meio Ambiente e de Radiodífusão Comunitária de Sage Associação Comunitária do Bairro Novo 53000.028305/2013-75 Conhecido e não provido 23/01/PE Araripina Associação Comunitária de Radiodífusão Social e Cultural de 53000.0328305/2013-57 Conhecido e não provido 23/01/PE Paudalho Associação Comunitária de Radiodífusão Comunitária de Jupi 53000.0323394/2008-49 Conhecido e não provido 23/01/PE Paudalho Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau-53000.033899/2007-36 Conhecido e não provido 23/01/PE Paranatama 53000.033899/2007-36 Conhecido e não provido 23/01/PE Pedro Laurentino Pundação Valdir de Sousa Leite 53000.03899/2013-75 Conhecido e não provido 23/01/PI PE Boa Hora Associação Comunitária Vale do Rio Longa 53000.071(20)/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/PI Boa Hora Associação Comunitária Vale do Rio Longa 53000.071(20)/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/PR Londrina Associação Comunitária Vale do Rio Longa 53000.071(20)/2013-19 Conhecido e não provido 23/01/PR Londrina Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Ar-53000.07389/2013-95 Conhecido e não provido 23/01/PR Palmital Associação Comunitária Fernando Marassi 53000.07389/30/2013-83 Não Conhecido PR PR Dalmital Associação Comunitária Fernando Marassi 53000.07389/30/2013-80 Conhecido e não provido 23/01/PR PR Dalmital Associação de Rádio Difusão Comunitária Formias 53000.07389/30/2013-80 Conhecido e não provido 23/01/PR PR Dalmital Associação Comunitária Fernando Marassi 53000.0389/29/2008-3		Sidrolândia	Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Indígena da Aldeia Córrego do Meio,	53000.027655/2013-14	*	23/01/2015
PB Serra da Raiz Sociação Cultural de Radiodífusão Comunitária de Puxina- PB Puxinana Associação Cultural de Radiodífusão Comunitária de Puxina- PB Puxinana Associação Cultural de Radiodífusão Comunitária de Puxina- São00.057447/2013-40 Conhecido e não provido 23/01/ PB Dona Inês Associação de Promoção Artística, Cultural e Turística de Do- São00.06472/2011-49 Conhecido e não provido 23/01/ PB Bom Sucesso Associação do Desenvolvimento Rural Urbano Cultural Educativo Defesa do Meio Ambiente e de Radiodífusão Comu- PB Sapé Associação Comunitária do Bairro Novo São00.028305/2013-75 Conhecido e não provido 23/01/ PE Araripina Associação Comunitária de Radiodífusão Social e Cultural de 53000.038394/2008-49 Conhecido e não provido 23/01/ PE Jupi Associação Comunitária de Radiodífusão Social e Cultural de 53000.038394/2008-49 Conhecido e não provido 23/01/ PE Paranatama Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau- dalho Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau- dalho Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau- dalho Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau- dalho Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau- dalho Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau- dalho Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau- dalho Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Cidade 33000.033899/2037-36 Conhecido e não provido 23/01/ PE Dedro Laurentino Paudação Valdir de Sousa Leite 33000.06573/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/ PR Londrina Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Cidade 33000.06573/2013-95 Conhecido e não provido 23/01/ PR Londrina Associação Comunitária de Comunicação e Cultura cidade 33000.07389/2013-95 Conhecido e não provido 23/01/ PR São João do Caiuá Associação Comunitária Fernando Marassi 33000.07389/3013-58 Conhecido e não provido 23/01/ PR Dalmital Associação Comunitária Permando Marassi 33000.07389/302013-83 Não Conhecido e não provido 23/01/ PR Dalmital Associação de Rádio Difusão Comunitária Formias 53000.0738	MT	Campo Grande	Associação de Difusão Comunitária Nova de Paz	53000.002744/2014-39	Conhecido e não provido	23/01/2015
PB	MT		gara da Serra			23/01/2015
PB Dona Inês Associação de Promoção Artística, Cultural e Turística de Do- na Inês Associação de Promoção Artística, Cultural e Turística de Do- na Inês Associação do Desenvolvimento Rural Urbano Cultural Edu- cativo Defesa do Meio Ambiente e de Radiodifusão Comu- nitária de Bom Sucesso BS Sapé Associação Comunitária do Bairro Novo Associação Comunitária de Bom Sucesso PE Araripina Associação Comunitária de Bom Sucesso PE Jupi Associação Comunitária de Radiodifusão Social e Cultural de 53000.072235/2013-57 Conhecido e não provido 23/01/ PE Jupi Associação de Radiodifusão Comunitária de Jupi 53000.035394/2008-49 Conhecido e não provido 23/01/ PE Paudalho Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau- face Paranatama Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau- face Paranatama Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau- face Paranatama Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau- face Paranatama Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau- face Paranatama Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau- face Paranatama Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau- face Paranatama Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Cidade 53000.065573/2013-95 Conhecido e não provido 23/01/ PR Londrina Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Cidade 53000.071209/2013-14 Não Conhecido e Não provido 23/01/ PR Londrina Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Par- face Palmital Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Par- face Palmital Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Par- face Palmital Associação Comunitária de Comunicação (rádio Sul 53000.073893/2013-38) Não Conhecido e não provido 23/01/ PR Dalmital Associação Comunitária Fernando Marassi Fin) Associação Comunitária Fernando Marassi Associação Comunitária Fernando Maras	PB		Sociedade Amigos da Cultura Iniguaçu	53000.061557/2013-14	Conhecido e não provido	23/01/2015
PB Bom Sucesso Associação do Desenvolvimento Rural Urbano Cultural Educativo Defesa do Meio Ambiente e de Radiodifusão Comunitária de Bom Sucesso Associação Comunitária de Bom Sucesso Associação Comunitária de Bom Sucesso Associação Comunitária de Radiodifusão Social e Cultural de \$3000.0734621/2013-15 Conhecido e não provido 23/01/2013-15 Conhec			nã '		1	23/01/2015
PB Sapé Associação Comunitária de Bairro Novo 53000.028305/2013-75 Conhecido e não provido 23/01/ PE Araripina Associação Comunitária de Radiodifusão Social e Cultural de \$3000.072225/2013-57 Conhecido e não provido 23/01/ PE Jupi Associação de Radiodifusão Comunitária de Jupi 53000.035394/2008-49 Conhecido e não provido 23/01/ PE Paudalho Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau- 53000.035394/2008-49 Conhecido e não provido 23/01/ PE Paranatama Associação dos Moradores de Paranatama 53000.017140/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/ PI Pedro Laurentino Fundação Valdir de Sousa Leite 53000.062389/2013-76 Conhecido e não provido 23/01/ PI Boa Hora Associação Comunitária Vale do Rio Longa 53000.062389/2013-76 Conhecido e não provido 23/01/ PR Londrina Associação Comunitária Vale do Rio Longa 53000.071209/2013-47 Não Conhecido 23/01/ PR Londrina Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Cidade 53000.0673/2013-95 Conhecido e não provido 23/01/ PR Londrina Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Ar- 53000.076980/2013-19 Conhecido e não provido 23/01/ PR São João do Caiuá Associação Comunitária Fernando Marassi 53000.073846/2013-58 Conhecido e não provido 23/01/ PR Palmital Associação de Rádio Dífusão Comunitária Anigos do Rádio 53000.073216/2013-83 Não Conhecido 23/01/ PR Palmital Associação de Democratização de Comunicação (rádio Sul 53000.07389/2008-33 Conhecido e não provido 23/01/ PR Dandrina Associação de Padmotratiração do Comunitária Fernando Marassi 53000.073849/2013-98 Conhecido e não provido 23/01/ PR Dandrina Associação de Rádio Dífusão Comunitária Fernanses 53000.0389/29/2008-33 Conhecido e não provido 23/01/ PR Dandrina Associação Comunitária Fernando Marassi 53000.0389/29/2008-33 Conhecido e não provido 23/01/ PR Dandrina Associação Comunitária Fernando Marassi 53000.0389/29/2008-33 Conhecido e não provido 23/01/ PR Dandrina Associação de Rádio Dífusão Comunitária Fernanses 53000.0389/29/2008-33 Conhecido e não provido 23/01/			lna Inês		*	23/01/2015
PE	PB		Initária de Bom Sucesso			23/01/2015
PE Jupi Araripina Associação de Radiodifusão Comunitária de Jupi \$3000.035394/2008-49 Conhecido e não provido 23/01/ PE Paudalho Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau- 53000.030899/2007-36 Conhecido e não provido 23/01/ PE Paranatama Associação dos Moradores de Paranatama \$3000.017140/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/ PI Pedro Laurentino Fundação Valdir de Sousa Leite \$3000.06289/2013-76 Conhecido e não provido 23/01/ PI Boa Hora Associação Comunitária Vale do Rio Longa \$3000.0071209/2013-47 Não Conhecido 23/01/ PR Londrina Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Cidade \$3000.0071209/2013-47 Não Conhecido 23/01/ PR Londrina Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Cidade \$3000.065673/2013-95 Conhecido e não provido 23/01/ PR Londrina Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Ar- \$5000.065673/2013-95 Conhecido e não provido 23/01/ PR São João do Caiuá Associação Comunitária Fernando Marassi \$3000.073840/2013-58 Conhecido e não provido 23/01/ PR Palmital Associação de Rádio Difusão Comunitária Amigos do Rádio \$3000.073840/2013-83 Não Conhecido 23/01/ PR Palmital Associação de Democratização da Comunicação (rádio Sul \$3000.073893/2013-00 Conhecido e não provido 23/01/ PR Dandrina Associação de Democratização de Comunicação (rádio Sul \$3000.073893/2013-00 Conhecido e não provido 23/01/ PR Dandrina Associação de Democratização de Comunicação (rádio Sul \$3000.073893/2013-00 Conhecido e não provido 23/01/ PR Dandrina Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Formiaça \$3000.03893/2018-30 Conhecido e não provido 23/01/ PR Dandrina Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Formiaça \$3000.03893/2008-33 Conhecido e não provido 23/01/	PB	Sapé	Associação Comunitária do Bairro Novo		Conhecido e não provido	23/01/2015
PE Paudalho Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau- 53000.030899/2007-36 Conhecido e não provido 23/01/ PE Paranatama Associação dos Moradores de Paranatama 53000.017140/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/ PI Pedro Laurentino Fundação Valdir de Sousa Leite 53000.062389/2013-76 Conhecido e não provido 23/01/ PR Londrina Associação Comunitária Vale do Rio Longa 53000.071209/2013-47 Não Conhecido 23/01/ PR Londrina Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Cidade 53000.065573/2013-95 Conhecido e não provido 23/01/ PR Londrina Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Ar- 53000.07980/2013-19 Conhecido e não provido 23/01/ PR São João do Caiuá Associação Comunitária Fernando Marassi 53000.073846/2013-58 Conhecido e não provido 23/01/ PR Palmital Associação de Rádio Dífusão Comunitária Amigos do Rádio 53000.073893/2013-00 Conhecido e não provido 23/01/ PR Londrina Associação de Democratização do Comunicação (rádio Sul 53000.073893/2013-00 Conhecido e não provido 23/01/ PR <td>_</td> <td>*</td> <td>Araripina</td> <td></td> <td>•</td> <td>23/01/2015</td>	_	*	Araripina		•	23/01/2015
PE Paranatama Associação dos Moradores de Paranatama 53000.017140/2013-14 Conhecido e não provido 23/01/PI Pedro Laurentino Fundação Valdir de Sousa Leite 53000.062389/2013-76 Conhecido e não provido 23/01/PI Boa Hora Associação Comunitária Vale do Rio Longa 53000.07120/2013-77 Não Conhecido e não provido 23/01/PI Descrição Comunitária de Comunicação e Cultura Cidade 53000.06573/2013-95 Conhecido e não provido 23/01/PI Condrina Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Ar 53000.076980/2013-19 Conhecido e não provido 23/01/PI PR São João do Caiuá Associação Comunitária Fernando Marassi 53000.076880/2013-58 Conhecido e não provido 23/01/PI PR Palmital Associação Comunitária Fernando Marassi 53000.073846/2013-58 Conhecido e não provido 23/01/PI PR Londrina Associação de Rádio Difusão Comunitária Amigos do Rádio 53000.073216/2013-83 Não Conhecido 23/01/PI Londrina Associação de Democratização de Comunicação (rádio Sul 53000.073216/2013-83 Não Conhecido 23/01/PI PR Londrina Associação de Democratização (rádio Sul 53000.07389/29/2008-33 Conhecido e não provido 23/01/PI PR Londrina Associação de Democratização (rádio Sul 53000.07389/29/2008-33 Conhecido e não provido 23/01/PI PR Londrina Associação de Democratização (rádio Sul 53000.07389/29/2008-33 Conhecido e não provido 23/01/PI PR Londrina Associação (Cultural de Radiodifusão Comunitária Formigas 53000.0389/29/2008-33 Conhecido e não provido 23/01/PI PR Londrina Associação (Cultural de Radiodifusão Comunitária Formigas 53000.0389/29/2008-33 Conhecido e não provido 23/01/PI PR Londrina Londri		Jupi	Associação de Radiodifusão Comunitária de Jupi	53000.035394/2008-49		23/01/2015
PI Pedro Laurentino Fundação Valdir de Sousa Leite \$3000.062389/2013-76 Conhecido e não provido \$23/01/2013-76 PI Boa Hora Associação Comunitária Vale do Rio Longa \$3000.071209/2013-47 Não Conhecido e não provido \$23/01/2013-95 PR Londrina Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Cidade \$3000.076980/2013-19 Conhecido e não provido \$23/01/2013-19 PR São João do Caiuá Associação Comunitária Fernando Marassi \$3000.073846/2013-58 Conhecido e não provido \$23/01/2013-83 PR Palmital Associação de Rádio Difusão Comunitária Amigos do Rádio \$3000.073216/2013-83 Não Conhecido e não provido \$23/01/2013-83 PR Londrina Associação de Comunicação (rádio Sul \$3000.07389/2013-00 Conhecido e não provido \$23/01/2013-83 PR Londrina Associação de Democratização de Comunicação (rádio Sul \$3000.07389/2013-00 Conhecido e não provido \$23/01/2013-83 RU Barra Mansa Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Formigas \$3000.038929/2008-33 Conhecido e não provido \$23/01/2013-83	_		dalho		1	23/01/2015
PI Boa Hora Associação Comunitária Vale do Rio Longa \$3000.071209/2013-47 Não Conhecido 23/01/ PR Londrina Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Cidade \$3000.066573/2013-95 Conhecido e não provido 23/01/ PR Londrina Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Ar- \$5000.076980/2013-19 Conhecido e não provido 23/01/ PR São João do Caiuá Associação Comunitária Fernando Marassi \$3000.073840/2013-58 Conhecido e não provido 23/01/ PR Palmital Associação de Rádio Dífusão Comunitária Amigos do Rádio \$3000.073816/2013-83 Não Conhecido 23/01/ PR Londrina Associação de Democratização da Comunicação (rádio Sul \$3000.073893/2013-00 Conhecido e não provido 23/01/ RJ Barra Mansa Associação Cultural de Radiodífusão Comunitária Formigas \$5000.038929/2008-33 Conhecido e não provido 23/01/			Associação dos Moradores de Paranatama		Conhecido e não provido	23/01/2015
PR Londrina Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Cidade 53000.066573/2013-95 Conhecido e não provido 23/01/ PR Londrina Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Ar- 53000.076980/2013-19 Conhecido e não provido 23/01/ PR São João do Caiuá Associação Comunitária Fernando Marassi 53000.073846/2013-58 Conhecido e não provido 23/01/ PR Palmital Associação de Rádio Difusão Comunitária Amigos do Rádio 53000.073216/2013-83 Não Conhecido e não provido 23/01/ PR Londrina Associação de Democratização do Comunicação (rádio 5u) 53000.07389/2013-00 Conhecido e não provido 23/01/ RU Barra Mansa Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Formigas 153000.038929/2008-33 Conhecido e não provido 23/01/			Fundação Valdir de Sousa Leite			23/01/2015
FM Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Ar 53000.076980/2013-19 Conhecido e não provido 23/01/ PR São João do Caiuá Associação Comunitária Fernando Marassi 53000.073846/2013-58 Conhecido e não provido 23/01/ PR Palmital Associação de Rádio Dífusão Comunitária Amigos do Rádio 53000.073216/2013-83 Não Conhecido 23/01/ PR Londrina Associação de Democratização da Comunicação (rádio Sul 53000.073893/2013-00 Conhecido e não provido 23/01/ EN Barra Mansa Associação Cultural de Radiodífusão Comunitária Formigas 53000.038893/2008-33 Conhecido e não provido 23/01/ RU Barra Mansa Associação Cultural de Radiodífusão Comunitária Formigas 53000.038929/2008-33 Conhecido e não provido 23/01/		Boa Hora	Associação Comunitária Vale do Rio Longa			23/01/2015
Utstico da Zona Sul PR São João do Caiuá Associação Comunitária Fernando Marassi 53000.073846/2013-58 Conhecido e não provido 23/01/ PR Palmital Associação de Rádio Dífusão Comunitária Amigos do Rádio 53000.073216/2013-83 Não Conhecido 23/01/ PR Londrina Associação de Democratização da Comunicação (rádio Sul 53000.073893/2013-00 Conhecido e não provido 23/01/ FIN Barra Mansa Associação Cultural de Radiodífusão Comunitária Formigas 53000.03893/2008-33 Conhecido e não provido 23/01/ RU Barra Mansa Associação Cultural de Radiodífusão Comunitária Formigas 53000.038929/2008-33 Conhecido e não provido 23/01/			lFM '		1	23/01/2015
PR Palmital Associação de Rádio Dífusão Comunitária Amigos do Rádio 53000.073216/2013-83 Não Conhecido 23/01/ PR Londrina Associação de Democratização da Comunicação (rádio Sul 53000.073893/2013-00 Conhecido en provido 23/01/ Fm) RU Barra Mansa Associação Cultural de Radiodífusão Comunitária Formigas 53000.038929/2008-33 Conhecido e não provido 23/01/			ltístico da Zona Sul		*	23/01/2015
PR Londrina Associação de Democratização da Comunicação (rádio Sul 53000.073893/2013-00 Conhecido e não provido 23/01/ RJ Barra Mansa Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Formigas 53000.038929/2008-33 Conhecido e não provido 23/01/			Associação Comunitária Fernando Marassi		Conhecido e não provido	23/01/2015
Fm) Fm) Barra Mansa Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Formigas 53000.038929/2008-33 Conhecido e não provido 23/01/			Associação de Rádio Difusão Comunitária Amigos do Rádio	53000.073216/2013-83	Não Conhecido	23/01/2015
			Associação de Democratização da Comunicação (rádio Sul Fm)	53000.073893/2013-00	•	23/01/2015
Voluntarias	RJ	Barra Mansa	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Formigas Voluntarias	53000.038929/2008-33	Conhecido e não provido	23/01/2015

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015012800060

Documento assinado digitalmente conforme MP n $^\circ$ 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



RN	Galinhos	Núcleo Associativo Ecológico de Galinhos	53000.061558/2013-51	Conhecido e não provido	23/01/2015
RN	Tenente Ananias	Associação para o Desenvolvimento Sustentável Nordestin	o 53000.052784/2013-41	Conhecido e não provido	23/01/2015
RO	Nova do Mamoré	Associação Comunitária de Radiodifusão Cultura	53000.003430/2013-72	Não Conhecido	23/01/2015
RO	Ji-Paraná	Associação Comunitária de Radiodifusão Nova Londrina	53000.074795/2013-81	Conhecido e não provido	23/01/2015
RS	Tapejara	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de pejara	Ta- 53790.001023/2002-19	Conhecido e não provido	23/01/2015
RS	Rio Grande	Associação de Radiodifusão Comunitária da Ilha dos M nheiros	Iari- 53000.028661/2009-11	Conhecido e não provido	23/01/2015
RS	Pelotas	Associação de Rádio Difusão Comunitária e de Agriculto Silvanenses		Conhecido e não provido	23/01/2015
RS	Passo Fundo	Associação Pró-radiodifusão Comunitária Cidadania FM	53000.003640/2014-41	Conhecido e não provido	23/01/2015
SC	Anchieta	Associação Rádio Comunitária Sementes da Vida	53000.026948/2011-12	Conhecido e não provido	23/01/2015
SC	Ipira	Associação de Comunicação Amigos de Ipira	53000.049559/2013-27	Conhecido e não provido	23/01/2015
SC SC	Čamboriú	Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão Liberdad	le 53000.057898/2013	Conhecido e não provido	23/01/2015
SC	Laguna	Eco Laguna - Preservando o Meio Ambiente	53000.058425/2013-05	Conhecido e não provido	23/01/2015
SP	Pitangueiras	Associação Comunitária Beneficente e Cultural de Ibitiuva	53000.056213/2013-85	Conhecido e não provido	23/01/2015
SP	Pederneiras	Rádio Comunitária Novo Brilho de Pederneiras	53000.073932/2013-61	Conhecido e não provido	23/01/2015
SP	Salto de Pirapora	Associação Comunitária de Comunicação Portal	53000.069295/2013-28	Conhecido e não provido	23/01/2015

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO DA DIRETORA

Nº 90 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no art. 6º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012 e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade às aprovações de local de instalação e equipamentos das estações e às alterações de características técnicas das entidades executantes do serviço de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, listadas em anexo.

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

ANEXO

		ANEXO					
ATO	TIPO	ENTIDADE	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	CANAL	PROCESSO
DESPACHO DEOC Nº 623/2014, DE 19/11/2014	APL	TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSÉ DO RIO PRETO	BA	ITAPE	RTVĎ	14	53000.042426/2013-20
DESPACHO DEOC Nº 748/2014, DE 19/11/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO	PA	ALTAMIRA	RTVD	16	53000.006370/2014-21
,		TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO					
DESPACHO DEOC Nº 758/2014, DE 19/11/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSE DO	BA	JUAZEIRO	RTVD	43	53000.000562/2014-23
DESPACHO DEOC Nº 729/2014. DE 19/11/2014	A DI	RIO PRETO	MC	HUZ DE EODA	DTMD	20	53000 000034/3013 70
DESPACHO DEOC Nº 718/2014, DE 19/11/2014 DESPACHO DEOC Nº 718/2014, DE 19/11/2014	APL APL	TV OMEGA LTDA TELEVISÃO VITORIA S/A	MG ES	JUIZ DE FORA CASTELO	RTVD RTVD	26 39	53000.069634/2013-76 53000.075161/2013-46
DESPACHO DEOC N° 693/2014, DE 19/11/2014	APL	TELEVISÃO VITORIA S/A TELEVISÃO ITAPOAN S/A	BA	PARAMIRIM	RTVD	21	53000.07510172013-40
DESPACHO DEOC Nº 656/2014, DE 19/11/2014	APL	GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A	MG	MANHUAÇU	RTVD	33	53000.070320/2013-16
DESPACHO DEOC Nº 629/2014, DE 19/11/2014	APL	GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA	RJ	ANGRA DOS REIS	RTVD	15	53000.075797/2013-98
DEGRACIIO DEGG NO 737/0014 DE 10/11/0014	A DI	DE JANEIRO LIDA	D.F	GANTO ANTÓNIO DE DÍ	DTM	24	52000 00000000111 22
DESPACHO DEOC Nº 736/2014, DE 19/11/2014	APL	TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	RJ	SANTO ANTÔNIO DE PÁ- DUA	RTVD	24	53000.006099/2014-23
DESPACHO DEOC Nº 749/2014, DE 19/11/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO	SE	ESTÂNCIA	RTVD	40	53000.003171/2014-61
		RIO PRETO					
DESPACHO DEOC Nº 470/2014, DE 19/09/2014	APL	RADIO E TELEVISÃO TAROBA LTDA	PR	LARANJEIRAS DO SUL	RTVD	24	53000.062528/2013-61
DESPACHO DEOC Nº 580/2014, DE 19/11/2014	APL	RADIO E TELEVISAO OM LTDA	DF	BRASILIA	RTVD RTVD	18 36	53000.041837/2013-06
DESPACHO DEOC Nº 463/2014, DE 19/09/2014	APL	RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS	MG	UNAÍ	RIVD	30	53000.075757/2013-46
DESPACHO DEOC Nº 645/2014, DE 19/11/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO	SP	TACIBA	RTVD	16	53000.045248/2013-99
,		. RIO PRETO					
DESPACHO DEOC Nº 734/2014, DE 19/11/2014	APL	RADIO E TELEVISAO OM LTDA	PR	ANTONIO OLINTO	RTVD	43	53000.015885/2013-31
DESPACHO DEOC Nº 644/2014, DE 19/11/2014	APL	TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO	SP	LENÇOIS PAULISTA	RTVD	20	53000.043770/2013-36
DESPACHO DEOC Nº 787/2014, DE 26/11/2014	APL	TELEVISÃO BAHIA LTDA	BA	CONDE	RTVD	29	53000.041453/2013-85
DESPACHO DEOC Nº 691/2014, DE 19/11/2014	APL	FUNDAÇÃO SISTEMA REGIONAL DE TELEVISÃO	SP	AMPARO	TVD	40	53000.012591/2011-95
DESPACHO DEOC Nº 691/2014, DE 19/11/2014 DESPACHO DEOC Nº 739/2014, DE 26/11/2014	APL	TV JANGADEIRO LTDA	CE	AMPARO QUIXERAMOBIM	RTVD	38	53000,009994/2014-08
DESPACHO DEOC Nº 710/2014. DE 26/11/2014	APL	TV MAR LTDA	SP	CANANÉIA	RTVD	33	53000.011452/2014-97
DESPACHO DEOC Nº 498/2014, DE 26/11/2014 DESPACHO DEOC Nº 591/2014, DE 19/11/2014	APL	FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	GO SP	LUZIÁNIA	RTVD RTVD	42 28	53000.009446/2014-70 53000.010302/2014-66
DESPACHO DEOC N° 591/2014, DE 19/11/2014 DESPACHO DEOC N° 642/2014. DE 21/11/2014	APL APL	TV RECÓRD DE FRANCA S/A TELEVISÃO RECORD DO RIO DE JANEIRO LTDA	RJ	TAQUARITINGA TERESOPOLIS	RTVD	28 39	53000.010302/2014-66
DESPACHO DEOC N 042/2014, DE 21/11/2014 DESPACHO DEOC Nº 754/2014, DE 26/11/2014	APL	TELEVISÃO RECORD DO RIO DE JANEIRO LIDA TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO	AM	HUMAITÁ	RTVD	39	53000.07309272013-02
		RIO PRETO					
DESPACHO DEOC Nº 760/2014, DE 26/11/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO	MA	AÇAILÂNDIA	RTVD	26	53000.066493/2013-30
DECDA CHO DEOC Nº 500/2014 DE 10/11/2014	APL	RIO PRETO RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A	SP	PIRAJU	RTVD	20	53000.012984/2014-41
DESPACHO DEOC N° 599/2014, DE 19/11/2014 DESPACHO DEOC N° 765/2014, DE 26/11/2014	APL	TV OMEGA LTDA	SP	TUPĂ	RTVD	28 48	53000.012984/2014-41
DESPACHO DEOC Nº 430/2014, DE 26/11/2014	APL	TELEVISÃO BAHIA LTDA	BA	BARRA DA ESTIVA	RTVD	28	53000.023343/2013-31
DESPACHO DEOC Nº 430/2014, DE 26/11/2014 DESPACHO DEOC Nº 775/2014, DE 26/11/2014	APL	TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREI-	BA	ILHĖUS	RTVD	40	53000.074854/2013-11
		TAS S.A	-				
DESPACHO DEOC Nº 529/2014, DE 26/11/2014 DESPACHO DEOC Nº 724/2014, DE 26/11/2014	APL	TV JANGADEIRO LTDA	CE SP	VÁRZEA ALEGRE PEREIRA BARRETO	RTVD RTVD	36 38	53000.019331/2014-93 53000.075563/2013-41
, and the second	APL	FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAU- LISTA DE RADIO E TV EDUCATIVAS RÁDIO E TELEVISÃO TAROBA LITDA TV VALE DO ITAJAI LITDA	SF		KIVD	30	33000.073303/2013-41
DESPACHO DEOC Nº 468/2014, DE 26/11/2014	APL	RÁDIO E TELEVISÃO TAROBÁ LTDA	PR	FRANCISCO BELTRÃO	RTVD	36	53000.070956/2013-68
DESPACHO DEOC Nº 468/2014, DE 26/11/2014 DESPACHO DEOC Nº 452/2014, DE 26/11/2014 DESPACHO DEOC Nº 479/2014, DE 26/11/2014	APL	TV VALE DO ITAJAÎ LTDA	SC	FRANCISCO BELTRÃO SAO BENTO DO SUL BOM JESUS DA LAPA	RTVD	30	53000.073381/2013-35
DESPACHO DEOC Nº 479/2014, DE 26/11/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSE DO	BA	BOM JESUS DA LAPA	RTVD	15	53000.043777/2013-58
DESPACHO DEOC Nº 548/2014, DE 26/11/2014	APL	RIO PRETO TV SERRA DOURADA LTDA	GO	SANTA HELENA DE GOIÁS	RTVD	20	53000.000740/2014-16
DESPACHO DEOC N° 697/2014, DE 20/11/2014	APL	RÁDIO TELEVISÃO DE UBERLÂNDIA LTDA	MG	COROMANDEL	RTVD	31	53900.000740/2014-10
DESPACHO DEOC Nº 756/2014, DE 09/12/2014	APL	RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA	DF	BRASÍLIA	TVD	26	53000.023468/2009-85
DESPACHO DEOC Nº 725/2014, DE 09/12/2014	APL	NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA	SP	ITAPETININGA	TVD	26	53000.063517/2011-37
DESPACHO DEOC N° 743/2014, DE 09/12/2014 DESPACHO DEOC N° 720/2014, DE 16/12/2014 DESPACHO DEOC N° 719/2014, DE 16/12/2014 DESPACHO DEOC N° 818/2014, DE 23/12/2014 DESPACHO DEOC N° 818/2014, DE 23/12/2014	APL	TELEVISÃO VITÓRIA S/A	ES	DOMINGOS MARTINS	RTVD	38	53000.010308/2014-33
DESPACHO DEOC Nº 7/20/2014, DE 16/12/2014	APL APL	TELEVISAO VITORIA S/A TELEVISAO VITORIA S/A	ES ES	JOAO NEIVA	RTVD RTVD	38	53000.075162/2013-91
DESPACHO DEOC N° 818/2014 DE 23/12/2014	APL	FUNDAÇÃO NAZARE DE COMUNICAÇÃO	PA	ALEGRE ITAITUBA	RTVD	38 31	53000.075156/2013-33 53000.021273/2013-87
DESPACHO DEOC N° 896/2014, DE 23/12/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSE DO	PB	PATOS	RTVD	24	53000.049401/2013-57
		RIO PRETO					
DESPACHO DEOC Nº 932/2014, DE 08/01/2015	APL	TVSBT CANAL 03 DE NOVA FRIBURGO LTDA	RJ	NOVA FRIBURGO	TVD	24	53000.043834/2012-18
DESPACHO DEOC Nº 874/2014, DE 08/01/2015 DESPACHO DEOC Nº 464/2014, DE 19/09/2014	APL APL	RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA	SC PR	FLORIANOPOLIS TOLEDO	RTVD RTVD	26 36	53000.000426/2014-33 53000.062518/2013-26
DESPACHO DEOC N° 464/2014, DE 19/09/2014 DESPACHO DEOC N° 464/2014. DE 15/09/2014	APL	TELEVISÃO VERDES MARES LTDA	CE	OUIXADÁ	RTVD	34	53000.062518/2013-26
DESPACHO DEOC Nº 489/2014, DE 18/09/2014	APL	TELEVISÃO VENDES MARES LIDA TELEVISÃO ITAPOAN S/A	BA	EUNÁPOLIS	RTVD	22	53000.002348/2014-10
DESPACHO DEOC Nº 764/2014, DE 08/01/2015	APL	TELEVISÃO VERDES MARES LTDA	CE	TIANGUÁ	RTVD	34	53000.008078/2014-42
DESPACHO DEOC Nº 764/2014, DE 18/08/2014	APL	TELEVISÃO BAHIA LTDA	BA	IPIAÚ	RTVD	27	53000.053111/2013-16
DESPACHO DEOC Nº 382/2014, DE 03/09/2014	APL	FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAU- LISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS	SP	SÃO MIGUEL ARCANJO	RTVD	40	53000.005819/2014-33
DESPACHO Nº 850/2014/SEI-MC DE 30/12/2014	APL	TELEVISÃO SUL BAHIA DE TELXEIRA DE EDEL-	SE	TOBIAS BARRETO	RTV-PRI	9+	53000.056948/2013
DESTACTO IN 650/2014/3EI-WC DE 50/12/2014	ALL	TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREI- TAS S/A	OL.		1X1 V-1 1X1	27	55000.050540/2015
DESPACHO Nº 766/2014/SEI-MC DE 08/01/2015	APL	TV OMEGA LTDA	MG	IPATINGA	RTV-PRI	2+	53000.063805/2010
DESPACHO Nº 589/2014/SEI-MC DE 08/01/2015	APL		MG	PONTE NOVA	RTV-PRI	7+	53000.048712/2013
DESPACHO Nº 901/2014/SEI-MC DE 08/01/2015	APL	RADIO E TELEVISAO RIO NEGRO LTDA	AM	ITACOATIARA PORTO ALECRE	RTV-PRI	13-	53000.007166/2002 53900.009630/2014
DESPACHO N° 543/2014/SEI-MC DE 08/01/2015 DESPACHO N° 895/2014/SEI-MC DE 14/01/2015	APL APL	TELEVISAO URBANA LTDA	RS MG	PORTO ALEGRE CASA GRANDE	RTV-SEC RTV-PRI	55 54	53000.056856/2008
	ALL	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNI- CAÇÕES DE MINAS GERAIS	MICI		MI V-IM		55000.050050/2008
DESPACHO Nº 897/2014/SEI-MC DE 14/01/2015	APL	TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREI-	BA	MUCURI (TAQUARINHA)	RTV-SEC	5	53000.016069/2009
	1	TAS S/A	1	1			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015012800061

Documento assinado digitalmente conforme MP n $^{\rm e}$ 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Életrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar CEP: 70044-900 / Brasília-DF Fone: (61) 2027-6281

Oficio nº 8023/2015/SEI-MC

Brasília, 17 de março de 2015

Ao Senhor

ANTÔNIO MARCOS NOVAIS

Representante Legal da Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico da Zona Sul SRTV/SUL, Bloco "O", Sala 463, 4° andar, Ed. Novo Centro, Multiempresarial 70.340-000 / Brasília - DF

Assunto: Arquivamento do processo nº 53000.076980/2013-19.

Senhor Representante Legal,

- 1. Cumprimentando-o cordialmente, comunico o arquivamento do processo em epígrafe, pelo(s) seguinte(s) fato(s) e fundamento(s):
 - I. O recurso administrativo apresentado pela requerente foi conhecido e não provido em última instância.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 01/04/2015, às 14:18, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0419666 e o código CRC D64DC9CD.

PRÉENCHER COM LETRA DE FORMA							
NOME OÙ RAZÃO SO	Officio nº 8023/2015 /SEI-MC, Brasília, 17 de março de 2015						
ENDEREÇO / AD.	ANTÔNIO MAR Ass. Comunitária	Processo nº 53000.076980/2013-19 ANTÔNIO MARCOS NOVAIS Ass. Comunitária de Desenv. Cultural e Artístico da Zona Sul SRTV/SUL, Bloco "O", Sala 463, 4º andar, Ed. Novo Centro,					
CEP / CODE POSTAL	Multiempresarial		18 N. 27 A. 1		8.		
	PRIORITÁRIA I PRIORITAIRE EMS SEGURADO I VALEUR DÉCLARÉ						
ASSINATURA DO RECEBE	EDOR <i>I SIGNATURE DU R</i>	ÉCEPTEUR	DATA DE RECE DATE DE LIVRA	BIMENTO	ADO I VALEUR DÉCLARÉ CARIMES DE ENTREGA DE DESTINO DEVREAU DE DESTINO DEVREAU DE DESTINO		
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR ROME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR 27 ABR 2015							
Nº DOCUMENTO DE IDEN RECEBEDOR / ÓRGÃO EX	TIFICAÇÃO DO PEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGNE SIGNATURE DE L'AGENT	CUDIN- MEDICAL	2010-0	DRIBSB		
ENDEREÇO PARA D	DEVOLUÇÃO NO VE	ERSO / ADRESSE DE RET	OUR DANS	LE VERS			

Add Commission Commission (
AVISO DE RECEBIMENTO AR	JH 03873663 9 BR			
CORREIOS AVIS CNO7	TENTATIVAS DE ENTREGA <i>I TENTATIVES DE LIVRAISON</i>			
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT	TENTATIVAS DE LIVITA			
UNIDADE DE POSTAGEM I BUREAU DE DÉPÔT	h : h			
PREENCHER COM LETRA DE FORMA				
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços Esplanada dos Ministérios, Bloco R,				
Ed. Anexo Ala Oeste	sala 300 Brasília-DF UF BRASIL			



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar CEP: 70044-900 / Brasília-DF Fone: (61) 2027-6281

Oficio nº 14362/2015/SEI-MC

Brasília, 11 de maio de 2015

Ao(À) Senhor(a)

ANTÔNIO MARCOS NOVAIS

Representante Legal da Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico da Zona Sul SRTV/SUL, Bloco "O", Sala 463, 4° andar, Ed. Novo Centro, Multiempresarial 70.340-000 / Brasília-DF

Assunto: Processo arquivado.

Senhor(a) Representante Legal,

- Em atenção à correspondência encaminhada por V.Sa e protocolada neste Ministério em 4/3/2015, sob o nº **53900.011106/2015-46**, informamos o que se segue:
- O processo nº 53000.076980/2013-19, de interesse da Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico da Zona Sul, foi indeferido, sendo a decisão comunicada por meio do Oficio nº 1965/2014/CGRC/SCE-MC, datado de 24/3/2014. Em seguida, a entidade ofertou pedido de reconsideração que, em última instância, foi conhecido e não provido pela Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica através de Despacho datado de 23/1/2015. Tal ato foi publicado no Diário Oficial da União em 28/1/2015 e encaminhado para a entidade por meio do Ofício nº 8023/2015/SEI-MC, datado de 17/3/2015. Em razão disso os autos foram arquivados.
- Deste modo, comunicamos que a documentação encaminhada pela proponente em 4/3/2015 não será objeto de análise, em virtude do encerramento da tramitação dos autos, restando apenas à entidade aguardar eventual publicação de Aviso de Habilitação que contemple a localidade de interesse.
- III. Cumpre esclarecer que o indeferimento do pedido de outorga ocorreu em virtude do não cumprimento disposto no subitem 8.1, alínea f.4, da Norma 1/2011.
- O mencionado dispositivo estabelece que a Entidade deve apresentar as coordenadas geográficas da sede administrativa e do local onde pretende instalar o sistema irradiante, o que não ocorreu no presente processo. Tal informação é indispensável para traçar as relações de vizinhança entre as participantes de um Aviso e sua ausência acarreta o imediato indeferimento do pedido de outorga, nos termos do Subitem 8.1.2, da Norma 1/2011, não se permitindo sanear o vício.

- Outrossim, informamos que o recurso administrativo já percorreu as devidas instâncias administrativas, não sendo possível nova oportunidade recursal. Assim, a decisão que culminou no indeferimento do pedido de autorização resta consolidada.
- A entidade interessada, todavia, tem a possibilidade de enviar para este Ministério Requerimento de Cadastramento de Demonstração de Interesse. Tal documento, vale destacar, não gerará qualquer direito e não iniciará um processo de concessão de outorga. Contudo, é a partir dele que se saberá em quais localidades existem pessoas com interesse em prestar o serviço, informação esta que, junto com outros dados, será usada para definir quais serão os Municípios contemplados em futuros Avisos de Habilitação.
- Aduz-se ainda que as normas que regem a Radiodifusão Comunitária e que precisam ser bem conhecidas pelos interessados em prestar o serviço – são, em essência, a Lei nº. 9.612/1998, o Decreto nº 2.615/1998 e a Norma 1/2011, todas passíveis de serem obtidas na própria rede mundial de computadores.
- Por fim, comunicamos que a entidade poderá obter informações sobre a legislação aplicável ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, modelos padronizados, Manual de Orientação e publicações de Avisos de Habilitação no endereço eletrônico www.mc.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 10/06/2015, às 11:58, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0499143 e o código CRC 38F99F15.

PREENCHER COM LETRA DE	A A A A				
SCE/CGRC Ofício nº 14362/2015 /SEI-MC, 11 de maio de 2015 Processo nº 53000.076980/2013-19 ANTÔNIO MARCOS NOVAIS Ass. Comunitária de Desenv. Cultural e Artístico da Zona Sul SRTV/SUL, Bloco "O", Sala 463, 4º andar, Ed. Novo Centro, Multiempresarial 70.340-000 Brasília-DF					
DECLARAÇÃO DE CONTEÚD	O (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINACION NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'E PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE EMS SEGURADO / VALEUR DÉCL				
ASSINATURA DO RECEBEDO OME LEGÍVEL DO RECEBEDO OME DO	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION CARIMBO DE ENTRE UNIDADE DE DESTINA POR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION CARIMBO DE ENTRE UNIDADE DE DESTINA DOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR 17 JUN 20	7SAS			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFI RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEI ENDEREÇO PARA DEN 75240203-0	RUBRICA E MAT DO MPREGATION 3300 NOTICE DE LA CONTROL DE	186 mm			







MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar - 70044-900 - Brasília – DF (61) 3311-6281

Officio nº 1961 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 24 de Ma co de 2014.

Ao(A). Senhor(a)

AMARILDO DO NASCIMENTO

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E

CULTURA CIDADE FM

Rua Diamante, nº. 82, Jardim Ideal 86.030-030 / Londrina – PR

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo nº 53000.066573/2013-95.

Senhor(a) Representante Legal,

- 1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.066573/2013-95, no qual essa entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Londrina/PR, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 1227/2014/CGRC/SCE-MC, que dispõe sobre os motivos do indeferimento do pedido da entidade.
- 2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste oficio, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente recurso à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, a encaminhará à autoridade imediatamente superior, a quem caberá a decisão final na esfera administrativa. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, o processo será arquivado e qualquer solicitação encaminhada será considerada intempestiva.
- 3. Ressaltamos que apenas será acatado o recurso que apresente razões de legalidade e de mérito, em conformidade com a Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e ainda, de acordo com o disposto no subitem 11.2.1, da Norma nº 1/2011, não serão considerados, no julgamento do recurso, documentos e informações que a entidade recorrente deveria ter apresentado em momento anterior, seja por força das exigências constantes do aviso de habilitação, seja por solicitação do Ministério das Comunicações, ressalvados os casos previstos no subitem 11.2.2 da Portaria nº 197 de 01/07/2013.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 1227/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: Indeferimento do pedido de outorga.

Referências: Processo nº 53000.066573/2013-95.

SUMÁRIO EXECUTIVO

de requerimento da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE 1. Trata-se COMUNICAÇÃO E CULTURA CIDADE FM para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Londrina/PR.

ANÁLISE

Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de indeferimento pelos seguintes fato(s) e fundamento(s):

A falta de apresentação, na fase de habilitação, de qualquer documento listado abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento sumário.

Lei n° 9.612/9	Dispositiv 0	Documento	Descrição
8	Artigo 9°, § 2°, VI	Manifestações em apoio	Não foram encaminhadas quaisquer manifestações de apoio.

A falta de apresentação, na fase de habilitação, de qualquer documento listado abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento sumário.

Norma	Dispositiv 0	Documento	Descrição
n° 1/2011	Subitem 8.1 alínea "h"	Manifestações em apoio	Não foram encaminhadas quaisquer manifestações de apoio.

CONCLUSÃO

- Em face do exposto, constatou-se a necessidade de indeferimento do pedido de outorga da entidade.
- Desta forma, a entidade deverá ser comunicada acerca do indeferimento mediante ofício enviado por AR Postal, resguardando-se o direito da mesma apresentar recurso à

53000.066573/2013-95/CGRC

autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, a encaminhará à autoridade imediatamente superior, a quem caberá a decisão final na esfera administrativa. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, o processo será arquivado e qualquer solicitação encaminhada será considerada intempestiva.

À consideração superior.

Brasília, 19 de março de 2014.

TÁCIO NEVES FROTA SOUZA

Técnico de Nível Superior

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

Brasília, de MM

de 2014.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 1227/2014/CGRC/SCE-MC, conforme Portaria de delegação nº 166, de 18/10/2012, publicada no DOU de 19/10/2012.

de 2014.

OCTAVIO PENNA PIERANTI

Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 540/2015/SEI-MC

Processo nº: 53000.066573/2013-95

Assunto: Não acatamento de recurso administrativo.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Cidade FM, entidade participante do Aviso de Habilitação nº 67, publicado no DOU de 15/10/2013, para reconsideração da decisão exarada na Nota Técnica nº 1227/2014/CGRC/SCE-MC.

ANÁLISE

2. O pedido de outorga da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Cidade FM foi indeferido, pelo seguinte fato e fundamento:

O não atendimento, na fase de habilitação, de qualquer dispositivo listado abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento sumário.

	Dispositivo	Descrição	Análise
Lei nº 9.612/98	Artigo 9°, § 2°, VI	Manifesta e a amanaia	não foram encaminhadas quaisquer
Norma n° 1/2011	Subitem 8.5	Manifestações em apoio.	manifestações de apoio.

3. Diante da inconformidade com o indeferimento, a entidade recorreu da decisão, alegando, em suma, que não sabia ser a falta de manifestações de apoio motivo de indeferimento sumário; que, segundo informação que lhe foi prestada pelo atendimento, o apoio da comunidade seria meramente classificatório e não eliminatório. O recurso é acompanhado de manifestações de apoio, as quais a entidade roga que sejam aceitas, em atenção ao subitem 11.2.2 da Norma nº 1/2011, visto que não há outras concorrentes na localidade.

Data de recebimento do Oficio (AR Postal)	Data do envio / entrega da documentação	Tempestividade
12/5/2014	29/5/2014	(X)Sim()Não

- 4. As alegações da requerente merecem as seguintes considerações:
 - I. A Lei nº 9.612, de 1998, no Art. 9°, § 2°, estabeleceu um rol de documentos que deve ser apresentado necessariamente dentro do prazo de habilitação, composto por: Estatuto Social, Atas de Fundação e Eleição, provas de maioridade e nacionalidade dos dirigentes, declarações de fiel cumprimento dos dirigentes e manifestações de apoio da comunidade local. Ao fazer isso, o legislador não apenas determinou a documentação que materialmente deve compor o processo de outorga, mas também o momento correto para que ela seja apresentada à Administração Pública. Significa dizer que a juntada desses documentos, em qualquer outro momento que não aquele indicado pela Lei, é inaceitável do ponto de vista da legalidade do processo administrativo. Ocorre que a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Cidade FM deixou de encaminhar, dentro do prazo, justamente um desses documentos essenciais, a saber, manifestações de apoio da comunidade local. Veja-se, portanto, que a decisão acerca do provimento ou não do recurso está estritamente vinculada ao cumprimento da Lei, ou seja, não é questão acerca da qual a Administração possa decidir segundo seus próprios critérios conveniência e oportunidade, mas apenas aplicar a legislação, sem qualquer juízo discricionário. Vale ainda dizer que o subitem 11.2.2 da Norma nº 1/2011 não se aplica à documentação exigida pela Lei. Dito isso, sugere-se o não provimento do recurso, porque a entidade não atendeu aos requisitos documentais de participação no certame.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo não acatamento do recurso administrativo interposto, vez que não foram apresentados adequadamente os documentos exigíveis dentro dos prazos estabelecidos. Os autos devem ser remetidos ao arquivo, restando à requerente apenas aguardar publicação de novo Aviso de Habilitação.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por Pedro Luis Barreto Vianna Rocha, Analista Tec Administrativo, em 16/01/2015, às 09:02, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 16/01/2015, às 15:11, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por Joao Paulo Saraiva de Andrade, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, em 19/01/2015, às 19:09, conforme art. 3°, III, "a", da Portaria MC 89/2014. Nº de Série do Certificado: 66711627932385363477040182920005957429



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0317043 e o código CRC B2A13BED.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Despacho Nº 33/2015/SEI-MC

A SECRETÁRIA DE SERVICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso XIX, do Anexo IV, da Portaria nº 143, de 09 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 540/2014/SEI-MC, constante do processo nº 53000.066573/2013-95, de sorte a negar provimento ao recurso interposto pela Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Cidade FM, participante do Aviso de Habilitação nº 67, diante da decisão de indeferimento de seu requerimento de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Londrina / PR, tendo em vista a ausência de fatos novos e de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.



Documento assinado eletronicamente por Patricia Brito de Avila. Secretária de Servicos de Comunicação Eletrônica, em 23/01/2015, às 19:07, conforme art. 3°, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 66711627932084340966402037713800213814



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0317147 e o código CRC E9B649E0.

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHOS DA SECRETÁRIA

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Capítulo I, art. 1º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade aos recursos das entidades executantes dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, listadas em anexo.

UF	LOCALIDADE	ENTIDADE	N° DO PROCESSO	RECURSO	DATA
BA	Seabra	Associação Serrana de Comunicação	53000.026746/2013-32	Conhecido e não provido	20/01/2015

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Capítulo I, art. 1º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade aos recursos das entidades executantes dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, listadas em anexo.

UF	LOCALIDADE		N° DO PROCESSO	RECURSO	DATA
RS	Teutônia		53000.074792/2013-48	Conhecido e não provido	24/01/2015
SP	Várzea Paulista	Associação Comunitária Varzina Educacional, Cultural e Co-	53000.075346/2013-51	Conhecido e não provido	24/01/2015
		municação Social		•	
TO	Augustinópolis	Associação de Rádio Comunitária de Augustinópolis	53000.020382/2011-15	Conhecido e não provido	24/01/2015

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Capítulo I, art. 1º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade aos recursos das entidades executantes dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, listadas em anexo.

ANEXO

UF	LOCALIDADE		N° DO PROCESSO	RECURSO	DATA
DF	Brasília	Associação de Radiodifusão Comunitária Esplanada	53000.002598/2014-41	Conhecido e não provido	25/01/2015
MG	Catas Altas	Associação Jovens do Futuro	53000.028394/2012-79	Conhecido e não provido	25/01/2015
MT	Nova Maringá	Associação do Desenvolvimento Comunitário de Brianorte	53000.016286/2012-53	Conhecido e não provido	25/01/2015
RS	Jóia	Associação Comunitária de Radiodifusão, Cultural e Educa- cional de Jóia	53000.071202/2013-25	Conhecido e não provido	25/01/2015
SP	São José dos Campos	Instituição Rosa de Saron	53000.070396/2013-41	Conhecido e não provido	25/01/2015

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Capítulo I, art. 1º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade aos recursos das entidades executantes dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, listadas em anexo.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

ANEXO

UF	LOCALIDADE	ENTIDADE	N° DO PROCESSO	RECURSO	DATA
AL	Porto Calvo	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ca-	53000.073087/2013-23	Não Conhecido	23/01/2015
		xangá			
AM	Juruá	Associação de Difusão Cultural de Juruá	53000.052279/2013-04	Conhecido e não provido	23/01/2015
AM	Santo Antônio do Içá	Associação Comunitária 13 de Março	53000.061752/2010-93	Conhecido e não provido	23/01/2015
BA	Mulungu do Morro		53000.017861/2013-16	Conhecido e não provido	23/01/2015
BA	Rafael Jambeiro	Associação Comunitária de Radiodifusão Paratingi	53000.002898/2012-69	Conhecido e não provido	23/01/2015
CE	Caucaia	Associação de Radiodifusão Comunitária Cauipe FM	53000.066770/2013-12	Não Conhecido	23/01/2015
CE CE CE	Brejo Santo	Associação Brejosantense de Apoio à Família	53000.076627/2013-21	Conhecido e não provido	23/01/2015
CE	Tururu	Associação Cultural Geraldo Monteiro	53000.069413/2013-06	Conhecido e não provido	23/01/2015
CE	Acarape	Associação Comunitária Pau Branco	53000.073497/2013-74	Conhecido e não provido	23/01/2015
GO	Goiânia	Associação Comunitária Nação Eleita	53000.002735/2014-48	Conhecido e não provido	23/01/2015
GO	Aragoiânia	Associação de Difusão Comunitária de Aragoiânia	53000.013369/2010-29	Conhecido e não provido	23/01/2015
GO MA	Campo Alegre de Goiás	Associação Cultural e Ambiental de Campo Alegre de Goiás	53000.005044/2009-39	Conhecido e não provido	23/01/2015
MA	São Luís	Instituto Brasileiro de Assistência Social e Educação	53000.075388/2013-91	Conhecido e não provido	23/01/2015
MA	Água Doce do Maranhão	Associação de Radiodifusão Comunitária Rural Amigos de Ca- na Brava		Conhecido e não provido	23/01/2015
MA	Governador Nunes Freire	Associação de Radiodifusão Comunitária da Região Vale do Alto Turi-Rvat		Não Conhecido	23/01/2015
MG	Marmelópolis	Associação Marmelopolense de Radiodifusão	53000.032370/2013-03	Conhecido e não provido	23/01/2015
MG	Urucuia	Associação Comunitária Urucuiana Amigos da Cultura	53000.022375/2010-77	Conhecido e não provido	23/01/2015
MG	Jaíba	Associação Comunitária das Mulheres em Ação	53000.069201/2013-11	Conhecido e não provido	23/01/2015
MG	Piedade de Caratinga	Associação Comunitária Pietatiana de Comunicação	53000.027519/2012-43	Conhecido e não provido	23/01/2015
MS	Sidrolândia	Associação Comunitária Pietatiana de Comunicação Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cul- tural Indigena da Aldeia Córrego do Meio,	53000.027655/2013-14	Conhecido e não provido	23/01/2015
MT	Campo Grande	Associação de Difusão Comunitária Nova de Paz	153000.002744/2014-39	Conhecido e não provido	23/01/2015
MT	Tangará da Serra	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Tan- gará da Serra		Não Conhecido	23/01/2015
PB PB	Serra da Raiz	Sociedade Amigos da Cultura Iniguaçu	53000.061557/2013-14	Conhecido e não provido	23/01/2015
	Puxinanã	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Puxina- nã		Conhecido e não provido	23/01/2015
PB	Dona Inês	Associação de Promoção Artística, Cultural e Turística de Do- na Inês		Conhecido e não provido	23/01/2015
PB	Bom Sucesso	Associação do Desenvolvimento Rural Urbano Cultural Edu- cativo Defesa do Meio Ambiente e de Radiodifusão Comu- nitária de Bom Sucesso		Conhecido e não provido	23/01/2015
PB PE	Sapé	Associação Comunitária do Bairro Novo	53000.028305/2013-75	Conhecido e não provido	23/01/2015
	Araripina	Associação Comunitária de Radiodifusão Social e Cultural de Araripina		Conhecido e não provido	23/01/2015
PE	Jupi	Associação de Radiodifusão Comunitária de Jupi	53000.035394/2008-49	Conhecido e não provido	23/01/2015
PE	Paudalho	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pau- dalho		Conhecido e não provido	23/01/2015
PE	Paranatama	Associação dos Moradores de Paranatama	53000.017140/2013-14	Conhecido e não provido	23/01/2015
PI	Pedro Laurentino	Fundação Valdir de Sousa Leite	53000.062389/2013-76	Conhecido e não provido	23/01/2015
PI	Boa Hora	Associação Comunitária Vale do Rio Longa	53000.071209/2013-47	Não Conhecido	23/01/2015
PR	Londrina	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Cidade FM		Conhecido e não provido	23/01/2015
PR	Londrina	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Ar- tístico da Zona Sul		Conhecido e não provido	23/01/2015
PR	São João do Caiuá	Associação Comunitária Fernando Marassi	53000.073846/2013-58	Conhecido e não provido	23/01/2015
PR	Palmital	Associação de Rádio Difusão Comunitária Amigos do Rádio	53000.073216/2013-83	Não Conhecido	23/01/2015
PR	Londrina	Associação de Democratização da Comunicação (rádio Sul Fm)	53000.073893/2013-00	Conhecido e não provido	23/01/2015
RJ	Barra Mansa	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Formigas Voluntarias	53000.038929/2008-33	Conhecido e não provido	23/01/2015

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015012800060

Documento assinado digitalmente conforme MP n $^{\rm e}$ 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





RN RN	Galinhos	Núcleo Associativo Ecológico de Galinhos	53000.061558/2013-51	Conhecido e não provido	23/01/2015
RN	Tenente Ananias	Associação para o Desenvolvimento Sustentável Nordestino	53000.052784/2013-41	Conhecido e não provido	23/01/2015
RO	Nova do Mamoré	Associação Comunitária de Radiodifusão Cultura	53000.003430/2013-72	Não Conhecido	23/01/2015
RO	Ji-Paraná	Associação Comunitária de Radiodifusão Nova Londrina	53000.074795/2013-81	Conhecido e não provido	23/01/2015
RS	Tapejara	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Ta peiara	a- 53790.001023/2002-19	Conhecido e não provido	23/01/2015
RS	Rio Grande	Associação de Radiodifusão Comunitária da Ilha dos Mar nheiros	i- 53000.028661/2009-11	Conhecido e não provido	23/01/2015
RS	Pelotas	Associação de Rádio Difusão Comunitária e de Agricultore Silvanenses	es 53000.058949/2013-98	Conhecido e não provido	23/01/2015
RS	Passo Fundo	Associação Pró-radiodifusão Comunitária Cidadania FM	53000.003640/2014-41	Conhecido e não provido	23/01/2015
SC	Anchieta	Associação Rádio Comunitária Sementes da Vida	53000.026948/2011-12	Conhecido e não provido	23/01/2015
SC	Ipira	Associação de Comunicação Amigos de Ipira	53000.049559/2013-27	Conhecido e não provido	23/01/2015
SC	Čamboriú	Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão Liberdade	53000.057898/2013	Conhecido e não provido	23/01/2015
SC	Laguna	Eco Laguna - Preservando o Meio Ambiente	53000.058425/2013-05	Conhecido e não provido	23/01/2015
SP	Pitangueiras	Associação Comunitária Beneficente e Cultural de Ibitiuva	53000.056213/2013-85	Conhecido e não provido	23/01/2015
SP	Pederneiras	Rádio Comunitária Novo Brilho de Pederneiras	53000.073932/2013-61	Conhecido e não provido	23/01/2015
SP	Salto de Pirapora	Associação Comunitária de Comunicação Portal	53000.069295/2013-28	Conhecido e não provido	23/01/2015

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO DA DIRETORA

Nº 90 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no art. 6º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012 e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade às aprovações de local de instalação e equipamentos das estações e às alterações de características técnicas das entidades executantes do serviço de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, listadas em anexo.

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

ANEXO

		ANEXO					
ATO	TIPO	ENTIDADE	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	CANAL	PROCESSO
DESPACHO DEOC Nº 623/2014, DE 19/11/2014	APL	TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSÉ DO RIO PRETO	BA	ITAPE	RTVĎ	14	53000.042426/2013-20
DESPACHO DEOC Nº 748/2014, DE 19/11/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO	PA	ALTAMIRA	RTVD	16	53000.006370/2014-21
,		TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO					
DESPACHO DEOC Nº 758/2014, DE 19/11/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSE DO	BA	JUAZEIRO	RTVD	43	53000.000562/2014-23
DESPACHO DEOC Nº 729/2014. DE 19/11/2014	A DI	RIO PRETO	MC	HUZ DE EODA	DTMD	20	53000 000034/3013 70
DESPACHO DEOC Nº 718/2014, DE 19/11/2014 DESPACHO DEOC Nº 718/2014, DE 19/11/2014	APL APL	TV OMEGA LTDA TELEVISÃO VITORIA S/A	MG ES	JUIZ DE FORA CASTELO	RTVD RTVD	26 39	53000.069634/2013-76 53000.075161/2013-46
DESPACHO DEOC N° 693/2014, DE 19/11/2014	APL	TELEVISÃO VITORIA S/A TELEVISÃO ITAPOAN S/A	BA	PARAMIRIM	RTVD	21	53000.07510172013-40
DESPACHO DEOC Nº 656/2014, DE 19/11/2014	APL	GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A	MG	MANHUAÇU	RTVD	33	53000.070320/2013-16
DESPACHO DEOC Nº 629/2014, DE 19/11/2014	APL	GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA	RJ	ANGRA DOS REIS	RTVD	15	53000.075797/2013-98
DEGRACIIO DEGG NO 737/0014 DE 10/11/0014	A DI	DE JANEIRO LIDA	D.F	GANTO ANTÓNIO DE DÍ	DTM	24	52000 00000000111 22
DESPACHO DEOC Nº 736/2014, DE 19/11/2014	APL	TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	RJ	SANTO ANTÔNIO DE PÁ- DUA	RTVD	24	53000.006099/2014-23
DESPACHO DEOC Nº 749/2014, DE 19/11/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO	SE	ESTÂNCIA	RTVD	40	53000.003171/2014-61
		RIO PRETO					
DESPACHO DEOC Nº 470/2014, DE 19/09/2014	APL	RADIO E TELEVISÃO TAROBA LTDA	PR	LARANJEIRAS DO SUL	RTVD	24	53000.062528/2013-61
DESPACHO DEOC Nº 580/2014, DE 19/11/2014	APL	RADIO E TELEVISAO OM LTDA	DF	BRASILIA	RTVD RTVD	18 36	53000.041837/2013-06
DESPACHO DEOC Nº 463/2014, DE 19/09/2014	APL	RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS	MG	UNAÍ	RIVD	30	53000.075757/2013-46
DESPACHO DEOC Nº 645/2014, DE 19/11/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO	SP	TACIBA	RTVD	16	53000.045248/2013-99
,		. RIO PRETO					
DESPACHO DEOC Nº 734/2014, DE 19/11/2014	APL	RADIO E TELEVISAO OM LTDA	PR	ANTONIO OLINTO	RTVD	43	53000.015885/2013-31
DESPACHO DEOC Nº 644/2014, DE 19/11/2014	APL	TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO	SP	LENÇOIS PAULISTA	RTVD	20	53000.043770/2013-36
DESPACHO DEOC Nº 787/2014, DE 26/11/2014	APL	TELEVISÃO BAHIA LTDA	BA	CONDE	RTVD	29	53000.041453/2013-85
DESPACHO DEOC Nº 691/2014, DE 19/11/2014	APL	FUNDAÇÃO SISTEMA REGIONAL DE TELEVISÃO	SP	AMPARO	TVD	40	53000.012591/2011-95
DESPACHO DEOC Nº 691/2014, DE 19/11/2014 DESPACHO DEOC Nº 739/2014, DE 26/11/2014	APL	TV JANGADEIRO LTDA	CE	AMPARO QUIXERAMOBIM	RTVD	38	53000,009994/2014-08
DESPACHO DEOC Nº 710/2014. DE 26/11/2014	APL	TV MAR LTDA	SP	CANANÉIA	RTVD	33	53000.011452/2014-97
DESPACHO DEOC Nº 498/2014, DE 26/11/2014 DESPACHO DEOC Nº 591/2014, DE 19/11/2014	APL	FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	GO SP	LUZIÁNIA	RTVD RTVD	42 28	53000.009446/2014-70 53000.010302/2014-66
DESPACHO DEOC N° 591/2014, DE 19/11/2014 DESPACHO DEOC N° 642/2014. DE 21/11/2014	APL APL	TV RECÓRD DE FRANCA S/A TELEVISÃO RECORD DO RIO DE JANEIRO LTDA	RJ	TAQUARITINGA TERESOPOLIS	RTVD	28 39	53000.010302/2014-66
DESPACHO DEOC N 042/2014, DE 21/11/2014 DESPACHO DEOC Nº 754/2014, DE 26/11/2014	APL	TELEVISÃO RECORD DO RIO DE JANEIRO LIDA TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO	AM	HUMAITÁ	RTVD	39	53000.07309272013-02
		RIO PRETO					
DESPACHO DEOC Nº 760/2014, DE 26/11/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO	MA	AÇAILÂNDIA	RTVD	26	53000.066493/2013-30
DECDA CHO DEOC Nº 500/2014 DE 10/11/2014	APL	RIO PRETO RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A	SP	PIRAJU	RTVD	20	53000.012984/2014-41
DESPACHO DEOC N° 599/2014, DE 19/11/2014 DESPACHO DEOC N° 765/2014, DE 26/11/2014	APL	TV OMEGA LTDA	SP	TUPĂ	RTVD	28 48	53000.012984/2014-41
DESPACHO DEOC Nº 430/2014, DE 26/11/2014	APL	TELEVISÃO BAHIA LTDA	BA	BARRA DA ESTIVA	RTVD	28	53000.023343/2013-31
DESPACHO DEOC Nº 430/2014, DE 26/11/2014 DESPACHO DEOC Nº 775/2014, DE 26/11/2014	APL	TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREI-	BA	ILHĖUS	RTVD	40	53000.074854/2013-11
		TAS S.A	-				
DESPACHO DEOC Nº 529/2014, DE 26/11/2014 DESPACHO DEOC Nº 724/2014, DE 26/11/2014	APL	TV JANGADEIRO LTDA	CE SP	VÁRZEA ALEGRE PEREIRA BARRETO	RTVD RTVD	36 38	53000.019331/2014-93 53000.075563/2013-41
, and the second	APL	FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAU- LISTA DE RADIO E TV EDUCATIVAS RÁDIO E TELEVISÃO TAROBA LITDA TV VALE DO ITAJAI LITDA	SF		KIVD	30	33000.073303/2013-41
DESPACHO DEOC Nº 468/2014, DE 26/11/2014	APL	RÁDIO E TELEVISÃO TAROBÁ LTDA	PR	FRANCISCO BELTRÃO	RTVD	36	53000.070956/2013-68
DESPACHO DEOC Nº 468/2014, DE 26/11/2014 DESPACHO DEOC Nº 452/2014, DE 26/11/2014 DESPACHO DEOC Nº 479/2014, DE 26/11/2014	APL	TV VALE DO ITAJAÎ LTDA	SC	FRANCISCO BELTRÃO SAO BENTO DO SUL BOM JESUS DA LAPA	RTVD	30	53000.073381/2013-35
DESPACHO DEOC Nº 479/2014, DE 26/11/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSE DO	BA	BOM JESUS DA LAPA	RTVD	15	53000.043777/2013-58
DESPACHO DEOC Nº 548/2014, DE 26/11/2014	APL	RIO PRETO TV SERRA DOURADA LTDA	GO	SANTA HELENA DE GOIÁS	RTVD	20	53000.000740/2014-16
DESPACHO DEOC N° 697/2014, DE 20/11/2014	APL	RÁDIO TELEVISÃO DE UBERLÂNDIA LTDA	MG	COROMANDEL	RTVD	31	53900.000740/2014-10
DESPACHO DEOC Nº 756/2014, DE 09/12/2014	APL	RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA	DF	BRASÍLIA	TVD	26	53000.023468/2009-85
DESPACHO DEOC Nº 725/2014, DE 09/12/2014	APL	NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA	SP	ITAPETININGA	TVD	26	53000.063517/2011-37
DESPACHO DEOC N° 743/2014, DE 09/12/2014 DESPACHO DEOC N° 720/2014, DE 16/12/2014 DESPACHO DEOC N° 719/2014, DE 16/12/2014 DESPACHO DEOC N° 818/2014, DE 23/12/2014 DESPACHO DEOC N° 818/2014, DE 23/12/2014	APL	TELEVISÃO VITÓRIA S/A	ES	DOMINGOS MARTINS	RTVD	38	53000.010308/2014-33
DESPACHO DEOC Nº 7/20/2014, DE 16/12/2014	APL APL	TELEVISAO VITORIA S/A TELEVISAO VITORIA S/A	ES ES	JOAO NEIVA	RTVD RTVD	38	53000.075162/2013-91
DESPACHO DEOC N° 818/2014 DE 23/12/2014	APL	FUNDAÇÃO NAZARE DE COMUNICAÇÃO	PA	ALEGRE ITAITUBA	RTVD	38 31	53000.075156/2013-33 53000.021273/2013-87
DESPACHO DEOC N° 896/2014, DE 23/12/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSE DO	PB	PATOS	RTVD	24	53000.049401/2013-57
		RIO PRETO					
DESPACHO DEOC Nº 932/2014, DE 08/01/2015	APL	TVSBT CANAL 03 DE NOVA FRIBURGO LTDA	RJ	NOVA FRIBURGO	TVD	24	53000.043834/2012-18
DESPACHO DEOC Nº 874/2014, DE 08/01/2015 DESPACHO DEOC Nº 464/2014, DE 19/09/2014	APL APL	RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA	SC PR	FLORIANOPOLIS TOLEDO	RTVD RTVD	26 36	53000.000426/2014-33 53000.062518/2013-26
DESPACHO DEOC N° 464/2014, DE 19/09/2014 DESPACHO DEOC N° 464/2014. DE 15/09/2014	APL	TELEVISÃO VERDES MARES LTDA	CE	OUIXADÁ	RTVD	34	53000.062518/2013-26
DESPACHO DEOC Nº 489/2014, DE 18/09/2014	APL	TELEVISÃO VENDES MARES LIDA TELEVISÃO ITAPOAN S/A	BA	EUNÁPOLIS	RTVD	22	53000.002348/2014-10
DESPACHO DEOC Nº 764/2014, DE 08/01/2015	APL	TELEVISÃO VERDES MARES LTDA	CE	TIANGUÁ	RTVD	34	53000.008078/2014-42
DESPACHO DEOC Nº 764/2014, DE 18/08/2014	APL	TELEVISÃO BAHIA LTDA	BA	IPIAÚ	RTVD	27	53000.053111/2013-16
DESPACHO DEOC Nº 382/2014, DE 03/09/2014	APL	FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAU- LISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS	SP	SÃO MIGUEL ARCANJO	RTVD	40	53000.005819/2014-33
DESPACHO Nº 850/2014/SEI-MC DE 30/12/2014	APL	TELEVISÃO SUL BAHIA DE TELXEIRA DE EDEL-	SE	TOBIAS BARRETO	RTV-PRI	9+	53000.056948/2013
DESTACTO IN 650/2014/3EI-WC DE 50/12/2014	ALL	TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREI- TAS S/A	OL.		1X1 V-1 1X1	27	55000.050540/2015
DESPACHO Nº 766/2014/SEI-MC DE 08/01/2015	APL	TV OMEGA LTDA	MG	IPATINGA	RTV-PRI	2+	53000.063805/2010
DESPACHO Nº 589/2014/SEI-MC DE 08/01/2015	APL		MG	PONTE NOVA	RTV-PRI	7+	53000.048712/2013
DESPACHO Nº 901/2014/SEI-MC DE 08/01/2015	APL	RADIO E TELEVISAO RIO NEGRO LTDA	AM	ITACOATIARA PORTO ALECRE	RTV-PRI	13-	53000.007166/2002 53900.009630/2014
DESPACHO N° 543/2014/SEI-MC DE 08/01/2015 DESPACHO N° 895/2014/SEI-MC DE 14/01/2015	APL APL	TELEVISAO URBANA LTDA	RS MG	PORTO ALEGRE CASA GRANDE	RTV-SEC RTV-PRI	55 54	53000.056856/2008
	ALL	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNI- CAÇÕES DE MINAS GERAIS	MICI		MI V-IM		55000.050050/2008
DESPACHO Nº 897/2014/SEI-MC DE 14/01/2015	APL	TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREI-	BA	MUCURI (TAQUARINHA)	RTV-SEC	5	53000.016069/2009
	1	TAS S/A	1	1			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015012800061

Documento assinado digitalmente conforme MP n $^{\rm e}$ 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO

Processo nº: 53000.066573/2013-95

Entidade: Associação Comunitária de Comunicação E Cultura Cidade Fm (radio Cidade Fm)

Assunto: Despacho de arquivamento.

- 1. O presente processo, de interesse da entidade supracitada, indica necessidade de arquivamento pelo seguinte fato e fundamento:
 - O recurso administrativo apresentado foi conhecido e não provido.
 - 2. Arquive-se.



Documento assinado eletronicamente por Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 11/02/2015, às 14:45, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0363196 e o código CRC 6C19C822.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Életrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar CEP: 70044-900 / Brasília-DF Fone: (61) 2027-6281

Oficio nº 3761/2015/SEI-MC

Brasília, 06 de fevereiro de 2015

Ao (À). Senhor(a) AMARILDO DO NASCIMENTO Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO Ε **CULTURA CIDADE FM** Rua Diamante, n°. 82, Jardim Ideal 86.030-030 / Londrina — PR

Assunto: Arquivamento do processo nº 53000.066573/2013-95.

Senhor(a) Representante Legal,

- Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para informar que o mesmo foi arquivado pelo seguinte fato e fundamento:
 - I. O recurso administrativo apresentado foi conhecido e não provido.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 11/02/2015, às 14:45, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0363215 e o código CRC A8D894BD.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA	AR
SCE/CGRC OFICIO n° 3761/2015/SEI-MC, de 06/02/2 N° DO PROCESSO: 53000.066573/2013-95 ASS. COMUNIT. DE COMUNIC. E CULTURA CIDADE F RUA DIAMANTE, N°. 82, JARDIM IDEAL 86.030-030 LONDRINA — PR	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINACION	NATUREZA DO ENVIO I NATURE DE L'ENVOI PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE EMS
	SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR / NOM DISIBLE DU RÉCEPTEUR N° DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR RUBRICA E MAI DE PORTO SADO SIGNATURO DE AGENE 550.158-0 NATIONAL DE RECEBEDOR / NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS DE RECEBEDOR / ORGÂN DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS DE RECEBEDOR / ADRESSE DE RETOUR DANS DE RECEBEDOR / ORGÂN DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS DE RECEBEDOR / ORGÂN DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS DE RECEBEDOR / ORGÂN DE RECEBEDOR / ORGÂ	27 FEV 2015



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 11071/2016/SEI-MC

Processo nº: 53000.072167/2013-61

Assunto: Revisão final do processo de outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Trata-se do requerimento da Associação Comunitária Integral para 1. autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Londrina / PR, em atendimento ao Aviso de Habilitação nº 67 - 012/2013, publicado no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2013.

ANÁLISE

A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, protocolou requerimento em 10 de outubro de 2013, às folhas 02, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE	
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL	

QUADRO DIRETIVO			
Inaldo Alves da Gama	979.550.519-04	Tesoureiro	31/10/2013 31/10/2017
Gabriel vargas Marques	327.135.179-15	Secretário	31/10/2013 31/10/2017
Cláudio Mainer	735.300.188-72	Presidente	31/10/2013 31/10/2017

LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE

Endereço:

AVENIDA DUQUE DE CAXIAS - SALA 213 Nº 3010 - B. JARDIM LONDRILAR LONDRINA - PR

Coordenadas geográficas: 23°18'57"S de latitude e 51°09'18"W de longitude

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

Endereço:

AVENIDA DUQUE DE CAXIAS - SALA 213 Nº 3010 - B. JARDIM LONDRILAR LONDRINA - PR

- 3. O pleito da requerente é tempestivo, visto que o prazo para demonstração de interesse se encerrava em 16 de dezembro de 2013.
- 4. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612, de 1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de março de 1998, e a Norma nº 1, de 14 de outubro de 2011, indicou a completa instrução do feito, conforme check-list abaixo:

	ITEM	ANÁLISE
	Estatuto social registrado em conformidade com	
1	os preceitos do Código Civil e adequado às	Ok fle 08 14

1.	finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos	OK, 115. UU-14
	pressupostos da Norma nº 1, de 2011.	
2.	Ata de constituição e ata atual de eleição dos dirigentes registradas, em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequadas às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612, de 1998.	Ok, fls. 17 Ata de Eleição fls. 15 e 16
3.	Comprovantes relativos a maioridade e nacionalidade dos dirigentes.	Ok, fls. 20, 22, 26
4.	Manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade.	Ok, fls. 33 a 253
5.	Projeto técnico conforme subitem 12.1 e alíneas da Norma nº 1, de 2011.	Ok, fls. SEI 0690187
6.	Declarações Anexo 03 e 04, conforme indicado na Norma nº 1, de 2011.	Ok, fls. 28 e 29
7.	Certidões dos dirigentes associativos, relativas aos feitos criminais (Justiça Comum, Federal e Eleitoral) dos últimos 5 anos do local de residência, bem como se em desfavor destes há existência de imputação de execução de serviço de radiodifusão clandestina em atenção ao disposto na Cota nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU.	Ok, Federal (SEI 0495358) FL. 1 - 3 Estadual (SEI 0580805) Fls. 6, 9, 12 Eleitoral (SEI 0580805) Fls. 8, 10, 14
	- Certidão de regularidade fiscal e INSS	(SEI 0580805) Fls. 2 - 4
	- Certidão de regularidade frente ao FGTS	(SEI 0580805) Fl. 5
		- Despacho Radar e Cota 261 (SEI 0590655) e (0590658)

5. No Aviso de Habilitação em referência, e considerando a distância de quatro quilômetros entre as interessadas, foi analisado também o requerimento da Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico da Zona Sul, objeto do processo nº 53000.076980/2013, que resultou em arquivamento, tendo em vista o indeferimento por meio do Ofício nº 1965, de 24 de março de 2014, conforme segue:

ITEM					MOTIVO			
Subitem	8.1.2	(referente	ao	subitem	8.1	Não	encaminhou	a
alínea "f")Norma nº 1, de 2011					Decla	ração do Anexo ()3	

6. No Aviso de Habilitação em referência, e considerando a distância de quatro quilômetros entre as interessadas, foi analisado também o requerimento da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Cidade FM, objeto do processo nº 53000.066573/2013, que resultou em arquivamento, tendo em vista o indeferimento por meio do Ofício nº 1961, de 24 de março de 2014, conforme segue:

ITEM	MOTIVO
Nilhitem 8 Le alinea "h" Norma nº L de 2011 L	Não encaminhou a manifestação em apoio.
14 rt 40 8 70 1/1	Não encaminhou manifestação em apoio

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo deferimento do pedido de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme **check-list** constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Armando Araujo Guimaraes**, **Técnico de Nível Superior**, em 17/02/2017, às 11:12, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Cleyson de Vasconcelos Silva**, **Técnico de Nível Superior**, em 14/03/2017, às 10:43, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 17/03/2017, às 09:14, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Diretor de Radiodifusão Educativa**, **Comunitária e de Fiscalização**, **Substituto**, em 20/03/2017, às 11:30, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**, **Secretária de Radiodifusão**, em 20/03/2017, às 21:53, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador 1120655 e o código CRC 26E9D43E.

Minutas e Anexos

Anexo: Indeferimento das Concorrentes (documentos 1132003 e 1132009)

Minutas: Exposição de Motivos e Portaria

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor	Presidente d	la República,
-----------------------	--------------	---------------

1. Encaminho a Vossa Excelência a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associacão Comunitária Integral, explore o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Londrina / PR, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.072167/2013-61 que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3° do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

TA /	rt:	N TI	TO	Π Λ
IV	ш	N		IΑ

PORTARIA N^o , DE DE DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.072167/2013-61, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Integral, com sede à Avenida Duque de Caxias - Sala 213 Nº 3010 - B. Jardim Londrilar, na localidade de Londrina / PR, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87.90 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária DESPACHO

Processo nº: 53000.072167/2013-61

Assunto: Comprovação da Tempestividade.

1. Verificou-se, após a produção da Nota Técnica de Revisão Final 11071, um equívoco material em relação à tempestividade do processo. A data correta do protocolo é 13 de dezembro de 2013, conforme AR Postal SB046805438BR, página 256, ao contrário do que diz o item 2 da Nota Técnica.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Armando Araujo Guimaraes**, **Técnico de Nível Superior**, em 22/05/2017, às 17:51, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **1900148** e o código CRC **7D05A985**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.072167/2013-61 SEI nº 1900148



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00585/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.072167/2013-61

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL

ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

EMENTA:

- I Seleção para obtenção da autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Londrina/PR.
- II Necessidade de complementação documental.
- III Pelo regular prosseguimento do feito, desde que atendidas as recomendações.
- IV Devolução dos autos à SERAD.

I – DO RELATÓRIO

- 1. A Secretaria de Radiodifusão (SERAD) submeteu ao crivo desta Consultoria Jurídica processo relativo à seleção para obtenção da autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Londrina/PR.
- 2. Conforme constou da Nota Técnica nº 11071/2016/SEI-MC (**Vol. II Sei 1120655**), o Aviso de Habilitação nº 67 012/2013, concernente à localidade em questão, foi publicado no Diário Oficial da União em 15 de outubro de 2013, sendo o prazo final para a entrega do requerimento e documentos exigidos legalmente o dia 16 de dezembro de 2013. No caso em apreço, o pedido de habilitação é tempestivo, pois foi protocolado em 13 de dezembro de 2013, conforme informação corrida pela SERAD/MCTIC, mediante o Despacho Interno constante no Vol. III Sei 1900148.

- 3. O roteiro de análise de instalação acostado no Vol. II Sei 1023271 conclui que o processo se encontra tecnicamente instruído.
- 4. A SERAD, ao proceder à análise dos documentos entregues, concluiu que o feito encontrava-se devidamente instruído, que apenas esta entidade restou habilitada, tendo em vista o indeferimento do requerimento formulado por outras entidades concorrentes e, ao final, posicionou-se pelo deferimento da outorga.
- 5. Eis o relatório.

II – ANÁLISE JURÍDICA

- 6. O comparecimento desta Consultoria no feito se faz necessário, em razão do que preconiza a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, em especial o que inscreve o seu Capítulo VI, definindo a competência "Das Consultorias Jurídicas" no contexto da Advocacia-Geral da União, senão, veja-se:
 - Art. 11- As consultorias Jurídicas, órgão administrativamente subordinados aos Ministros de Estado, ao secretário-geral e aos demais titulares de Secretarias da Presidência da República e ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, compete, especialmente:
 - I assessorar as autoridades indicadas no caput deste artigo;
 - II exercer a coordenação dos órgãos jurídicos dos respectivos órgãos autônomos e entidades vinculadas;
 - III fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;
 - IV elaborar estudos e preparar informações, por solicitação de autoridade indicada no caput deste artigo;
 - V- assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob coordenação jurídica;
 - VI examinar, prévia e conclusivamente , no âmbito do Ministério, Secretaria e Estado-Maior das Forças Armadas:
 - a) os textos de edital de licitação, como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados;
 - b) os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade, ou decidir a dispensa, de licitação.
- 7. A presente análise é feita em atendimento aos preceitos da Lei nº 9.612, de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 1998, e da Norma Complementar nº 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011.
- 8. Juntamente com o requerimento para autorização de execução do serviço de radiodifusão comunitária, a entidade postulante colacionou aos autos a documentação técnico-jurídica, visando atender o art. 9°, §2°, da Lei nº 9.612, de 1998 (Lei que

instituiu o Serviço de RadCom) e demais normas infralegais (Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e Norma Complementar nº 1, de 2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, a qual se encontrava em vigor à época da publicação do Aviso *in casu*), destacando-se os seguintes:

- Estatuto social, devidamente registrado, com previsão, dentre seus objetivos, de executar o serviço de radiodifusão comunitária (Vol. I Sei 0281880 Pags. 8/14);
- Ata registrada da constituição da entidade, em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequadas às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612, de 1998 (Vol. I Sei 0281880 Pags. 15-16);
- Ata de Eleição da atual diretoria, eleita no dia 31 de outubro de 2013 (Vol. I Sei 0281880 Pag. 17), para um mandato de 04 (quatro) anos, conforme previsto no artigo 12, do estatuto da entidade (Vol. I Sei 0281880 Pag. 10);
- Relação dos associados (Vol. I Sei 0281880 Pags. 18-19);
- Comprovantes relativos à maioridade e nacionalidade dos dirigentes (Vol. I Sei 0281880 Pags. 20-22-26);
- Manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade (Vol. I Sei 0281880 Pags. 35/185; Sei 0281883 Pags. 01/100);
- Projeto técnico conforme subitem 12.1 e alíneas da Norma nº 1, de 2011 (Vol. I Sei 0690187);
- Declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme Norma nº 1, de 2011, e ainda demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados. (Vol. I Sei 0281880 Pags. 31/34);
- Certidões dos dirigentes associativos, relativas aos feitos criminais (Justiça Estadual, Federal e Eleitoral): Vol. I
 Sei 0495358; Vol. II Sei 0580805 Pags. 6/14);
- Certidões comprovando a sua regularidade fiscal junto às Fazendas Nacional (Vol. II Sei 0580805 Pag. 02),
 Estadual (Vol. II Sei 0580805 Pag. 03), Municipal (Vol. II Sei 0580805 Pag. 04),
 Previdência/INSS (Vol. II Sei 0580805 Pag. 05);
- Despacho Radar inexistência de registro por operação clandestina: (Vol. II Sei 0590658).
- 9. Impende consignar que esta CONJUR, ao analisar os procedimentos relativos às outorgas para exploração de serviço de radiodifusão comunitária, expediu a COTA nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, onde orientou a SERAD a adoção de providências no sentido da verificação da idoneidade moral da entidade bem como de seu quadro diretivo, frente ao disposto no artigo 34, alínea "a" da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), lei de aplicação subsidiária ao serviço de radiodifusão comunitária, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 9.612, de 1998.
- 10. Assim, determinou-se, à época, que fossem juntadas aos autos as certidões relativas aos feitos criminais da Justiça Estadual e Federal do local de residência dos últimos 05 (cinco) anos dos dirigentes da entidade, documentos estes utilizados para aferir a mencionada idoneidade moral. Solicitou-se, também, fosse juntada aos autos declaração sobre a existência, ou não, de imputação à entidade relativa à execução ilegal de serviço de radiodifusão (sem outorga do Poder Concedente), objetivando comprovar sua idoneidade moral para a prestação do serviço, dentro dos ditames legais.

- 11. Em atendimento ao solicitado supra, a entidade carreou aos autos as competentes certidões, Certidões dos dirigentes associativos, relativas aos feitos criminais e eleitorais (Justiça Comum, Federal e Eleitoral): (Vol. I Sei 0495358; Vol. II Sei 0580805 Pags. 6/14).
- 12. Ressalta-se que, além das certidões mencionadas no item anterior, a entidade requerente também carreou aos autos as certidões comprovando a sua regularidade fiscal junto às Fazendas Nacional (Vol. II Sei 0580805 Pag. 02), Estadual (Vol. II Sei 0580805 Pag. 03), Municipal (Vol. II Sei 0580805 Pag. 04), Previdência/INSS (Vol. II Sei 0580805 Pag. 02) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS (Vol. II Sei 0580805 Pag. 05).
- 13. Quanto à verificação pela SERAD acerca de possível execução ilegal do serviço pela entidade, foi expedido o Despacho Interno (Vol. II Sei 0590658), por intermédio do qual faz menção que "não há, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada".
- 14. Portanto, foram carreadas aos autos declarações relativas à idoneidade dos dirigentes da entidade, através das quais se denota que, em face deles, não existe nenhuma demanda judicial criminal que possa desabonar sua credibilidade para a execução do serviço de radiodifusão comunitária. E, através de pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização da ANATEL, não foi verificada nenhuma espécie de imputação acerca da realização pela entidade de serviço de radiodifusão ilegal, sendo atestada a idoneidade da entidade, pessoa jurídica, para a prestação do serviço, estando cumprida a Recomendação adotada por esta Consultoria Jurídica, consoante já explicitado acima.
- 15. No que concerne especificamente às manifestações de apoio, cuja análise e contabilização são igualmente de competência da SERAD, poderiam vir a serem utilizadas como eventual critério de desempate, caso se estivesse diante de entidades concorrentes e *habilitadas* para a mesma área e que não optassem por se associar, segundo o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 9º da Lei nº 9.612, de 1998. Porém, por se tratar na hipótese ora em apreço de única habilitada, conforme informação da área técnica, não se fez jus ao referido critério de representatividade, aplicando-se, pois, o antevisto no §3º do mesmo articulado, a saber: "Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço e estando regular a documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade."
- 16. A despeito disso, necessário esclarecer que, além da entidade, também participaram da seleção a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico da Zona Sul e a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Cidade FM, as quais não chegaram a se habilitarem propriamente (razão pela qual não se fez necessária a aplicação de critério de desempate, nos termos já expostos no parágrafo supra), objeto dos processos nº 53000.066573/2013 e nº 53000.076980/2013, que resultaram em arquivamento, tendo em vista os indeferimentos por meio dos Ofícios nº 1961/2014/CGRC/SCE-MC e nº 1965/2014/CGRC/SCE-MC, ambos de 24//03/2014. Registre-se que as entidade restaram devidamente notificadas sobre os indeferimentos, segundo se infere da leitura dos documentos juntados no Vol. II Sei 1132009 e Sei 1132003, apresentaram recurso, porém, não foram acolhidos
- 17. A entidade ainda juntou as declarações de responsabilidade firmadas por seus dirigentes, as manifestações de apoio da respectiva comunidade, entre instituições e pessoas jurídicas da localidade, estando toda a documentação de acordo com as

normas legais, conforme atesta a Nota Técnica nº 11071/2016/SEI-MC.

- 18. De igual modo, as exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada estão em consonância com o que estabelece a legislação, conforme demonstrado na citada manifestação da unidade administrativa, bem como do Despacho (Vol. II Sei 1023284), por meio do qual a área técnica atesta que o processo "encontra-se tecnicamente instruído em 2ª fase, conforme Relatório de Vizinhos (1023260) e Roteiro de Análise de Instalação da Estação Radcom (1023271). Encaminhe-se para realização de Revisão Final".
- 19. Foram juntados aos autos os atos constitutivos da entidade requerente, compreendendo as atas de constituição e de eleição dos dirigentes, bem como o seu Estatuto Social, que comprovam a sua natureza jurídica de entidade comunitária, conforme estabelecido no artigo 7º da Lei nº 9.612, de 1998 e art. 11 do Decreto nº 2.615, de 1998.
- 20. Pela leitura do estatuto social da entidade, mais precisamente em seu art. 15 (**Vol. I Sei 0281880 Pag. 10**), visualiza-se a previsão do Conselho Comunitário, conforme preconiza o art. 8º da Lei 9.612, de 1988. Por outro lado, vê-se que o estatuto é silente sobre a possibilidade de reeleição dos dirigentes, o que poderia ensejar eventuais entendimentos de que a recondução seria permitida inúmeras vezes, pois, se não é vedado, seria autorizado.
- 21. Desse modo, entende-se que a ausência de disposição clara acerca da possibilidade de reeleição, de modo a permitir uma única recondução, afrontaria o item 8.2. h.3) da Norma 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011. Vejase:
 - 8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

(...)

h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

(...)

- h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução;
- 22. Além disso, verifica-se que a redação do estatuto social da entidade (arts. 5°, 6°, 7°, 8°, 9° e 10) não deixa suficientemente claro se há garantia de **ingresso gratuito**, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço, tal como dispõe o item 8.3, "b", da Norma 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011.
- 23. Portanto, faz-se necessário cientificar a entidade interessada para regularizar o seu estatuto social no tocante (i) à possibilidade de 1 (uma) única reeleição dos dirigentes; bem como (ii) à necessidade de previsão expressa de ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço, tudo nos termos dos itens 8.2, "h.3", e 8.3, "b", ambos da Norma 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, aplicável ao caso.

- 24. O projeto técnico **não foi instruído com o comprovante de pagamento** da Anotação de Responsabilidade Técnica, como exige o ite, 12.1.1, da Norma 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, motivo pelo qual a entidade deve ser notificada para para comprorar o referido pagamento.
- 25. Por fim, cumpre esclarecer que a SERAD/MCTIC, por ocasião da Nota Técnica NOTA TÉCNICA Nº 5815/2015/SEI-MC (SEI 0423539) e do Despacho interno CGRC 0425323, reconsiderou decisão anterior e conclui que não há vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612/98.
- 26. Atendidas as diligências acima, entende-se que não há óbice jurídico ao regular prosseguimento do feito.

III – DA CONCLUSÃO

- 27. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, posiciona-se pelo regular prosseguimento, desde que atendidas às recomendações solicitadas nos itens 20, 21, 22, 23 e 24, cujo escopo é a harmonização com as normas em vigor. Ao tempo em que se pugna pelo encaminhamento dos autos à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento. Atendida a recomendação e verificado, nos caso concreto, o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares sobre os quais versa o presente parecer, não há necessidade de nova remessa dos autos para esta CONJUR, salvo se houver circunstância outra que demande análise de dúvida jurídica objetiva.
- 28. Outrossim, cumpridas as recomendações acima, resta informar que o Congresso Nacional deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato de autorização, visando produzir seus efeitos legais, com fulcro no § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil.
- 29. Por fim, no que concerne às minutas de Portaria e Exposição de Motivos, acostadas à Nota Técnica nº 11071/2016/SEI-MC, observo que atendem as formalidades legais, devendo apenas ser objeto de conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias por parte da área técnica, como por exemplo o ano da Portaria, antes da remessa ao Exmo. Ministro.

À consideração superior.

Brasília, 22 de maio de 2017.

Alex Bahia Ribeiro

Advogado da União Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000072167201361 e da chave de acesso 7212e9cd

Documento assinado eletronicamente por ALEX BAHIA RIBEIRO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 45517257 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): ALEX BAHIA RIBEIRO. Data e Hora: 25-05-2017 14:43. Número de Série: 5581457608173253254. Emissor: AC CAIXA PF v2.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 00797/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.072167/2013-61

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRAL

ASSUNTO: RADIODIFUSÃO

- 1. Aprovo por seus próprios fundamentos fático-jurídicos o judicioso Parecer nº 00585/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da lavra do Advogado da União e Coordenador Juridico de Radiodifusão Educativa e Comunitária Dr. Alex Bahia Ribeiro, pondo-me acorde com o encaminhamento alvitrado.
- 2. Promova-se a remessa dos autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorenciais.

Brasília, 26 de maio de 2017.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Delegação de Competência atruibuída Pela Portaria CONUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000072167201361 e da chave de acesso 7212e9cd

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 46739517 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 26-05-2017 11:11. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.072167/2013-61

De ordem, encaminha-se ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Evelize de Oliveira Lima**, **Chefe de Serviço**, em 26/05/2017, às 12:38, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **1910046** e o código CRC **75B80DAA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.072167/2013-61

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

DESPACHO

Processo nº: 53000.072167/2013-61

Referência: Parecer nº 00585/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

Interessado: Associação Comunitária Integral.

Assunto: Revisão final do processo de outorga. Devolução dos autos.

Encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC - para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Daniella Borges Silverio Ferreira**, **Administrador**, em 26/05/2017, às 15:03, conforme art. 3° , III, "b", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **1910260** e o código CRC **A2654506**.

Referência: Processo nº 53000.072167/2013-61 SEI nº 1910260

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 21724/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: 53000.072167/2013-61

Assunto: Exigências relativas ao requerimento de outorga.		
SUMÁRIO EXECUTIVO		
1. Trata-se de requerimento da Associação Comunitária Integral para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Londrina / PR .		
ANÁLISE		
2. Tendo em vista o Parecer nº 585/2017, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:		
I. O Estatuto Social deverá estar registrado no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas e conter expressamente as disposições do subitem 8.2 da Norma nº 01/2011:		
a) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:		
a.1) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, <i>sendo admitida uma recondução.</i>		
b) assegurar o ingresso <i>gratuito</i> , como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;		

c) assegurar o ingresso *gratuito*, como associadas, pessoas jurídicas sem fins

lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

II. Comprovante de pagamento da Anotação de Responsabilidade Técnica, conforme o item 12.1.1 da Norma 01/2011.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Armando Araujo Guimaraes**, **Técnico de Nível Superior**, em 21/09/2017, às 19:07, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 02/10/2017, às 16:05, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **2238940** e o código CRC **7DEDE5D1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.072167/2013-61



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar CEP: 70044-900 / Brasília-DF Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 41523/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor CLÁUDIO MAINER Representante Legal da Associação Comunitária Integral Rua José Nogueira Franco, nº 600 - Parque Residencial Alcântara 86.047-420 / Londrina – PR CNPJ: 15.423.194/0001-05

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo no 53000.072167/2013-61.

Senhor Representante Legal,

- 1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 21724/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
- 2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento** do processo.
- 3 . Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 02/10/2017, às 16:05, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **2238942** e o código CRC **09460A4A**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 41523/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.072167/2013-61 - Nº SEI: 2238942

Correspondência Eletrônica - 2326966

Data de Envio:

24/10/2017 11:23:22

De:

MCTIC/SEARC (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

CONTESB.FISCAL@HOTMAIL.COM claudiomainer@msn.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: @processo@

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor confirmar recebimento.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_2238940.html Oficio_2238942.html

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviço de Radiodifusão Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão

ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.072167/2013 Localidade / UF: LONDRINA/PR

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA INTEGRAL

2. Quadra Dirativa da Acadaigaão ou Eundação

Aviso: 67 Publicação: 15/10/2013 Prazo: 60 Canal: 200

Processo	
1. A Entidade é uma:	Associação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefon
Cláudio Mainer	735.300.188-72	Presidente	31/10/2013 31/10/2017	(43) 96042 (43) 33417 (43) 96042 (43) 33417 (43) 96042 (43) 33417
Inaldo Alves da Gama	979.550.519-04	Tesoureiro	31/10/2013 31/10/2017	
Sabriel vargas Marques	327.135.179-15	Secretário	31/10/2013 31/10/2017	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Mapa RadCom:

- CNPJ: 06

Estatuto Social registrado: 08-14; SEI 2364724 fls. 2 - 8

Ata de eleição registrada: 17
Ata de Constituição:15 e 16
Manifestações de Apoio: 33 a 253

Declaração Anexo 03: 28

Declaração de fiel cumprimento: 29

- Comprovação de maioridade e nacionalidade: 20, 22, 26 - Relação de todos os associados pessoas físicas FL. 18 - 19
- Comprovante de recolhimento da taxa FL. 30
- Cópia do CPF de todos os Dirigentes da entidade FL. 20, 22, 26
- Comprovante de residência de todos os seus dirigentes FL. 21, 24 25 e 27
- Certidões criminal da Justiça Federal (SEI 0495358) FL. 1 3
- Certidão criminal da Justiça Estadual (SEI 0580805) Fls. 6, 9, 12

Eleitoral (SEI 0580805) Fls. 8, 10, 14

- Certidão de regularidade fiscal e INSS (SEI 0580805) Fls. 2 4
- Certidão de regularidade frente ao FGTS (SEI 0580805) Fl. 5
- Declaração assinada pelo representante legal atestando se a entidade aceitaria ou não associar-se a entidades concorrentes para a execução conjunta do serviço FL. 31
- Despacho Radar e Cota 261 (SEI 0590655) e (0590658)

Processo juridicamente instruído.

É o relatório.

Diego Armando Araujo Guimaraes		

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: 53000.072167/2013-61

Assunto: Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos

À Secretaria de Radiodifusão,

- 1. Frente à análise do processo nº 53000.072167/2013-61, e em atendimento ao Parecer nº 585/2017 (1909901), emitido pela Consultoria Jurídica deste Ministério, foi elaborada a Nota Técnica nº 21724/2017, solicitando os seguintes documentos:
- I. O Estatuto Social deverá estar registrado no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas e conter expressamente as disposições do subitem 8.2 da Norma nº 01/2011:
- a) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:
- a.1) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, *sendo admitida uma recondução*.
- b) assegurar o ingresso *gratuito*, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;
- c) assegurar o ingresso *gratuito*, como associadas, pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o <u>direito de voz e voto</u> nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- II. Comprovante de pagamento da Anotação de Responsabilidade Técnica, conforme o item 12.1.1 da Norma 01/2011.
- 2. Por meio do protocolo nº 01250.068242/2017-78, foram apresentados todos os documentos solicitados, conforme Checklist 2440291. Por isso, o processo deve seguir sua

tramitação regular, uma vez que a Consultoria Jurídica deste Ministério afirma na conclusão do Parecer supracitado, que, atendidos os requisitos solicitados, o processo deverá seguir para apreciação do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

3. Diante do exposto, encaminho as minutas da Portaria de Autorização e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 30/11/2017, às 14:35, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **2442452** e o código CRC **F4F04A0F**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

- 1. Encaminho a Vossa Excelência a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Integral, explore o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Londrina / PR, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
- 2. A entidade requereu ao então Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
- 3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo 53000.072167/2013-61 que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de 5. autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3° do art. 223 da Constituição Federal. Respeitosamente, **MINUTA** PORTARIA No , DE DE DE 2017. O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.072167/2013-61, resolve: Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Integral, com sede à Avenida Duque de Caxias - Sala 213 Nº 3010 - B. Jardim Londrilar, na localidade de Londrina / PR, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade. Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de

87.90 MHz.

1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Referência: Processo nº 53000.072167/2013-61

PORTARIA Nº 7066/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.072167/2013-61, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Integral, com sede à Avenida Duque de Caxias - Sala 213 Nº 3010 - B. Jardim Londrilar, na localidade de Londrina / PR, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87.90 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, **Ministro de Estado da Ciência**, **Tecnologia**, **Inovações e Comunicações**, em 16/01/2018, às 19:33, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **2446884** e o código CRC **F754E195**.

Referência: Processo nº 53000.072167/2013-61

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

- 1. Encaminho a Vossa Excelência a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Integral, explore o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Londrina / PR, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
- 2. A entidade requereu ao então Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
- 3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
- 4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.072167/2013-61 que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
- 5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3° do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, **Ministro de Estado da Ciência**, **Tecnologia**, **Inovações e Comunicações**, em 16/01/2018, às 19:33, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **2446901** e o código CRC **BA53BD03**.

Referência: Processo nº 53000.072167/2013-61

Imprimir Recibo Página Principal

Presidência da República Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 18/01/2018 16:16:00 **Origem:** Secretaria de Radiodifusão

Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA

Ofício: 4646686

Data prevista de publicação: 19/01/2018 Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1

Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias Matérias Matérias						
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor		
10476644	ATO PORTARIA Nº 6731 Min.rtf	16d7a6dd6413af06 3189f4da03503eb8	8,00			
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,32		
10476645	ATO PORTARIA Nº 6846 Min.rtf	5579d39c7feb9995 9952c3b7c2dadb48	8,00	-		
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,3		
10476646	ATO PORTARIA Nº 6849 Min.rtf	f417307c304df811 654da5e9eafee74b	8,00			
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,3		
10476647	ATO PORTARIA Nº 7023 Min.rtf	03346beb459699ec 2de5ab5786c4935e	8,00			
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,3		
10476648	ATO PORTARIA Nº 7024 Min.rtf	e0b55467864c269c f53d7628c6ecbff0	8,00			
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,3		
10476649	ATO PORTARIA Nº 7028 Min.rtf	d2907427756aa879 12408bd9657da720	8,00			
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,3		
10476650	ATO PORTARIA Nº 7066 Min.rtf	5c40f7882ccee4a4 dcbc9ec63925020d	8,00			
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,3		
10476651	ATO PORTARIA Nº 7067 Min.rtf	9fe6779de4ac19f8 232db96dec62d776	8,00			
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,3		
10476652	ATO PORTARIA Nº 7222 Min.rtf	414fadf2c6eed8ad f50a6b55b3012eb2	8,00			
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,3		
10476653	ATO PORTARIA Nº 7337 Min.rtf	5c7b125c7bf56e6e db377649eeb91bef	8,00			
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,32		

TOTAL DO OFICIO		104,00	R\$ 3.436,16	
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,32
10476657	ATO PORTARIA Nº 7412 Min.rtf	1752bd1467672b5e c5ca657d37b4644f	8,00	
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,32
10476656	ATO PORTARIA Nº 7411 Min.rtf	d40dcaff7f800347 c2106d955214018b	8,00	
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,32
10476654	ATO PORTARIA Nº 7410 Min.rtf	2b4b8ae5dca7b1cc 592c5b9e0f48daba	8,00	

Ministério da Ciência, Tecnologia, **Inovações e Comunicações**

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.749/SEI, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLO-GIA. INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6°, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53790.001013/1998 e nº 53000.056216/2011-57, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de março de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE MORRO REDONDO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Morro Redondo / RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após de-liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da

Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.731/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA TECNOLO-GIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.008385/2016-41, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNI-TÁRIA AVANTE JAGUAQUARA, com sede à Rua Princesa Isabel, nº 40, Bairro Muritiba, na localidade de Jaguaquara/BA, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após de-liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.846/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLO-GIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.013473/2013-66, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação para o Progresso Cultural e Sucesso de São José da Coroa Grande - A P C S, com sede na Rua Idalino Gomes da Cunha, 23 - Centro, na localidade de São José da Coroa Grande/PE, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-a pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.849/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLO-GIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.066862/2015-11, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Nossa FM, com sede à Av. Senador João Câmara, nº 2000, Centro, CEP 59518-00, na localidade de Av. Senador João Câmara, nº 2000, Centro, CEP 59518-00, São Rafael/RN, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.023/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLO-GIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.038568/2016-91, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO RADIO CO-MUNITÁRIA AGROANA FM, com sede no Assentamento Agroana Girau, s/n°, Zona Rural, na localidade de POCONÉ/MT, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87,9MHz.

Art. 3° Este ato somente produzirá efeitos legais após de-

liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.024/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLO-GIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.066813/2013-51, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural e Comunitária Santana, com sede à Rua 25 de abril nº 946 - B. Centro, na localidade de Santana / BA, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e

ormas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após de-liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.028/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.017948/2012-11, resolve:

Consta do processo nº 53000.01/948/2012-11, resolve: Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Romão, com sede à Avenida Newton Gonçalves Pereira, nº 148 - Centro - São Romão - MG, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo

de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus re-

gulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.066/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLO-GIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto çoes, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.072167/2013-61, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Integral, com sede à Avenida Duque de Caxias - Sala 213 Nº 3010 - B. Jardim Londrilar, na localidade de Londrina / PR, para executar o

Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87.90 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.067/SEL DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLO-GIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9° e 19 do Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo n° 53000.003257/2014-93, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão do Outeiro - ACRO, com sede à Rua Jader Barbalho QD 8 Nº 23 - Bairro Outeiro, na localidade de Belém / PA, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após de-

liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.222/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLO-GIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9° e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.009856/2016-39, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL EDUCACIONAL E ECOLÓGICA IBIRAJA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, com sede à Rua Silva Jardim, nº 212, Bairro Centro, na localidade de Itanhém/BA, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

GILBERTO KASSAB

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: 53000.072167/2013-61

Entidade: Associação Comunitária Integral

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 7066/2017, de 16 de janeiro de 2018, no Diário Oficial da União de 19 de janeiro de 2018, que autoriza a Entidade a executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Londrina / PR, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se a cópia do processo nº 53000.072167/2013-61, acompanhado do ato de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 23/01/2018, às 10:40, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **2592626** e o código CRC **288F0D73**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.072167/2013-61

Brasília, 29 de Março de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

- 1. Encaminho a Vossa Excelência a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Integral, explore o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Londrina / PR, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
- 2. A entidade requereu ao então Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
- 3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
- 4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.072167/2013-61 que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
- 5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3° do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E CEP: 70067-900 Brasília-DF Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 12310/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor MARCELO PACHECO DOS GUARANYS Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG Casa Civil da Presidência da República Brasília/DF

Assunto: Concessão de outorga

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, **Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017**, em 02/04/2018, às 10:37, conforme art. 3°, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **2816782** e o código CRC **B86C0AA6**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 12310/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.072167/2013-61 - Nº SEI: 2816782